COLEÇÃO GAPUIA - SOCIOLOGIA EM PESQUISAS & TESES

Literatura das pedras

A Fortaleza de São José de Macapá como *locus* das identidades amapaenses

FERNANDO CANTO

LITERATURA DAS PEDRAS

A Fortaleza de São José de Macapá como
locus das identidades amapaenses

Esta obra teve sua publicação financiada por recursos do
Projeto de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Sociologia
UFC-UNIFAP

Fernando Canto

LITERATURA DAS PEDRAS

A Fortaleza de São José de Macapá como
locus das identidades amapaenses

Coleção

GAPUIA - SOCIOLOGIA EM PESQUISAS & TESES

Macapá-AP
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F775l Fernando Canto
Literatura das pedras: a Fortaleza de São José de Macapá como *locus* das identidades amapaenses / Fernando Canto – Macapá : UNIFAP, 2019.
310 p.

ISBN: 978-85-5476-079-3

Coleção Gapuia – Sociologia em Pesquisas & Teses. Coordenadores: Antonio Cristian Saraiva Paiva, Eliane Superti / ISBN: 978-85-62359-77-4

1. Amapá. 2. Identidade. 3. Fortaleza de São José. I. Fernando Canto. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD: 300

Capa e editoração eletrônica: Guilherme Peres / Autografia
Arte da capa: detalhe da tela Fortaleza de São José de Macapá, de Olivar Cunha

Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade, Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

A meus pais Antônio e Maria (in memoriam), que me ensinaram o respeito aos seres humanos, a coragem para vencer pelo trabalho e a humildade para nunca querer ser melhor que ninguém.

À minha mulher Sônia, sempre presente em minha vida, intercambiando sonhos e realizando o poder de plantá-los em nosso Jardim.

Para meus netos Leonardo, Ana Clara, Amanda, Clarice e Gabriel, com carinho.

E para Rosilene e Maneca, pelo companheirismo e amizade nesta aventura acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Às águas das chuvas, dos rios e dos dilúvios que permitiram o acolhimento da vida por meio de Ianejar, o herói primordial, que conduziu seu povo na mítica viagem à Mairi.

À minha família, que soube compreender sobre o tempo em que me dediquei ao curso, nunca deixando faltar incentivo, amor e ajuda nas horas que eu mais precisei.

À Universidade Federal do Amapá, que me possibilitou mais este degrau acadêmico.

Aos professores da UFC, que romperam as distâncias desse país para trazer mais luzes do conhecimento acadêmico à Amazônia, especialmente aos professores Isabelle, Alba, Cristian e George.

À minha ilustre orientadora, antropóloga Isabelle Braz, que direcionava o leme da canoa na hora da tempestade.

Aos queridos colegas de turma, pela troca de informações necessárias ao processo de construção da pesquisa.

Aos escritores e poetas amapaenses, que deixaram em suas obras sobre a Fortaleza de São José de Macapá todo um arcabouço identitário.

SUMÁRIO

URDIDURA (ENIGMA AMAPÁ)

"Des/vendar tua terra, teus sonhos, Amapá. Des/vendar teus olhos, teus textos não escritos. Des/velar tua alma circunscrita sobre um rio de prantos que se espraia para a foz e lava sortilégios no oceano

O teu estado é o de ausente nas necessidades, Amapá. Essas que emergem quando o tempo lento das tuas tardes flana no teu dorso como a vida descaindo em chuva nos barrancos e re/velam teus segredos: ***a construção de pedra ainda esmaecida na paisagem*** *e o ofício de viver uma inócua pedagogia da espera*

Tu só sentirás a ruptura ao ouvir a voz gestante das ciências e o anseio ainda latente no clamor de homens e mulheres sem os receios dos silêncios obscuros, sem o medo de arder velhas memórias, sem a escória a deformar os teus caminhos e os passos do teu povo em agonia

Verás, então, que desvendar-se é pôr o lume sobre a mente, é libertar-se já do que te oprime, é trazer o mar de volta para os Andes, é revolver a vida em ondas inquietas de um novo rio que surge para sempre no meio do mundo". (FERNANDO CANTO)

INTRODUÇÃO

A permanência esfíngica da Fortaleza de São José de Macapá (doravante mencionada aqui neste texto como FSJM), ali na paisagem, à beira do rio, sempre despertou em mim o desejo de conhecer sua história e desvendá-la.

Suas velhas e intransponíveis muralhas, as histórias fantasiosas do seu interior e o vai-e-vem de homens fardados em seu entorno espalhavam a temeridade no ar, mormente nos períodos de obscuridade política, quando era utilizada para prender os oposicionistas do regime militar.

Então um mistério emanava de dentro dela e atingia o imaginário da população, que a temia, mas que ao mesmo tempo a respeitava como uma edificação importante para a sobrevivência da cidade desde os tempos coloniais, passando pela instalação do Território Federal do Amapá, pela ditadura militar e pelos governos democráticos.

Ao lado disso conheci a produção artística e literária local sobre a FSJM, bem como os direcionamentos políticos urbanos tratados nos planos diretores de Macapá, que a colocavam sempre em imprescindível evidência. Li, observei e ouvi intelectuais, poetas e políticos falarem dela com ardor e paixão, com seus discursos multifacetados em tempos sucessivos, evidenciando os feitos heroicos dos antepassados e a colocarem na contemporaneidade como o lugar da promoção da cultura.

Ao aprofundar minhas observações verifiquei que outros significados se agregavam sociologicamente ao monumento: uns de caráter político, e outros oriundos da arte e da literatura. Todos eles, porém, traziam um imenso arcabouço de fatos e sentidos que a configuravam como um produto de múltiplas significações, dada a alteridade e a diversidade histórica daqueles que a fizeram, desde a sua construção às transformações e apropriações simbólicas contemporâneas. Assim a edificação foi se tornando o símbolo imagético da cidade de Macapá e de seus habitantes.

Nas comemorações do seu bicentenário (1982), nos 250 anos de aniversário de Macapá (2008), e em ocasiões cívicas e culturais sua imagem foi amplamente usada pela sociedade, seja por instituições ou não. Totens, postais e cartazes, além de outros objetos mais tradicionais de divulgação impressa também traziam junto o teor ideológico na comunicação, que fazem efeito mais pelo discurso imagético do que pelos textos implícitos.

A mídia eletrônica veicula diariamente imagens de estabelecimentos, produtos e eventos comerciais vinculando-os à imagem da FSJM. Os diversos canais de televisão local fazem de sua imagem o aproveitamento cenográfico ao apresentar seus jornais e programas todos os dias. Na rua, os comércios, os governos estadual e municipal, e as instituições jurídicas, militares e privadas mostram ou deixam para quem quiser olhar, painéis, *outdoors*, faixas, logomarcas e outras peças distintas. Nas redes de relacionamento social da Internet dezenas de *blogs* e *sites* exibem a imagem da FSJM como papel de parede (de fundo), e seus autores os realimentam com milhares de fotografias em que o monumento aparece em diversos ângulos na paisagem em frente à cidade. Não há dúvida que sua imagem é supervalorizada pelos setores comerciais e institucionais, usada positivamente por todos porque dissemina na população o seu simbolismo de proteção e segurança que atravessou séculos e fez dela um ícone da identidade local. É tão usada que está em muros com inscrições religiosas, em

escudos de batalhões especiais da Polícia Militar, nas logomarcas de governos e está, ainda, com seus detalhes, principalmente da sua forma geométrica original e das guaritas, nos brasões oficiais e nas bandeiras do Estado e do Município de Macapá.

Sua presença discursiva é polissêmica, pois fala e se apresenta de diversas formas: nas telas dos artistas, nas calçadas públicas, nos produtos artesanais e vídeos vendidos a turistas e nos painéis e grafites pintados por encomenda nos muros de escolas e residências particulares da cidade.

No decorrer dos anos muito foi escrito sobre a fortificação, através de diversos gêneros literários que a evidenciaram como elemento unificador da sociedade local no aspecto do sentimento de pertencimento que os habitantes se identificavam.

Antes, porém, de falar nos aspectos gerais da literatura sobre a FSJM, há necessidade de discorrer a respeito de outras formas de expressão, que para mim representam não apenas o discurso dos construtores, mas o testemunho deles em relação ao que considero uma aventura colonial, que foram as suas cartas. Elas são textos articulados de uma espécie de romance escrito por eles, no entanto organizados por mim em trabalho acadêmico recente e caracterizados assim porque as personagens e seus atos se assemelham dentro da estrutura formal do gênero romanesco (CANTO, 2014. Pág.139). Ou seja, suas biografias fazem parte do contexto histórico, talvez verdadeiros, talvez ficcionais, pois os conteúdos epistolares também estão sujeitos à invenção e às intrigas comuns entre militares que viviam o dia-a-dia da construção com o objetivo de terminá-la, não importavam os meios. Estavam em Macapá como representantes da colônia lusitana, que a história se encarregou de reconhecê-los mais tarde como heróis.

Ao me reportar que os construtores da FSJM são personagens de um romance, baseio-me em Carlo Ginzburg (2002. Pág.47), que, instigado por Walter Benjamim, incisivamente me exorta a ler os testemunhos [da construção] às avessas, até mesmo contra as intenções de

quem os produziu, porque as fontes nem sempre são dignas de crédito. Essas fontes – as cartas –, soltas, fogem à forma de um romance tradicional da ficção, e mais trazem uma realidade extratextual de uma narrativa literária rica e informativa, na qual estão embutidos vários gêneros discursivos.

Yurgel Caldas informa que o herói romanesco se constrói pela aventura, na qual a oportunidade dá a ele a possibilidade de se constituir como sujeito de uma história e de encontrar sua própria essência (CALDAS, 2007. Pág. 61). Nesse processo, a construção da FSJM deu principalmente ao engenheiro militar e um dos principais missivistas do período de construção da obra, Henrique Galúcio, essa oportunidade. Uma oportunidade não ficcional, mas real e moderna no cenário em que vivia em Macapá, separado da família, servindo o reino no ambiente que idealizou, riscou (fez as plantas arquitetônicas) e construiu. Faleceu em plena execução da obra em 1769, aos 41 anos, de malária, assim como o seu arquirrival, Nuno Athayde Varona, comandante da Praça de Macapá, seis meses antes, da mesma enfermidade.

O romance, segundo a categorização de Anthony Burguess (1994), é um gênero de ficção, e esta, pode ser definida como arte ou habilidade de inventar, através da palavra escrita, representações da vida humana que instruem ou divertem, ou ambas as coisas. Seus principais elementos são: o cenário, as personagens, a trama, o foco narrativo e o ponto de vista, a abrangência e a dimensão e, o mito, simbolismo e significado.

Mas as narrativas das cartas dos construtores às vezes estão imbricadas, às vezes são contraditórias a outras cartas sobre um mesmo acontecimento.

Entre os engenheiros militares portugueses que acompanharam o italiano Henrique Galúcio (Enrico Galluzzi) destaca-se o sargento-mor e engenheiro Henrique João Wilkens, também poeta, que por anos serviu em Macapá, tendo substituído Galúcio na construção da FSJM após a morte deste. Wilkens escreveu e publicou, no final do século XVIII, o primeiro poema épico da Amazônia, denominado “A

Murahida", que narra a conversão ao catolicismo dos índios mura, do alto rio Madeira, para onde foi destacado depois de entregar a construção da obra para o engenheiro alemão (também militar do exército colonial português) João Geraldo Gronfelts.

Com a assunção de Dona Maria I ao trono português, e a consequente derrocada do marquês de Pombal, a FSJM ficou entregue às intempéries. Palma Muniz informa que ela foi inaugurada no dia 19 de março de 1782, muito embora não concluída definitivamente (MUNIZ. s.d.). O historiador diz ainda que:

> À sombra da fortaleza desenvolveu-se a villa de São José de Macapá, sempre gozando das vantagens de centro militar, até a independência do Brasil. Com esta, retirados os recursos que o governo colonial dava com vantagem à praça de guerra, entrou Macapá em decadência: a sua fortaleza arruinou-se, chegou mesmo a servir de curral de animais, e o seu archivo, importante repositório de nossa história colonial, esvaiu-se no desleixo e abandono a que o governo do Império relegou as suas províncias" (*Idem*)

Embora tão abandonada como a cidade em que foi construída, a FSJM sempre serviu de inspiração para poetas. É de Jarbas Cavalcanti (1973) a informação de que a "Antologia Amazônica", organizada por J. Eustáquio de Azevedo, em 1904, traz o célebre soneto "Maria Bárbara", de autoria do poeta romântico Tenreiro Aranha (1769-1811), que exalta a fidelidade de uma mameluca, esposa de um soldado da guarnição da fortaleza, pertencente ao Regimento Militar de Macapá. No poema a heroína preferiu a morte à traição do esposo. O drama é cantado desta forma:

> **SONETO**
> Se acaso aqui topares, caminhante,
> Meu frio corpo já cadáver feito,
> Leva piedoso com sentido aspeito

Esta nova ao esposo aflito, errante.

Dize como de ferro penetrante
Me viste, por fiel, cravado o peito,
Lacerado, insepulto, e já sujeito
O tronco frio ao corvo altivolante.

Que dum monstro inumano lhe declara
A mão cruel me trata desta sorte,
Porém que alívio busque à dor amara,

Lembrando se que teve uma consorte
Que, por honra da fé, que lhe jurara
À mancha conjugal prefere a morte (CAVALCANTI. 1973. Pág. 23)

Faz-se necessário observar que tanto as obras relacionadas à Macapá e às da FSJM escritas no período colonial, e até mesmo durante o Império desapareceram. As cartas dos construtores são um exemplo disso, pois poucos documentos foram guardados nos códices do Arquivo Público do Pará. Os documentos que usei no meu trabalho, já referido, são apenas os que foram emitidos de Macapá para Belém (sede da Província do Grão-Pará), não tendo encontrado as de Belém para Macapá, mas apenas referências às respostas e aos apelos dos construtores nas cartas que eles mesmos dirigiam aos governadores.

No caso de Tenreiro Aranha, pouca coisa de sua produção chegou aos nossos dias: a “Oração ou bom discurso”, “Ode Pindarica”, “Drama pela fundação da casa para depósito de pólvora do rio Aurá, perto da cidade do Pará”, “Os pastores do Amazonas, drama pastoril”, “A felicidade no Brasil, drama em um só acto” e “Melizo, idylio” (ARANHA, 2015).

Dois incidentes causaram a perda da maioria de sua obra.

> O primeiro aconteceu em 1832, quando seu filho, João Batista, que se tornou presidente da Província do Amazonas, teve a bagagem perdida em um naufrágio em Icoaraci, extraviando, assim, uma coleção de originais do poeta; no segundo, em 1835, os escritos que estavam em sua casa, em Belém, foram saqueados pelas tropas repressoras [da Cabanagem] que destruíram os preciosos documentos (*Idem. Pág, 23*).

O soneto "Maria Bárbara", a meu ver, é apenas um exemplo do elo da literatura sobre a FSJM à questão das identidades amapaenses. Porém, é conveniente transcrever aqui o poema "Macapá", de autoria do médico e político amapaense Alexandre Vaz Tavares, publicado em 1889. O texto bem traduz a revolta do poeta, que era republicano, ao encontrar a FSJM entregue ao abandono e ao descaso político, na época em visita a sua terra natal, na qual o mesmo foi intendente em 1922. Considero este o primeiro texto poético sobre a cidade de Macapá e sobre o monumento, que fez parte da infância do autor, como ele bem coloca em seus versos octossílabos. Na realidade o poema pode ser dividido em três partes.

MACAPÁ

1ª parte

Na esquerda margem selvosa
Do rio-mar, o Amazonas
Pensativa e descuidosa
Como essas gastas madonas
Das noites de bacanal
Descansa da atividade
Dos anos, da nova cidade
A minha amada cidade
Minha cidade natal

Para leste orientada
Em face encara o nascente
De onde lhe envia a alvorada
Um beijo róseo-nitente
Em cada raio de sol

À noite, a lua de prata
Fios de perla desata
Por entre a florida mata
Onde dorme o rouxinol

Ao Oiapoque, o guiano
Vão seus solos marginais
Que se prolongam no plano
Das divisas boreais
Em serras em alcantil
A Oeste vastas campinas
Amplo tapiz de boninas
Com pingues raças bovinas
Riquezas e encantos mil

Nesta primeira parte o autor se reporta à localização da sua cidade e a descreve como como um lugar calmo que "descansa da atividade" em um tempo lento, mas eivado de "encantos mil", ainda que estenda sua descrição para lugares mais distantes de Macapá, sem deixar de mencionar os acidentes geográficos e as fazendas de gado, a grande riqueza pecuária, com suas "pingues (gordas) raças bovinas". Ele estava impregnado pelo simbolismo da época e pelo sentido de brasilidade que grandes autores como José de Alencar e Castro Alves, já vinham influenciando a sociedade e os escritores por todo o país, por meio de livros e folhetins.

2ª parte

Por atalaia gigante
Ou em sinal de defesa
Do granito mais possante
Levanta uma fortaleza
Negras muralhas ao sul.
Outrora, adornadas em aço
Faziam troar o espaço
Dos canhões seus com o fracasso
No vasto horizonte azul

Outrora, quando ascendia
Sobre aquela grimpa ingente
Entre os sons da artilharia
O pendão aurifulgente
O auriverde pavilhão

Trajava a cidade inteira
Alva roupagem faceira
Pela data brasileira
Ou festa de devoção

Então que alegre não era
Ver-se o ledo rodopio
Em manhãs de primavera
Ou nas tardinhas do estio
De um povo em festa a folgar:
Moças com laços de cores
Raparigas com mil flores
Rapazes buscando amores...
Tudo era rir e brincar!

Hoje... lá jaz o colosso
Quase em total abandono
Formando quase um destroço
Na triste mudez do sono
Do desprezo mais cruel.
É correção de soldados
É presídio de forçados
É terror de condenados
De criminosos, quartel.

Hoje, o bronze já não salva
Da galharda bateria
Quer assome a estrela d'alva
Quer venha a findar o dia
Não fosse a luta feral
Do rio-mar como a procela
Ou os brados da sentinela
Quando, acaso à noite vela
Fora tudo em paz mortal...

O centro do longo poema refere-se à FSJM. O poeta a chama de "Atalaia gigante" e lembra os dias de festas cívicas e religiosas que deslocava toda a sociedade para as suas dependências, quando ela era usada como o lugar mais importante da cidade. Era para lá que as pessoas se dirigiam de roupas alvas para assistir o hasteamento da bandeira e o troar dos canhões seculares (que até hoje ainda disparam tiros em dias de festas como no aniversário da cidade, no Dia da Independência e no dia 13 de setembro, data da criação do Território Federal do Amapá). O autor lembra com saudade um tempo feliz, cheio de festas, onde "Tudo era rir e brincar". Em seguida traz o lamento de vê-la abandonada da sociedade e transformada em um lugar sangrento de tortura e morte, pois agora "É correção de soldados/ é presídio de

forçados/ é terror de condenados/ de criminosos quartel". Aqui o poeta inicia sua revolta contra o estado em que a Fortaleza se encontra e acusa os militares de se igualarem a criminosos. Não há mais salva de canhões. Tudo se transforma em sua realidade e ficam apenas os ecos do que fora na memória de Vaz Tavares.[1]

3ª parte
Maldito! Maldito seja
Vezes mil um tal governo
Que insaciável deseja
Céus e terra e até o averno
Desfeito em ouro só!...
Maldito, porque os legados
De nossos antepassados
Em vez de serem zelados
São desprezados sem dó!

Sim! Maldita a monarquia
– Aleijão de privilégios
Que cegamente confia
Aos fáticos caprichos régios
A sorte de uma nação.
Ao sistema – imperialismo
Ao torpe maquiavelismo

d'El-Rei, senhor – egoísmo
Maldição! Sim, maldição!...

---

1. Decretada pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo presidente da Província do Grão-Pará, Henrique de Beaurepaire Rohan, a Lei nº 281 de 6 de setembro de 1856, que eleva Macapá de vila à cidade, foi selada e publicada no mesmo dia e registrada no livro 3.º de Leis e Resoluções Provinciais no dia 9 de setembro. Esses dados se encontram na "Collecção das Leis da Província do Gram-Pará", Tomo XVIII, Parte 1ª.

Dorme, cidade e, em seu sono
Sonha os fulgores de outrora
– Veneza já teve um trono
Já foi dos mares senhora
E às nações já leis ditou
Mas, hoje, ei-la: descansa
Rememorando a pujança
Do fastígio que a mudança
Dos tempos lhe arrebatou...

Dorme!... tens aos pés prostrado
O rio-mar, bardo eterno
Que entoa sempre inspirado
Ora, o canto mais galerno
Ora, os hinos do tufão...
Dorme aos sons das cavatinas
Das aves entre as cortinas
Dessas florestas divinas
Do teu risonho sertão! (MEIRA, CASTRO e ILDONE, 1997).

Na última parte, o poeta se insurge com o governo monárquico[2], amaldiçoando-o "Porque os legados/ Dos nossos antepassados/ Em vez de serem zelados/ São desprezados sem dó!". Ele espragueja o regime pelo desprezo à FSJM, o maior orgulho de sua terra natal de sua época, e pela ideologia do sistema político imperial e suas ações maquiavélicas expressas na sua catarse poética. Elogia a mudança do regime de Veneza e por fim encerra o seu profundo lamento, onde parece prever mais um tempo calmo, quando o lugar sonolento dorme ao canto da natureza se resguardando em seu "risonho sertão" para o porvir. Macapá ficaria praticamente intacta em sua vida cotidiana até

2. Lembro, porém, que o texto foi publicado em 1889, ano da Proclamação da República.

se transformar, em 1943 – 54 anos depois –, na capital do Território Federal do Amapá, desmembrado do Pará. Vaz Tavares foi intendente do município de Macapá por um curto período, em 1922.

Esses textos sobre a fortificação ensejam o início de uma produção literária e discursiva que viria lhe dar uma significação maior, principalmente após a criação do Território, onde Macapá se desenvolveria à sua sombra, como nos tempos de sua construção realizada pelo governo colonial. E ela se tornaria, então, juntamente com o Marco Zero do Equador e o rio Amazonas os principais elementos icônicos da cidade e elementos constitutivos das identidades em formação, junto a um projeto político de Governo que implantaria um discurso ideológico de efeito profundo para mudar a tradição e o *modus vivendi* da população local.

Esse discurso – com o qual me ocuparei mais tarde – trata de um discurso fundador que incita e molda o Outro a ser como o emissor (o poder dominante) o quer. O Outro, na perspectiva de Joanildo Buruty (1977), não é um ser em plenitude, é um ser desejante. São todos aqueles que existem na literatura sobre a FSJM e nas suas relações sociais. São personagens de um contexto histórico-literário, que viveram e que foram desterrados e degredados no mundo desconhecido daquela Amazônia setecentista envolta em mistérios fabulosos de esquecimentos, silenciamentos e mortes, longe dos clarões do iluminismo europeu; são migrantes que se instalaram na cidade ao redor da fortificação, vindos em busca de um eldorado tosco e do emprego fácil quando da instalação da capital do Território Federal do Amapá; são aqueles que acreditaram na promessa política de uma nova Zona Franca em Macapá; são, enfim, nativos e estrangeiros desvalidos, mas esperançosos, a olhar por cima dos muros da FSJM o maior rio do mundo correndo para o mar, com sua pujança da força das marés lançantes e a calmaria de um remanso na maré seca. São todos que os trouxeram para o Amapá a sua cultura, seus sotaques e costumes e se somaram à experiência dos nativos, no discurso e na imaginação dos autores literários.

Nos meados da década de 1970 (Governo Arthur Henning), o Governo do Território iniciou um processo de aterramento da área em frente à FSJM e a Prefeitura Municipal de Macapá só permitiu a construção de casas de alvenaria, devido aos incêndios que destruíram grande parte da área comercial. Foi construído o canal da Avenida Mendonça Júnior e iniciado o aterro da área oriental, onde hoje está o Banco do Brasil e a praça norte da FSJM, junto ao complexo Turístico Beira-Rio, em frente ao Macapá Hotel. Anos depois, após inúmeras "reparações" e tentativas de restauração, já em 2006, foi inaugurada a praça sul, que a mídia chamou de "lugar bonito" e que o povo passou a assim considerar (Governo Waldez Góes). Antes, porém a gestão do Governo Estadual anterior (Governo João Capiberibe) revitalizou o Trapiche Eliezer Levy, que anteriormente era de madeira e principal porto de Macapá, diminuindo-lhe o tamanho em mais de 200 metros, mas com um restaurante no seu final, ligado por um bonde elétrico para passageiros.

O bairro de Santa Inês, no lado sul do forte também foi aterrado até onde se localiza hoje o bairro do Aturiá, passando pelo Complexo Turístico do Araxá. Ao meio dessas transformações na paisagem, o rio Amazonas e a Fortaleza são algumas das poucas permanências que restaram de um longo tempo de mudanças e de decisões de intervenção urbana para a área.

Para ser o que é hoje para o povo da cidade de Macapá, a FSJM passou por inúmeras restaurações, e se estabelece na paisagem como um elemento de referência para todos os planos diretores realizados ou não pelos Governos municipais e territoriais.

A FSJM tornou-se um ícone-referência após as facilidades da mídia em colocá-la com símbolo da cidade, que está presente em todas as representações imagéticas: sejam elas religiosas, políticas, militares, plásticas, poéticas, estéticas, discursivas ou meramente comerciais. Mas representa, antes de tudo, um patrimônio local resguardado enquanto museu aberto à visitação pública e como símbolo do povo amapaense.

Ao lado de toda a exuberância que lhe foi dada esteticamente, o que lhe valeu o prêmio da revista “Caras” como uma das Sete Maravilhas do Brasil[3], o vandalismo, a violência e a falta de manutenção pelo poder público começaram a incomodar camadas da população, os caminhantes do entorno e os frequentadores do lugar. Por si só realmente ela está presente no dia-a-dia da sociedade como um símbolo que marca a cidade, embora em seu entorno algumas ações de nada combinam com esses valores. Nem se conta aqui a falta de perspectiva para minimizar o problema de vendedores ambulantes que se fixaram com suas mercadorias em diversos pontos da zona comercial central, e que fazem ponto no canal da Avenida Mendonça Júnior e por trás do Mercado Central, além das construções comerciais precárias que ficaram por perto da fortificação. Nem se conta também a pichação das suas muralhas e a poluição das águas do rio Amazonas num tempo em que se inicia de verticalização de Macapá com a força avassaladora do capital.

Por outro lado, artistas de diversas áreas veem e usam a FSJM como o *locus* da cultura amapaense. Da dança dos grupos afrodescendentes a exposições fotográficas; das mostras de artes plásticas aos shows musicais; da poesia e da prosa literária, passando por mostras arqueológicas e de vídeos a palestras sobre arte e cultura, tudo passa por ela. Há também os *megashows* musicais em eventos comemorativos e tradicionais realizados em palcos montados dentro dela e em seu entorno, demonstrando, assim, os diversos usos e contra usos do lugar (LEITE, 2007. Pág. 284/88)[4]. Nesse contexto, infere-

3. A revista Caras, em parceria com o banco HSBC, promoveu o concurso As Sete Maravilhas Brasileiras por meio de voto virtual em 2007 e a FSJM foi uma das contempladas. Com o resultado o Parque do Forte (Praça da parte sul da fortificação, também conhecido como “Lugar Bonito” devido a propaganda nos meios de comunicação local) ficou conhecido em todo o Brasil e se consolidou na paisagem urbana, levantando, assim a autoestima dos amapaenses.

4. Usos e contra usos são reflexões sociológicas para o conceito de *lugar*, ao qual Leite entende “que é uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por elas delimitados reflexivamente”. Um *lu-*

-se que a arte possibilita reflexões acerca do cotidiano dos grupos sociais e pode ser analisada como microcosmo das relações de um dado espaço que consiste em ser "uma das chaves para a compreensão das transformações e permanências, e uma das lentes para a percepção do denso emaranhamento dos processos de construção de identidades coletivas" (REIS, 2007. Pág. 213).

Deste modo, posso inferir que o lugar da FSJM também é o espaço de interação simbólica e de convivências dinâmicas, devido os seus usos no espaço em que ela foi construída, exercendo uma espécie de vínculo atrativo de interesses socioculturais que dá ao lugar uma identidade compartilhada pelos frequentadores das atividades ali desenvolvidas.

A cidade de Macapá, como qualquer outra cidade amazônica de médio porte, tende a diluir a memória de seus habitantes por estar sempre em transformação, dado o seu crescimento desordenado, o alto índice de migração e as mudanças causadas pelas contingências do seu desenvolvimento urbano presente. Mas, considerando que a memória tenta decifrar o passado, tem ela, também, o papel de fixar os sentidos e a identidade, permitindo a sociedade traçar suas origens e reconhecer suas permanências independentemente do tempo. Ela também possibilita o reencontro com o sentido de pertencimento e tem a capacidade de viver o tempo presente (*Idem*).

Mas há, certamente, uma produção em que a referida obra militar está contextualizada e concretizada pela memória dos produtores artísticos e pelas ações do Poder Público. As administrações dos governos estaduais passados realizaram sucessivas reformas e revitalizações na FSJM no intuito de legitimá-la ainda mais como um ver-

---

gar, para Leite, "é sempre um espaço de representação, cuja singularidade é construída pela 'territorialidade subjetivada' (Pág, 285), mediante práticas sociais e usos semelhantes". Após buscar conceitos de outros autores sobre o tema, ele joga sobre o leitor a perspectiva que "*lugares* são espaços de convergências simbólicas que resultam de experiências compartilhadas mediante alguma possibilidade de *entendimento* sobre o que significa um certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais partilhados" (*Idem*).

dadeiro ícone da cidade, inclusive com muitas inserções na mídia eletrônica. Entretanto, e independentemente dessas ações políticas, pela sua permanência no espaço e no tempo e pelo seu papel histórico, ela representa, sim, o símbolo da cidade e ícone material e memorial da sociedade macapaense. As concepções literárias, expressas nos diversos discursos sobre ela, vinculadas ou não ao passado, são o resultado dessa relação que, no meu entender, vem a contribuir para o processo de formação da identidade local.

Desta forma há uma necessidade de se observar o monumento, hoje, sob o olhar de uma memória coletiva. O escritor e o poeta fazem parte dela, e suas obras representam seus sonhos e utopias, que através de suas sensibilidades, conforme afirma Glória Reis, tem desejos de manutenção de valores e sentidos, alternativas de engajamento político ou de ativismo social. Sobre isso ela diz ainda que

> Referentes da identificação coletiva, as experiências vividas, as maneiras de ver, escrever, pintar, esculpir, pensar, falar, ouvir, fotografar, relatar, cantar, dançar e representar trazem, pois, informações essenciais sobre a vida no espaço urbano e tem caráter documental. Os artistas, testemunhos das dinâmicas da vida urbana, fazem parte do patrimônio humano da cidade e suas memórias são preciosos instrumentos de construção de identidades coletivas (REIS. *Op. Cit*, Pág. 218)

Reis vai mais além nessa perspectiva de ver nos artistas elementos que têm realidades abrangentes, que quando falam de suas lembranças adquirem "o direito de transitar por temas e períodos de sua própria vida e passam então a reler e valorizar a própria história" (*Idem*. Pág. 219). Ela afirma que se forem confrontados os depoimentos dos artistas com a análise das articulações das circunstâncias encontradas na cidade, é possível decodificar uma série de elementos que fazem parte do modo de vida, dos hábitos, das estratificações sociais e as tendências de transformações.

A memória dessas pessoas e desses artistas representa uma espécie de suporte das identidades. Cada olhar contido em uma poesia, em uma produção artística, reflete uma experiência capaz de fornecer memórias sobre a história da cidade, com seus respectivos detalhes sobre a FSJM. O lembrado e o esquecido compõem uma experiência que é ao mesmo tempo individual e coletiva, de forma a constituir o sujeito na medida em que "relembrar é identificar-se consigo e com o outro" (*Idem*).

E, nessa lembrança, quando a FSJM é considerada espaço de preservação e edificação da cidade que faz a vinculação com o passado, é preciso vê-la com suas significações que o levaram a ser um ícone.

Apesar de ter sido iniciada oficialmente seis anos depois da fundação de Macapá (1758), a FSJM é, como o disse antes, a gênese da formação da cidade, que ao longo de mais de dois séculos foi mudando o seu eixo de ocupação.

É preciso, portanto, considerar que a conquista da Amazônia pelos portugueses suscita uma história diversificada e rica em detalhes; que as fortificações por eles construídas são marcos de suas lutas pela expansão das fronteiras, e que no bojo de tudo isso está a FSJM, na qual inúmeros olhares se fixaram e se desvaneceram pela memória quase diluída, pelas lembranças e esquecimentos, expurgadas pelo nascimento de um novo tempo.

Então, o conceito de identidade deve ser visto como "uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 1997. Pág. 13).

Mas não é só isso que entra em jogo. Há inúmeros conceitos sobre o sentido da diferença. E a diferença nesse ponto de vista também existe independente, assim como a identidade (SILVA, 2000. Pág. 74). Silva afirma ainda que a diferença é um produto derivado da identidade, onde esta é a referência para os dois conceitos, "o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isso reflete a tendência a

tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos" (*Idem*).

Essa referência será um dos pontos de apoio para a análise que pretendo fazer na literatura sobre a FSJM em relação ao tema.

O alto índice de imigração, (em torno de 5,6%, de acordo com o IBGE:2000) nos anos 1990 (quando da implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS) causou um grande aumento populacional em Macapá. Com isso, os hábitos e a cultura dos habitantes do Estado foram mudando. Os migrantes se estabeleceram com suas famílias e fixaram suas raízes.

Com o advento da mídia eletrônica e a facilidade dos estabelecimentos comerciais de transmitirem jogos de futebol pela televisão, por exemplo, os torcedores se dividem entre torcer por times rivais de outros estados, o que praticamente pode ter contribuído para a estagnação do futebol profissional local. O carnaval e a quadra junina, talvez por terem mais consumidores e eleitores, recebem mais subsídios e incentivos financeiros governamentais para a sua realização do que os tradicionais ciclos de festas populares de origem africana como o Marabaixo e o Batuque. A festa do padroeiro São José nem se compara com a multidão de devotos de origem paraense de Nossa Senhora de Nazaré, apenas para dar outros exemplos de aceitação de outras culturas (Obs. Enfocado no Capítulo I).

Por outro lado, alguns amapaenses, ao mesmo tempo em que louvam e enaltecem as belezas turísticas do Estado, que se orgulham de sua ancestralidade indígena e africana, defendendo a cultura local com sofreguidão, muitas vezes negam essa descendência e se contradizem.

Esse paradoxo identitário é citado frequentemente como exemplo por viajantes macapaenses, dentro do Brasil (ao menos no Sul), que sofreram algum tipo de preconceito por serem amazônicos, por viverem na selva e que, portanto, são "selvagens", porque vivem em ambientes naturais perigosos. Eu questiono então, a partir da literatura

produzida explícita ou implicitamente sobre a FSJM, desde o período de sua construção até hoje: de que forma ela ancora significados sobre as identidades amapaenses?

Deste ponto posso afirmar que a literatura das pedras, enquanto meu foco de análise são as narrativas literárias, textuais de escritores e poetas, que também é o meu campo de pesquisa.

O meu objeto propriamente dito é a FSJM, a literatura e a identidade, pois trabalhei no processo de como as identidades amapaenses se constroem a partir da literatura de autores que são ou que tenham representado a ordem (o Estado) e os da contraordem e suas oposições ao discurso do Estado, tomando como referência a Fortaleza de São José de Macapá.

Essa literatura tem os seus períodos específicos aos quais chamo de *temporalidades literárias* para situar metodologicamente o tempo de suas criações. São voltadas (em forma de capítulos da tese) para: 1) Período da construção da FSJM (1764-1782). 2) Período da criação e instalação do Território Federal do Amapá – Governo de Janary Nunes (1944-1956). 3) Período ditatorial (1964-1985) e 4) Período Democrático, a partir de 1985, passando pela criação do Estado do Amapá, em 1988, até a atualidade. Esses períodos parecem falar da construção de uma identidade local, a meu ver, a partir do que foi escrito sobre a FSJM. São, por isso, os processos temporais que fazem parte do meu objeto.

Na construção do presente trabalho verifiquei que para me estabelecer no processo constitutivo da sociedade amapaense era necessário panoramizar aspectos inerentes ao Amapá a fim de que, *a priori,* pudesse ter mais condições de falar sobre identidades e memórias, historiando esses aspectos da vida cultural amapaense. Daí ter optado pela feitura de um primeiro capítulo sem as temporalidades específicas dos demais.

Os autores que falam sobre a FSJM foram selecionados em função de suas categorizações nas temporalidades históricas e literárias,

onde a ordem e a contraordem foram preocupações inerentes ao objeto da pesquisa. Foram trabalhados vários gêneros literários, como as cartas dos construtores da FSJM, o discurso fundador, a literatura oral, o romance, a poesia, o conto e a crônica.

O que pode parecer muito amplo sofreu recorte metodológico. E a escolha dos gêneros literários se deu devido à pequena produção relacionada à FSJM. Pequena, mas que teve força literária suficiente para imergir no trabalho, o que me permitiu realizar o manejo do material pesquisado, pois tenho a certeza que ele se enquadrou nos objetivos.

Os autores que trabalhei estão divididos nas temporalidades expostas acima. Na segunda temporalidade, que trata do discurso fundador do Território Federal do Amapá, estão o primeiro governador do Amapá, Janary Gentil Nunes; Álvaro da Cunha, o organizador da “Mística do Amapá”, que também era burocrata e poeta; a antropóloga Dominique Gallois, que fala a respeito de “Mairi”, (a FSJM) do mito fundador dos índios waiãpi, e diversos políticos brasileiros que deixaram suas impressões sobre o Território Federal do Amapá no período de gestão de Janary Nunes (1944 -1958). Na terceira, que se refere ao período da ditadura militar, estão os autores Maria Ester Pena de Carvalho (romancista), Ray Cunha (contista e romancista), Jorge Hernani (romancista), Luiz Jorge Ferreira (poeta), José Araguarino de Mont’Alverne (ex-inspetor da Guarda territorial e ex-delegado de polícia e cronista), um cronista anônimo que publicou um texto sobre a Doca da Fortaleza em uma revista local. A quarta temporalidade traz textos do poeta Joãozinho Gomes, da cronista Luli Rojanski, do cronista e memorialista João Alberto Capiberibe, ex-governador do Estado do Amapá, da cronista e memorialista afrodescendente do quilombo do Curiaú Esmeraldina dos Santos, dos poetas Almeida Júnior e Roberto Serra, dos irmãos poetas Jeconias, Hodias e Obdias Araújo, que quando crianças moraram dentro do prédio da FSJM (onde seu pai exercia a função de coureiro e seleiro no início do Território Fe-

deral do Amapá), do ex-senador pelo Amapá, escritor José Sarney e outros autores que se referem à edificação contemporaneamente. Na primeira temporalidade (II Capítulo) refiro-me ao papel dos construtores e suas identidades e alteridades ao chegarem com a missão de construir a fortificação. O material analisado é fruto de suas narrações missivistas no período. Devo observar que nas três últimas temporalidades há uma gama de textos publicados em jornais, livros, postais, folders e prospectos turísticos e culturais sobre a FSJM que ora se revelam amorosos-poéticos e ora nacionalistas-ufanistas. São textos eivados de códigos ideológicos, responsáveis pela disseminação dos valores cívicos e patrióticos, desde a segunda temporalidade, mas com evidência vigorosa durante os anos do governo militar.

Foi necessário também, refletir em como as ideologias são representadas na literatura e sobre os textos dos autores que trabalham representações simbólicas, além de identificar ideias e registrar pontos divergentes. Isso certamente foi possível a partir dos momentos de reflexões e diálogos, a fim de que pudesse tecer minhas considerações sobre o fato estudado.

É através da pesquisa que essas questões são dirimidas. Para mim são questões angustiantes e intrigantes, mas que se movem e se articulam notadamente nas narrativas dos escritores locais e dão sustentação empírica às reflexões e aos objetivos teóricos que tentei atingir e decifrar por meio das diversas elucubrações sobre essa construção icônica e representativa da vida amapaense. Ao considerar esses aspectos descritos e analisados na tese primeiramente descrevo o arcabouço teórico utilizado. Apoiei-me na Sociologia da Literatura de Antonio Cândido, que preconiza como objetivo

> focalizar vários níveis da correlação entre literatura e sociedade, evitando o ponto de vista mais usual, que se pode qualificar de paralelístico, e outro, a sua ocorrência nas obras, sem chegar ao conhecimento de uma efetiva interpenetração (CÂNDIDO, 200. Pág. 1).

Para esse autor, a

> sociologia da literatura não propõe a questão do valor da obra, e pode interessar-se, justamente por tudo o que é condicionamento. Cabe-lhe, por exemplo, pesquisar a voga de um livro, a preferência estatística por um gênero, o gosto das classes, a origem social dos autores, a relação entre as obras e as ideias, a influência das organizações social, política e econômica, etc. É uma disciplina de cunho científico, sem a orientação estética necessariamente assumida pela crítica (*Idem*. Pág.6).

No intuito de deixar bem clara a questão diferencial da crítica literária e a sociologia da literatura, Cândido fala das mudanças atuais nesses dois campos de estudo e dos perigos que tanto a crítica literária quanto a sociologia podem enfrentar quando o pendor para a análise possa obliterar a verdade básica, "isto é, que precedência lógica e empírica pertence ao todo, embora apreendido por uma referência constante à função das partes" (*Idem*. Pág. 9). O outro perigo é que a preocupação do estudioso com a obra se dê fora dos limites da autonomia da análise. Não se pode exacerbar o senso da função interna dos elementos, em detrimento dos aspectos históricos que para Cândido é a dimensão essencial para apreender o sentido do objeto estudado.

Antonio Cândido procura delimitar terrenos nos estudos sociológicos da literatura construindo para isso uma tipologia que abrange seis tipos de estudo. Ele dá legitimidade a todas as modalidades e suas variantes afirmando que

> Quando bem conduzidas, fecundas, na medida em que as tomarmos, não como crítica, mas como teoria e história sociológica da literatura [...]. Em todas, nota-se o deslocamento de interesse da obra para os elementos essenciais que formam a sua matéria, para as circunstâncias do meio que influíram na sua elaboração, ou para a sua função na sociedade (*Idem*. Pág. 12).

Entre os escritores que encontrei nas temporalidades estudadas na tese, há discursos, obviamente, que não trazem o ar da contemporaneidade. Embora muitos valores e regionalismos tenham mudado de configuração desde o Movimento Modernista de 1922 e, apesar da literatura brasileira ter entrado em diversas crises, sempre conseguiu reagir diante das circunstâncias do novo, encontrado novas formas de se revestir e mudar, de traçar novos e universais caminhos diante da tecnologia e da informação. Entretanto, muitos dos poetas e escritores amapaenses ainda se vestem com a camisa de força do Modernismo e de sua forma discursiva para se limitar e se conflitar no tempo e no espaço onde existem contradições ideológicas nítidas. O autor em questão entende literatura por:

> Fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem as relações dos homens entre si, e que, tomadas em conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos íntimos. Toda obra é pessoal, única e insubstituível, na medida em que brota de uma confidência, um esforço de pensamento, um assomo de intuição, tornando-se uma "expressão" (*Idem*. Pág. 127)

É importante verificar que o autor trabalha a deslocação espacial dos escritores dizendo que ela ocorre de forma diferente nos diversos Estados da Federação. Por isso ele reitera que só existe literatura quando houver alguma congregação espiritual e formal que esteja se manifestando por meio de pessoas que fazem parte de um grupo, segundo um estilo, um sistema de valores, um público, uma forma de transmissão e uma herança, que venha dar significado a integridade desse espírito criador dentro do grupo.

A metáfora que utilizei a partir do título da tese, poderia também ser a de uma literatura das águas, considerando os aspectos geográficos da cidade de Macapá – o *topos* da FSJM – onde ela tem à sua frente o maior rio do mundo em volume d'água e em comprimento sobre

a planície, desde os Andes: o Amazonas, que em eras geológicas corria ao contrário do seu percurso atual. Águas que abrigam toda sorte de alimentos em seus nichos ecológicos e que tem entre os seus habitantes uma diversidade antropológica viva em suas margens. Pessoas que convivem com os mitos e lendas indígenas e quilombolas e com suas crenças elementais, ainda que quase sempre oprimidas pelas circunstâncias políticas, sociais e econômicas.

Considerando ainda que todo o território amapaense é fustigado pelas chuvas e que por baixo do Amazonas foi descoberto o maior rio aquífero do planeta, diria que a água é o que mais se aproxima metaforicamente no que concerne à "pele" da identidade local. Poderia ainda falar do sol e de seus adoradores, de uma literatura brilhante que tivesse alma, um sistema de valores diferenciado e um público que aceitasse essa condição e desse crédito à transmissão desses valores como herança cultural legítima, condição básica para a análise das identidades locais uma vez estabelecidas no meio do mundo, sob a linha do equador.

Entretanto, procurei a condição dos homens, os que transformaram pedras em pedaços de moradas e de defesa, que obrigaram índios e escravos negros trabalharem até à morte em nome de uma conquista colonial, de uma terra desconhecida, mas rica em recursos naturais e cobiçada por muitos povos e inúmeros inimigos. Nessas condições estava a FSJM sendo erguida sob a égide das intempéries, das procelas e das intrigas de homens degredados, de homens e mulheres deslocados de seus locais de origem e que sabiam das dificuldades de regresso. E depois vieram os literatos com suas criações, construindo no meio do mundo textos identitários como se fossem pedras coladas com o *cury,* uma argamassa feita de cal e óleo de baleia, até a inauguração de uma literatura local que, como a FSJM, está inconclusa, é pouco estudada e está em constante restauração.

Ainda no Império, uma sugestão sobre as pedras da FSJM, felizmente não aceita, é estarrecedora. Afonso Justiniano de Mello, o mi-

litar que escreveu um relatório do Comando da Fortaleza em 18 de agosto de 1876, sugeriu que se derrubasse a fortificação para que suas pedras e os entulhos dos baluartes fossem usados para aterrar uma grande área pantanosa existente na cidade (que havia sido elevada a essa categoria vinte anos antes). O objetivo do militar era preservar os habitantes de Macapá das doenças como a malária (CASTRO, 1999. Pág. 192).

Apesar da ”boa intenção” do militar, um empreendimento dessa natureza seria quase impossível para a época, em virtude da falta de tecnologia e principalmente de recursos financeiros, afora a insanidade de apagar mais uma vez a marca histórica da conquista lusitana na Amazônia e deixar a possibilidade de mais um fato nesse palimpsesto sucessivo das construções militares na região (CANTO. *Op. Cit.*).

Na sequência trago referências a Clifford Geertz, na construção do III Capítulo sobre questões políticas e culturais, aspectos esses que têm a ver com as outras temporalidades. Como falamos acima, a segunda delas trata do período da criação e instalação do primeiro governo do Território Federal do Amapá, em 1943, que escolheu Macapá para capital e fez imediatamente mudanças estruturais na área urbana e no modo de vida (cultura) citadino. Essas mudanças ocorreram de forma impactante, quando o governo instalado remanejou os habitantes nativos do centro da cidade e da beira-rio, na área de entorno da FSJM, para bairros criados no intuito de absorver essa população, constituída, sobretudo de negros pobres, descendentes de escravos.

No seu texto “A Política do Significado”, (Capítulo 7 do livro A Interpretação das Culturas), Geertz aborda a situação cultural e política da Indonésia que envolve um campo político no qual a cultura se sobressai como “estrutura de significado”. Ele diz que

> A cultura, aqui, não são cultos e costumes, mas as estruturas de significados através das quais os homens dão forma à sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas nas quais

> tais estruturas se desenvolvem publicamente. Com essa reformulação das duas – cultura e política – passa a ser um empreendimento mais praticável determinar a conexão entre elas, embora a tarefa não seja modesta (GEERTZ, 1979. Pág.206).

Este texto traz um importante conteúdo teórico para desvelar significados específicos da instalação do governo amapaense e seus tentames de estabelecer uma política caudilhista e autoritária (mais tarde oligárquica) do primeiro governador – Janary Nunes – no Amapá, embalado que estava na rede do "progresso" preconizado pelo ditador Getúlio Vargas, durante e depois da II Guerra Mundial. No bojo dessa estrutura do poder político e cultural (considerando as diversas visões dos autores literários nesses períodos), tentei refletir sobre as ações do governo de Janary Nunes, o inventor e divulgador da "Mística do Amapá", que foi o centro de um fenômeno cultural e psicológico, originado pela sua personalidade. Sua figura tem o caráter simbólico da dominação política e, a meu ver, da ideia de moldagem da identidade amapaense.

Por outro lado, a análise envolve a política como ação coletiva, pois nas quatro temporalidades históricas as estruturas sociais estão em franca mudança. O que antes era coeso e calmo transformou-se abruptamente pelas migrações sucessivas, pela formação no novo aparato urbano e pelas "emoções" (decisões) oriundas dos acontecimentos políticos. A dimensão simbólica da política, segundo Karina Kuschnir (2007), se constrói nas conversas, falas e discursos quanto nas decisões e ações empreendidas. Assim, tentei usar esses conceitos para esclarecer as temporalidades, materializadas nos discursos e na construção literária que se evidenciam historicamente para a questão identitária analisada.

Essas análises se evidenciam no corpo da tese com o conceito de lugar, pois ele abriga necessariamente a FSJM como o *locus* das identidades amapaenses. A literatura sobre ela se apresenta como uma

menção inequívoca da realidade social, principalmente no que se refere “a um lugar” muito representativo da vida local.

Estes textos foram, a meu ver, importantes para o desenvolvimento da escrita da tese e pelo contexto histórico e cultura em que seus objetivos se alinham.

Certamente algumas orientações conceituais pensadas inicialmente foram deslocadas e ou evidenciadas do/no texto como contribuições para o entendimento intelectual e teórico que precisei para desvendar a esfinge FSJM e as identidades amapaenses, cujos conceitos estão embasados em Stuart Hall, entre outros, assim como os conceitos de cultura de Homi Bhabha e Clifford Geertz. Não posso esquecer teóricos brasileiros como, Antonio Cândido, Roberto Cardoso de Oliveira, Alfredo Bosi e Orlandi em suas abordagens sobre literatura, sociologia, identidade e análise do discurso, bem como autores da própria Universidade Federal do Ceará – UFC, que me proporcionaram outras visões de mundo sobre os diversos aspectos da identidade e da memória, tais como Isabelle Braz Peixoto da Silva, Alba Carvalho e Ismael Pordeus Júnior, além de outras expressões cearenses na sociologia.

Para chegar ao corpo da tese, entretanto, o tema que usei foi sendo, tal qual as pedras da fortificação, lapidado paulatinamente, pelo amadurecimento e contribuições de professores e colegas do DINTER, que me permitiram avançar. Mesmo tendo formação em Ciências Sociais, tornei-me aluno (a-luno = sem luz), guiado pela vontade de me situar teoricamente na contemporaneidade, pois havia vinte anos que estava afastado da academia, e me dedicava mais a literatura e à música. E entre estes papéis optei por procurar na FSJM o elo identitário temporal com a sociedade amapaense. Pesquisei em bibliotecas, jornais e arquivos pessoais e institucionais tudo o que pudesse estar relacionado ao objeto de estudo, selecionando textos avulsos, discursos, poemas, crônicas, romances, além das 374 cartas escritas pelos construtores da FSJM no período de sua construção (1764-1782), que esta-

vam comigo desde 1996, quando solicitei a um paleógrafo do Arquivo Público do Pará que as transcrevesse, pois objetivava escrever um romance sobre eles, o que não aconteceu. Algumas delas estão na primeira temporalidade da tese. Depois disso selecionei os textos organizando-os por períodos de tempo, que foram fundamentais para a consolidação dos capítulos.

No Capítulo V, por sugestão de professora Alba Carvalho durante a qualificação, incluí, com certa relutância pessoal, um item a respeito do meu trabalho enquanto literato amapaense, pois há anos escrevo sobre a FSJM. Convenci-me que isso não significa um gesto de arrogância nem uma atitude narcisista como a dos que praticam a literatura para si mesmo. Antes foi uma forma de me situar no espaço e melhor refletir sobre a criação literária dos autores, cujos textos usei para dimensionar meu objeto de estudo.

Ao entender que cada pesquisador tem seu estilo próprio de organizar seus dados, acredito que os registros da minha pesquisa bibliográfica e documental facilitaram o acesso para a sua consequente interpretação e análise.

Trabalhei com narrativas. Porém, para dar mais consistência aos dados usei entrevistas com alguns autores disponíveis, realizadas por meio de correspondência eletrônica (*e-mail*). Depois esses dados foram trabalhados nas temporalidades do corpo da tese. As perguntas das entrevistas foram as mesmas para cada autor e cada um deles teve o seu conteúdo biográfico nela citado. Nem todos os autores a quem emiti correspondência responderam às perguntas e um deles mandou-me com bastante atraso, por isso não pôde ser integrado ao trabalho.

Foi feita a análise comparativa dos dados em relação às quatro temporalidades para que eu pudesse compreender sociologicamente as relações entre fatores, contextos e ações políticas ou literárias, usando, claro, a teoria (desenhada a partir das especificidades do tema) para análise final da tese.

Apresento cinco capítulos dentre os quais as quatro temporalidades que nortearam o processo de escritura da tese. Por elas perpassam histórias do cotidiano, como os incêndios na área comercial de Macapá, próxima à fortificação, e outros acontecimentos que geraram textos literários relacionados a ela (crônicas).

Certamente que tive percalços no decorrer do processo de feitura da tese, entretanto eles foram esmaecendo no tempo pela orientação experiente e pela obstinação em tentar escrevê-la com segurança. Mas um dos desafios epistemológicos desta empreitada foi não me deixar influenciar, copiar ou me apropriar, mesmo inconscientemente, dos textos lidos, pela angústia excruciante e abrasiva que a pesquisa impõe ao pesquisador. É preciso ter uma constante vigilância para reparar a deturpação do conhecimento e evitar os perigos que a intertextualidade pode trazer ao corpo da escrita e à ética da pesquisa e do pesquisador.

O texto foi dividido em cinco capítulos:

No Capítulo I enfoco aspectos relacionados às identidades e acontecimentos da vida amapaense, o seu *zeitgeist,* em temas diversos e importantes para situar-me quanto à questão da identidade e memória.

No Capítulo II – Primeira Temporalidade – enfoco a construção da FSJM, por meio das missivas dos construtores e acontecimentos da época (Século XVIII, no período da sua ereção (1764-1782).

No Capítulo III – Segunda Temporalidade (1943-1956) – abordo as manifestações literárias e o discurso fundador do período de criação e instalação do Governo do Território Federal do Amapá, o mito de Mairi, a situação encontrada e as relações com os nativos, o Marabaixo, a gentrificação e a Mística do Amapá, com suas injunções ideológicas e a formação da identidade.

No Capítulo IV – Terceira Temporalidade (1964-1985) - trabalho o período ditatorial militar, com ênfase à FSJM como o lugar do terror, de memória e silenciamentos, o episódio do “Engasga-Engasga” e as comemorações do bicentenário da fortificação.

No Capítulo V – Quarta Temporalidade (1985-2014) – abordo o período de criação e consolidação do Estado do Amapá (1988) e os discursos políticos e as identidades, a partir da produção literária atual sobre a FSJM, a restauração do Parque do Forte e a sua memorabilia.

Em todos os capítulos, de uma forma ou de outra, perpassou a análise da literatura de autores da ordem estabelecida e da contraordem político-ideológica. Nesses capítulos também foram contempladas a questão da literatura e sociedade e as identidades culturais locais, considerando a FSJM como o *locus* das identidades e de geração dessa literatura.

A tese, deste modo, foi como um processo impulsionado pelos sonhos e sinalizado pelos pesadelos (a angústia do pesquisador), mas não há pesadelo ou esfinge tão temerários que não possam ser domados e diluídos pela vontade de transformá-lo em realidade social.

1
O ZEITGEIST[5] AMAPAENSE

Minhas reflexões sobre o Amapá nasceram pelos lugares que andei desde muito jovem, quando indagava por meio de minhas composições musicais e literárias quem eu era, se paraense ou amapaense, se amazônico também, amarrado na condição de ser brasileiro. Fui morar em Macapá[6] quando tinha sete anos de idade com meus ir-

---

5. *Zeitgeist* é um termo alemão cuja tradução significa *espírito da época*, *espírito do tempo* ou *sinal dos tempos*. O *Zeitgeist* significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo. O conceito de *espírito de época* remonta a Johann Gottfried Herder e outros românticos alemães, mas ficou melhor conhecido pela obra de Hegel, Filosofia e História. Em1769, Herder escreveu uma crítica ao trabalho *Genius seculi* do filólogo Christian Adolph Klotz, introduzindo a palavra *Zeitgeist* como uma tradução de *genius seculi* (Latim:*genius* - "espírito guardião" e *saeculi* - "do século"). Os alemães românticos, tentados normalmente à redução filosófica do passado às essências, trataram de construir o "espírito da época" como um argumento histórico de sua defesa intelectual. Hegel acreditava que a arte reflete, por sua própria natureza, a cultura da época em que esta foi feita. Cultura e arte são conceitos inseparáveis porque um determinado artista é um produto de sua época e, assim sendo, carrega essa cultura em qualquer trabalho que faça. Consequentemente, ele acreditava que no mundo moderno não é possível recriar arte clássica, que ele acreditava ser uma "cultura livre e ética", que dependia mais da filosofia da arte e teoria da arte, no lugar de uma reflexão da construção social, ou *Zeitgeist* em que este dado artista vivia. (Wikipédia, acesso em 22.06.2016)

6. 1962, na segunda vez que meus pais migraram para a capital do Território Federal do Amapá, vindos de Óbidos-PA. Eles moraram em Macapá nos anos de 1950/51. Etimologicamente, Amapá significa "o lugar da chuva" (SARNEY: 2008). A palavra Macapá vem do tupi, significando, de acordo com o "Vocabulário Tupi-Guarani Português", do professor Silveira Bueno. Ele diz, que "Nem sempre é fácil desentranhar o verdadeiro significado da palavra, colhido nos elementos construtores do vocábulo. A separação de tais elementos admite diversidades, decorrendo disso o fato muito comum de um topô-

mãos e meus pais que para ali migraram em busca de trabalho e de realizações de seus sonhos. Moro, portanto, há mais de cinco décadas nessa cidade que me acolheu, que aprendi a amar, que me reteve e me expulsou em momentos angustiantes e particulares, que vivi nos seus acertos e contradições, que cuidei e louvei como meu lugar, que me deu escola, família e o pensamento crítico. Morei no bairro do Laguinho, onde ser negro não era necessariamente a condição da aceitação; onde o açaí com peixe assado ou camarão cozido no bafo, alimento de todos, era o sabor e o cheiro incrustrado no sentido psicológico da infância e da adolescência. Ali participei de inúmeras atividades culturais e de cidadania, aprendendo com seus moradores os laços de união e traços de rivalidade, participando dos seus sonhos, desejos, frustrações e vitórias, coisas que me levaram à descoberta até inconsciente de suas identidades, ao observar as pessoas de longe e amá-las de perto. Toda a cidade me parece ser assim, com seus nichos estabelecidos e concretos em sua personalidade territorial.

O Amapá e especificamente, Macapá estão constantemente presentes nos meus escritos. O Amapá me deixa honrado de fazer parte dele, ainda que muitos amapaenses não conheçam a força e a dimensão multitudinária do seu processo identitário, que por ser processo, caminha alicerçado por padrões culturais plurais.

Neste tempo de observações reuni recursos etnográficos para melhor observar e tirar em meus escritos algumas conclusões sobre os amapaenses, rol que me incluo como filho adotivo "pegado de galho"[7](3), pois Macapá é o local que me faz configurações vinculares.

---

nimo apresentar duas ou mais interpretações". É o caso da palavra Macapá, que segundo T. Sampaio, significa o pomar das macabas (bacabas). De ma-caba = a coisa gorda, oleosa. Entretanto a palavra bacaba vem de ybá (árvore frutífera) + cabá (sebo, gordura), ambas de origem tupi. Para o padre Ângelo Bubani, que escreveu o texto "Pistas para a História da Evangelização do Território do Amapá (inédito), a palavra Macapá significa queimar, cuspir.

7. Termo usado popularmente para dizer que um ramo de uma planta pode ser plantado para que crie suas próprias raízes e renasça, em solos diferentes ou não, desde que seja regado e cuidado.

1.1. OS ESCRITORES

Por serem construções sociais que operam de maneira relacional e nunca absoluta, as identidades são definidas por contrastes e se apresentam em oposição a outras referências e categorias. Deste modo, meu objeto de pesquisa se apresenta não apenas como textos literários no contexto da identidade a partir do que os escritores pensam sobre a Fortaleza de São José de Macapá, mas também pelos significados que podem alterar-se, por serem opiniões relacionadas ao tempo, ao lugar e as gerações que existiram e existem, permeando as temporalidades colocadas historicamente neste trabalho.

Já morando em Fortaleza, essas reflexões me impulsionaram a um contato maior com a literatura de teor socioantropológico e me fizeram ler novamente clássicos da literatura brasileira como Iracema e O Guarani, do romancista José de Alencar, que me proporcionaram re/ver- re/ler o processo alteritário do indígena ao enfrentar face a face o colonizador (normalmente militar) branco. Nesse caso vi a imanência que está nos textos estudados pela Sociologia da Literatura, pela experiência que causa ontologicamente a quem os ler e, sobretudo, em quem se envolve amorosamente ao tentar decifrá-los enquanto textos literários. Assim, como exemplo, vou aludir diretamente ao escritor e missionário Eduardo Hoornaert

> Quando um estudante lê a frase Verdes mares bravios da minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes das carnaúbas, ele pode pensar estar declamando uma lição de classe. Na realidade está diante de um desafio. O texto de Alencar o questiona profundamente, pois em última instância o convida para uma declaração de amor ao Ceará. José de Alencar é o primeiro a namorar sua terra natal. A figura de Poti (em O Guarani) ou de Iracema (em Iracema) são símbolos do Ceará que merecem nosso amor. (HOORNAERT: 2002. Pág. 18)

Hoornaert crê que tal desafio é um fio condutor que dá ao leitor a sua própria condição de identidade e de amor à terra, uma vez que ele mergulhe a fundo nas águas dos romances. Uma proposta sem volta, devido a beleza, à aventura e ao conteúdo formal dos textos de Alencar, que trazem essa imanência que falamos acima, uma espécie de essência inerente a cada personagem do romantismo alencarino. O autor continua

> Os que escreveram antes dele sempre tinham falado das doenças, do clima excessivo e doentio, dos ares infectados, das dificuldades de comunicação, do atraso e sobretudo a ignomínia ao mundo indígena. Mas quando José de Alencar volta ao Ceará depois de já formado em Direito pelas faculdades de São Paulo e Olinda, seu coração fica inundado de um fluxo de emoção irresistível por sua terra natal. Tudo lhe parece bonito e atraente. Pelos ares menosprezados nas rodas da elite como insuportavelmente calorentos passa o doce Aracati dos finais de tarde, as dunas desprezadas como áridas e secas ganham um colorido mágico. Perfumes impregnam os caminhos, plantas e flores brotam por todo canto, a lua passeia no céu argenteando os campos, a brisa rugita nos palmares (*Idem*).

Nesse caso coube ao escritor o desempenho do seu papel como filho da terra a explorar não apenas a visão romântica e a paisagem, mas compor a idealização dos personagens das histórias romanceadas por ele. A volta do escritor muda o cenário da cultura burguesa através de um novo olhar. Ali, na mudança do campo literário, na sua redescoberta, Alencar como escritor mantém uma relação complexa com a viagem, pois ele (o escritor)

> é tomado pela beleza de um espetáculo que o encanta e mobiliza não apenas seu olhar, mas o conjunto de seus sentidos: uma natureza grandiosa, populações alijadas de qualquer intrusão da civilização ociden-

> tal. Nesse espaço fora do espaço e nesse tempo fora do tempo, liberto das obrigações da sociedade faz a experiência de uma obrigação da sociedade e sobretudo de uma sociedade que não suspeitava, enquanto se interroga sobre sua própria identidade (LAPLANTINE: 1988.Pág. 175),

Os escritores criam frases que às vezes têm significados ambíguos, contrários, pontuais ou esclarecedores. Por sua arte transcender outras formas de expressão artística o escritor usa da linguagem a seu modo na realidade que o cerca. Por isso se diz que ele é partícipe do seu tempo, então, como escritor atravessa outras possibilidades na comunicação entre os membros da sociedade que tomam conhecimento da sua escritura e se posiciona com sua personalidade, onde sua prática (ou a sua máscara de ficcionista ou poeta) é uma das suas identidades. Diria ainda que todos os escritores têm suas "verdades" no seu processo criativo, mas ela está circunscrita ao que escrevem sobre o fato e o objeto que escrevem, que são produtos de suas criações literárias. Não existe uma verdade. Existe uma memória em um determinado momento, e essa memória tem que ser considerada no contexto analítico da sua produção.

Sempre penso que a Literatura ajuda a promover a liberdade, um dos direitos fundamentais do homem. O modo de pensar e o direito de expressar o pensamento se constituem valores que promovem e calcificam as identidades, aquilo que nos serve de marca, em que pese os valores contrários das alteridades que sempre observaram a Amazônia e seus habitantes com o olhar espoliador de riquezas. Olhares e ações que historicamente deixaram um rastro de destruição e miséria, não obstante o trabalho de muitos amazônidas que deram o suor e o sangue para a reconstrução da vida e dos sonhos neste lugar rico, esplêndido, todavia paradoxalmente sofrido. Mas coube ao homem local realizar suas fantasias, inventar saberes e não se deixar levar pelo medo dos mitos que se agigantam na floresta e se diluem nas vilas. Coube a quem ficou, desde a colonização, a coragem incon-

testável do aventureiro europeu, do negro, do indígena e dos demais formadores desta identidade nacional, amplamente percebida na região, e evidenciada com nitidez no Amapá.

No Amapá existe um termo embutido na máscara da defesa quando o amapaense tem seu brio identitário atacado por outrem na sua estrutura personalística que envolve o processo de construção social. Um termo novo e visto ainda com desconfiança, de soslaio, de esguelha, como dizem. O termo é *amapalidade*, que consideraremos adiante.

1.2. A HERANÇA DOS MIGRANTES

Os ribeirinhos que aportam e que desembarcam diariamente na cidade de Macapá, também trazem das ilhas distantes suas mazelas e esperanças para si e para os filhos num vir-a-ser constante que há muito tempo abriu caminho na relação entre o Pará e o Amapá, desde a ilha do Marajó ao longínquo Baixo Amazonas; desde a fronteira norte ao sul do Pará; e aos mais afastados estados da federação. A primeira migração para a povoação de Macapá ocorreu em 1752, seis anos antes de ser fundada a vila de São José, a 04 de fevereiro de 1758[8]. Depois disso ocorreram outras migrações mais significati-

---

8. 4 A saga da emigração madeirense começa no século XV, quando suas ilhas já tinham uma densidade demográfica considerável, situação que já vinha sendo dinamizada pelo duque D. Fernando na segunda metade desse século. “Para que a população crescesse e não faltasse mão-de-obra criou um imposto anual pago em trigo, para todos os homens solteiros que não têm mulheres, para estimular a consumação de casamentos” (Fernandes dos Santos Maria Licínia in Os Madeirenses na Colonização do Brasil. Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Funchal, Madeira, 1999.) Daí, com o excesso populacional das ilhas é que inicia a diáspora madeirense, aliada a fatores de subsistência econômica visto as ilhas vulcânicas não terem muito espaço para a agricultura diversificada. Além disso, a odisseia emigratória dos povos dos dois arquipélagos constituía-se em excelente oportunidade de ascensão social dos nobres de segunda linha que não possuíam meios materiais para permanecerem no pico da pirâmide social (Santos. Op. Cit. Pág. 21). Mas foi só com os alistamentos a partir de 1747 que se iniciou a vinda desses povos para o Brasil, principalmente para a região Meridional, quando se instalaram na Ilha do Desterro, hoje Florianópolis, e no Rio Grande do Sul. O sucesso político-diplomático da assinatura do Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, que definia as fronteiras do Brasil, “exigia gente para proceder à demarcação dos limites e para reforçar a defesa de toda a enorme região amazô-

vas no decorrer do desenvolvimento do Amapá, como na instalação do Território Federal (1944), na exploração das minas de manganês pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. – ICOMI (1952), na transformação do Amapá em Estado Federativo (1988) e durante a permanência da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS (década de 1990). Nesses períodos a origem dos migrantes eram, em sua maioria constituídas de paraenses, maranhenses, piauienses e cearenses, nesta ordem (Censo IBGE: 2010).

A sociedade amapaense é sempre aberta e não se petrifica. Ao contrário, se liquefaz, procurando ambiente para encontrar sua própria forma e para procriar e gerar elementos de sua utopia, de sua esperança de progresso, ainda instalada da herança deixada pelos primeiros governantes do Território do Amapá e sua mística ideológica, (que veremos no terceiro capítulo desta tese). Essa identidade tem sua própria personalidade embutida nas histórias de conquistas e estabelecimentos que foram importantes para a solidificação da economia e para o orgulho amapaense.

Os descendentes de escravos que foram trazidos para Macapá desde a época da construção da Fortaleza de São José lutam hoje pela valorização de sua cultura, representadas pelas festas folclóricas do Zimba[9] e do Sairé[10],

---

nica" (ver Silva, José Manuel Azevedo, "Açorianos e Madeirenses no Povoamento e Colonização da Amazônia no Tempo do Marquês de Pombal" in As Ilhas e o Brasil. CEHA/SRTC. Funchal, Madeira, 2000.) Foram propostos, então, três remédios: o "descimento dos índios do sertão", a introdução de escravos negros e o envio de povoadores, principalmente casais dos Açores e da Madeira, segundo autor acima citado.

9. O Zimba é um batuque que ocorre nas festividades do Divino espírito santo na localidade de Cunani, no litoral amapaense. É dançado por pescadores e lavradores do local. Muito semelhante na dança ao Batuque, suas músicas são acompanhadas por grandes tambores denominados curimbós, confeccionados de troncos de árvores e couro de animais.

10. O Sairé ou Sahiré era uma manifestação religiosa que acontecia em Mazagão Velho e Carvão. Consistia em uma procissão na qual era levada o sairé - uma cruz feita com três arcos de madeira enfeitada de algodão e com músicas cantadas em nheengatu em homenagem ao Divino Espirito Santo. Sobrevive em Santarém-PA, para onde foi levado por mazaganenses, de acordo com Nunes Pereira em seu livro O Sahiré e o Marabaixo (1951). A grafia usada pelos santarenos hoje obedece uma regra idiomática = Çairé. Em Mazagão há um movimento para reincorporar essa tradição ao quadro de manifestações folclóricas locais.

do Marabaixo[11] e do Batuque[12] e da Folia[13] , além das manifestações religiosas de matriz africana como o Candomblé, o Tambor de Mina e a Umbanda e da herança cultural do povo de Mazagão Velho, que possui em torno de 20 festas anuais no seu ciclo santoral, incluindo as mais importantes que são as de Nossa Senhora da Piedade e de São Tiago, ambas realizadas no mês de julho, desde 1777 (Como veremos adiante).

Nas manifestações culturais as roupas dos participantes os distingue e os isola dos assistentes da dança, que também entram na roda dos tambores e cantores com a convicção de que são pertencentes ao grupo de uma forma maior, mais abrangente em termos dos significados de pertencimento e de identidade. Nessas rodas os trajes de homens e mulheres eram os usados em domingueiras antigamente: as mulheres com saias rodadas e blusas rendadas ou floridas. Os homens usavam trajes brancos e chapéus de palha, tanto no Marabaixo como no Batuque.

Não obstante a alegria normal nos dias de festa, presenciei provocações de cunho racista eles, que muitas vezes se calam diante disso.

---

11. O Marabaixo, hoje, é a maior expressão da cultura popular do Estado do Amapá, embora também aconteça de forma apagada na festa do Çairé de Alter do Chão (no Município de Santarém – PA) e em Marabitanas, no Estado do Amazonas. É um ritual onde os aspectos religiosos propriamente ditos não têm mais a ênfase que lhe era dada no passado, mas continua vivo e enraizado entre os que o praticam. O reconhecimento como expressão cultural autêntica se deu a partir do início de um processo de valorização, promovido pelos setores públicos, o que motivou a elevação de sua autoestima e a consequente divulgação dentro e fora do Estado.

12. Ao Batuque estão atreladas várias manifestações de caráter religioso, ao lado de danças e cânticos preservados até hoje por moradores do Curiaú, Mazagão Velho e Igarapé do Lago, no Estado do Amapá. É uma dança de roda em que os dançarinos giram em volta dos tocadores, respondendo o estribilho do "ladrão", que é a música cantada por um solista. Porém, nos lugares aqui citados ele se realiza de modo especial, com características próprias.

13. A Folia é de origem portuguesa. Ela encerra o ritual com antigos cantos devocionais. Antigamente consistia num agrupamento de homens que saía a colher donativos com um porta-estandarte ou alferes-da-bandeira à frente do cortejo. No Curiaú, depois que encerra a ladainha, o Mestre-sala toca uma campa e é acompanhado nas músicas por vários instrumentos. Os Tambores são feitos de madeira leve e cobertos com couro de animais silvestres. Há pandeiros; reco-recos feitos de taboca talhada, na qual se esfrega um pedaço de madeira; querequexés, que são cilindros confeccionados de galhos de imbaúba onde são colocados grãos de cereais ou semente de tento; violas e cavaquinho.

Por não terem argumento educacional ou político que possam mudá-las, se retiram do local para não se submeterem à violência que esses fatos podem gerar. Às vezes as provocações e os tratamentos humilhantes são realizados por afrodescendentes da própria sociedade, condição endógena normalmente velada. Faço essa assertiva por observar sempre o espaço em que todos vivem, nos bairros em que ando e dialogo, nas famílias que visito, e que desenho suas histórias já construídas, no relacionamento direto de aprendizado sobre seus saberes e projetos, sobre suas condições socioeconômicas e de vida sentimental e cultural.

Pelos fatos expostos acima é que a cidadania dos partícipes da festa é um motivo permanente de luta dos movimentos sociais afrodescendentes.

Há quem diga que o amapaense é um místico por causa da "energia" emanada pelo sol sobre a linha imaginária do equador. Esse atributo se dá pela influência "astral" do Equinócio das Águas (março) e da Primavera (setembro) e dos solstícios (junho e dezembro), nessa demarcação geográfica, que "passa" sobre Macapá na Latitude 0°,00'00". Macapá é a única capital brasileira cortada por ela, separando o planeta em dois hemisférios. Segundo o arquiteto Alberto Tostes

> Não há dúvidas de que ser cortado pela linha do equador é um privilégio de poucas cidades do mundo. Caracterizar simbolicamente para uma cidade, um povo ou um país, não é uma tarefa fácil. Exige de todos a preocupação não somente com o fato de que ali fica a linha imaginária, mas também o sentimento da representação simbólica do meio do mundo. A arquitetura e seus monumentos expõem, na realidade, aquilo que a cidade tem o privilégio de ser, o lugar onde o usuário inscreve a história do urbano e preserva a memória do seu repertório coletivo (TOSTES, 2009. 2º caderno. Pág 04)

O Turismo tem tirado proveito dessa condição prática do desenvolvimento econômico e promovido o Marco Zero, ao sul de Macapá,

como um dos pontos de atração turística mais visitados e importantes da cidade, ao lado da Fortaleza de São José de Macapá. Aliás, isso se tornou marca registrada em função dessa “passagem” da linha imaginária, pois transcende a mera vinculação de um simples monumento, este que cada vez mais se faz presente no imaginário coletivo dos amapaenses.

O amapaense não perdeu totalmente sua herança cultural, como os costumes e crenças. Apesar das influências e intempéries da globalização devastadora que apresenta na contemporaneidade um farfalhar de opções e de novos valores, as relações sociais novas foram incorporadas em parte ao seu novo estilo de vida sociocultural. A inserção de novos empreendimentos urbanos, como shopping centers, condomínios fechados e o crescimento imobiliário, bem como o desenvolvimento populacional e novos aparatos urbanos que mudaram a paisagem da cidade, fizeram Macapá se igualar às cidades brasileiras de porte médio. Em Macapá hoje, os consumidores das “benesses” são os altos funcionários públicos, tipo de casta que se formou com a chamada economia do contracheque, que caracteriza a economia amapaense e o movimento financeiro após os pagamentos salariais dos servidores públicos nos três níveis de governo (CHELALA: 2013). O comércio local vive às expensas do montante financeiro despejado nesses períodos, além das despesas governamentais na indústria da construção civil, nos serviços e no comércio propriamente dito. Mas a novidade também exacerbou a violência urbana. Esta, por sua vez, aumentou consideravelmente nos últimos anos, acompanhando o crescimento econômico e populacional do Estado.

Ainda que permaneça passivo diante de certas provocações ou humilhações, o amapaense sempre deu trabalho por envolver-se em brigas de bares, mortes e violências diversas, em que pese a truculência policial desde os tempos do Território Federal. Diziam os de fora: “Deus nos livre da polícia de Macapá, das mulheres de Amapá e da fome de Mazagão “, enfatizando essa truculência, acima referida, na

capital. Conta-se que os primeiros governantes recrutavam para a Guarda Territorial arruaceiros contumazes, que os policiais nem sempre podiam conter, oferecendo-lhes empregos na própria Instituição Militar que mais tarde foi substituída pela Polícia Militar do Amapá. Passou ao "folclore da cidade" o fato de famosos marginais como o Gato, o Santino e o Ibrahim se tornarem policiais. Em Macapá existia um conhecido delegado que também era famoso por sua arrogância e violência. Ele disputava com seus colegas para ver quem prendia mais pessoas. Certa vez, em um de seus plantões, foi fazer uma ronda em um *dancing* popular conhecido por "Merengue"[14], onde tudo estava em ordem. Não havia ninguém para prender. Decepcionado, ainda olhou um homem que dançava animado fazendo "breque". Ele disse a um dos seus comandados: - Prende o "brequista". Essa história até hoje é contada. Entretanto, dizem os mais antigos moradores da cidade que no dia do seu enterro, pessoas por ele prejudicadas injustamente soltaram foguetes festivos para comemorar sua morte.

Ninguém se espanta com a "normalidade" do alto grau de suicídio entre os jovens amapaenses. Essa estatística faz parte de um fenômeno social já estudado por Durkheim no século XIX e sempre teve a atenção dos sociólogos em muitos países. O suicídio é uma "epidemia silenciosa e devastadora" (BRITO: 2016) e configura caso de saúde pública mundial, pois "a cada quarenta segundos uma pessoa morre no mundo" *(Idem)*. O Brasil ocupa o 8º lugar no ranking mundial com 11,8 mil suicídios em 2012, com uma morte a cada 40 minutos. As principais causas são os transtornos mentais como a depressão, o transtorno bipolar, abuso de substâncias químicas, esquizofrenia e transtorno de personalidade Borderline (*Idem*). No Amapá o número de suicídios entre jovens chega a aproximadamente 50 por ano. Em 2015, 46 se suicidaram, a maioria por enforcamento[15].

14. Merengue – ritmo caribenho binário, cuja dança era muito popular nas cidades amazônicas.

15. Dados do blog do repórter policial Bolero Neto.

1.3. OS ÍNDIOS[16] E A TERRA DO "JÁ TEVE"

No Amapá existem aproximadamente cinco mil índios morando em aldeias e não há dados sobre os que moram nas cidades. Aqui temos os grupos que vivem na região do Vale do Uaçá: Karipuna, Galibi, Galibi-Marworno, Palikur e os Wajãpi (grafia usada pela antropóloga). O livro escrito pela antropóloga Dominique Gallois, publicado em 2006 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dossiê IPHAN) "Expressão Gráfica e Oralidade entre os Wajãpi do Amapá", informa que esse grupo é constituído de 670 pessoas, distribuídas entre 48 aldeias. São "remanescentes de um povo outrora muito mais numeroso, subdividido em vários grupos independentes e cuja população total foi estimada em cerca de seis mil pessoas no começo do século XIX". Segundo Gallois, essa etnia tem origem em um complexo cultural maior, de tradição e língua tupi-guarani, representados hoje por diversos povos e distribuídos em outros estados brasileiros e países adjacentes. Eles viviam ao sul do rio Amazonas até ao século XVII, em região próxima da área ocupada hoje pelos Asurini e os Araweté, todos falantes de variantes dessa mesma família linguística. Os Wajãpi do Amapá ficaram isolados da convivência com os não indígenas até a década de 70, por terem se adaptado ecologicamente à região de serras do noroeste amapaense, contrariamente aos Wajãpi da Guiana Francesa e os do Oiapoque que vivem na margem de rios.

O professor José Ribamar Bessa Freire, da UERJ em seu texto "Amazônia: civilização de palha" (s.ed./s.d.) repassa as informações impressionantes dos primeiros cronistas que passaram na região e suas

---

16. Bessa Freire se volta para a hipótese, cada vez mais fortalecida por diferentes disciplinas, de que a Amazônia era densamente povoada no século XVI, perguntando sobre a produção do espaço nas sociedades indígenas, como se apropriaram dele e como o hierarquizaram, como organizaram as aldeias, etc. Ele ainda discorre sobre os povos amazônicos, que diferentemente dos astecas e andinos não deixaram relatos escritos contando a sua experiência de vida. Os cronistas europeus que descreveram essa realidade o fizeram usando outras categorias não apropriadas. Chamaram as casas contínuas de bairros e cidades, de fortalezas e praças, sempre cheias de gente, depois percebidas como "civilizações de palha", no dizer de Berta Ribeiro.

afirmações unânimes sobre a distribuição da população indígena e os padrões de povoamento e ocupação do seu território. Diziam que a calha central do rio Amazonas era ocupada "por uma multidão infinita de índios, que por serem muitos não se puderam contar" Na região do baixo Amazonas "foram tantas as povoações que aí apareciam e vimos que ficamos abismados", escreveu Carvajal, o cronista da expedição de Orellana, que disse também que na várzea amazônica existiam "muitas e grandíssimas povoações que reúnem 50 mil homens entre 30 e 70 anos". A expedição comandada por Ursua-Aguirre, 20 anos depois, em 1560-61 confirma a alta densidade demográfica local sobre "as mais populosas terras descobertas por cristão". Cristóbal de Acuña, da expedição de Pedro Teixeira (1637-39) também faz citações sobre o assunto. Freire também cita a "Escola de Berkeley", onde estudos recentes de Demografia Histórica refinaram métodos de abordagem do problema "cruzando informações históricas, analisando padrões de subsistência, inventariando o potencial ecológico da região e assumindo o resultado das pesquisas arqueológicas". Assim, William Denevan estimou uma população de mais de 6.800.000 índios vivendo na região que se denominou de "Grande Amazônia" no século XVI, falando mais de 700 idiomas diferentes.

Hoje, o significado da morte e, sobretudo, o significado do suicídio entre os índios brasileiros, espanta a sociedade dita civilizada. Foi o caso da indiazinha Sa-hã, uma jovem de 12 anos que se suicidou em uma tribo de etnia Waiãpi, do centro do Estado. A suposta causa psicológica foi a repreensão do pai após um acidente em que o irmãozinho que ela carregava nos braços caiu numa fogueira e teve pequenas queimaduras. O caso foi amplamente divulgado porque Sa-hã foi capa de livros e revistas internacionais pela sua beleza fulgurante, em trabalho do fotógrafo Daniel de Oliveira Gaia.

Os índios que vêm a Macapá para tratamento de saúde ou para cuidar de outros assuntos de suas aldeias, se hospedam em casas mantidas pela Fundação Nacional do Índio ou por instituições indíge-

nas e/ou religiosas. Há alguns anos eles andavam pela cidade com ornamentos e tangas de tecido vermelho em grupos, chamando a atenção dos transeuntes. Hoje muitos índios jovens se vestem na moda, imitando os jovens citadinos, com novos ornamentos e cortes de cabelo e outras novidades que recriam na sua estada na capital. Andam sempre a pé nas ruas, acompanhados de suas famílias, mas as mulheres ainda carregam seus filhos pequenos ao lado do corpo, pendurados em panos. E ainda são vistos com curiosidade pela população macapaense, da mesma forma como seus ancestrais um dia viram pela primeira vez a Fortaleza de São José de Macapá. Nesse processo, os índios, (enquanto objetos de curiosidade), também são criticados pelos habitantes da cidade porque recebem algum tipo de bolsa do Governo Federal, cotas para ingressarem na Universidade e outros benefícios. Ao passearem pela cidade e supostamente por se incorporaram à sociedade nacional com seus novos trajes e cortes de cabelos "da moda", sofrem, sim, um tipo de racismo, dada as manifestações depreciativas que recebem ao passarem nas ruas. Há um equívoco brasileiro nessa relação, um equívoco nada inocente, pois os urbanos querem medir a indianidade pela presença de sinais culturais 'tradicionais' (CUNHA: 2016. Pág. 47).

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha enfatiza ainda que

> Supostamente os índios tem de caçar com arco e flecha, falar sua língua ancestral, andar sumariamente vestidos, e assim vai. O que se oculta com isso é toda uma história de deslocamentos forçados, de missionização, de recrutamento laboral, de política oficial de miscigenação, de expropriação de territórios. Basta lembrar que o marquês de Pombal exigiu que nos aldeamentos se falasse português e promoveu casamentos de soldados com mulheres indígenas. E que, antes desse período, e de serem expulsos do Brasil, os jesuítas espalharam o nheengatu, uma língua de base tupi, como língua franca na Amazônia. (CUNHA, 2016. Pág. 47).

A autora informa ainda que o conceito de racismo sempre existirá por ser fundado na categoria das manifestações depreciativas que infelizmente ainda perduram. Para ela as sociedades indígenas se adéquam na definição plausível que reintroduz a história dos índios tanto como processo quanto como memória. Ao evidenciar esse conceito é necessário reforçá-lo, dizendo que as sociedades indígenas são aquelas que conservam, então, a sua memória de um elo com as sociedades ancestrais (pré-colombianas). Ela diz que "índio é quem elas [as sociedades indígenas] dizem que é" (*Idem*. Pág.48).

Uma das heranças indígenas mais significativas é a forma de cultivo e uso de plantas ornamentais e ervas curativas no Amapá. Falar nelas e das suas capacidades mágicas é tratar das pajelanças e de misticismo que existe nessa relação com a ancestralidade, algo muito presente tanto na cidade como no interior, onde o amapaense procura nelas uma solução explícita para seus problemas corporais e mentais. Os chamados sacacas e pajés[17] estão sempre à disposição para efetuarem tais processos quando são chamados.

Quando um prédio antigo é demolido para que outro mais moderno seja construído em seu lugar, ou quando se referem às "coisas boas do passado", os amapaenses dizem (em tom de lamento) que Macapá é a "terra do já teve", porque não tem mais nada. Tratam, assim, de um verdadeiro atentado irreversível às coisas do passado, e lamentam essa destruição sistemática em nome do progresso. Outros vão mais longe, na tentativa de explicar o porquê do "já teve". Referem-se, então a Athayde Teive, governador lusitano da Província do Grão-Pará que veio à Macapá em junho de 1764 para lançar a pedra fundamental da Fortaleza de São José (BAENA: 1968)

Poderia estender esses fatos descritivos como uma etnografia dos amapaenses e categorizá-los como seres sentimentais que veem a

17. Sacacas e pajés são curandeiros, conhecedores de ervas mágicas e plantas que curam. Ainda hoje são muito procurados para a cura de doenças corporais e psicológicas e quebrantos infantis, que são resolvidos através de massagens e benzeduras.

história passar de forma lenta, mas que estão sempre dispostos a realizar festas dos seus santos e até de transgredi-las com inovações, se forem necessárias. São românticos e reclamam sempre das mudanças, valorizando mais o passado, ou, quem sabe, valorizam desta forma a memória coletiva. Brincam sempre uns com os outros à contradição do romantismo, criticando a emissão de palavras desusadas ou fatos que ocorreram num passado longínquo, com a expressão "do tempo que a Fortaleza era de madeira", pois a comunidade possui uma rede de códigos e significados (GEERTZ, 1989), que faz com que as pessoas ali reunidas encontrem interesses, aproximação pelo modo de agir, falar comportar-se ou vestir-se – por exemplo - de forma semelhante, gerando, desta forma, processos identitários comuns que marcam os moradores em alguns momentos, em alguns cenários. E ainda que a identidade seja múltipla e ocasione tensões eles são integrantes daquele espaço, dotados de significados e sentidos próprios (MAGNANI, 2002). No caso do Marabaixo, as pessoas mais velhas também reclamam das novas inserções que parecem "ferir" as tradições para elas, de forma muito chocante. Porém, no decorrer das festas elas aceitam as mudanças e contam suas histórias eivadas de boas recordações, de beleza e saudades.

Mas nem tudo foram flores para o Marabaixo conseguir se firmar e sobreviver como cultura ancestral. As obrigações ritualísticas eram confundidas com erotismo e prostituição explícita aos olhos daqueles não-pertencentes ao grupo, conforme texto do Pinsonia, primeiro jornal impresso do Amapá.

Nele, um articulista anônimo ataca o Marabaixo, dizendo-se aliviado porque "afinal desappareceo o infernal folguedo, a dança diabola do Mar-Abaixo". Ele afirma que "será uma felicidade, uma ventura, uma medida salutar aos órgãos acústicos se tal troamento não soar mais...". Na sua narrativa preconceituosa vai mais além ao dizer que "Graças ao Divino Espírito-Santo, symbolo de nossa santa religião, que só exige a prática de bôas acções, não ouviremos os silvos das víboras que

dansam ao som medonho dos gritos dos maracajás (...), que é suficiente a provocar doudice a qualquer indivíduo". Assevera adiante "Que o Mar-Abaixo é indecente, é o foco das misérias, o centro da libertinagem, a causa segura da prostituição". E finaliza conclamando "Que os paes de famílias, não devem consentir as suas filhas e esposas freqüentarem tão inconveniente e assustador espetáculo dessa dansa, oriunda dos Cafres". (Jornal Pinsonia. Macapá, 25 de junho de 1898).

Portanto, não é de hoje que o Marabaixo é discriminado. Aliás, as manifestações culturais de origem africana sempre foram vistas como ilegais ao longo da história do Brasil. Do samba à religião, seus promotores foram vítimas de denúncias que os boletins de ocorrências policiais e os processos judiciais relatam como vadiagem, prática de falsa medicina, curandeirismo e charlatanismo, entre outras acusações, muitas vezes com prisões e invasões de terreiros.

Há anos venho relatando episódios de confronto entre a igreja católica (e seus prepostos eclesiásticos e seculares), e os agentes populares do sagrado, estes que, por serem afrodescendentes, mestiços e principalmente por serem pobres, foram e são discriminados, visto o ranço estereotipado de que são "gente ignorante" e supersticiosa.

É do século XIX a influência do evolucionismo que tomava como modelo de religião "superior" o monoteísmo cristão e via as religiões de transe como formas "primitivas" ou "atrasadas" de culto. Nesse tempo "religião" opunha-se a "magia" da mesma forma que as igrejas (instituições organizadas de religião) opunham-se às "seitas" (dissidências não institucionalizadas ou organizadas de culto).

Discursos de difamação do Marabaixo como este da nota anterior e a posição em favor de sua extinção ocorreram seguidamente. O próprio padre Júlio Maria de Lombaerd (Vigário da Paróquia de Macapá) no início do século passado quebrou a coroa de prata do Espírito Santo que estava na igreja de São José e mandou entregar os pedaços aos festeiros. O povo se revoltou e só não invadiu a casa do padre para matá-lo graças à intervenção do intendente da época, Teodoro Mendes.

Com a chegada do PIME–Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras - em Macapá (1948) o Marabaixo sofreu um período de queda, mas suportado com tenacidade por Julião Ramos (Líder negro da comunidade do Laguinho e principal festeiro do Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade), que não o deixou morrer. Tiraram-lhe inclusive a fita da irmandade do Sagrado Coração de Jesus, da qual era sócio fiel.

Nesse período os padres diziam que o Marabaixo era macumba, que era coisa ruim, e combatiam seus hábitos e crenças, tidos como hediondos e pecaminosos, do mesmo jeito que seus antecessores o fizeram no tempo da catequização dos índios. Mas o bispo dessa época, D. Aristides Piróvano, considerava Mestre Julião "um amigo" (CANTO: 1998).

As manifestações religiosas populares sempre foram mal vistas pelos missionários estrangeiros. Eram consideradas profanas, pois ao lado dos seus rituais "celebrados" pelos agentes laicos do sagrado, havia sempre algo que desvirtuava aquela celebração de homenagem aos santos. Nesse caso eram os batuques e os atos profanos, que eram vistos até há pouco tempo como degeneração por causa da liberação da cachaça, das libações, do erotismo das danças e pela intensidade dos batuques, cujos tambores provocariam incorporações – uma lembrança religiosa das etnias africanas, mas, aos olhos ocidentais, coisa do diabo.

Muito já se falou sobre isso e inclusive há poucos anos o pároco da igreja de São Benedito, do Laguinho, um dos bairros onde o Marabaixo se realiza, provocou uma celeuma com os realizadores da festa. O fato foi parar nos meios de comunicação e ganhou grande e negativa repercussão para a Igreja. Porém a habilidade política de um padre nativo fez com que as coisas se revertessem, compreendendo que valorizar a cultura também é uma forma de evangelizar. E essa cultura católica já está há séculos incorporada pelo povo, devido à evangelização dos missionários do tempo da Colônia e do Império. Não é

para menos que a grande maioria dos "ladrões" antigos do Marabaixo traz sempre reverência aos santos. E evidentemente não dá para confundir Marabaixo com Umbanda (ou com Macumba). Umbanda é religião afrodescendente e não ritual das manifestações culturais da população afrodescendente. E seus deuses são deuses como os de qualquer religião. Ninguém pode condenar suas práticas ritualísticas irresponsavelmente.

A atitude da Igreja em reconhecer a cultura popular como elemento que caracteriza a identidade amapaense, não significa que seja uma remissão histórica, simples retratação ou resgate cultural. Nem é um "*mea culpa*". A meu ver é uma incorporação consciente de valores populares locais, já que há quase um século esse mesmo povo foi afastado oficialmente da Igreja num processo aparentemente discriminador na história do catolicismo no Amapá.

1.4. O RÁDIO, O RIO E O TUMUCUMAQUE

Nas comunicações, o rádio ocupa um lugar de destaque para informar a população sobre os acontecimentos cotidianos, esportivos, policiais, culturais e políticos, notadamente pela manhã, quando, além do noticiário, ocorrem entrevistas com atores sociais significativos para o Amapá. Apesar do crescimento das redes sociais, da Internet, dos jornais impressos e das opções televisivas atuais, os programas de rádio se destacam muito mais pelas análises políticas e dos apresentadores, que se dedicam a levar aos ouvintes as ações de seus patrocinadores comerciais (normalmente políticos com mandatos) em nome do interesse coletivo, do que pela simples ação de comunicar os fatos e propagandear os eventos de qualquer natureza. Na realidade todos os programas (de cunho político) que ocorrem pela manhã são altamente críticos no sentido de menosprezar as ações contrárias às ideologias de grupos ou cargos políticos que defendem com veemência. Hoje podemos pensar que o quadro noticioso, manipulado ou não, é um reflexo, uma herança inconteste dos programas radiofônicos da Rádio Difusora de Macapá que

foi ao ar pela primeira vez a 14 de setembro de 1946, fundada pelo primeiro governador do Território Federal do Amapá, e que continua na ativa desde essa época e pertence ao Governo do Estado. Outra rádio que teve grande audiência foi a Educadora São José, pertencente à Diocese de Macapá, que enfrentou graves problemas com a censura federal até seu fechamento definitivo ainda no período da ditadura militar. As comunicações foram importantes sobretudo para diminuir o grau de isolamento, cuja principal "barreira" (vista como ausência de estrada de rodagem, mas uma grande hidrovia) era o rio Amazonas.[18]

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque[19] , é a maior Unidade de Conservação do Brasil e a maior área protegida de floresta

---

18. Em junho de 2007, uma expedição integrada por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), da Agência Nacional de Águas (ANA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Geográfico Militar do Peru, determinou o local exato da nascente do rio Amazonas, localizada no rio Apurimac, na cordilheira dos Andes, ao sul do Peru. Conforme o Atlas Geográfico Mundial, o Amazonas media 6.515 quilômetros. Com a nova medição (2007), passou a ter 6 992,06, portanto 139,91 quilômetros mais longo do que o Nilo. Em 1500, o navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón batizou-o de Río Santa María del Mar Dulce; 42 anos depois, o também espanhol Francisco Orellana mudou-o para Amazonas. O colosso marrom, que no estado do Amazonas recebe o nome de Solimões e nos estados do Pará e Amapá, de Amazonas, tem mais de mil afluentes, constituindo-se na espinha dorsal da maior bacia hidrográfica da Terra, formada por 7 mil rios, 25 mil quilômetros navegáveis. Da nascente até 1.900 quilômetros, o Amazonas desce 5.119 metros; desse ponto até o Atlântico, a queda é de apenas 60 metros. Suas águas correm a uma velocidade média de 2,5 quilômetros por hora, chegando a 8 quilômetros, em Óbidos, cidade paraense a mil quilômetros do mar e ponto da garganta mais estreita do Amazonas, com 1,8 quilômetro de largura e 50 metros de profundidade. A descarga média é de 180 mil metros cúbicos de água por segundo, um quinto, ou 16% da água doce despejada nos oceanos do mundo. Em maio, sobe para 220 mil metros cúbicos por segundo e, em novembro, cai para 100 mil metros cúbicos por segundo; 65% do fluxo vaza pelo Canal do Norte, que despeja até 160 mil metros cúbicos de água por segundo. A boca do rio, escancarando-se do arquipélago do Marajó, no Pará, até a costa do Amapá, mede em torno de 240 quilômetros, e sua água túrgida penetra cerca de 320 quilômetros no mar, atingindo o Caribe nas cheias. Se mais de um terço de todas as espécies do planeta vive na Hileia, a bacia é berço de mais de 2.100 espécies de peixes, 900 a mais do que as dos rios da Europa. Só a bacia do rio Negro, afluente da margem esquerda do Amazonas, contém mais água doce do que a Europa. Em 2011, pesquisadores do Observatório Nacional anunciaram evidências de um rio subterrâneo numa profundidade de 4 quilômetros abaixo do Amazonas, com 6 mil quilômetros de comprimento, batizado de Hamza, em homenagem a um dos pesquisadores, o indiano Valiya Hamza (Fonte: INPE/Blog RAY CUNHA, postado em 19.05.2015, 09h34 AM)

19. Tumuc-Humac, do caribe, "mãe de todos os rios" (Cristóvão Lins). Entre os índios Aparaí e Waiana significa "pedra da montanha", e simboliza a luta entre o xamã e os espíritos. Há quem diga que tam-

tropical do mundo, com 3.867.000 hectares (Wikipédia.org. Acessado em 26.09.2016). Tem por características as serras e florestas que recebem as chuvas e originam diversos e grandes rios da rede hidrográfica amapaense como o Jari, o Araguari e Amapari, o Oiapoque e o Maroni.

Nessa área, aparentemente protegida em sua imensidão, também se encontra a figura do coletor, do caçador, do pescador, enfim, do ribeirinho que se alimenta da floresta, e que tenta, a todo custo, sobreviver, até ser explorado pelo detentor do capital como os madeireiros e os garimpeiros e suas dragas de sucção que destroem, poluem e extenuam o meio ambiente na sua sanha gananciosa de exploração do ouro e de outros minerais nobres; dos criadores de búfalos, dos aglomerados financeiros e construtores de hidrelétricas e de minas, das florestas homogêneas de pinus e de eucalipto e, hoje, de plantadores de soja que jogam os pequenos agricultores para a periferia das cidades, após as negociações de compra de suas propriedades por preços irrisórios.

O amapaense mudou seu mundo, aos poucos recebendo mais influência externa e absorvendo modismos, adaptando-se cultural e socialmente aos novos valores, que impondo a sua cultura sobre todos, devido, talvez, ao forte impacto dos eventos econômicos que o tornaram elemento-alvo de decisões políticas socioambientais. Por um período de oito anos experimentou ser governado sob o desenvolvimento sustentável (1995-2002) que preconizava e privilegiava ações de ordem preservacionistas e de exploração racional da natureza, tendo ganho inúmeras premiações internacionais pela ousadia e ineditismo de seus projetos nas áreas econômicas e sociais, o que levou o Estado a ser conhecido como o mais preservado do Brasil.

---

bém tem o significado mítico de “Serpente Adormecida”, e que um dia pode acordar mexendo suas escamas brilhantes.

1.5. A INFLUÊNCIA DE BELÉM E A HERANÇA TERRITORIAL

Os grandes acontecimentos da vida brasileira praticamente não tinham repercussão em Macapá devido a distância do centro político (Rio de Janeiro) e até mesmo de Belém (sede da Capitania do Grão-Pará e depois capital do Estado do Pará).

O Território Federal do Amapá nasceu de uma separação ungida por um Decreto-Lei N° 5.812, de 13.09.1943, do Governo Vargas, que nomeou um militar para ser o seu primeiro governador. Nasceu de uma ditadura (1943) e o Estado do Amapá da democracia (1988). Mesmo independente do Estado do Pará, de onde seu território geográfico foi arrancado, não conseguiu sair plenamente da influência de Belém, à qual nunca se insurgiu, pois até a culinária local é amplamente amazônica e minimamente amapaense, devido à tradição e aos ingredientes utilizados nas comidas típicas de origem indígena, sendo as mais conhecidas o tacacá, o pato no tucupi e a maniçoba. Não se libertou também na área esportiva, notadamente no futebol *association*, pois a grande maioria dos torcedores se dividem entre os times do Pará (Remo e Paysandu), do Rio de Janeiro (Flamengo, Vasco, Fluminense e Botafogo) e de São Paulo (Palmeiras, Corinthians e Santos). No primeiro caso a paixão por times do Pará se deu por influência dos pioneiros que torciam por esses clubes em Macapá, e que eram oriundos do estado vizinho. O futebol local que já teve seus momentos gloriosos, hoje no máximo disputa a série D (última série) do campeonato nacional.

Apesar de tudo, o povo amapaense ainda crê em novos rumos e novas medidas que possam transformar o Estado em um lugar melhor para se viver. Essa confiança no futuro é uma das heranças pregadas no tempo do Amapá Território de Janary Nunes e sua Mística. O amapaense gosta de conversar na porta da casa, na calçada ao entardecer, falando sobre mitos, lendas e fantasias, ou mesmo em fofocas para a atualização das notícias comunitárias e políticas, que evidenciam ou não boas perspectivas para o futuro, assim como os prometidos aumentos

salariais, considerando que antes da capital se tornar uma cidade de porte médio, era vista como o paraíso dos funcionários públicos.

O amapaense típico é solidário e apegado à família. Faço referência ao fato dos filhos morarem com os pais por muito tempo, mormente aqueles que por falta de oportunidade, acidente, ou um empecilho qualquer, não conseguiram estudar para terem uma profissão e bons empregos, ou constituíram famílias ainda muito jovens, após a responsabilidade do sexo precoce falar mais alto que a espera de um casamento maduro e a consequente formação da família nuclear. Pais ajudam filhos que procriam nos seus lares e são abrigados e sustentados por eles em nome da honra familiar e do compromisso em dotar crianças de alimento e escola. Os filhos, assim, não se sufocam no desespero e se dividem familiarmente as alegrias e dificuldades da vida, crescendo e amadurecendo para a sociedade até uma libertação ou independência total, que termina com a morte dos chefes e reinicia com a liderança daquele filho que obteve mais sucesso na vida.

1.6. RIOS DE MAIRI E OS A-SOMBRADOS

A consciência, essa peça fundamental da cultura humana eleva a possibilidade do ser se transformar e mudar a realidade do mundo. Desde o estabelecimento do caos gerado pelos cataclismos de fogo na floresta e o pesadelo diluviano de Mairi (Que veremos no capítulo III) conduzida por Ianejar do mito waiãpi, o amapaense muda, cria (i)realidades para fincar na sua terra o cajado da razão de sua existência: a multiplicidade dos sonhos a serem realizados em um novo mundo após o caos, algo supostamente bíblico, mitológico e renovador pela ablução das águas, que extirpa o passado e faz descortinar o sol de uma nova existência, eivada de novos fazeres, de novas ações culturais e sentimentos; de novas memórias que decerto gerarão novas identidades. Mas a pedra de Mairi ficará como identidade primordial plantada onde parou, no lado esquerdo do grande paraná, que é o rio Amazonas.

O amapaense nunca vai deixar de ser um rio enigmático, a ser desvendado por ele mesmo. Até as águas turvas dos acontecimentos, como os que presenciei em 1973, chamado pela população de "Operação Engasga-Engasga" (a ser descrita no IV capítulo desta tese), teve a sua razão histórica e o seu limite político-ideológico ao servir a um grupo militar que objetivava a implantação de uma nova política de segurança para o Amapá. A obtusa e confusa atuação da Polícia Civil, da Guarda Territorial e do Exército sobre a ação dos supostos comunistas-terroristas-engasgadores, foi um ato que o romancista e jornalista Jorge Hernani também testemunhou e o classificou como incoerente e covarde, dentro de um círculo de fatos que estavam compatíveis com o tempo das trevas da ditadura militar que assolava o Brasil com extraordinária eficiência das forças repressivas de então.

Faço-me ainda testemunha desses fatos e não busco a ilusão fácil para as reflexões emitidas aqui, de onde cortejo as palavras e observo ainda hoje nas ruas as lembranças dos rostos e olhares. De memórias, de crenças, lágrimas e sonhos daqueles que viveram tantas temporalidades e permitiram que a história fosse contada de acordo com seus saberes, artes e versos, criados além do lirismo individual, mas com o desejo vivaz de ensinar o que viram para que o coletivo pudesse vir à tona nesses rios de águas barrentas. Esses rios são as próprias identidades amapaenses. São o que são à luz de suas crenças. Crenças de um futuro menos pessimista e mais sujeito a reflexões provocadas pela energia e a intensidade da luz do sol equatorial sobre suas cabeças. Aliás, nos equinócios, quando o arco da noite é o mesmo que o do dia, ao meio-dia o amapaense fica sem sombra, devido à incidência direta dos raios solares. Daí se dizer que a essa hora o homem fica "a-sombrado", ou seja, "sem sombra", o que lhe dá a condição de um ser não-natural, sobrenatural, translúcido e estranho, que habita um mundo amazônico cheio de (i)realidades, características de uma região histórica e economicamente espoliada, mas onde o mito e as crenças se renascem e se perpetuam dentro da cultura. O significado

de a-sombrado é o inverso de assombrado dos dicionários da língua portuguesa.

O amapaense é um ser de luz. É por ocasião do equinócio da primavera que as cores ficam mais vivas no Amapá. A claridade reina irradiando mistérios sobre a cidade de Macapá em mais uma data em que o arco do dia é igual ao da noite: um dia equinocial. Iridescente e translúcido no meio do planeta, na Amazônia brasileira. O sol que ilumina a todos, que traz a luz e rompe trevas está presente no imaginário de muitas religiões, até porque todas as cosmogonias se relacionavam geralmente com as divindades da natureza. No antigo Egito, o Sol, o mais importante dos deuses, tinha diversos nomes. As interpretações dadas às suas funções eram extremamente variadas: chamava-se Rá, o deus supremo, quando estava no zênite. Como disco solar chamava-se Aten; como sol nascente tinha o nome de Kepri, um grande escaravelho que faz rolar a sua frente a bola de sol, assim como na terra o escaravelho faz rolar a bola de excremento em que pôs os ovos e da qual sairá nova vida. Também tinha o nome de Hórus. No Japão, Amaterasu é a deusa homônima. Já na África tropical a mitologia sobre o sol é escassa porque ele está sempre presente, não havendo necessidade de chamá-lo de volta no inverno, como os homens o faziam nos climas frios do norte da Europa ou do Japão. Na Babilônia, na época de Hamurábi (cerca de 1.700 a.C.), um dos deuses mais ativos era Shamash, o sol, também conhecido por Babar, "o Brilhante". O sol era igualmente venerado pelos sumérios, particularmente em Larsa e Siippar, onde o adoravam sob o nome de Uru. Os Incas reclamam para si um relacionamento especial entre a nobreza e o deus Sol. O seu sistema social assentava-se no princípio hierárquico de monarquia divina e o prestígio de sua autoridade estava ligado ao culto desse astro.

Atividades como a celebração druídica do solstício de verão em Stonehenge (Inglaterra) podem ser considerados como uma sobrevivência da ideia do poder mágico, da força que se pode armazenar em

"acumuladores materiais" como os monumentos megalíticos ali existentes. Da mesma forma, as grandes pedras encontradas em círculo, em Calçoene (Município do Amapá), também podem ser consideradas antigos locais de observação do sol e de acumulação de energia deixados por alguma tribo indígena.

O amapaense é um ser de brilho, pelo sol equatorial, mas encontra no dilúvio místico, da chuva "baguda" (assim chamada por ter pingos grossos) a ideia da salvação na nau de argila dos waiãpis, a Mairi, que vagou nas ondas da enchente e se fixou na borda do Grande Paraná, tornando-se um ícone proto-histórico da vida amazônica. Um objeto da salvação de uma raça que ancorou sua sorte e seu destino na mata e na várzea do estuário do Amazonas. Ali o tempo e o espaço se fundem em uma estrutura mística, do deus Ianejar dos waiãpi, pois cada gesto seu era dotado de significação particular. A ausência dele depois da aportagem da Casa de Barro deixa a saudade divinatória, pois ele vai se transformar em estrela e habitar o espaço do final do mundo, no buraco sem fim, até se enfraquecer no esquecimento das gerações que o abandonaram. Mas como o seu tempo é cíclico (mítico), Ianejar pode retornar memorialmente entre os waiãpis.

1.7. A FESTA DE SÃO TIAGO DE MAZAGÃO VELHO, OUTRAS FESTAS E TRAGÉDIAS

A Festa é uma das razões da existência do amapaense. Sem ela nada seria útil. A festa é uma celebração, um encontro, mas também uma revolta em seu território político, um ritual e um processo social. Sem dúvida ela não teria sentido se não fosse o de fazer relações, experimentar as novidades, reavivar tradições e formar alianças comerciais e familiares, através do escambo de mercadorias, da comercialização de produtos e promessas de casamentos. No interior, sobremaneira, a cultura envolve e gera emoções diversificadas, pois os interesses comuns e coletivos se misturam aos particulares e estes dão sentido à vida em comunidade, numa ritualização constante, que obviamente

muda devido a dinâmica social e a incorporação de novos valores em seus ritos e fazeres (DUVIGNAUD, 1983).

Festas e festas fazem parte do calendário religioso-cultural nas localidades mais longínquas do estado em relação à capital, Macapá. Na vila de Mazagão Velho, fundada em 1771, e especialmente construída para receber os portugueses que vieram expulsos de Marrocos pelos muçulmanos, em função de conflitos religiosos ocorridos em 1769 na Mazagão africana (hoje El Jadida), o ciclo de festas de santos é grande. Mazagão Velho é uma vila festeira. Seu ciclo santoral abrange 17 festas anuais, sendo que a mais importante é a de São Tiago, realizada há 239 anos ininterruptamente, nos dias 24 e 25 de julho. Nessa data as ruas de Mazagão Velho se transformam num grande palco onde os atores são membros da comunidade. Eles representam as personagens da celebração da vitória dos cristãos sobre os muçulmanos. A Festa de São Tiago não é apenas uma cavalhada que simula a luta entre mouros e cristãos. É, antes, uma representação eivada de significados no contexto do imaginário coletivo, e elemento importante sobre o qual se organizam as relações sociais e econômicas. É uma prática em que se conquista no cotidiano os mais diversos interesses. Nesse período vem gente de toda a redondeza para negociar, rezar, dançar, namorar, casar. É composta por várias cerimônias e rituais, todos com cenas e dramaturgia diferentes. O seu encadeamento constrói uma história, uma epopeia, produto de ações heroicas que, juntas, revela a tradição local na reverência ao santo, por meio de ritual religioso e representação teatral nas ruas da Vila. Essas cenas iniciam desde o dia 16 de julho quando os moradores despertam com a alvorada de fogos de artifício e do som secular dos sinos. Nesse dia o "Arauto" sai às ruas no meio da tarde anunciando a trasladação da imagem de São Tiago, para que à noite comecem as novenas, com ladainhas cantadas em latim, herdadas de tempos imemoriais, dentro da igreja onde estão postas as imagens vindas da costa africana em 1771, trazidas pelas primeiras famílias de colonizadores. **Principais cenas da Festa** - A partir de

4:00h do dia 24 de julho a Vila acorda sob o barulho ensurdecedor dos fogos de artifícios e dos disparos de espingardas. Uma multidão surge dos salões de festas do arraial e se encaminha para a residência do ator que representará São Tiago nos próximos dois dias. A rua fica ornada por um cortejo que traz à frente dois rufeiros (tocadores de tambor ou caixa). Adentram à casa dançando o *Vominê*, uma espécie de dança de salão que só homens dançam, em círculos (representa a vitória dos cristãos sobre os mouros). As mulheres servem o café da manhã aos brincantes, que em fila recebem pedaços de bolo e chocolate quente. Esse serviço é uma obrigação dos familiares da "figura" de São Tiago. Depois os brincantes se dirigem à igreja e, sob o som de sinos e tambores, reverenciam os santos no altar, rezando e beijando as fitas que os adornam. Em seguida vão às casas das autoridades da Vila dançar o *Vominê*. Outra dramatização marcante é a entrega dos presentes envenenados. Reza a lenda que os mouros, cansados de tanta guerra, resolveram viver em paz. Na tentativa de agradar seus antigos inimigos, enviaram-lhes presentes em forma de joias e de iguarias, que faziam parte de uma cilada, pois estavam envenenados. Os cristãos desconfiaram e mais tarde confirmaram suas suspeitas. Resolveram então fazer uma contraofensiva. Guardaram uma parte dos alimentos e a outra parte jogaram na granja em que os mouros recolhiam os seus animais. A encenação desse quadro se dá em um grande cortejo em que se avistam os cavaleiros Tiago e Jorge em trajes brancos, sem seus uniformes de gala. À tarde os cristãos e os mouros se posicionam distantes cerca de 400 metros. Um emissário mouro sai a galope para se encontrar com o emissário cristão no meio do caminho e acertam o envio dos presentes. O emissário cristão leva a mensagem dos mouros e retorna para dizer que seus chefes aceitam os presentes. Mais tarde todos se dirigem às casas das autoridades locais para efetuarem a entrega dos presentes, simbolicamente representados por flores e laranjas sobre um prato. Ignorando a desconfiança dos cristãos, os mouros promovem um Baile de Máscaras oferecendo a opor-

tunidade de anonimato àqueles que optassem por ficar do seu lado. Os cristãos vão ao baile e distribuem a parte da comida envenenada que haviam guardado. Quando o dia amanhece, os mouros se deparam com os seus animais mortos e reconhecem alguns dos alimentos com os quais haviam presenteado os cristãos. No local do baile jazem mortos muitos mouros - entre eles o chefe supremo, o Rei Caldeira. Dezenas de brincantes chegam para dançar no baile, todos com máscaras (caraças). Mulheres e crianças são proibidas de frequentar o baile. No dia 25 de julho ocorre o "Círio", quando as "figuras" fazem a diferença com seus trajes luxuosos. São Tiago e São Jorge vêm a cavalo, seguidos pelas fileiras de cavaleiros cristãos (de branco e verde) e de mouros (de vermelho e branco). A procissão do Círio termina com uma missa campal em frente à Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Ao meio-dia deverá passar o "Bobo Velho". Essa figura encarna um espião mouro disfarçado de saltimbanco que penetra na cidadela dos cristãos para observar sua força militar, organização estratégica e pontos fracos. Mas é descoberto e foge sob uma chuva de balas (é apedrejado pela multidão nas duas vezes em que passa). **As batalhas –** O espaço ritual da festa ou território cerimonial da tradição é a rua Senador Flexa, na frente da Vila. Nesse mesmo espaço a vitória dos cristãos, conduzida por São Tiago, se repete há mais de duzentos anos. O enredo da dramatização renova a força do povo e impulsiona a vontade de refazer a Festa e manter a tradição. Às 15:00h o Arauto anuncia a batalha. A ele cabe a tarefa de tocar seu tambor mensageiro e de estar presente em todas as cenas da festa e episódios da batalha. Os episódios, antes incompreensíveis porque não havia narração para o público, ainda são objetos de muita curiosidade. O primeiro deles é a descoberta do "Atalaia" pelos mouros. Trata-se de um soldado, espião dos cristãos, que rouba o estandarte dos mouros e o arremessa para dentro da cidadela dos cristãos. É descoberto e capturado. O gesto custa-lhe a vida: é decapitado e tem a cabeça espetada numa vara, que é fincada em frente às forças cristãs. Os cristãos atraem uma pa-

trulha moura para uma armadilha e, em vingança, a dizima no deserto. Logo após ocorre o episódio do rapto das crianças cristãs: os mouros, disfarçados de artistas circenses, distraem as crianças cristãs enquanto seus pais estão lutando no deserto, e as vendem aos caravaneiros com o objetivo de comprar armas e munição. Uma patrulha cristã alcança os soldados mouros e os matam no momento em que dividiam o dinheiro arrecadado com a venda das crianças. Essa cena tem a participação das crianças mazaganenses. Os atores (Máscaras) jogam cédulas de dinheiro sem valor para o alto e fazem pantomimas rolando pelo chão. No quinto episódio os mouros propõem a troca do corpo do Atalaia pelo estandarte. A troca é aceita, os cristãos recebem o corpo, mas não devolvem o estandarte, alegando que os mouros estariam armados. Na representação o corpo do Atalaia é entregue num cavalo. O sexto episódio é a batalha final, quando ocorre a dádiva de São Tiago. É a mais violenta batalha. Embora os cristãos estivessem em vantagem, começava a anoitecer, e isso favorecia os inimigos. Quando estes obtiveram uma certa vantagem, os cristãos pediram a Deus e a São Tiago que o dia fosse prolongado por mais meia hora. O milagre aconteceu. O sol se firmou na linha do horizonte e, com auxílio de um cavaleiro vistoso por trás das forças mouras, os cristãos venceram a batalha. O cavaleiro era São Tiago, enviado por Deus para auxiliar os cristãos com a força de sua espada. Esta cena ocorre entre gritos e tiros de espingarda. Mesmo cansados, cavaleiros cristãos, mouros, máscaras e figuras glorificam o santo e se preparam para a procissão de trasladação da imagem. Após os atos religiosos, iniciam-se os cantos do *Vominê*. Desde a cena do Bobo Velho até a Batalha Final, com a epifania de São Tiago, há uma grande participação popular. E entre símbolos e ritos a Festa se realiza desde 1777 como um conjunto de práticas culturais conservadas e comemoradas, que promovem a coesão social numa pequena comunidade, num grande evento onde o homem amazônico é o seu próprio dramaturgo, o seu próprio ator e fazedor de sua própria história.

As festas do Amapá, seja no interior ou na capital, ganharam uma grande dimensão com a inserção dos agentes políticos incrustrados nas instituições culturais. Hoje algumas delas só são realizadas mediante o apoio cultural dos governos, principalmente porque há necessidade de ofertar comida e bebida aos organizadores e visitantes de outras comunidades. Entre as solicitações dos festeiros está a compra de boi, bebidas alcóolicas, tecidos para confecção de roupas e foguetes e rojões para homenagear os santos de diversos cultos.

A festa de São José, feita em homenagem ao padroeiro de Macapá e do Estado, a 19 de março de cada ano, já foi a principal festa religiosa. Hoje foi suplantada pela de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da vizinha Belém do Pará e da região Amazônica. Cada vez mais ela reúne no segundo domingo de outubro milhares de romeiros e crentes, o que provoca certo "ciúme" entre os habitantes mais tradicionais da capital amapaense. Ao lado dessa manifestação cresce também a religião evangélica pentecostal e seus eventos como a Caminhada com Cristo, ao lado de grandes manifestações de religiões de matriz africana como o Candomblé, a Umbanda, como a Festa de Iemanjá, realizada à beira do rio Amazonas, em 02 de fevereiro.

No aspecto popular as festas de carnaval também crescem no interesse da população, ainda que as organizações carnavalescas dependam totalmente dos governos para se sustentarem, a despeito de que sempre estão envolvidas em denúncias de corrupção, desvios de recursos e ausência de prestação de contas. Isso levou em três anos alternados gestões governamentais se verem obrigadas a suspender a transferência de recursos, alegando a falta deles e a crise econômica internacional. No entanto, Macapá foi contemplada em 1997 com a inauguração de um sambódromo moderno que também abrigou a Secretaria de Cultura e uma Escola de Artes. As micaretas, espécie de carnaval fora de época, estimulada pelos governos foi absorvida com simpatia pela juventude.

No aspecto festivo é tradição do Amapá comemorar o dia 13 de setembro, dia da Criação do Território Federal do Amapá com paradas escolares. Mesmo com a Criação do Estado em 08 de outubro de 1988, é constitucional o feriado estadual dessa data, pois se trata de respeito cívico à memória amapaense. Por estar próximo do Sete de Setembro, percebe-se uma espécie de carnavalização nesse momento cívico, com desfiles comemorativos e temáticos.

Como me referi anteriormente a festa também é um iniciar da vida, um recomeço do homem na sua realidade a ser vencida diariamente. Isso significa que nenhum povo seja sempre alegre ou feliz, porque em algum momento viveu também suas tragédias. A primeira delas no tempo do Território Federal foi o acidente aéreo que matou o deputado Coaracy Nunes, o promotor Hildemar Maia e o piloto Hamilton Silva, na localidade de Macacoari, em 1956. Coaracy era irmão do governador Janary Nunes. O desastre, até hoje lembrado deixou os habitantes do Território consternados, pois viam nele um talentoso líder amazônico dentro da política nacional, que poderia fazer grandes reivindicações e propostas importantes para a região. Depois disso, apesar de não ter tido vítimas, os incêndios no comércio de Macapá, em 1968 e em 1975, próximo à Fortaleza de São José de Macapá, também foram vistos como tragédia. Mas não tão significantes como o desastre da embarcação "Novo Amapá", ocorrido a 06 de janeiro de 1981 no rio Cajari, quando cerca de 600 pessoas pereceram nas águas escuras daquela noite trágica. O barco, superlotado, além de sua capacidade, teria adernado por imperícia do piloto e virou, segundo relatos de sobreviventes. No decorrer do resgate os corpos encontrados foram transportados em balsas e amarrados como toras de madeira até o porto de Santana, de onde saíra, onde foram sepultados em grandes valas comuns diante da impossibilidade de reconhecer os corpos. O trauma dessa experiência, que foi o maior desastre naval da região, até hoje sensibiliza o povo do Amapá, que apesar de tudo procura sempre um recomeço para amenizar suas dores.

Se muitas vezes as lembranças aniquilam o ser humano, o tempo sem lembranças também podem aniquilá-lo, daí a importância do estudo sobre a identidade e sobre a memória na vida coletiva, pois

> A memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade, tais como mostram os trabalhos sobre as lembranças de traumas e tragédias como por exemplo a anamnese de abusos sexuais na infância ou a memória do Holocausto (CANDAU, 2014, Pág., 18).

Talvez a tragédia não possa ser medida. Maior ou menor, sempre ela será uma tragédia, eivada ou não de acontecimentos sangrentos oriundos de acidentes e crimes, eventos que permeiam qualquer sociedade. E a sociedade amapaense acompanhou, com sentimentalismo exacerbado, acidentes inesquecíveis, pulsantes na memória, tais como: o afogamento de escoteiros em excursão na Serra do Navio, explosões de embarcações no Porto de Santana, desabamento no porto de minério de ferro e manganês (Santana), desabamentos de pontes, assassinatos e crimes violentos que consternaram a sociedade, solidária sempre com os prejudicados desses episódios.

1.8. AMAPALIDADE

O termo amapalidade já vigorava no tempo do início do Território Federal do Amapá. No entanto, em 2003, o Governo Estadual voltou a usá-lo, objetivando com isso sustentar uma condição identitária que despertasse nos habitantes o reconhecimento formal das coisas amapaenses e uma espécie de agregação de valor ao sentido de pertencimento. O termo não pegou, mas ficou claramente instituído nas pessoas um compromisso com a memória e com a identidade local, espécie de reflexão tardia do valor das coisas realizadas pelos pioneiros do Amapá, pelos antepassados, dando a dimensão heroica que necessitava para reconstruir e promover essa moral cívica e memorial

da terra, já que os museus dão pouca ênfase e vivem agônicos, funcionando à míngua. Legalmente o Amapá tem um Arquivo Público, embora não esteja funcionando a contento, considerando sua importância para a pesquisa acadêmica e que há no Estado uma Universidade Federal, uma Estadual e dezenas de outras instituições de nível superior que tentam trabalhar a pesquisa histórica e social do Amapá.

Mas o que é mesmo "amapalidade"? Como lidar com esse conceito, a não ser pelo viés da história, citando inclusive a frase do escritor José Sarney que escreveu: "O Amapá é a única unidade da federação que escolheu ser brasileira" (SARNEY,1999).[20]

---

20. A região norte do Amapá, a partir do Araguari até o Oiapoque sempre foi objeto de disputa entre o Brasil e a França desde o tratado de Utrecht, em 1713. Era o Território contestado. Com a exploração do ouro de Calçoene as tentativas de tornar a região um país independente (A República do Cunani), os ânimos foram se exaltando até um inevitável conflito armado entre o presidente do Triunvirato do Amapá, Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, e um comandante francês que invadiu o Amapá para prendê-lo. Dezenas de pessoas morreram no episódio sangrento. A partir daí a diplomacia internacional elegeu Berna, na Suíça, para julgar o caso. A 1º de dezembro de 1900 o Brasil ganhou a causa, tendo como advogado José Maria Paranhos da Silva, o Barão do Rio Branco. O 15 de Maio, data do combate, quando Cabralzinho matou o capitão francês e sempre foi um dia importante para os habitantes do Amapá. Era uma data comemorada por todas as escolas que reverenciavam o triúnviro como o "Herói do Amapá", pelo seu ato de defender a Pátria dos invasores inimigos. As especulações que se seguiram à época do episódio deixaram a figura de Cabralzinho bastante controversa. As baixas francesas foram seis mortos e 20 feridos enquanto 38 brasileiros, na maioria velhos, crianças e mulheres perderam a vida de forma macabra e cruel. O próprio Emílio Goeldi, cientista emérito do Museu do Pará, em relatório de novembro de 1895 ataca Veiga Cabral, embora dizendo que não quer acusá-lo diretamente da culpabilidade dos abusos cometidos, mas que seus companheiros são gente da pior espécie, que não lhe inspiram confiança. Hoje, apesar dos monumentos construídos ao ato heroico de Cabralzinho, inclusive no local onde teria ocorrido o episódio, a história, tão valorizada no passado parece ter caído no esquecimento, sendo muitas vezes objeto de galhofa e ironia. Sobre esses aspectos e levando em conta que a ciência histórica hoje considera que "as atitudes mentais, a relação com o corpo, com o espaço, com a paisagem, a cultura política, as relações socioeconômicas, a festa, a cultura material, etc, se constituem objetos do conhecimento em história", (Coelho, Mauro Cezar, in Um Diplomata na Colônia: As Formulações de Alexandre Rodrigues Ferreira na Defesa do Cabo Norte. Brasília:2003), não seria interessante se a academia local fizesse estudos para tentar solucionar o problema, haja vista que não é apenas o heroísmo de Cabralzinho que está em jogo, mas a própria História do Estado. O professor Jonas Marçal de Queiroz, no seu estudo História, Mito e Memória: o Cunani e outras Repúblicas, in "Nas Terras do Cabo Norte". Belém:1999) diz que Veiga Cabral foi esquecido assim que o litígio com a França foi resolvido. Ele questiona também a atitude de Trajano, que teria sido escravo em Cametá e que vira o significado de liberdade na bandeira francesa. Isto posto, é inegável a necessidade de surgirem novos e esclarecedores estudos na área.

Mas o que expressa esse termo? Algo para dizer que significa as vitórias diante do Contestado, diante dos obstáculos se separar do Pará, de transformar a gleba primeiro em Território Federal, depois em Estado Federativo, depois ter a legitimidade sobre suas terras? Seria uma maneira de ver o mundo do outro hemisfério, de forma espelhada no tempo? Seria como se o amapaense se identificasse mais com a natureza, seus mitos e suas crenças fantasiosas do que com a própria história e, depois de descobrir sua origem partir para a vontade de crescer em todos os aspectos? Seria amapalidade, amapaensismo, amapalismo, amapanidade o que se escreve há anos sobre esse objeto (A Fortaleza de São José de Macapá), transformado pelos observadores e escritores em sujeito da pesquisa, sujeito anímico. O termo expressa, então, o que é a água (de uma inundação que traz o alimento), a luz (da imaginação identitária) e a pedra (de uma construção trabalhosa e lenta).

A Fortaleza de São José de Macapá seria apenas um sonho utópico dos ancestrais, encostada ali na paisagem ou um reiniciar constante de uma caminhada em um princípio cósmico embalada pelos olhos dos poetas? Ora, o amapaense ficou séculos abandonado em sua prisão geográfica, separado pela massa do rio Amazonas, como já o dissemos acima. Porém, quando o progresso chegou – tardiamente - na sua chegança retirou a tristeza de uma solidão atávica, à beira de uma sombra, sob o escaldante sol do equador incidindo sobre dezenas de cabeças que despertaram, enfim, do sonho, para domar suas próprias realidades.

O povo do Amapá se identifica, sim, reiteradamente com o sol que incide sobre a terra na linha imaginária do equador, já que este divide o planeta em dois hemisférios. O povo amapaense percebe nitidamente os solstícios (de *solstitium* = parada do sol) e os equinócios (*aequinotium* = noite igual ao dia). E sabe que ele tem o significado de renascer todos os dias.

O Amapá ainda vive uma transição entre a sociedade tradicional e a moderna. Embora não haja conflitos excruciantes, percebe-se a

inserção de valores do capitalismo de forma agressivamente visível, onde a presença do Outro traz uma alteridade imanente, que revolve outras histórias e aludem a uma aculturação. Ainda que este conceito não seja mais usado na antropologia necessário se faz dizer que a substituição e a adaptação social de valores externos no Amapá se deu pelo chamado desenvolvimento moderno, pelo avanço tecnológico, e pela mídia eletrônica (considerando que a televisão, por exemplo só foi instalada publicamente em Macapá a partir de 1974) rápida, que levou a mudanças radicais de hábitos e costumes, ainda em que pese a preservação desses últimos em lugares mais tradicionais da capital. E as tradições, como sabemos são criadas.

Em sua abordagem antropológica sobre a questão cultural, política e de identidade dos índios do Ceará, Isabelle Braz Peixoto da Silva afirma que

> Existe um processo contínuo de reelaboração do patrimônio cultural dos grupos sociais, a partir dos valores próprios. Em decorrência, os mecanismos de diferenciação cultural são mais complexos do que se supõe à primeira vista. As fronteiras culturais que separam as identidades são móveis, porosas, ás vezes permeadas por hibridismos e mestiçagens. Devem, portanto, ser compreendidas preferencialmente no campo das representações, dos símbolos e significados postos nos contextos particulares de cada grupo – a sua totalidade -, do que buscadas nos sinais exteriores da cultura, embora não se possa dizer que não haja uma relação entre estes sinais e as construções das identidades (BRAZ, 2003. Pág. 22).

Discutir essa questão sempre traz riscos, segundo afirma Pordeus Jr., em seu ensaio sobre a cearencidade, pois ela “se situa numa pluralidade de cruzamentos e interessa a todas as sociedade e disciplinas” (PORDEUS JR. 2003. Pág. 12) elas levam à intercessões entre memória, história e antropologia, objetivando a construção dos paradigmas da identidade cearense que permeia a literatura local. Ele aden-

sa seu pensamento sobre o tema, centrando-se na questão memorial ao afirmar que

> O pensamento social é essencialmente uma memória. Todo o seu conteúdo é feito de lembranças coletivas, mas só subsistem quando a sociedade, trabalhando sobre seus quadros atuais, pode reconstruí-la, a memória então, existe no presente. As representações da memória são reconstituídas para a conservação de centros materiais objetivando a preservação das imagens. A memória passa a ser a reconstrução do passado, adaptando os fatos ás imagens antigas às crenças e necessidades do presente, o conhecimento daquilo que era original é secundário, pois a realidade do passado não mais existe (*Idem*).

Nesse caso para o Amapá encontrar seus próprios caminhos e resolver seus dilemas teria, também que se valer da construção de bens culturais que pudesse abrigar continuamente a discussão e a reflexão desses valores relacionados a sua identidade, da mesma forma como se discute hoje o papel da literatura como elemento central no processo construtivo da "brasilidade" evidenciado principalmente na literatura indigenista de José de Alencar, o que contribuiu decisivamente para que se forjasse a noção de identidade nacional.

Entretanto, o Museu Fortaleza de São José de Macapá, que poderia guardar essas imagens ou memórias materializadas só tem mesmo em seu espaço algumas telas do pintor R. Peixe (Raimundo Braga de Almeida), adquiridas há anos pelo Governo estadual. Não há arquivo nem biblioteca nem prospecto informativo sobre a história do monumento, muito menos guias treinados que possam fornecer aos turistas maiores explicações. Os usos e contra usos são constantes e diversificados. Recentemente (2016) ocorreu uma campanha da população macapaense para evitar que houvesse um evento de nove dias no revelim (a parte mais frágil do monumento, que nunca foi restaurado nem reformado), denominado "Bailão Country". Felizmente a

gerência local do IPHAN negou a sua realização, após o recebimento de centenas de e-mails de protesto e de manifestações explícitas nas redes sociais e outros meios de comunicação da cidade, atendendo o apelo de órgãos culturais e da sociedade em geral, ainda que a direção do Museu já houvesse liberado o local para que o evento ocorresse.

A exemplo de outros estados brasileiros que exaltam a sua identidade, como por exemplo o Ceará e o Rio Grande do Sul, no Amapá foram criados alguns ícones dessa amapalidade. Desde o início do Território Federal o governador Janary Nunes já exaltava as qualidades do caboclo[21] , exortando-o ao trabalho e ao consequente progresso, que proporcionaria melhoria de vida, conforto e bem-estar para a sua família e descendentes. O caboclo vivia em condições extremas dentro da mata, explorado quase sempre pelo regatão[22] que eventualmente passava nas vilas ribeirinhas para trocar produtos coletados na floresta por gêneros de primeira necessidade como sal, açúcar, querosene, carne seca, remédios, roupas, etc.

O caboclo é muito cantado na literatura local, e desde a construção da Fortaleza de São José de Macapá ele está presente como elemento responsável em capturar escravos fugitivos. Verdadeiros panegíricos foram escritos para exaltar o caboclo. A exemplo temos a crônica abaixo escrita pelo primeiro governador do Amapá, Janary Nunes, publicada na primeira edição do Jornal Amapá, de 10 de março de 1945, na primeira página.

> O CABÔCLO
>
> Durante 30 anos escutei as expressões com que o tratavam: fraco, indolente, preguiçoso, móle, sem vontade. Nascêra para escravo. Apontavam-lhe um destino: ser mandado a obedecer.

---

21. Caboclo, palavra oriunda do tupi-guarani que significa "aquele que vem ou que mora no mato (caá + oca). No tempo da construção da Fortaleza de São José de Macapá existiam os "caboqueiros", índios que caçavam para os contingentes militares.

22. Tradicional forma de comércio espoliador e escambo de mercadorias, feito por embarcações, antigamente muito comum na Amazônia.

Janary diz que ele era “mais animal do que homem”, plantando uma “tarefa” de mandioca e pescando ou caçando apenas quando forçado pela necessidade. Mas o autor fala que “é preciso conhecer este homem, que mora isolado entre a água e a floresta na beira do Amazonas e seus afluentes”. Descreve sua vida desde cedo, dizendo que

> “se a mãe não pôde amamentá-lo, toma caribé ou mingau de macaxeira e, não raro, antes do primeiro aniversário já bebeu a cuia de açaí ou de bacaba e provou o sabor do charque rançoso e do pirarucu seco”.

Faz uma série de perguntas desafiadoras:

> “Preguiçoso? Mas qual é o único sêr que afronta de peito aberto esta natureza bárbara, criança ainda em plena transformação penetrando-lhe o arcanjo? Quem é que sobe o rio remando dias seguidos, com um rancho insignificante, que não alimentaria o mais sóbrio branco civilizado.? Quem fura o mato, este cipoal de lianas povoadas de emboscadas hostis e traz de lá os frutos? Qual é o homem que extrai as matérias primas da produção amazônica? ”

O governador-cronista fala que quem o calunia não sentiu sua força, pois

> “O caboclo só tem satélite digno no nordestino – o homem das “cheias” e o homem das “secas” – um quase a morrer afogado e o outro quase a morrer de sede, este pagando caro a sua audácia, bravos que se irmanam para enriquecer os que os acusam. Indolente? Mas quem teve a infância e a adolescência igual a sua? Como poderá ser vibrátil e ansioso de riquezas quem existe sozinho numa beira de rio, iluminando-se com querosene, prisioneiro da mais insidiosa cadeia econômica? Quem nunca aprendeu a lêr e nem sabe para o que serve? Não o caluniemos. Que será dessa gente quando tiver educação e saúde? São “heróis” os que voltam dos campos de batalha depois de alguns meses de luta. Que título se dará a quem ven-

cem o combate o combate travado cotidianamente para sobreviver, ferido mil vezes, não por armas limpas, mas por espinhos, escorpiões, marimbondos, arraias, pedras, cobras, insetos e micróbios".

O discurso se aprofunda.

> O caboclo traz em si uma fortaleza inconquistável: O ESPÌRITO NACIONAL. Para ele o estrangeiro é o homem de língua *atrapalhada* que *arria* com qualquer febrezinha e que teme os mosquitos como se fossem fantasmas. É o "brabo" mais errado que conhece. Copia os seus hábitos, mas não os inveja. Toma-o como exemplo; sibaritas do culto aos deuses de fora e do amesquinhamento dos próprios".

A exortação de Janary Nunes é enfática. Esse é o seu primeiro discurso do gênero publicado no jornal oficial do governo do Território. O texto termina com a solicitação que perduraria por quase todo o seu governo: "Vamos para a frente, CABÔCLO! O Brasil precisa de ti. A morte não te vencerá mais! ".

Mas como se sabe, não há discurso sem intenção, pois ela é sempre acompanhada por uma dose de persuasão no conjunto de argumentação que o enunciador usa para se dirigir ao leitor (não exatamente ao caboclo, pois ele mesmo diz que o caboclo não sabe nem para que serve a leitura). Nesse caso, o discurso do governador é dirigido aos leitores do jornal e aos membros de sua administração que serviriam de interlocutores desse discurso, pois este é autoritário e tem na persuasão uma razão de existência, de domínio, de poder.

O pescador, o barqueiro que singra a imensidão das águas do Amazonas sumindo em seus pequenos barcos no vai-e-vem das ilhas ao litoral e vice-versa, também são vistos como verdadeiros ícones da tradição amazônica; bem como os apanhadores de açaí, produto imprescindível na alimentação nativa; o garimpeiro, o vaqueiro, a dançadeira do Marabaixo, a parteira da floresta e a curandeira/benze-

deira, cuja valorização é a do trabalho exercido por elas no campo ou na cidade pelos seus atores sociais, na falta de profissionais especializados.

O Exército Brasileiro também exerce importante função hoje no espaço amapaense, como integrador do território, guardador das fronteiras e construtor de estradas. Tem um Batalhão de Infantaria em Macapá e outro em Clevelândia do Norte (Oiapoque), local que foi uma das mais longínquas e sanguinárias bases de prisioneiros políticos do Brasil, na década de 1920[23].

Outra referência dessa amapalidade é a cidade de Macapá, banhada pelo rio Amazonas, com suas ondas amareladas e rutilantes ao

---

23. O escritor e jornalista Hélio Pennafort foi um dos poucos autores amapaenses a escrever sobre a vida dos prisioneiros políticos da colônia de Clevelândia do Norte, no Oiapoque, que antes de se tornar uma base militar, foi seguramente uma das mais ferozes e desgraçadas cadeias de presos que este país já teve. Através dos escritos de seu pai, que ainda muito jovem foi colonizar a fronteira em 1921, Pennafort historiza os primórdios daquela aventura patriótica, onde muitos paraenses para lá se deslocaram após a queda do preço da borracha ocorrida no início da Primeira Guerra Mundial. E foi no natal de 1924 que Clevelândia recebeu os primeiros prisioneiros das revoluções de 1922/24 deportados para lá, quase todos militares da Marinha. John Dulles conta em seu livro "Anarquistas e Comunistas no Brasil" que "O primeiro navio a conduzir prisioneiros para a Colônia Agrícola de Clevelândia alcançou seu destino a 26 de dezembro de 1924. Levou cerca de 250 pessoas que o governo qualificara de 'os mais perigosos' e com 'os piores antecedentes'. Nesse grupo havia diversos operários presos no Rio de Janeiro e que passaram o tempo picando ferrugem do casco do navio-presídio "Campos", alguns marginais e vadios do Rio, além de conspiradores da Marinha de Guerra. Um segundo navio chegou no dia 06 de janeiro de 1925, com 120 rebeldes da região do Amazonas. Nas margens do rio Oiapoque, no dia 1º de maio de 1925, seis anarquistas, reuniram-se com uns poucos 'infelizes' e alguns colonos locais para cantar a 'Internacional'. O terceiro e último carregamento incluía os aproximadamente 400 sobreviventes defensores de Catanduva, Paraná, que vieram para Clevelândia no navio Cuiabá, após escala no Rio "onde apanharam 23 conspiradores e 133 malandros, vigaristas, ladrões, vadios e mendigos". Segundo consta não havia um prisioneiro sequer que não tivesse ficado doente com os sintomas agudos de febre, vômito, convulsões, inapetência, inchação dos membros inferiores, diarreia e prostração generalizada. O precário hospital ali instalado já não dava conta dos casos de malária, disenteria bacilar, beribéri, polinevrite e sezões. Dulles informa ainda, baseado em cartas dos prisioneiros, que depois vieram a denunciar o sistema de cárcere do local, que o tratamento dessas doenças, "via de regra, consistia em injeções e comprimidos de quinino, que pareciam causar edemas e úlceras nas partes feridas pela agulha. Para aplicar 120 injeções por dia, o hospital dispunha de apenas duas seringas e, por mais de uma vez, com uma só agulha". Entre os quase mil degredados de Clevelândia poucos conseguiram fugir daquele inferno, através de Caiena, indo para a Venezuela, ou até Belém. Contam que até 14 prisioneiros eram enterrados por dia.

vento e ao sol do equador e com os seus monumentos no meio do mundo. Um radialista[24] criou o *slogan* para ela, chamando-a de "cidade joia da Amazônia", considerando o brilho da paisagem noturna e a luz refletida em suas casas, praças e avenidas; joia pelo contorno de luz que faz no entorno do seu maior ponto de referência à beira da baía: a Fortaleza de São José de Macapá.

Não se pode negar a participação ativa do ex-senador José Sarney na literatura amapaense, pois publicou alguns livros de história do Amapá e artigos e crônicas em jornais locais, como por exemplo este trecho de uma crônica sobre Macapá, no dia das comemorações do seu 254º aniversário, denominada Macapá: misto de força, ternura e bondade.

> Mas, por alguma hipótese, se o povo tucuju fosse chamado a renomear livremente a capital do Amapá, teria todos os motivos para chamá-la de guardiã, amiga, amor. A verdade é que Macapá é simples como uma bela moça morena dos tucuju. Espraia-se, plana, vigiando dia e noite o desaguar deste lado do Amazonas. Ela tem o vento que vem do grande mar oceano, brisa que lhe acaricia o corpo e os cabelos compridos. Macapá, moça morena de lábios de sol e olhos de chuva. É a capital dos vastos territórios que daqui só terminam nas barrancas do Oiapoque, passando por lagos, rios, campos, florestas, chapadas, riachos e montanhas. A paisagem humana de sua gente no seu falar cantado, descendo e subindo sempre nos barcos, rio vai e rio vem, em demanda das ilhas ou dos pequenos portos, povo ribeirinho que passa o tempo navegando. Macapá, misto de ternura e bondade, gente boa, raça forte (SARNEY, 2012. Pág. 10).

Saborear o açaí e a bacaba com peixe ou com o camarão no bafo também se constitui parte dessa amapalidade que envolve as relações

24. José Ney Picanço e Silva, o J. Ney, que há 40 anos apresenta o programa "Sua Excelência, o Domingo", tendo passado por diversas rádios da capital amapaense.

sociais e a condição de pertencimento num lugar cujo endereço está localizado “na esquina do rio mais belo/ com a linha do equador[25].

Necessário se faz dizer que essas situações e ícones são apenas pontos de partida para que possamos designar a amapalidade enquanto parte da identidade amapaense. É preciso, ainda, falar que o que foi referido neste item não se trata de meramente de expor o pitoresco, o curioso, o heroico, o “folclórico” e o senso comum, mas dotar essas identidades de referências culturais inclusivas e peculiares aos amapaenses, sem a conotação ideológica que muitas vezes leva ao conflito, a partir da observação da vivência diária com os elementos constitutivos dessa memória que fornece elementos à construção da identidade local.

Há ainda a fabricação de um tecido social invisível onde todos os elementos que citei, como paisagens, costumes e personagens são expressões literárias e popularmente ditas e ouvidas por meio de linguagens, imagens e leituras discursivas diversificadas como elementos que vêm caracterizar a identidade amapaense.

Por ser uma construção social, a identidade ocorre em uma relação dialógica com o Outro. E por eles estarem indissoluvelmente ligados à memória, não se diluem, pois sem lembranças o sujeito social fica sem referência.

Posto isto, creio que os acontecimentos da história perpassam pela memória coletiva, quando, por exemplo, a Fortaleza de São José de Macapá é vista pela população amapaense como um ícone da amapalidade, mas também como um antigo e tenebroso lugar de dominação dos homens; como prisão, cuja memória dos acontecimentos antes e pós-1964 ainda assusta como um lugar sangrento de um tempo

---

25. MEU ENDEREÇO - Música de Zé Miguel e letra de Fernando Canto - Intérprete: Zé Miguel -Meu endereço é bem fácil / É ali no meio do mundo / Onde está meu coração, meus livros, meu violão / Meu alimento fecundo / A casa por onde paro / Qualquer carteiro conhece / É feita de sonho e linha / Que brilha quando anoitece / Na minha casa se tece / Mesura na luz do dia / Pra afugentar quebranto na hora da fantasia / É fácil o meu endereço / Vá lá quando o sol se pôr / Na esquina do rio mais belo / Com a linha do equador.

de práticas e perigos advindos da noite escura da ditadura militar que durou 21 anos com seus episódios e relatos que veremos em capítulo exclusivo desta tese[26].

Assim, como nos referimos antes, a memória é a identidade em movimento, em ação plena e permanente. Logo, a amapalidade ca-

---

26. Com o consentimento da gerência do Museu da Fortaleza de São José de Macapá e da Guarda Territorial que ali se aquartelava, realizei um pernoite em suas dependências após ter sido informado que um famoso programa de televisão teria verificado se procedia a "existência" de fantasmas naquele espaço. Na noite do dia 07 de abril permaneci acordado observando e fotografando tudo o que se passava nas instalações do prédio, onde duas vigilantes também faziam suas rondas e um soldado, que estava destacado para me acompanhar, dormia profundamente. Segundo o programa, "São diversos os relatos de assombrações ou visagens fantasmagóricas neste local, indo desde negros descalços que surgem do nada na praça principal, como de soldados que vagam sem rumo pelo local. Há quem diga que muitos escravos tentaram escapar pelo desaguadouro, o poço que fica no centro da praça de guerra. E que até hoje as vozes deles podem ser ouvidas ali. Barulhos estranhos também acontecem nas galerias que, no passado, serviram de prisão. Ali, uma vigilante conta ter sido perseguida por fantasmas. Outra assombração que testemunhas contam já ter visto na Fortaleza, é a de um padre sem cabeça que flutua pelos baluartes do forte fumando um cigarro, na altura do que seria localizada a cabeça do mesmo". (Programa Fantástico – TV Globo de 19 de agosto de 2012). A minha solicitação foi feita considerando a Antropologia da Emoções, disciplina que "pretende discutir a relação entre indivíduo e sociedade sob o prisma das emoções. Tomadas tanto pelo senso comum ocidental quanto por algumas teorias clássicas como baseadas em uma 'realidade' psicobiológica, as emoções foram durante muito tempo tratadas como experiências universais ou então profundamente individuais, escapando assim ao crivo dos domínios social e cultural. Até por isso, este foi um tema pouco presente nas teorias clássicas nas ciências sociais e só nas últimas décadas ganhou a atenção da antropologia principalmente. Nesta disciplina se discute as questões teóricas colocadas em foco pelas análises das emoções nos poucos autores clássicos que as abordaram – Durkheim, Mauss, Simmel e Elias – bem como em trabalhos mais recentes, pondo em foco a relação entre emoção, sensorialidade e corpo, assim como as experiências emotivas nas sociedades ocidentais modernas". (REZENDE:2009).
Na realidade nada vi ou ouvi de estranho, a não ser o murmúrio das águas do rio entrando com a maré pelas galerias subterrâneas, o barulho da chuva e a forte ventania que passa pelos prédios internos assoviando. Entretanto, esses barulhos lembram mesmo passos e gritos de pessoas, se assemelham ao arrastar de correntes e há constantes sombras se mexendo entre os espaços do monumento como se fossem seres em desespero, tentando se comunicar. Fiquei lá até o amanhecer, debaixo de uma forte chuva, duvidando, refletindo como nossos sentidos podem nos enganar e construir ilusões. Daí que essas tensões arraigadas no imaginário popular causam, a meu ver uma espécie de auréola que dá ao monumento uma condição anímica. Nesse processo não é de se desprezar que mesmo não se "vendo" nada estranho, a cada som vindo como um grito lancinante do fundo da cisterna e das velhas masmorras, a cada imagem projetada nos paredões e escadarias, mesmo que fossem do vento e das luzes que dançavam intermitentemente, parecia, sim, ser projetado ali dois séculos e meio de sofrimento das almas e dos corpos de centenas de trabalhadores braçais obrigados que eram a trabalhar de sol a sol em nome da conquista lusitana.

rece também de reflexão sobre uma memória que liberta potencialmente, e que se exponha, para que subsista na atualidade a fim de reconstruir no presente e no futuro suas representações imanentes à identidade, pois sem a memória coletiva nada subsiste e os sujeitos são aniquilados, sobretudo pelo deslembramento e pelo silenciamento.

Ao falar disso penso enfocar neste texto uma contribuição para o entendimento do *zeitgeist*[27] amapaense, não apenas para panoramizar o espírito do tempo (local), mas para encaminhar estas reflexões ao centro do texto e razão desta tese que é a literatura escrita sobre a Fortaleza de São José de Macapá para tratar analiticamente as identidades locais. Nesse caso os símbolos e significados presentes nessa literatura não são meros esforços dos autores em dizer o que pensaram ou pensam sobre o monumento, mas creio que eles também realizam a tarefa de torná-los transparentes, translúcidos ao evocar suas manifestações artísticas, suas criações solidificadas por meio dos seus diversos intérpretes, porque na poesia e na literatura o escritor lida com palavras e elas tem o dom de refletir, mostrar e mudar as sociedades.

1.9. IDENTIDADES EM MOVIMENTO E O QUE FICA

Ao colocar estas reflexões, não poderia ficar sem dizer que, tal como o espinheiro forte, que é a tradução do nheengatu da palavra tucuju[28] , tal como a árvore palmácea da pupunha que tem espinhos no caule, a história amapaense tem que ser escrita, subindo por ela para colher os frutos sem se ferir. Se os escritores escrevem para construir

27. Ao decidir incluir termo tentei evitar que se confundisse com o conceito de *ethos* que na sociologia é uma espécie de síntese dos costumes de um povo. O termo indica, de maneira geral, os traços característicos de um grupo, do ponto de vista social e cultural, que o diferencia de outros. Seria assim, um valor de identidade social. Ethos que significa o modo de ser, o caráter. Isso indica o comportamento do homem dando origem a palavra ética.(Wikipédia, a enciclopédia livre. Acessado em 25/08/2008. 16h31)

28. Eram também assim chamados os Índios que habitaram as terras do Amapá durante a colonização da Amazônia

sua própria identidade, que também é reflexo de um jogo de espelhos existente na realidade e nas suas imaginações, é necessário a exigência de um certo distanciamento do objeto, para dar a ele um sentido, embora se mergulhe no conceito da identidade como "celebração móvel" (HALL, 1997, *Op. Cit.*), ou seja, tudo é dinâmico na sociedade, pois esta molda a identidade a partir da memória e a torna um processo.

O Amapá passou e vem passando por diversos momentos de crise. Antes da transformação em Estado todos os governadores eram indicados, como veremos nos terceiro e quarto capítulos, desde Janary aos que ficaram até a primeira eleição para governador em 1990. Todos eles, na tentativa de dar um ar de modernidade à capital, foram fazendo inúmeras transformações estruturais ao leve sabor da vontade de quem não foi eleito pelos amapaenses, mas que estavam trajados de "boas intenções". Então fizeram intervenções sobre os prédios públicos, demolindo-os ou transformando-os à guisa de reforma, prejudicando inclusive o nosso maior patrimônio arquitetônico, a Fortaleza de São José de Macapá. Mais tarde a cidade cresceu e foram erigidos novos e bonitos prédios, com muito dinheiro federal para receber o Estado que viria. Ao lado disso também foram nomeando todos eles, bem como as ruas e praças que se abriam na paisagem urbana. Escolas eram batizadas com o nome de parentes dos governantes, e deles próprios, numa franca demonstração de bajulação e cumplicidade de ações. E assim Macapá foi mudando até quase se tornar irreconhecível. Não há dúvida que muita coisa na cidade mudou para melhor, adequando-se às "exigências do progresso", embora ela tenha pago um preço irreparável com o advento das invasões das ressacas (zonas urbanas de várzeas) por populações migrantes e outras situações semelhantes e conflituosas.

A meu ver não está em jogo apenas a questão da identidade local, seja simbólica ou social, pois, a identidade fica marcada pela diferença, um problema de "crise de identidade" (GIDDENS:1990). Esta crise

é característica da modernidade tardia, fenômeno que só faz sentido devido os efeitos da globalização que atuam no contexto local de forma a mudar a homogeneidade cultural da comunidade.

Desta forma pode-se esperar no Amapá todo tipo de mudanças, inclusive sociais e de movimentos políticos, pois o mercado global pode levar ao distanciamento da identidade ou, de forma alternativa, a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar a identidade social local (ou nacional) ou levar ao surgimento de nova posição de identidade (WOODWARD:2008). Quero pensar apenas que o tempo passa, os homens passam, mas a memória continua. A memória é um deciframento que passa por gerações. Somos isso num tempo de transformação e de continuidade, de acordo com Pierre Nora (NORA, 1993). A crise de identidade por qual passa o Brasil e consequentemente o Amapá certamente estimula e mescla a memória coletiva e individual num processo de retroalimentação, de perdas, de descobertas, de coisas que as pessoas lembram ou esquecem. Mas nenhuma mudança apagará tão rápida a memória coletiva, pois, segundo o destaque de Ecléa Bosi é possível afirmar que somente fica aquilo que significa (BOSI, 1995).

É de Octavio Paz, em O Labirinto da Solidão, a ideia de que as formas geográficas dos países tenham a ver com a identidade de cada local[29] .

Ele faz, nesse livro, uma referência não-convencional do México e dos seus habitantes. Esquece os paradigmas, as pretensões científicas, as estatísticas e joga com a intuição, e com a visão simbólica. A Geografia pode encerrar, aos olhos de Octávio Paz, o arquétipo da vida histórica e cultural de um povo. Ele diz que cada história de um povo é simbólica porque são manifestações visíveis de uma realidade escondida. Diz ainda que

29. Octávio Paz foi poeta e escritor mexicano. Ganhou o prêmio Nobel de Literatura em 1990.

> Cada história é uma geografia e cada geografia uma geometria de símbolos: a Índia é um cone invertido, uma árvore cujas raízes penetram no céu; a China é um disco imenso - ventre, umbigo e sexo do cosmos; o México se ergue entre dois mares como uma enorme pirâmide truncada: seus quatro costados são os pontos cardeais, suas escadas são os climas de todas as zonas, seu elevado planalto é a casa do sol e suas constelações. Não se faz necessário recordar que para os antigos o mundo era uma montanha e que, tanto na Suméria quanto no Egito e quanto na América medieval, a representação geométrica e simbólica da montanha cósmica foi a pirâmide. A geografia do México tende à forma piramidal, como se existisse uma relação secreta, mas evidente, entre o espaço natural e a geometria simbólica, e entre esta e o que chamei a nossa história invisível. Arquétipo arcaico do mundo, metáfora geométrica do cosmos, a pirâmide mesoamericana culmina no espaço magnético: a plataforma-santuário. É o eixo do universo, o local onde se cruzam os quatro pontos cardeais, o centro do quadrilátero: o fim e o princípio do movimento. Uma imobilidade onde e se origina a dança do cosmos (PAZ: 1999, Pág. 242).

Essa é a visão própria de um poeta, de um descendente dos visionários astecas, do sangue índio do que ele era portador. Gilberto Kujanski (1996) também fala sobre essa visão. Ele pergunta se a Índia é um cone invertido, a China uma esfera, o México uma pirâmide: e o Brasil, o que é dentro dessa linguagem? O Brasil, diz, e repete Heitor Villa-Lobos, tem a forma de um coração. Daí pode-se inferir muita coisa. O que é o coração? É a delicadeza, a sentimentalidade do brasileiro. O coração exprime também a intimidade, um dado cultural muito precioso. Está na arte e na música popular, como também na erudita. Está na literatura, com Machado de Assis, que é um escritor de intimidades. Basta lembrar o prodigioso conto “A Missa do Galo”, uma história de troca de intimidades. Silêncio, coisas não explícitas, reticências, entrelinhas. Ele diz:

> Mas o nosso coração simboliza também outra coisa: o espírito brasileiro. Espírito da potência construtiva do Estado, da moral, do direito. Exprime-se, nesse sentido, por uma constante que se vê na história, que é a procura por um centro. Não um centro ideológico entre direita e esquerda, mas um centro da nação, da sociedade, do nosso próprio ser (*Idem*: 1996).

Kujanski afirma que a ideia do centro pode ser comparada à figura da mandala, aquele conjunto de círculos concêntricos da cultura indiana que simboliza a integração do universo e do homem. Ele crê que o Brasil busca uma integração, um centro, uma organização. É algo que está no subconsciente e se reflete, por exemplo, nos símbolos nacionais. A bandeira brasileira é composta de um losango amarelo em um campo verde, e no centro uma esfera. Brasília, foi construída exatamente no meio geográfico do território nacional. São coisas conscientes, mas que estão no inconsciente do país, das pessoas, que funcionam e que, de alguma maneira, estão nos falando, estão exprimindo a força de suas identidades históricas, simbólicas, visíveis ou não.

1.10. O LOSANGO AMAPAENSE

A configuração geográfica do Amapá se assemelha a um losango em pé. Segundo Chevalier e Gheerbrandt,

> é considerado um símbolo feminino ou da feminilidade. Desde os primórdios da humanidade nas escritas das cavernas o losango representa a vulva e, por conseguinte, a matriz da vida. Outro aspecto da sua simbologia é que seria a porta de entrada para os mundos subterrâneos, passagem iniciatória para o ventre do mundo, a entrada na residência das forças ctonianas. Nos povos da América Central é muito utilizado pelas mulheres como desenhos nas suas roupas, adornos ou ornamentos e também aparece junto de muitas das representações de suas deusas. Para os chineses é um dos oito emblemas principais e também considerado o

> símbolo da vitória. Os adivinhos o consideram sinal de felicidade no amor quando aparece nas leituras de borra de café. Sua representação quando feita pela associação de dois triângulos isósceles unidos pelas suas bases simbolizaria o intercâmbio entre o céu e a terra, o contato entre os mundos superior e inferior ou mesmo a união dos dois sexos (CHEVALIER E GHEERBRANDT,1999, Pág. 558).

Considerando que o sexo feminino é maioria no Amapá (*Idem*: IBGE,2010), e que elas expressam muito bem essa identidade que começa na floresta, com as índias, as caboclas e as ribeirinhas, as parteiras, as benzedeiras e pajés, as dançadeiras de Marabaixo e Batuque e a lenda amazônica das Amazonas, o Estado do Amapá pode ser visto dessa forma.

A Bandeira do Estado, da mesma forma que suas armas e brasões, usam o símbolo do losango com o desenho da Fortaleza de São José de Macapá em pé, notadamente para mostrar o poder das armas que o Estado detém constitucionalmente. Na realidade diversas instituições civis e militares usam não só o quadrilátero da FSJM que tem losangos nos seus baluartes para exprimir geometricamente as direções apontadas como se fosse uma estrela de quatro pontas, suprimindo o revelim que também é um losango. O símbolo é parte de uma história invisível, mas evidente nessa simbologia que dá ao Amapá a capacidade de união do homem e da mulher, a multiplicação de seus descendentes e a virtual confiança no futuro de que falava Janary Nunes no início do Território Federal, há cerca de 70 anos.

Em trabalho anterior a este me refiro a uma relação constante na paisagem macapaense sobre a relação simbiótica entre um dos baluartes (Em cuja ponta existe uma guarita em forma de falo) da Fortaleza de São José de Macapá e a cidade (onde existia um porto e a cidade em formação nos anos 40/50). Era a cidade e a fortificação que, simbiontes, dependem um do outro e copulam inertes na paisagem. Algo como um

> olhar de sedução entre o baluarte (falo/masculino: a guarita é o pênis dessa relação) e a cidade (ônfalo: masculino/feminino/o umbigo: cicatriz de um parto necessário para manter o poder colonial). O olhar de um seduz o outro. Um domina o outro aos olhos do espectador da tela. Então a realidade diz que há uma fusão com a paisagem (CANTO, 2013. Pág. 120).

A guarita do baluarte Nossa Senhora da Conceição, tal como uma sentinela, contempla o rio Amazonas, fustigada pelas intempéries regionais desde que ali foi colocada pelos escravos que trabalharam na sua ereção. Ela se abre como uma moldura à paisagem. Nela se impregna uma visão dinâmica como as identidades dos que passam no meio do rio, nas frágeis embarcações dos ribeirinhos e dos que caminham ao seu derredor. É uma visão memorial que se fundiu e se fixou na retina do observador. Mas, aos olhos desse espectador ela se movimenta com a lembrança, principalmente com a de quem viveu o tempo que a paisagem existia de fato, antes das inúmeras transformações da paisagem anterior.

Por ter a forma cartográfica losangular, poderia dizer de maneira suave e poetizada que o Amapá possui uma simbologia feminina, porque se permite esta interpretação. Uma interpretação, aliás, romântica do eu-lírico dos poetas, que ao lado das figuras geométricas projetadas na configuração arquitetônica da Fortaleza de São José de Macapá, dão margem a suas elucubrações literárias.

Hoje, longe dos tempos da colônia, quando da concepção e construção trabalhosa da fortificação, e dos tempos obscuros pelos quais todo o país passou, falar assim de uma literatura das pedras feitas para lhe dar substância memorial, é falar da identidade de um povo que a tem visivelmente deslocada em outras, multiplicadas por diversos fatores culturais e econômicos. Nessa multiplicidade contínua e essencial se vive novas formas de entender as perguntas feitas a si mesmos, enquanto amapaenses, na expectativa de um tempo bom, procurando caminhos sob as cores de sua bandeira, de seus valores

intelectuais e práticos e de suas “identidades possíveis” (HALL. *Op. Cit.* Pág. 14.). Este, então, no conjunto de sua cultura, é o espírito de sua época, seu *zeitgeist.*

2

OLHARES CRUZADOS DE BALAS E FLECHAS: AS CARTAS DOS CONSTRUTORES NO CONTEXTO DA EDIFICAÇÃO (1764-1782)

O presente capítulo ancora a primeira temporalidade deste trabalho no qual estão presentes algumas das peças epistolares escritas pelos primeiros construtores da FSJM no período de 1764 a 1782 e enviadas às autoridades coloniais sediadas em Belém.

Tais instrumentos de análise são, de fato, aspectos preconizados pela sociologia da literatura no dizer de Antonio Cândido (CÂNDIDO:2000. Pág. 1-12), pois ela enquanto ciência não propõe o valor da obra em si nem tem a preocupação estética da crítica, mas quer estudar, através das cartas, neste caso, as influências da organização social, política e econômica presentes nesses escritos, considerando o seu teor das descrições sobre o andamento da obra nos anos que vão se sucedendo na sua ereção. Desta forma, é relevante pensar sobre a memória histórica da obra, considerando, então, o olhar do estrangeiro sobre a Amazônia e entender o esquecimento de alguns fatos que ocorriam no cotidiano da obra e as relações sociais ao redor dela.

2.1. A MISSÃO DOS HOMENS E DA OBRA COLONIAL

O observador comum que vê a FSJM na paisagem urbana, à beira do rio, hoje restaurada e utilizada como museu, possivelmente nem imagina o custo empregado para construí-la, a mão-de-obra utilizada e as condições ambientais, econômicas e sociais da época. Ali, na foz, foi

erguida uma construção militar de grande porte que serviu para marcar o território da conquista lusitana na Amazônia, e com isso mostrar o seu poder bélico para amedrontar possíveis invasores.

Essas constatações são imanentes às cartas enviadas pelos construtores e autoridades coloniais sediados em Macapá (fundada a 04 de fevereiro de 1728, mas que já possuía um destacamento militar desde 1738) para a sede da província do Grão-Pará, em Belém, especialmente para os governadores do período de sua construção (oficialmente de 1764 a 1782). Estão presentes, também, essas condições, em todo o arcabouço ideológico de construção do espaço e conquista de territórios, visando a expansão mercantilista de Portugal e controle absoluto das terras da Amazônia. Todo um processo político estaria sendo preparado pelo governo português bem antes da sua edificação, pois a região era amplamente disputada com outros países europeus desde o século XVII (CASTRO:1999, Pág.129/193).

Os grandes problemas enfrentados na maior parte da construção ocorreram no reinado de D. José I (1750-1777), período em que Marquês de Pombal, Ministro do Reino, criava e determinava os projetos de Portugal. Ele enviou inclusive, em 1751, para governar a Província do Grão-Pará e Maranhão, o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (*Idem*).

Citado por Baena, Mendonça Furtado, ao visitar Macapá pela primeira vez (1752) "tanto o enamorou a sua localidade que chegou a expressar em um dos seus ofícios para a Corte que aquela terra era um arremedo das Vilas de Cintra e Colares no Termo de Lisboa" (BAENA, 1969. Pág. 60). Após voltar das expedições de demarcação das terras nos rios Negro e Solimões, em 1758, o governador funda Macapá como vila e no ano seguinte retorna à Corte para assumir o cargo de Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinhos. Antes, porém, ele sugere a ereção de uma fortificação em Macapá, tendo em vista sua preocupação com os franceses (CAVALCANTI, 1997. Pág. 26/7).

As cartas tratavam de narrar os acontecimentos do dia-a-dia da construção e, nelas estava implícito, enquanto discurso do colonizador, o objetivo da missão de construí-la. Os documentos falam da vila de Macapá, das dificuldades, roubos, bebedeiras, adultérios e morte; das demoras de remessa de material para a obra e das canoas que vêm da ilha do Marajó para abastecê-la; da morte de gado, da extração de pedras, da vinda de 200 pretos de Angola, das experiências de cozimento e secagem de tijolos, e de todo um contexto espacial e social da obra.

Há uma carta do senado da Câmara de Macapá que informa que a vila cada vez mais vai crescendo por causa da magnífica e Real obra da Fortificação. Muitas doenças grassam no lugar da construção, entretanto, não há remédios eficazes. Faltam lápis, pinceis, carmim e tinta da China (nanquim) para os riscos (desenhos) necessários à obra e, ao lado de tudo isso, está claramente exposto o discurso que caracteriza a luta pelo poder entre as principais autoridades da vila e da obra da fortificação.

A importância da Fortaleza São José de Macapá, aliás, reside na sua imponência e grandeza encravada na beira do rio e louvada nos dias de festas cívicas. Enquanto feito histórico diz-se que ela cumpriu a sua missão de resguardar a entrada do rio Amazonas, apesar de nunca ter disparado um tiro de canhão, sequer, contra algum navio inimigo (*Idem*).

As obras da FSJM representaram a fixação da população e a formação política do lugar. Durante a sua construção, as cartas e relatórios emitidos pelos seus construtores tornaram-se peças informativas de valor literário, não apenas pelo que indicam sobre a obra em si, mas pelos aspectos inerentes ao comportamento social de homens e mulheres que se tornaram rudes pelas circunstâncias, individualistas pelas necessidades e até, às vezes, impotentes diante das injustiças e violências por eles experimentadas. Esses documentos também falam de saudade da família, de pedidos de promoções, de listas de re-

médios mais usados para tentar sanar as doenças e também das preocupações com detalhes de figuras e medidas de pedra, "que sobre a porta principal da Fortaleza deve conter uma daquelas inscrições que em semelhantes monumentos passam à memória de seus fundadores aos séculos futuros" (Cód. 200, doc.07, de 10.07.1769). Nessas cartas, notadamente Henrique Galúcio (O principal arquiteto e construtor da obra), Henrique João Wilkens, João Geraldo de Gronfelds demonstram, por meio de suas cartas, grandes conhecimentos sobre engenharia.

Assim, com essas cartas, pode-se pensar que as fronteiras da cultura se dilatam, e que se as olharmos como peças literárias, os espaços antes delimitados, sobretudo na literatura, perderam seus limites. Então a História da Amazônia se mescla no seu sentido interpretativo, a uma literatura real, escrita a sangue e sofrimento à luz tênue de lamparinas e velas, com seus olhares diferenciados sobre a imensidão de terra que os portugueses não tinham a exata noção de possuírem.

Independentemente do intento de fazer literatura, o que os construtores escreveram em suas cartas também é parte do discurso iluminista da época pombalina e reflete a experiência hegemônica dos conquistadores, que a fogo e ferro de balas e a golpes de espada construíram a Fortaleza de São José. Tais textos também podem ser vistos como elementos literários, que vão além dos meros relatórios que detalham os passos do avanço das obras ou como escritos que contam uma aventura, onde cada carta é um pedaço da construção dessa memória.

Criar, então, um discurso literário/histórico/artístico/mítico e midiático sobre sua imagem, foi tarefa de todos aqueles que passaram por esse espaço, construindo contornos das identidades locais, mesmo às pressões das diferenças, das alteridades e das diversidades culturais e ambientais. Buscar a relação entre os insumos literários que os construtores da Fortaleza escreveram durante a sua ereção e os que vêm sendo produzidos na atualidade, além de outras expressões e lin-

guagens artísticas e comunicativas, é uma forma de contribuir para o entendimento das identidades amapaenses. Há, nessa ideia, um complexo processo de análise a ser observado porque a história da Fortaleza de Macapá traz, também, uma história daqueles que foram supostamente vencidos, registrada pelos vencedores, que tinham suas estratégias de sobrevivência e hegemonia, onde está expressa a relação do homem com a natureza de forma significativa, pelo que experimentaram na construção da obra (BHABHA, 2007).

E essas estratégias são muito bem produzidas no período. O papel ocupado pelos colonizadores, a ordem e o controle eram contrapostos nas adjacências da obra por negros, degredados, índios e soldados desertores que protagonizaram uma "original aventura para conquistar a liberdade. Com suas próprias ações reinventaram significados e construíram visões sobre a escravidão e liberdade" (GOMES, 1999. Pág. 225). E isso emerge no cotidiano dos homens e mulheres daquela época nos documentos epistolares dos construtores. Seus textos constituem peças importantes para que se possa visualizar o painel da produção literária, das artes e da mídia contemporânea sobre a FSJM, pois carregam vivências, e como tal são memórias coletivas de um tempo. Por outro lado, foi tarefa desta pesquisa observar as narrativas atuais de escritores, que utilizam a edificação de várias maneiras, apropriando-se ou não de seus significados, e que lhes dão interpretações simbólicas diversificadas, pelo teor dos discursos que produzem sobre ela.

Mas por ser objetiva a questão literária, enfoco um trecho de um trabalho da escritora Esmeraldina dos Santos[30], afrodescendente e

30. Esmeraldina dos Santos nasceu no dia 11 de janeiro de 1955 no bairro do Laguinho, em Macapá. É filha de Maximiano Machado dos Santos (Mestre Bolão) e de Francisca Ramos dos Santos (Tia Chiquinha), ambos nascidos no Curiaú. Tem duas filhas e quatro netos. Estudou na Escola São Benedito e na Paulo Freire. Em 2009 estudou na Etapa Extra da Escola Jardim Felicidade e concluiu seu ensino médio na Escola Estadual Maria do Carmo Em 2002 publicou seu primeiro livro, intitulado Histórias do meu Povo e em 2011 lançou o segundo livro e CD As Aventuras de Dona Florzinha. Nesse ano viajou pelo país no Projeto Sonora Brasil cantando Marabaixo em 56 cidades do Norte, Nordeste e Cen-

moradora do Quilombo do Curiaú, localizado a 8 km de Macapá, que expressa bem, a meu ver essa relação.

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Viviam negros escravos com direito à pena, ao entrar naquele forte senti dor, como se estivesse pegando chicotadas, vieram lágrimas aos meus olhos foi quando pensei em meus antepassados, quando escravos trabalhavam na construção do forte.

Caminhos obscuros, pedras e até mesmo esgoto encontravam pelo caminho, morreram pessoas que de lá tentavam escapar.

Olhei a cada pedra como se delas saíssem uma voz me chamando como se alguém de minha família estivesse me chamando.

Veio em meu pensamento uma lembrança muito forte, foi preciso que eu me retirasse daquele lugar, passei as mãos naquelas muralhas, senti um gemido como se alguém tivesse me pedindo socorro, alguém tentando me dizer "eu estou aqui".

Cada pedra tem uma gota de lágrima daqueles negros que tanto lutaram por sua libertação.

Olhava para aquelas celas escuras, não deu para esquecer as pessoas que viviam presas ali, refleti sobre a tristeza que tanto sentiam nas muitas vontades de fugas que por suas cabeças passavam.

Hoje um filme passa em minha cabeça, como viviam aquelas pessoas? A angústia que sentiam de não ter sua liberdade.

Quando nasci há 47 anos cheguei a conhecer algumas pessoas que ali ficaram presas, para eles era dolorido relembrar a angústia que ali viveram.

As pessoas ainda não acreditam no que está acontecendo comigo, é o poder da vida, acreditei no eclipse do sol, eu falei que era uma mudança na minha vida a partir daquele dia em diante e aqui está a prova, poder é vencer, eu quero, eu posso fazer.

---

tro-Oeste. Em 2014 percorreu no mesmo projeto por 49 cidades do Sul e do Sudeste, e no final do ano lançou o livro O Melhor caminho é a Escola. Possui, hoje o diploma do curso de Extensão Universidade da Mulher, da UNIFAP.

> Esta é a história de meu povo e que não terminou – somos muitos, que se perdem no tempo. Aqueles que ficaram não se separam, vivem esta história que nem mesmo o tempo poderá apagar (SANTOS, 20012. Pág. 38-9)

A percepção da autora ao entrar na FSJM e ter vivido uma emoção sem precedentes na sua vida e sentir a dor das chicotadas no corpo, decerto tem cunho psicológico e emocional, uma vez que a escravatura atingiu seus ancestrais. Mas é pela sensibilidade que pulsa em seu texto, que tange uma espécie de transferência temporal quando recebe o chamado de "eu estou aqui", e a "angústia que sentiam de não ter sua liberdade". Aqui a escritora Esmeraldina Santos descreve a FSJM como o lugar da prisão e da tortura, das tentativas frustradas de fugas, de dor e sofrimento. Ela lamenta em seu canto a total falta de liberdade e assevera que a história de seu povo não terminou, porque sabe de sua luta melhor que ninguém. Assim, a autora traz em seu texto a dimensão sociológica do período colonial nesse local, em uma linguagem simples, mas que reflete a sedimentação e a permanência do negro até hoje no território amapaense.

De acordo com a historiadora Verônica Luna (2011), em 1765 chegaram os primeiros africanos em Macapá, que em 1773 eram 325 e em 1788 (ainda durante a construção da FSJM) já somavam 750. Luna informa que que esses escravos viviam expostos às doenças tropicais como a malária, a cólera, a febre amarela e à varíola. Recebiam como alimentação básica apenas a farinha e o peixe e, quando livres delas, eram utilizados pelos colonos, militares e administradores com posses. Viviam no hospital da vila, doentes.

Grande parte dos trabalhos de indígenas e africanos era realizada na retirada de pedras brutas das pedreiras dos rios Anauerapucu e Pedreira; trabalhavam como remadores de canoas para o transporte das pedras até a fortificação, onde eram lapidadas. Também eram carregadores de areia e piçarra e barro para as olarias e aterro das muralhas e dos baluartes (*Idem*. Pág. 86).

2.2. O OLHAR DO OUTRO E UM CENÁRIO DE TENSÕES

É interessante notar que à medida em que o tempo passa e as cartas vão se adensando, seus autores são seres potencialmente em alteridades e podem mesmo ser comparados ao etnólogo, quando este, em seu trabalho de observação, renuncia a ser "o único sujeito do discurso, mas são também seu objeto dentro de uma cultura" (LAPLANTINE. *Op. Cit*. Pág. 178). Diante de uma situação inusitada ou pelo menos nova para o etnólogo, este se esforça para apreender "da forma mais próxima possível a língua dos homens da alteridade e em transmiti-la na nossa língua" (*Idem*).

Porém, os autores-colonizadores e suas cartas, tal como num romance, desenvolvem inequivocamente um interesse pessoal para os pequenos detalhes dos minúsculos fatos, muitas vezes por não terem a noção do dimensionamento do que constroem e de não anteverem o seu significado naquele instante.

Como na literatura, o olhar de quem descreve fatos ficcionais ou reais se direciona à ambientação onde perpassam os personagens, o objeto detalhista das cartas a descrever o dia-a-dia do local da obra denota a pluralidade – ou diversidade – social das mesmas. Aliás se trata de uma situação de conflito, que traz tensões pela personalidade de cada um e pelos atos cometidos por eles, que têm que ser comunicados à autoridade colonial. Então, o limite das narrações é estabelecido pelas regras comportamentais, apesar do esforço do olhar absoluto, do olhar total. Mesmo assim as transgressões são muitas e bastante diversificadas.

Ao lado da construção e dos propósitos para os quais foi feita, inicia-se também um intrincado processo de relações socioculturais causado pela presença do engenheiro, sargento-mor do Exército Português, Henrique Antonio Galúcio, o encarregado das obras, que já se encontrava no Brasil desde 1753, a convite do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para trabalhar na Comissão Demarcadora de Limites nesta região do Brasil. Galúcio nasceu em 1728, em

Mântua, Itália; era cartógrafo e iniciou suas atividades no Brasil com a feitura do Mapa do Bispado do Pará, depois elaborou a carta da Capitania do Piauí (CARVALHO, 2009).

> Colocado a serviço de **Fernando da Costa Ataíde Teive**, governador do Pará, recebe a missão de fazer o "risco" (planta) de Macapá, onde chega acompanhado dos engenheiros **Gaspar João Geraldo Granfelts, Domingos Sambucette e Antonio Landi**, bem como dos astrônomos João Ângelo Cunceli e Miguel Antonio [grifos meus][31] **(*)**, para estudarem o terreno, as marés, e clima, para elaborar a planta, com as áreas definidas do povoado, da segurança e da fartura. O trabalho foi realizado e submetido ao rei de Portugal, o qual foi aprovado, tendo o próprio rei nomeado Galúcio engenheiro responsável pela construção da Fortaleza de Macapá, em 22 de janeiro de 1764 (BARBOSA, 1997. Pág. 128).

Não tenho a intenção aqui, de realizar uma biografia do mais importante construtor da Fortaleza de Macapá, ou das outras personagens marcantes da construção da obra, mas mostrar o sentido dessa presença através de uma literatura às avessas, narrada pelo próprio Galúcio em suas cartas ao governador da Província, e por outros engenheiros-ajudantes, como o capitão João Henrique Wilkens[32], e o comandante da Praça de Macapá, coronel Nuno da Cunha de Athayde Varona.

Na medida em que a obra foi construída, ocorreu uma cadeia de eventos que determinaram a agonia do engenheiro Henrique Galú-

---

31. A grafia correta dos nomes que aparecem constantemente nos documentos dos códices do Arquivo público do Pará é a seguinte: Fernando da Costa de Athayde Teive, Gaspar João Geraldo Gronfelds, Domingos Sambucetti, Antonio Landi, João Ângelo Brunelli e Miguel Antonio Ciéro. Todos vieram para o Brasil na Comissão Demarcadora de Limites, em 1753.

32. O capitão-engenheiro João Henrique Wilkens substituiu Galúcio como responsável pelas obras da fortificação logo após a morte deste, enquanto esperava o engenheiro Gronfelds que iria assumir o comando. Mais tarde Wilkens também assumiu os trabalhos da construção e foi para a Província do Rio Negro (hoje Estado do Amazonas) onde escreveu o poema A Muhuraida, publicado em 1785.

cio. A mudança da configuração da paisagem do lugar também é a paisagem da transformação cultural, ditada pela dinâmica das pessoas. Por isso cada olhar (implícito na narrativa das cartas)[33] pode ser uma visão de mundo, alteridades que vão mudando ao longo de uma trajetória que afeta o espaço e a vida social e cultural desses atores.

É assim que, no decorrer da história, o homem vai construindo relações, desenvolvendo processos, às vezes contraditórios, que se superam no movimento do tempo e do espaço na sociedade e no lugar em que ele se encontra com o outro, que é o índio, o negro, o colono, o degredado. Nessas relações sociais dinâmicas se constrói a realidade que se vincula ao movimento da própria história. Os olhares do estrangeiro, do militar colonizador, do escravo negro africano, do comerciante e do índio, são, sim, muito diversificados, mas existem como sujeitos que produzirão um trabalho determinado pela decisão política, em um espaço geográfico no qual reproduzirão a sua existência e os seus valores perante a existência e os valores do outro.

Daí que a palavra alteridade, que possui o prefixo *alter*, do latim, tem o significado de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, com consideração, valorização, identificação e dialogar com o outro. A prática da alteridade se conecta aos relacionamentos tanto entre indivíduos como entre grupos culturais, religiosos, científicos, étnicos, etc. Na relação alteritária está sempre presente os fenômenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, onde o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas sem que haja a preocupação com a sobreposição, assimilação ou destruição destas.

É, portanto, na diferença cultural que o jogo de ações (e tensões) se estabelece no contexto da construção da obra.

---

33. As cartas dos construtores são como crônicas literárias, pois não deixam de ser construções da realidade que registram/narram acontecimentos e fatos comuns do cotidiano da ereção da obra e de aspectos técnicos. Seus conteúdos são importantes, pois as concepções e os fatos extraídos delas lhes dão, indubitavelmente, teor científico eivados de certa literariedade.

Ao contrário dos viajantes que descreveram a Amazônia do século XVIII como um amplo e complexo cenário que para seus olhos "revela-se muitas vezes como um objeto de assombro, surpresa e maravilha" (HATOUM, 2009. Pág.104), a construção da FSJM foi um processo marcado pela labuta árdua, caracterizado por uma tecnologia incipiente e dificultosa, com mão-de-obra escrava e por uma série de situações de relacionamentos sociais complexos.

Nesses relacionamentos, o poder se imbrica em disputas nada salutares, em queixas, intrigas e tensões explícitas nas cartas, que refletem o ambiente da época, mostrado as grandes dificuldades e deixando transparecer uma subserviência impressionante aos mandatários – como era estilo do período – sobretudo por estarem as personagens ligadas a uma hierarquia militar impositiva e implacável.

Embora não se tratando de ficção, as personagens reais da construção da Fortaleza de Macapá também têm características ficcionais das personagens dos romances amazônicos A Selva (Ferreira de Castro) e Mad Maria (Márcio Souza), citados por Hatoum (*Idem.* Pág. 5), para quem a "viagem torna-se [para as personagens] uma quase imposição, e nesse sentido ela se revela como uma forma de exílio" *(Idem*).

Longe da tentativa de traçar um paralelo entre as personagens ficcionais dos romances sobre a Amazônia e a dura vida dos construtores da FSJM, pode-se considerar, assim mesmo, que a determinação de erguê-la na foz do Rio das Amazonas constituiu-se uma missão marcada pela vontade política do Marquês de Pombal em ampliar o reino português e potencializar sua economia. Paradoxalmente, foi um tipo de "ação heroica" muito semelhante à condição "dos trabalhadores recrutados em vários cantos da terra: antilhanos, alemães, espanhóis, hindus: párias que viajam milhares de milhas para encontrar na Amazônia uma espécie de desterro involuntário" (*Idem.* Pág.112).

As personagens (europeias) da construção da Fortaleza vêm para um ambiente violento, da mesma forma como nos romances acima

referidos; para um lugar caracterizado pela degradação física e moral e pelas contingências ambientais desfavoráveis, como a falta de abastecimento e as doenças tropicais. Ao lado disso, africanos de diversas procedências viviam sob a escravidão, bem como os indígenas, capturados para os trabalhos de transporte, caça, pesca e outras atividades laborais. Mas na linha hierárquica de mando estavam os portugueses militares e os civis, representados pelos imigrantes madeirenses e açorianos que vieram para Macapá a partir de 1752 (SILVA, 2000. Pág.365-74) e que, por determinação de Mendonça Furtado, instalaram os poderes legislativo e judiciário na vila fundada por ele em 1758.

Considerar, então, a obra (FSJM) como gênese da ocupação, de que falamos em capítulo anterior, significa dizer que a fortificação representou a constituição física da vila, tanto econômica como politicamente, pois sem a guarnição militar que ela abrigou durante parte da sua construção, é possível que Macapá não tivesse sobrevivido. A obra representa, pois, a fixação da população e a formação política do lugar. Entretanto, seria conveniente inserir no cenário da construção as estratégias de que se valeram os portugueses para se fixarem no lugar, obviamente pela força militar que ostentavam, fundamentada pelas ações expressas em seus códigos de guerra.

Negros, índios, soldados desertores e cidadãos civis eram punidos de acordo com seus comportamentos. Em seu trabalho sobre "O fim das descobertas imperiais" (SANTOS, 2009. Pág.182-90), Boaventura de Sousa Santos diz que "o segundo milênio foi o milênio das descobertas imperiais. O 'Outro' do Ocidente, o descoberto, assumiu três formas principais: o Oriente, o selvagem e a natureza. O autor esclarece que

> Se o Oriente é para o Ocidente o lugar da alteridade, o selvagem é o lugar da inferioridade. O selvagem é a diferença incapaz de se constituir em alteridade. Não é o outro porque não é sequer plenamente humano. A sua diferença é a medida da sua inferioridade. Por isso, longe de constituir

> uma ameaça civilizacional, é tão só a ameaça do irracional. O seu valor é o valor da sua utilidade. Só merece apenas confrontá-lo na medida em que ele é um recurso ou via de acesso a um recurso. A incondicionalidade dos fins – a acumulação dos metais preciosos, a expansão da fé – justifica o total pragmatismo dos meios: escravatura, genocídio, apropriação, conversão, assimilação. (*Idem*. Pág. 182)

Essa afirmação remete ao conceito que se tinha no período da ereção da obra sobre a natureza, posta conceitualmente por Santos como um lugar de exterioridade, mas também de inferioridade, pois "O selvagem e a natureza são, de fato, as duas faces do mesmo desígnio: domesticar a 'natureza selvagem', convertendo-a num recurso natural" *(Idem*, Pág.188).

A FSJM foi construída ainda sob a égide da imposição do branco colonizador através das chamadas "guerras justas", concepção, que segundo Santos está na teoria da "escravatura natural" de Aristóteles, a qual reza que "a natureza criou duas partes, uma superior, destinada a mandar, e outra, inferior, destinada a obedecer. " *(Idem.* Pág.186).

Entre os portugueses,

> o processo de eliminação do Outro – prática comum no discurso militar colonial, que impunha a "civilização" do europeu à "barbárie" do nativo americano – ficou muito tempo abrigado sob o manto oficial das chamadas "guerras justas"(CALDAS, 2007. Pág.13).

Nesse panorama é que Henrique Galúcio, a personagem principal da construção da Fortaleza indubitavelmente tinha seus conceitos pessoais sobre o mundo que o cercava. Sua formação europeia permitiu que se dedicasse ao estudo da Astronomia, munido de um telescópio que mandara buscar na Itália. Suas anotações eram mandadas para o Observatório de Lisboa, inclusive as que informam que observou um eclipse do sol na tarde de 25 de agosto de 1767, e um da lua em

29 de julho de 1768 (BARBOSA. Op. Cit. Pág. 128). Culto e seguro na sua escrita, Galúcio escrevia inclusive versos das Éclogas (Bucólicas), de Virgílio, nas epígrafes de suas epístolas.

Nas suas relações com os portugueses – o comandante da Praça de Macapá e seus engenheiros subordinados –, havia sempre uma rusga na qual o construtor mostrava características de sua personalidade no trato com eles. Trata-se de uma diferença cultural marcante, porque a identidade é fabricada através da marcação da diferença, que acontece por meio de sistemas simbólicos como também por meio de formas de exclusão social. Para Kathryn Woodward (Op. Cit. Pág.7-72), a

> identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de **sistemas classificatórios**. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles; eu/outro [grifo da autora] (*Idem*. Pág. 39-40).

O sargento-mor e engenheiro Galúcio, apesar das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, principalmente no trato de seus subordinados e nas relações com a outra autoridade da vila, o coronel comandante Nuno da Cunha Atahyde Varona, sabia do seu papel, da sua condição de europeu culto, mas essencialmente sabia o que a sua própria presença significava para Portugal naquele lugar ermo onde a doença e a saudade da família o fariam definhar até a morte.

2.3. DOENÇAS TROPICAIS, EXÍLIO, INTRIGAS E MORTES

À época da colonização de Macapá, muitas epidemias foram registradas, inclusive uma de impaludismo em 1752, que forçou o capitão-general Mendonça Furtado chegar inesperadamente à povoação, viajando em canoa, para dar assistência aos novos colonos, "conduzindo

o único médico que havia no Estado e uma ambulância de medicamentos" para conter o surto no lugar. (CAVALCANTI. *Op. Cit*. Pág.27)

Em 14 de abril de 1765, o comandante militar de Macapá, Athayde Varona, informa ao governador da Província "que muitos trabalhadores se acham doentes [e] padecem de um grande contágio de sarampo. " (Códice 150. Doc. 69)[34]

Menos de um século depois, a história noticia um "andaço febril", uma pequena epidemia de disenteria que teria grassado em Mazagão e Macapá, matando cerca de 150 crianças e índios (LOPES, 1987. Pág.22). Mas o local, apesar de arejado, ainda era insalubre e passível de doenças, principalmente as chamadas "sezões", acessos de febre intermitente, e os "paludismos", doenças dos pântanos ou malária.

Antes mesmo de Galúcio ser nomeado responsável pela construção da Fortaleza de Macapá, ele já se encontrava no local de obra desde 1762, fato ignorado ou plenamente desvalorizado pela chamada história oficial, que considera o período de construção de 1764 a 1782. Creio ser conveniente registrar esse esquecimento porque o engenheiro preparou a construção para ser posta a "pedra fundamental" pelo governador Fernando da Costa de Athayde Teive em 29 de junho de 1764, quando da sua visita oficial a Macapá. O documento 66 acompanha os Mapas

> da gente que tem trabalhado nas obras da Fortificação da Praça de São José de Macapá desde o primeiro até o último dia dos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1762 e Janeiro, fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 1763. Traz, também, o mapa do mês de Julho de 1763 até 03 de Agosto do mesmo ano, dia este em que as obras foram paralisadas (Galúcio e Wilkens assinam os mapas). São José de Macapá, 16 de Agosto de 1763 (Cód. 132. Doc. 66).

34. A classificação geral dos códices do Arquivo Público do Pará foi modificada e atualizada. Utilizarei, a seguir apenas os números referentes aos códices atuais e o número dos documentos.

Em agosto de 1763, tanto Galúcio como Wilkens solicitam licença para irem a Belém, o primeiro para concluir "cópia limpa do Mapa Geral do Estado e o segundo para tratar-se de uma doença" (Cód. 37. Doc. 69 e77). Antes, porém, Galúcio escrevera ao Governador Manoel Bernardo de Melo e Castro com o mesmo objetivo, além de querer

> Ver também a minha família dezamparada e, sobretudo, de poder, eu ter a diteza felicidade de ir botar-me aos pés de V. Exa., pelo primeiro, mas muito mais pelo segundo motivo terei mais que dever esta especialíssima mercê ao clementíssimo Patrocínio de V. Exa. além das infinitas obrigações de que viverei sempre devedor à grandeza de V. Exa. Macapá 28 de abril de 1763 (Cód. 130. Doc. 39).

O Sargento-Mor de Macapá, Luiz Fagundes, solicita ao Governador que "pelas entranhas da Virgem Maria Senhora Nossa", o mande recolher com sua família para a Cidade de Belém. Macapá, 10 de setembro de 1763 (Cód. 131. Doc.31).

Wilkens reclama de "violenta enfermidade que dentro de três meses me reduzio ao prazo da morte" (Cód. 132. Doc. 41, de 13 de junho de 1783) e que, mesmo com a aplicação dos mais eficazes remédio e sangrias, estes de nada adiantaram. Como Galúcio também precisava viajar, solicita que Wilkens lhe substitua, mas o requerimento é negado pelo Comandante Nuno Varona, o que fez Galúcio se despedir "mais apaixonado que advertido" (Cód. 132. Doc.43, de 14 de junho de 1743) de sua presença. É, então, a partir daí que inicia um clima de animosidade entre o coronel Nuno Varona e o engenheiro Henrique Galúcio, que duraria até a morte do Comandante. Em 06 de outubro de 1763, Wilkens viaja com sua família para Belém.

Com a posse do novo Governador da Província, Galúcio o parabeniza e transcreve:

> “Ipsa te, Tytire, pinus,/ Ipsi te fontes, ipsa hac arbusta vocabant:/ Aspice, venturo latentur ut omnia saclo”. Virg. Ecl. I, ct. IV.

> tive a honrra de ser mandado pelo meu natural monarca à servir a tão Augusto Soberano já mais de 13 anos, **para cujo fim troquei as delícias de minha pátria com as asperezas dos mais desertos sertões do Brasil, que corri e palmilhei**. Macapá, 08 de outubro de 1763. [Grifo meu]. (Cód. 132. Doc.90).

Nesse documento, Galúcio admite o seu cansaço e, possivelmente, o arrependimento de sua vinda para o Brasil. Em 1767, o ajudante Antonio José Pinto pede ao Governador que “tire da sua vista e encontros o imprudente e soberbo oficial [Galúcio] que me não pode ver e me atenda com violência” (Cód.148. Doc. 68, de 26 de dezembro de 1765). Em suas cartas, o engenheiro cita muitas vezes as contraordens e os desmandos do coronel comandante, que segundo ele atrapalham o desenvolvimento da construção. Já as cartas do comandante também pedem material para a obra e informam o seu andamento, sugerindo até o tipo de pedra para extração no rio Anauerapucu. O Engenheiro também responde a uma advertência do Governador sobre como os “praticantes [da obra] se queicham de eu os tratar incivimente.” (Cód. 150. Doc. 114, de 24 de junho de 1765). Galúcio afirma que

> Até o presente me pareceu que eu tinha tratado a todos os 3 praticantes com a maior civilidade e atenção, pois os amo a todos eles como a filhos, e desejo sumamente concorrer para toda sua utilidade e aumento; e sinto na alma que em algum deles se tenha insinuada **a serpente de Amor do descanço**, que poderá/ como costuma suceder na gente moça/ ser cauza de sua ruína. [grifo meu]. (*Idem*)

Mas o sargento-mor Galúcio reclama ao governador da falta de providências do coronel comandante para as suas ordens de aterrar

um baluarte ao mesmo tempo em que informa da doença e das vertigens do ajudante engenheiro Sambucetti e também de sua "saúde bastante prejudicada" (Cód. 153. Doc. 25, de 12 de agosto de 1765).

Em meio às dificuldades, há sempre informações, como "a chegada de 600 arrobas de peixe seco e 180 paneiros de farinha para o sustento dos operários da Fortificação" (Cód. 153. Doc. 47); ou outras medidas que atingem grupos, como a ordem do comandante de "não dar alguns dias de carne ao povo para não ter faltado aos operários empregados no serviço de Sua Magestade. " (Cód. 153. Doc. 32, de 23 de agosto de 1765).

No que se refere à saúde, o comandante Athayde Varona comunica a Athayde Teive "o que necessita para a assistência dos enfermos do Hospital, e os remédios que se despenderam com o curativo dos pretos do senado da Câmara dessa cidade, operários da Obra da Fortificação. " (Cód. 153. Doc. 49, de 18 de setembro de 1765). Athayde Varona encaminha a relação dos remédios abaixo.

> Relação: Pedra cordial, Alyotar, olhos de carangueijos, Pos Marquionis, Mana, Folhas de Sine, Ipecacuanha, Jalapa, Ruibarbo, Macúrio Doce, Quina, Salsa parrilha, Triaga Magna, Pedra Immalitis, Bolo Armênio, Terra Sigilada, Nitro purificado, Pedra Hume Calsinada, Xarope das Cinco Raízes, sal de hosna, Bálsamo de Aparício, Bálsamo de Arcui, Termentina, Emplaste Confodtativo, Ungto. Desopilativo, Ungto. Basilicão, Emplasto Emuliente, Unguento camelo, óleo de amêndoas doces, óleo de minhocas, Bezuartico de Curvo, Madre Perulha, láudano opiado, pos de joanes, quentilio, Bálsamo Católico, óleo de Termentina, Emplasto de Aplama e Emplasto Stilico de Crolio *(Idem)*.

Mas as contraordens e os desmandos do comandante continuam a irritar Galúcio. Em carta ao governador, ele diz:

> Estando as coisas nestes termos fui eu no dia 17 do corrente para a obra pelas 6 horas da manhã; e cem-grande admiração minha achei lá o Coro-

> nel Comandante mandando tirar a maior parte dos trabalhadores ocupados no transporte da terra, de poder absoluto, e sem querer que isso fosse mandado por mim, aplicando-os, a chegar pedra para a muralha e a fazer um novo traço de cal, para os pedreiros trabalharem de tarde na muralha do Revestimento [...] Por esta tão violenta determinação fica mais demorada a muralha que resta para se fazer até o cordão, que são 3 fiadas, e o aterramento do Baluarte mais atraso e mais dificultado Nunca me persuadirei que seja a vontade de V. Exa. que se levante a muralha desse Baluarte à torto, e direito [...] queira V. Exa. dignar-se de ter uma inteira confiança, mas já da minha pessoa, que vejo está desacreditada no conceito de V. Exa., mas sim no Engenheiro que tiver a felicidade de ser encarregado por V. Exa. da direção das Obras desta Fortificação. São José de Macapá, 19 de setembro de 1765 (Cód. 153. Doc. 54).

Athayde Varona informa ao governador que o padre da Povoação do Anauerapucu, frei Brás de Santa Tereza, foi trazido para se curar de sezões em Macapá. E Galúcio pede instrumento de nivelamento feito em Paris: "o título é um Nível de Agoa, da forma de que descreve N. Bion no tratado dos Instrumentos de Matemática. Livro 5. Cap. 1.Fig. A. São José de Macapá, 15 de novembro de 1765" (Cód. 153. Doc. 54). Galúcio reclama em carta ao governador da Província, em dezembro desse mesmo ano, que o Capitão Wilkens lhe dissera ter vindo para Macapá para obedecer às ordens do coronel comandante Varona, e não às suas. E fala de suas "inobediências" (Cód. 153. Doc. 102, de 23 de dezembro de 1965). Por causa disso, e por não obedecerem Galúcio, Nuno Varona recebe carta do governador e é obrigado a advertir Wilkens e Sambucetti de prisão, dizendo que os mandaria a ferros à presença do governador para serem remetidos ao Limoeiro da cidade de Lisboa como "Perturbadores e Inimigos dos Reais Interesses e Serviços. " (Cód. 164. Doc. 07, de 23 de janeiro de 1766). Isso provoca a reação de Wilkens, que dirige carta ao governador, dizendo que nunca faltou ao serviço, com exceção "dos 12 dias que passou enfermo, san-

grando, e alienado do juízo. ” (*Idem*). E se diz “injustamente ferido na parte mais sensível à minha honra, crédito e verdade”. (*Idem*). Galúcio, então, elabora 12 regras para serem obedecidas pelos seus subordinados, ajudantes e praticantes das obras. Entre elas as seguintes

> 3º. O praticante da semana irá todas as noites à casa do capitão participar-lhes as ordens do Sargento Mor perspectivas a Fortificação para o dia seguinte. 6º. O Capitão irá de manhã é de tarde para a Obra da Fortificação, se não for ocupado em riscar, ou calcular por ordem do Sargento Mor: indo às horas, e demorando-se o tempo que a sua honrra, e capacidade lhe persuadirem ser conveniente ao Serviço da mesma Obra. 9º. Nenhum dos indivíduos poderá ausentar-se desta praça sem consentimento do Sargento Mor. 11º Todos tratarão com atenção, e termos de Urbanidade o Sargento Mor, e lhe obedecerão, e executarão tudo o que lhe for ordenado, e determinado por ele respectivamente ao Serviço da Fortificação sem repugnancia, e altercações; o seu parecer quando lhe for perguntado somente. 12º. Sendo desobediente, ou contravindo qualquer destes capítulos poderão ser presos por mandado do Sargento Mor à Ordem do Comandante da Praça em suas casas, e também na Guarda Principal, e o Comandante os não soltará sem ouvir a informação do Sargento Mor (Documento anexo ao Cód. 164. Doc. 11, de 23 de janeiro de 1766).

Entretanto, e em que pesem os esforços de Galúcio em conservar uma situação harmônica entre seus subordinados, suas ordens quase sempre não eram obedecidas, e ao lado das regras por ele elaboradas faz anotações informando que: “Em 6 de fevereiro de 1766 de tarde o Ajudante desatendeu publicamente o Sargento Mor ouvindo os trabalhadores e pedreiros, dizendo que não era capaz de lhe ensinar nada, e que ele tinha estudado pelos mesmos livros.” (*Idem*). Informa ao Governador que vê indícios que “o Coronel Comandante não gostou da Ordem de V. Exa. pela extraordinária frequência que reparo ajuntar em só os dois oficiais Engenheiros” (Cód. 164. Doc. 11, de 25 de janei-

ro de 1766), e suspeita “que eles intentem abonar seus procedimentos com alguma máquina contra mim à V. Exa.” (*Idem*).

Galúcio se ofende com os desmandos do comandante Athayde Varona e envia longa carta ao governador, onde enfoca que mal podia ter-se das pernas pela passada moléstia; que foi chamado de atrevido pelo dito comandante, ao passo que tudo não passava de atitude zelosa sua para com as obras da Fortificação. Encerra a carta dizendo:

> Esta era a ocasião, em que eu prostrado aos pés de V. Exa. devia pedir-lhe humilissimamente que se dignasse por os olhos de sua Piedade em mim, mandando-me retirar daqui, porque totalmente me não entendo com estes dois sujeitos, o Coronel Comandante, e o inspetor, parecendo que de algum tempo estão colliados para me amofinar, atrapalhar, e deitar-me na ultima desesperação; o que se não deve atribuir mais que à grande incapacidade minha para a ocupação, em que V. Exa. foi servido empregar-me, e assim, enquanto V. Exa. se compadecer ainda de mim para me não mandar dar baixa de Real Serviço de S. Magestade era da maior minha conveniência, que V. Exa. me fizesse mercê de tirar-me desse **insufrível martírio**, livrando-me de maiores princípios; não faltando nessa cidade Engenheiros de capacidade maior à minha insuficiência, nos quais concorrem todas as partes necessárias para lidar, e saber haver-me com estes dois indivíduos tão prudentes, tão desinteressados, e tão zelosos do mesmo Real Serviço. Quando eu não possa ter a habilidade para substituir a ocupação de qualquer dos ditos Engenheiros, ao menos poderei ter modo de tratar de restauração da minha saúde sumamente arruinada com o socorro da minha família, de que vivo ausente quase oito anos com poucos intervalos; o que não me é possível conseguir aqui. Se os rogo mais humildades, e a instâncias mais eficazes podem impetrar da conhecida Bedignidade de V. Exa. esta tão importante graça, humilissimamente a peço a V. Exa; e instantissimamente para ela suplico. São José de Macapá, 12 de abril de 1766 [grifo meu]. (Cód. 164. Doc. 47).

Galúcio acusa o recebimento da carta do governador e fica mais esperançoso. Mas Athayde Varona também escreve ao governador acatando seu pedido para que o oficial Engenheiro "seja respeitado e obedecido em tudo o dizer respeito à Fortificação. " (Cód. 164. Doc. 66, de 30 de maio de 1766). Entretanto, Varona expõe suas opiniões sobre Galúcio dizendo que lhe é impossível obedecer-lhe por causa de seu gênio inconstante, variável e desconfiado *(Idem*).

Sambucetti pede para ser transferido de Macapá em função de uma diarreia contínua que o aflige há dezessete meses (Cód. 168. Doc. 02, de 09 de junho de 1766). O comandante Varona também informa ao governador que se introduzia aguardente e vinho na Fortificação e ocultamente se vendiam aos operários:

> e atendendo por perniciosas conseqüências que se poderiam seguir os serviços de Sua Magestade me pareceu mandar logo verbalmente proibir naquele destrito o uso daqueles gêneros, penas de castigo; fazendo-se todas as deligências concernentes a evitar aquele dano. São José do Macapá, 09 de julho de 1766 (Cód. 168. Doc. 05).

Galúcio agradece ao governador "pela chegada de sua família em Macapá" (Cód. 168. Doc. 54, de 10 de novembro de 1766) e a aquisição dos Instrumentos Matemáticos, mas reclama da exorbitância desses preços, dizendo que "o valor na Inglaterra é de uma oitava parte. " (Cód. 168. Doc. 59, de 18 de novembro de 1766).

Wilkens, por sua vez, reclama do "quarto de 20 palmos de quadrado para ele e sua numerosa família", e fala das suas "22 sangrias", às quais se submete na tentativa de melhorar seu estado de saúde (Cód. 176. Doc. 42, de 24 de setembro de 1766).

Com o desenvolvimento da construção, tanto Galúcio como Varona vão informando ao governador o que nela ocorre, com cada um narrando à sua maneira os fatos que se sucedem. Galúcio pede aumento de patente militar (Cód. 187. Doc. 44, de 06 de junho de 1768),

além de informar em cartas sucessivas dos progressos da obra e agradecer o apoio do governador e o envio dos 3 instrumentos de Astronomia, que lhe permitiram observar o eclipse lunar de 29 de junho de 1768 (Cód. 188. Doc. 0-3 e 06, de 12 de julho de 1768).

O capitão Wilkens reclama novamente das doenças que sua família padece, sobre a perda de suas propriedades e pede licença para cuidar de seus interesses particulares (Cód. 188. Doc. 52, de 20 de dezembro de 1768). Galúcio refere-se ainda à "grande oposição e repugnância que agora encontra no Coronel Comandante desta Praça" (Cód. 188. Doc. 52, de 20 de dezembro de 1768), tendo em vista o recomeço das suas intrigas, em função dos desmandos de Athayde Varona nas obras da fortificação.

No dia 25 de maio de 1769, Manoel Gonçalves Meninea, Provedor da Fazenda da Vila de Macapá, escreve ao governador informando que

> A esta hora que são quase doze do dia vinte e cinco do corrente faleceu o Coronel Comandante desta Praça, Nuno da Cunha de Athayde Varona, e da mesma comandância tomou entregue o Sargento Mor a da Praça Luiz Facundes Machado e assim lho determinou o dito Comandante já defunto, o que participo a V. Exa (Cód. 194. Doc. 44, de 25 de maio de 1769).

O sargento-mor Engenheiro Galúcio, àquela altura, já devia saber que Varona seria destituído do cargo de Comandante, pois escreve ao governador participando da entrega de carta por meio do novo comandante da Praça de Macapá, Mestre de Campo Marcos José Monteiro de Carvalho, onde diz que

> Pela parte que me toca estimando sumamente que a incomparável prudência da V. Exa. acaba-se por tal meio o que a morte principiou, pondo por algum termo à dilatada série de **meus insufríveis desgostos**. Macapá, 17 de junho de 1769 [grifo meu]. (Cód. 199. Doc. 54).

O comandante da Praça escreve ao governador algumas representações comunicando o seguinte:

> A segunda representação é do Sargento Maior Henrique Antonio Galúcio que padesse e licença que necessita para nessa cidade ver se pode restabelecer a saúde, estando nela alguns meses sem prejuíso da obra. É certo que o Cirurgião me disse que ele estava caindo numa hidopazia, por estar já caquético, motivo porque anda a muitos dias tomando a tintura de ferro, e como aqui não há meios para conseguirem os fins de aremediar uma queixa perigosa quer por esta representação renovar a que diz já figura a V. Exa. São José de Macapá, 10 de julho de 1769. (Cód. 200. Doc. 08).

Com Galúcio doente, começam as especulações sobre quem vai assumir seu cargo. Mas ele ainda consegue escrever:

> Beijo humilissimamente as mãos de V. Exa. tributando-lhe todo o rendimento da minha mais e fiel e constante obediência, porém temo e areceio que a minha já tão má saúde não dê lugar para aproveitar delas (as esperanças) e que aqui fiquem enteradas elas todas e eu com elas sem remédio; se V.Exa. compadecido de minha infelicidade me não permitir logo a faculdade para ir de alguma sorte e remir à essa Cidade enquanto ainda talvez há tempo para isso. Macapá 11 de julho de 1769 (Cód. 200. Doc. 12).

O Comandante Marcos informa sobre os progressos da obra e que quase todos os prédios internos já se encontram prontos. É ele quem encaminha carta ao governador, informando a morte do engenheiro:

> Pelas cinco Horas e meia da manhã de hoje entrou na Eternidade a Alma do Engenheiro Antonio Henrique Galúcio, e ainda que se haverá dez dias que se achava em princípio de segunda cura, purgando duas vezes, morreu quase repentinamente, e sendo sensível a sua falta, se faz mais lastimesa por morrer sem sacramentos, nem apertar a mão estando toda a

> noite com ele o Padre Vigário, dispondo-o para o cristão desengano e venturozo fim do arrependimento.
>
> Logo me veio falar o capitão Henrique João Wilkens e certificar-me do mesmo que já me tinha dito: que ele da Fortificação nunca soubera nada porque o Defunto Galúcio fizera sempre mistério deste projeto que nunca lhe quis revelar, e que isto mesmo tinha o ele capitão já representado a V. Exa: A vista do que fui logo à casa do Defunto fazer separar os papéis pertencentes ao serviço de Sua Majestade nesta Fortificação, para que o dito capitão, vendo o Risco, e o mais que nele está disposto poder inteiramente suceder no seu ministério e fazer executar todo o seu pensamento enquanto V. Exa. não resolver sobre este ponto o mais que for servido. Macapá, 27 de outubro de 1769 (Cód, 200. Doc. 62).

A morte do engenheiro Galúcio até hoje causa especulações. O fato de guardar as plantas para si, sem mostrar a ninguém mais, pode revelar o traço da personalidade do engenheiro, que não queria ver seu trabalho ser executado sem a sua presença. Mas, impossibilitado por causa da doença que lhe afligia, preferiu guardá-las em lugar seguro enquanto esperava ser curado.

Sua morte também põe fim ao embate causado entre ele, o comandante da Praça de Macapá, Nuno Athayde Varona, falecido cinco meses antes, e os engenheiros ajudantes Sambucetti e Wilkens, com quem vivia em permanente tensão. A Galúcio estava reservada uma morte descrita dessa maneira, pois o tempo, o ambiente e o espaço da construção iriam colaborar para a aceleração da doença, ainda que em suas epístolas não cansasse de suplicar sua transferência para a capital da Província em busca de cura e do carinho da família, da qual sofria a ausência.

2.4. GALÚCIO E O MUNDO AMAZÔNICO: DESTERRO E ESQUECIMENTO

Não se podem reduzir as fontes históricas a verdades absolutas. Os acontecimentos produzidos por homens de diversas nacionalidades, culturas e posições sociais traziam interesses diversificados, expres-

sos em suas cartas enviadas aos poderosos, o que as torna objetos de análise a serem contextualizadas junto à obra que construíram num tempo de dificuldades e muito trabalho, imposto pelo governo português. Desta forma, necessário se faz

> escovar a história ao contrário, como Walter Benjamim exortava a fazer. É preciso aprender a ler os testemunhos às avessas contra as intenções de quem as produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas (GINZBURG, 2002. Pág. 43).

Carlo Ginzburg afirma que a historiografia se propõe unicamente a convencer, e que seu fim é a eficácia e não a verdade, por isso mesmo as fontes, para ele, mesmo quando dignas de fé, são comparadas a espelhos deformantes, mas a análise da distorção já é um elemento construtivo (*Idem*). Em sua crítica à historiografia, Ginzburg diz que

> De forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual a qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais, tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (*Idem*. Pág.47-8).

Nesse caso é importante insistir na tese da "história a contrapelo" porque assim se pode (re)descobrir uma verdade (ou verdades históricas), até inesperada, pois, de acordo com Roiz, pode ser que "por trás de toda narrativa, principalmente a histórica, houve uma realidade extratextual que lhe deu base e a tornou possível." (ROIZ, 2008. Pág.203).

Trata-se, então, de ver a construção da FSJM com outros olhos, onde as cartas dos seus construtores trazem evidências da realidade, das ações e das expressões de sentimentos de homens amargurados,

mas rígidos dentro de seus códigos militares, desejosos de conforto, no entanto degredados dentro de si mesmo, desterrados e impotentes pela ordem real de plantarem uma Fortaleza que se tornaria o símbolo de sua conquista em terras do Novo Mundo.

Nesse contexto, o exílio involuntário das personagens reais da construção da Fortaleza é caracterizado pelos constantes pedidos de voltarem à cidade (no caso Belém, capital da Província), porque em São José de Macapá não tinham como se tratar das doenças. O ambiente tinha como cenário a ereção de um forte ao lado de relações tumultuadas entre o responsável pela obra e o comandante militar da Praça de Macapá em uma luta pelo poder, coadjuvada por outras personagens que também pareciam cumprir pena no "purgatório", considerado um lugar onde se sofre por algum tempo, que evidentemente era a vila de Macapá.

Galúcio diz, ao escrever cumprimentando o novo governador da Província, que: "Troquei as delícias de minha pátria com as asperezas dos mais desertos sertões do Brasil, que corri e palmilhei. " (Cód. 132. Doc. 90, de 08 de outubro de 1763). Seis anos antes de sua morte e estando há treze no Brasil à disposição do governo português, ele mostrava cansaço e desejo de voltar ao menos à cidade (Belém, sede da Província do Grão-Pará), como expressa em muitas de suas cartas ao governador.

Imprescindível para a obra, o sargento-mor Engenheiro vivia em Macapá como se cumprisse a pena de um degredo, vigente à época para criminosos. E em Macapá encontra o palco de sua agonia, na acepção total do termo, que é também um conjunto de fenômenos mórbidos que aparecem na fase final de doenças agudas ou crônicas e anunciam a morte.

Nas suas relações conflitantes com o Comandante Nuno Athayde Varona e com os ajudantes engenheiros Sambucetti e Wilkens, além de outros que se sentiam prejudicados com a sua rigidez, "soberba" e "inconstância", Galúcio estabelece e impõe sua formação e cultura como

valor de referência no trato com seus contemporâneos, em um mundo onde culturas, linguagens e valores coexistem numa diversidade ampla. Índios calcetas, guerreiros e remadores, degredados, negros ladinos e boçais de diversas procedências[35], portugueses da metrópole (Lisboa) e ilhéus da Madeira e Açores, italianos e alemães incorporados ao exército real, fazem parte desse mosaico inseguro de diferenças e costumes desiguais, à sombra de um regime monárquico austero que estendia seus tentáculos na exploração de produtos da natureza.

As alteridades pareciam instigar as relações sociais. E cada olhar era diferenciado porque, no dizer de Bhabha, nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem dualista na relação do eu com o Outro (BHABHA. *Op. Cit*. 2007) Em vista disso, diz ele, “as culturas são dinâmicas e se transformam no contato com outras culturas” (*Idem*). Além disso, mesmo que as culturas estivessem numa relação de interdependência, no contato direto, percebe-se nas cartas de Galúcio a sua erudição e o seu amor pelo trabalho, que parecia querer terminar com certa urgência para ir-se de vez de Macapá, encontrar sua família e traçar novos rumos à sua vida.

Dono de grandes conhecimentos, Galúcio foi viajante na Amazônia, antes que ela tivesse este nome: traçou mapas do Piauí, dividiu a província em paróquias para o bispado do Pará, demarcou limites, e projetou e construiu prédios. Olhou um mundo completamente diferente da sua milenar e urbana Mântua, e reclamou das “asperezas dos mais **desertos sertões** do Brasil[36] [grifo meu].

---

35. Os calcetas (índios, negros ou brancos degredados) eram indivíduos condenados a trabalhos forçados, que tinham argolas de ferro fixadas nos tornozelos e/ou nos pulsos. Os negros boçais eram os escravos recém-chegados da África, rudes e ignorantes (para os agentes da escravidão), ainda não ladinos; negro-novos. Os índios guerreiros eram aqueles que, a mando dos portugueses, capturavam outros índios para o trabalho escravo; belicosos, aguerridos, enquanto os ladinos eram os escravos considerados astutos, negros ou índios, que já falavam o português, tinham instrução religiosa e sabiam fazer o serviço ordinário da casa ou dos campos (ou das obras).

36. Galúcio, cansado, olhou o Brasil da época como um homem completamente isolado. Os sertões que palmilhou certamente não eram apenas aos da região Nordeste, que percorreu traçando mapas. Sentia-se sozinho diante da grandeza da natureza brasileira, e dela a aspereza que influenciou sua for-

Ele é o vidente de uma paisagem quase uniforme, quase homogênea e cansativa ao olhar de um estrangeiro. Mas, como diz Sérgio Cardoso.

> O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e alteridades, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado (CARDOSO, 1989. Pág. 349.

O mesmo autor enfatiza ainda que as viagens sejam experiências de estranhamento, pois

> podemos mesmo observar que está, talvez, neste efeito de distanciamento, no sentimento de *dépaysement* (termo forjado com tanta felicidade pela língua francesa, cuja significação se aproximaria do nosso termo "desterro", se o tomássemos num registro exclusivamente psicológico e simbólico) que, de um modo ou de outro sempre envolve o viajante (que não se mostre inabalavelmente frívolo), o seu núcleo essencial e sua expressão mais íntima *(Idem*. Pág. 359).

O *dépaysement* decerto assinalou mudanças no espaço visível de Galúcio e de todos os que se encontravam em Macapá com a missão de construir uma fortaleza, alterando e impondo fissuras e fendas nas suas identidades e culturas. Algo de desestruturante marcou as relações sociais, experimentadas pelas dificuldades da construção, pela luta pelo poder e pela morte. Nessa viagem onde todos estão na mesma charrua (tipo de navio comum no século XVIII), experimenta-se a natureza do estranhamento, imposta pelas alterações do tempo e não

---

ma de viver enquanto engenheiro militar, astrônomo, poeta, marido e intelectual incompreendido pelos seus pares

só entre uns e outros, ”mas sempre ao próprio viajante; afasta-o de si mesmo, deflagra-se sempre na extensão circunscrita de sua frágil familiaridade, no interior dele próprio”. (*Idem*)

Mesmo não sendo o herói de uma epopeia, cujo termo é derivado do grego “epos”, que remonta a narração, discurso e palavra (CALDAS. *Op. Cit.* Pág.51), Galúcio traz em suas cartas a essência de uma personagem que atua diretamente no espaço de um conflito (entre ele e aqueles que não gostavam de suas atitudes), desempenha um grande número de ações para o êxito da construção, objetivo de sua missão como engenheiro e militar; como diretor da obra, intervém diretamente na vida dos seus subordinados; obedece integralmente às ordens do seu superior, dada a hierarquia militar; sujeita-se a essas ordens sem nada contestar, exaltando as qualidades de seus superiores; expressa sentimentos e emoções ao falar de sua família, que não vê por oito anos, até ela ser trazida por um cunhado militar a Macapá,. Mas não há indícios da permanência de seus familiares na vila; e finalmente morre como herói real de um romance colonial em plena Amazônia setecentista. Por ser protagonista de uma trama, no processo obsessivo e desgastante da construção do forte, Galúcio torna-se um herói, real e moderno, pois

> O heroi romanesco [...] constrói-se pela aventura que dá a ele a oportunidade de se constituir enquanto sujeito para, em seguida, encontrar sua própria essência ao ser provado permanentemente. O herói épico, por sua vez, não precisa de aventura, já que suas peripécias são muito mais uma espécie de cumprimento de dever superior que um processo de autoconhecimento *(Idem.* Pág. 61)

Por isso e pela sua importância para a construção do hoje monumento histórico e famoso cartão turístico do Estado do Amapá, Galúcio ainda não teve o reconhecimento, juntamente com seus contemporâneos, porque a história, ao encarregar-se dos mortos, promove

uma operação histórica que pode ser considerada como um ato de sepultamento renovado constantemente. Mas essa sepultura não foi definitivamente inscrita porque a historiografia recorre a artifícios passionais sem valorizar corretamente as fontes encontradas. Dora Alcantara diz que

> a narrativa da apreensão das plantas da obra, feita por ordem do comandante, faz pensar que algum desequilíbrio possa ter cercado a doença de Galúcio, para que um zelo tão extremado o levasse a esconder de tal forma o projeto, que se temesse uma paralisação da construção (ALCÂNTARA, 1979. Pág 16.).

Os escritores José Sarney e Odylo Costa Filho concordam com a ideia e fala que “Em outubro de 1769 morre Galúcio, segundo tudo indica de problemas mentais” (SARNEY, COSTA, 1999. Pág.123). Porém, Galúcio, segundo o cirurgião-chefe do Hospital de Macapá, morreu de uma doença que chamavam na sua época de “hidropezia”, ou hidropisia, que é a acumulação anormal de líquido seroso em tecidos ou em cavidade do corpo, provavelmente causado pela malária. O historiador Arthur Viana escreveu que Antonio Galúcio, foi vítima, ao que se depreende da informação do cirurgião-mor Julião Alves da Costa, de uma “cachexia palustre”, nome que na época se dava à malária.

Numa sociedade moderna que valoriza o presente, a questão da memória fica quase em segundo plano, em um estado de anamnésia, a incapacidade de lembrar. Entretanto, é inegável

> que o trabalho de memória e de construção histórica pressupõe o esquecimento, ou seja, não há como se falar em memorização sem um trabalho de triagem seletiva, sem uma reflexão crítica da própria memória (OLIVEIRA, 2009. Pág. 206).

Há, sim, um olvido, um esquecimento sobre o tempo da construção da maior fortaleza do período colonial do Brasil, uma amnésia que atin-

giu até mesmo os que tentam fazer uma historiografia desse acontecimento extraordinário. Hugo Achugar diz que a "história, assim como a identidade, se constrói em função de uma estranha combinação de memória e esquecimento" (2006. Pág. 140), afirmando que os intelectuais tentam "construir um relato cultural que corrige os "esquecimentos" dos relatos anteriores, mas no final aparecem como responsáveis, não dos esquecimentos, mas dos silenciamentos". (*Idem*. Pág.146).

Achugar também afirma que "toda memória, toda recuperação e representação da memória implica uma valorização do passado" (*Idem*. Pág. 59). Mas por estar aí implícita a questão temporal, deve-se considerar as mudanças dos discursos em relação à construção historiográfica dos relatos, mesmo porque a cultura se renova a cada tempo, a cada época, num processo profundo e constante de renovação, onde novas perspectivas fazem parte da forma de pensar, considerando-se também as mudanças históricas e os poderes decorrentes das mudanças socioculturais, de cada lugar, de cada país. Para Achugar "as mudanças, as rupturas, os esquecimentos, as infrações à tradição, então, seriam, não só transformações traumáticas, mas aquilo que o horizonte ideológico de uma comunidade não pode pensar. " *(Idem*. Pág.141).

A reflexão crítica a esse problema é levantada por Achugar a partir do que chama de "democratização da memória" *(Idem*. Pág.158-60), pois o conjunto de cidadãos [de uma determinada comunidade] também reivindica o seu direito à narrativa, seu direito de contar o seu conto, a sua história, que não se trata da história de uns buscando silenciar a história dos outros, mas aquela história como produto de uma negociação, pois são atores sociais. Mas como só conta história quem sabe, diz o autor, pode-se, às vezes, desconsiderar a negociação e há quem conte a história do Outro "até bem - intencionalmente" (Idem.), no sentido de tentar representar (falar por) o Outro. Ele explica que

> Historiador vem de hístor, e hístor quer dizer "aquele que sabe", assinalou Michel de Certeau, em Heterologías. Historiador, aquele que conta a história, é

> aquele que sabe. Contudo, é possível afirmar que historiador "é aquele que escolhe", aquele que tem o poder para contar a história; um poder outorgado, não necessária ou unicamente, pela disciplina, pela academia, pelo partido político ou pela instituição legitimadora. Um poder que decide onde, quem e quando possui o saber. Esse poder/saber é um poder/saber escolher. É um poder que decide a tensão entre o esquecimento e a memória (*Idem*. Pág. 159).

A conclusão do autor para a questão da opção de quem conta a história é a de que nunca se conta tudo, pois não poderia ser possível contar tudo. E quando se propõe contar uma história podem ocorrer privilégios, esquecimentos ou silenciamentos. A lógica discursiva dessa afirmação é que há uma seleção dos fatos a serem narrados, portanto torna-se impossível para quem conta a história fugir da tensão esquecimento-memória, mesmo do ponto de vista ético, mormente para quem narra sob uma perspectiva da democratização da memória.

A permanência da FSJM tem uma memória a ser restaurada, não só pelas constantes transformações que sofreu no decorrer de mais de dois séculos, mas porque suas mudanças, seus esquecimentos e suas rupturas fazem parte de um horizonte ideológico que lhe permitiu olhares diferenciados, que não foram contados nem pela historiografia oficial nem por uma literatura que resgatasse tal memória e acendesse os esquecimentos, ou que mesmo abrisse mais os ouvidos para escutar a linguagem escrita nos documentos dos homens que a construíram, que cimentaram nela pedras em cima de pedras.

2.4.1. O GÊNIO INCOMPREENDIDO

Pouco ou nada se sabe a respeito da vida de Henrique Antonio Galúcio antes de chegar ao Brasil. Contudo, sabe-se que era italiano nascido em Mântua[37], em 1728, como dito acima, e que

---

37. Mântua ou Mantova. Cidade italiana em que nasceram o grande poeta Virgílio, autor do poema clássico A Eneida, guia de Dante Alighieri no Canto I do Inferno (vv. 85-87) de A Divina Comédia, e o pintor renascentista Andrea Mantegna (1431-1506). (MARQUES, 2009. Pág. 13).

> era um trabalhador da arte de cartografia e foi indicado por Carlos Martel, destacada autoridade de sua terra, para se apresentar ao governador da Província [do Grão Pará e Maranhão] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que precisava de um técnico para fazer "riscos" na Comissão de Limites (BARBOSA. *Op. Cit.* Pág 127).

Riccardo Fontana diz que Galúcio, por ordem de Pombal, aqui constrói uma das maiores fortalezas do Brasil e da América do Sul,

> a de São José de Macapá na foz do Rio Amazonas, obra projetada e iniciada pelo engenheiro militar, ajudante e depois sargento-major de Infantaria Enrico Antonio Galluzzi de Mantova (Lombardia) entre 1763 -1769 (quando aí morreu de malária), tendo sido requisitado pela corte portuguesa ao Sereníssimo Duque de Gonzaga (FONTANA, 2009. Pág. 51).

É o mesmo autor que se refere ao engenheiro como o protagonista da Fortaleza de Macapá, tendo este "a confiança do governador Furtado e do chefe da comissão técnica portuguesa Carlos Martel, encarregado da colonização amazônica. " (*Idem.* Pág. 40). Fontana informa que em Mântua existe a fortaleza de Sabbioneta, projetada em 1588, por Giovan Battista Antonelli, composta de seis baluartes poligonais, que viriam inspirar o engenheiro na projeção da de Macapá.

De fato, Galúcio já teria uma proposta "de fortificação com características básicas do que seria a de São José de Macapá: uma posição abaluartada de quatro faces. Mas esse desenho ainda não seria o final. " (CASTRO. *Op. Cit.* Pág 176).

Pelo conteúdo da carta de Galúcio, de 08 de outubro de 1763, quando informa que teve "a honra de ser mandado pelo meu natural monarca a servir a tão Augusto Soberano já mais de 13 anos" (Cód. 132. Doc. 90), deduz-se que o engenheiro já estava trabalhando para os portugueses desde 1750, provavelmente em Lisboa, à espera do embarque para o Brasil, o que ocorreu somente três anos depois, devido

ao adiamento causado pela morte do rei de Portugal. Os membros da Comissão só chegariam a Belém em 19 de julho de 1753.

Deve ser ressaltado que a Comissão que viria ao Brasil era composta de técnicos estrangeiros altamente qualificados para as missões que lhes foram confiadas, entretanto seus membros tinham o epíteto de "mercenários", junto aos militares portugueses, em função do alto soldo que recebiam do governo português. O governador Mendonça Furtado, após a experiência de conviver com eles à espera da Comissão Espanhola que nunca veio, definiu alguns dos italianos de "velhacos e canalhas", porque reclamavam da falta de conforto e da comida (FONTANA. *Op. Cit.* Pág. 89).

A historiadora Janaína Camilo, cita como fonte secundária, extraída da obra de José Roberto do Amaral Lapa, (1978), que por sua vez se municia no códice 1204, de 16 de abril de 1767, do Arquivo Público do Pará, o seguinte:

> Sobre Galúcio, é importante registrar que sua estadia na capitania do Grão-Pará, anunciada pela carta escrita em Lisboa pelo Padre José Moreira, em 14 de maio de 1753 (sic), teve momentos truculentos, pois não somente este engenheiro, mas todos os estrangeiros e a sociedade em geral estiveram sob os pesados olhos da Inquisição, instalada no Grão-Pará, em 1763. Galúcio, por exemplo, **chamou atenção pelos seus poemas, que refletiam forte personalidade** (grifo meu), enquanto Gaspar João Geraldo Gronfeld, engenheiro alemão que concluiu as obras da fortaleza de Macapá, chegou a ser acusado de luterano pelo Santo Ofício (CAMILO, 2009. Pág. 103).

É dentro dos conteúdos epistolares de Galúcio que se evidenciam traços de sua personalidade, entendendo-se como uma pessoa geniosa, de personalidade forte, vigorosa e corpulenta, que traz elementos de conduta diferenciados das demais pessoas, tendo, assim, maneiras habituais de ser que a distingue dos outros. Nesse contexto per-

sonalístico, o engenheiro Galúcio encara uma figura dramática aos olhos das personagens do seu tempo, durante a construção da fortificação. As narrativas missivistas do Comandante Nuno de Athayde Varona, também detentor de uma personalidade diferenciada, vez por outra indicam choques de mando e expressões de vaidades de Galúcio contra ele, que sempre reclama de intrometimento nas suas atribuições de engenheiro militar. Talvez por ser estrangeiro, com alta patente militar dentro do exército português, Galúcio tenha despertado sentimentos espúrios dentro da corporação, visto os constantes reclames dos seus subordinados e pela austera condução do trabalho em um lugar insalubre como Macapá.

O engenheiro via alguns dos seus ajudantes como "preguiçosos", indolentes no trabalho, mas mesmo revelando que quer o melhor para eles, sente "na alma que em algum deles se tenha insinuada **a serpente do Amor do descanço**/ que poderá, como costuma suceder na gente moça/ ser cauza de sua ruína". [grifo meu]. (Cód. 150. Doc. 114, de 24 de junho de 1965. *Op. Cit*). Por essas cartas também se pode notar que o Sargento Mor Galúcio nem sempre podia compreender a situação dos seus comandados. Era uma pessoa exigente e muito sensível nas suas relações.

Sobre seus valores e talentos literários, não nos foi possível encontrar nenhum verso de seus poemas, que chamaram a atenção do Santo Ofício[38]. Sabe-se apenas das citações de versos do poeta italiano Virgílio - que escreveu um dos poemas épicos mais importantes da

38. De acordo com o historiador paraense J.R. Amaral Lapa, a Inquisição visitou o Pará no período de 25 de setembro de 1763 a 06 de outubro de 1769. Ele informa que, além do engenheiro Gronfelts, acusado por um padre de luteranismo, "são poucos relativamente como dissemos, os estrangeiros que circulando pelo Pará acabam sendo envolvidos pela Visitação. Ficamos conhecendo ainda três deles: o engenheiro genovês Domingos Sambosete, que o bispo D. Frei João de São José encontra em suas andanças e que foi o responsável pela arquitetura da reconstrução da fortaleza erguida no Gurupá em 1623 e reformada em 1762. Também engenheiro era **Henrique Antonio Galluzzi**, que morava na praça de Macapá e fez excelente roteiro de Belém a São José do Javari, **poetando nas horas vagas** [grifos meus]. Finalmente, temos o terceiro engenheiro, também ele, Antonio José Landi, que em 1761 residia no Pará[...]". (LAPA, 1978. Pág.35-6).

humanidade, a “Eneida”, em torno da figura de Enéias e a fundação de Roma.

Galúcio também se destaca como astrônomo ao observar eclipses do sol e da lua na linha imaginária do equador. Sua erudição e seu conhecimento de engenharia, transcritos em relatório sobre a fortificação, dizendo do adiantamento das obras, ressaltam o brilho do profissional que foi na sua especialidade. Esse relatório é, na verdade, um documento em forma de relatório, uma peça que ele denomina “Pro - memória”, com 18 itens e a conclusão sobre as necessidades da obra. Nela o engenheiro expõe minúcias e cálculos matemáticos sobre a produção de tijolos e telhas e sua relação com o tempo e a mão-de--obra necessária para o acabamento da obra (Cód. 128. Doc. 88, com anexo. Macapá, 12 de abril de 1765).

É nítida a impressão da sua pressa: quer terminar a obra e voltar para a sua família. No entanto seus superiores não lhe oportunizam tal desejo, talvez pelo receio de perdê-lo enquanto o mais brilhante dos oficiais engenheiros, necessário que era para a consecução do objetivo da defesa da foz do rio das Amazonas para o reino de Portugal.

2.5. CONSTRUTORES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA COLONIAL

No centro da administração que Pombal comandou desde 1750 para a Amazônia, está a presença do seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fundador de Macapá e figura imprescindível para a interpretação das ações portuguesas na região norte do Brasil.

Entretanto, a escolha dos técnicos estrangeiros, sobretudo dos italianos, foi feita ainda no reinado de D. João V, que foi buscar na Itália os melhores técnicos e cientistas, entre religiosos, leigos e militares, para participarem das expedições científicas no Brasil, visando o acordo do Tratado de Madri (BICALHO, 1999. Pág. 28-9). Entre eles estavam os técnicos citados no início deste capítulo, como Sambucetti, Ciero e Galúcio.

Embora o centro irradiador do Iluminismo europeu fosse a França, a corte portuguesa tinha seus receios em contratar técnicos franceses, pois a França era uma potência bélica consolidada, enquanto a Itália era dividida em repúblicas, reinos e ducados em luta entre si. Além disso, os italianos eram católicos, que não corriam o risco das ideias heréticas dos protestantes e falavam um idioma latino com capacidade de aprenderem rapidamente o português (FONTANA. Op. Cit. Pág. 48.)[39]

Foi então nesse período que começaram as construções das vilas fortificadas na Amazônia e o planejamento urbano de Belém, a capital da província do Grão-Pará e Maranhão, por ordem e Pombal. Já se especulava aí o título de "capital do Império", no caso de mudança da Corte para o Brasil.

Depois da inutilidade da espera da Comissão Espanhola, os técnicos estrangeiros foram designados para outras missões. As de Galúcio foram a de fazer o mapa do Bispado do Pará e da Capitania do Piauí, entre outras. Sambucetti, segundo Fontana (*Idem*. Pág. 79), teve uma atuação muito grande na Amazônia, entre 1756 e 1771 em Alcântara, chamada Vila Imperial, na Fortaleza de São José de Macapá, na Fortaleza de Gurupá, na Vila Vistosa de Madre de Deus do Anauerapucu e Vila Nova de Mazagão, projetada e erguida para abrigar no meio da floresta, às margens do rio Mutuacá, as 160 famílias, das 340 vindas de Lisboa, após a derrota das tropas portuguesas para os árabes na cidade-fortaleza de Mazagão, de Marrocos, hoje El Jadida. Sambucetti também projetou e construiu o Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé, entre 1776 e 1780, ano que faleceu, como Galúcio, de malária.

É interessante dizer que a Fortaleza de São José de Macapá ocupa uma área de 127 mil m², com 22.574,15 m² de muralha e 2.210 m² de es-

39. Por ser o francês uma língua neolatina, assim como o italiano, creio que a posição do autor seja mera especulação, não tendo, portanto, valor argumentativo, como motivo do recrutamento dos técnicos italianos em detrimento dos franceses.

paço interno. A fortificação de Príncipe da Beira apresenta 970 m de perímetro tendo muralhas de 10 m de altura com quatro baluartes armados com 14 canhoneiras (*Idem*. Pág.53).

A semelhança entre as duas fortificações é tão grande na sua forma e desenho que dá condições de especular sobre o motivo de Galúcio ter que esconder as plantas da de São José de Macapá com tanto cuidado por ocasião de sua morte. Pode ser que a sua aparente "loucura" tivesse suas origens na suspeita e na possibilidade de plágio ao seu trabalho como projetista, por ocasião de sua morte, quando também o engenheiro Sambucetti, a quem, indiretamente, provocou a ameaça de prisão e de lhe mandar a ferros para Portugal [por meio do Comandante Nuno Varona], quando era seu ajudante de engenheiro em Macapá.

Janaína Camilo conta que em 1773 Gronfelds solicita ao governador do Pará que perdoe três degredados que injustamente foram acusados de roubarem uma planta da Fortaleza de São José de Macapá, desenhada por Galúcio. Segundo essa autora foi instaurado um Auto de Devassa que teve por objetivo investigar se a planta roubada, "que era segredo de Estado, tinha sido entregue aos franceses. " (CAMILO. Op. Cit. Pág. 166).

Esse episódio pode ter sido o mesmo que o capitão Henrique João Wilkens narra em longa carta encaminhada ao governador da Província, que transcrevo integralmente abaixo:

> Logo que foram entregues as Cartas que V. Exa. dirigiu ao Tenente Coronel Comandante e a mim, se despediu o segredo em Canoa ligeira em Oficial de Pedreiro a render José Nogueira, que se achava em Mazagão, para ser preso com João Pedro Marçal da Silva e o carpinteiro João Pereira no Calabouço à ordem de V. Exa., estes dois, que já se acharam no dito calabouço, sendo perguntados separadamente e juntos responderam o mesmo que já tive a honrra participar a V. Exa. na carta última de 11 de Junho [ilegível] que estando João Pedro Marçal da Silva em casa do Sargento Mor Grons-

feld estando este separando os riscos que havia remeter a V. Exa. daqueles aos quais dava consumo rasgando-os, pedira o dito João Pedro ao Sargento Mor alguns pedaços para piques de rendas e bentinhos para sua mulher, e dando-lhe uma mão cheia o mesmo Sargento Mor os mandou pelo seu filho, que é de menor idade, a sua mulher, ficando ele com o dito Sargento Mor escrevendo e diz não soubera o que depois passou. O pedreiro cayeiro diz que estando com José Nogueira vira sair a dita criança com os papei e que pedindo-os separara o dito Nogueira e ele os pedaços de que se compõe a Planta, que a V. Exa. remeti e as mandara grudar o dito Nogueira pelo Carpinteiro João Pereira em cujo poder esteve, como ele mesmo diz, mais de um ano, sem fazer caso dele nem o mostrar a pessoa alguma, diz João Pereira que estando o dito risco na sua casa, onde ficara para grudar dado pelo Nogueira, indo este para Mazagão, lhe pedira e que ele respondeu o tinha perdido, e não sabia dele, e depois de partir o dito Nogueira para Mazagão, pedira a ele o risco da Planta o cayeiro repetidas vezes até que a buscou e lhe deu, dando-lhe o dito cayeiro o papel que remete a V. Exa. o Tenente Coronel, com o Número 3 que igualmente diz o mesmo Carpinteiro lhe servia para Bentinhos, por não saber ler nem escrever, o mesmo diz e asevera o cayeiro e chegando o pedreiro José Nogueira de Mazagão, antes de entrar no calabouço, onde se achavam os 3 outros, em casa do Tenente Coronel em minha presença foi perguntado sobre [inelegível] e disse que estando com o Cayeiro, morando ambos em um quarto, vira passar o menino, filho de João Pedro Marçal com os papéis, e que parando ao pé da porta, vira ele Nogueira os pedaços de que se compõe a Planta e outros mais papeis e riscos, e que sobrevindo o carpinteiro João Pereira levava os ditos pedaços para grudar, e que não sabia mais deles, negando ter ele dado os ditos para se grudarem, nem os ter separado e só sim que tirara um papel riscado em lápis da Porta principal pôr ser [inelegível] civil e ele ser curioso e mandando-se fazer apreensão logo nos seus papeis, se lhe achou só o dito papel que vai marcado número 1 e outro número 2 que é uma Planta e Profil da Guarita que ele diz lhe dera o Sargento Mor Galúcio para executar quando esta se queria construir e logo mandando-

> -se vir a nossa presença o cayeiro e o carpinteiro João Pereira e confrontadas convieram no mais, exceto dizer que mandara grudar o papel e que o pedira, negando isto o Nogueira, e afirmando o cayeiro e João Pereira: fora ele; pela confissão deles consta ter estado a Planta em casa do Carpinteiro mais de ano, e em poder do cayeiro, pouco mais de uma semana, e neste tempo a ter ele levado à vila uma vez estando muito bêbado e ter mostrado a alguns operários e gente ignorante, sem nunca o largar, e perguntando pelo caixeiro de Antônio José Vaz, por nome José Oliveira, que o papel era esse que levava, lhe respondeu era um risco, e se o queria por meia pataca, respondendo o caixeiro que não, lhe tornou a dizer o queria por 4 vinténs, ao que respondeu o sobredito que lhe não servia esse papel e que se fosse embora pois estava muito bêbado e isto sem se abrir a dita Planta, nem a ver, isto mesmo também assevera o dito caixeiro, que também se mandou buscar e foi perguntando separadamente, também não consta por modo algum se tirasse cópia, nem passasse a mão de pessoa suspeita porque ele o dito cayeiro nunca o largou até que se fez a apreensão (Cód. 242. Doc. 45. Macapá, 15 de julho de 1772.)

Esta carta, com resumo de inquérito, demonstra o extremo cuidado que os construtores da Fortaleza tinham para que nada fugisse ao seu controle. Janaína Camilo informa que

> Silva Telles [Em seu tratado sobre a História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX):1984] afirma que o número de técnicos estrangeiros que vieram ao Brasil, desde o governo de D. João V, é bastante elevado, notando-se a atuação de 238 engenheiros até 1822, dentre os quais havia 86 portugueses, 22 brasileiros, 16 alemães, 13 italianos, 12 franceses, 2 suecos, 1 suiço e 1 holandês, não havendo registro da nacionalidade dos outros. Essa quantidade preocupou o marquês de Pombal, que em 1770, por receio de espionagem, decretou que todos os cargos científicos no Brasil, que outrora foram entregues a alemães e italianos, fossem remanejados aos brasileiros ou portugueses (CAMILO. *Op.Cit*. Pág. 102).

Pombal receava que os técnicos estrangeiros levassem para a Europa seus conhecimentos adquiridos no Brasil ou que vendessem manuscritos e publicassem cartas sobre o interior do sertão brasileiro a países interessados nas riquezas do Novo mundo.

Na Amazônia, apesar do receio da quebra do sigilo militar e político, que envolveu o governador Mendonça Furtado e os engenheiros italianos, foram "superadas as dúvidas, a desconfiança e certa xenofobia" (FONTANA. *Op. Cit.* Pág. 79) e dada, tanto a Galúcio como a Sambucetti e Gronfelds, a responsabilidade de construir e dirigir os trabalhos de ereção das duas maiores fortalezas de que se tem notícias no Brasil.

Fontana explica que a morte dos engenheiros, por malária, em pleno serviço para a Corte, fez desaparecer certo embaraço para as autoridades portuguesas. O referido autor diz que

> Portugal recebeu o máximo deles sem precisar eventualmente expulsá-los ou eliminá-los por motivos de defesa de sigilo. Sorte de todo mundo: no celeste império chinês, os engenheiros militares, uma vez terminada a obra, recebiam como prêmio o corte da cabeça (*Idem.* Pág, 79).

O receio de Galúcio deveria ter seus fundamentos: a xenofobia dos portugueses, as constantes disputas pelo poder e mando durante a construção da fortaleza e o perigo circulante das forças militares estrangeiras que queriam seu quinhão de terra na América equinocial, promovia um clima de alerta permanente. Foi nesse clima que Athayde Varona, o comandante de Macapá escreveu ao governador a seguinte carta datada de 14 de abril de 1765, contando que foi avistado possivelmente um navio francês nas águas do rio Amazonas.

> A carta que v. Exª do primeiro do presente me, de que me fez entrega o Capitão Simão Coelho Peixote, que chegou a este porto a 11, com o número de Tropa que V. Exª me permite a honrra de participar; em informa e qua-

> se me certifica de ser Francês o Navio visto nos baixos da Tijioca, pelas circunstâncias que a V. Exª refirio o Capitão da Charrua; pois se fosse o Navio holandês que viesse de boa fé buscar a hospitalidade aos nossos portos, estimaria o encontro de se comunicar com a charrua para o socorrer: E bem pode ser que ande na deligência de reconhecer a configuração da nossa Costa, e retificando as sondas; para segurar por este meio não só a sua entrada, mas dos Navios, que em outra altura o poderão esperar, para reunidos invadirem, e insultrem esta praça: como já conseguiu aleivozamente aquela Nação, de baixo da paz, no ano de 1697, sendo Governador da Colonia de Cayena o Marquês de Ferrol, com o falso fundamento de pertencer à dita colônia, a margem da parte do norte deste Rio (Cód. 150. Doc. 63, de 14 de abril de 1765).

Varona conhecia a história da região e, claramente as intenções de "aquela Nação" (a França). Sabia também que a presença dos engenheiros estrangeiros era de fundamental importância para Portugal, considerando serem eles detentores de uma refinada tecnologia de construção militar, consolidada na construção das fortificações que foram imprescindíveis para a defesa da região.

Apesar de todos os esforços demandados por Galúcio e dos que lhe sucederam, no sentido de fazer continuar a FSJM até a sua conclusão, alguns fatores colaboraram para que tal situação não acontecesse.

Em 1778, um ano depois da morte do rei D. Manuel I e a queda do Marquês de Pombal, e quando o Capitão Henrique João Wilkens falava (como Diretor da Fortaleza de Macapá) da "feliz aclamação da Augusta Soberana", D. Maria I, (Cód. 327. Doc. 20, de 09 de agosto de 1778) a obra da fortaleza foi julgada dispendiosa e não teve mais a devida atenção; em 1782, no dia de São José, a 19 de março, foi feita a sua inauguração, mesmo inacabada.

O cenário da construção da Fortaleza de São José de Macapá, traz uma história feita de inúmeras personagens, em um ambiente de uma construção militar, testemunhada e vivenciada por elas cotidiana-

mente. Nela não faltaram tramas, explosões de sentimentos, espúrios ou não, verdadeiros ou falsos, mas inerentes a todas essas personalidades reais que se aventuraram heroicamente na região amazônica, em uma espécie de exílio, em que padeceram as agruras de um tempo e de um lugar, e de suas próprias idiossincrasias, narradas em seus discursos epistolares.

A estrutura psicológica de cada personagem real alimenta a ideia de que suas vidas vivenciaram um romance, pois na visão teórica da literatura não lhes faltaram as características fundamentais para uma escritura ficcional, e os aspectos metodológicos dessa construção literária estavam implícitos nos seus escritos. E eles voavam soltos em busca de uma lógica romanesca que ninguém escreveu. Uma lógica romanesca que se apresenta clara, guiada pelo fio da história e pela imaginação especulativa, que se faz nesse caso, para desvendar os segredos da história da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

Nesse contexto as narrativas gallucianas e de seus contemporâneos ocorrem em um tempo lento, tão lento como as canoas que serviram para transportar os milhares de carradas de pedra para a construção das muralhas. Nesse interregno – da construção à contemporaneidade – um silenciamento pairou sobre a vila de Macapá e um esquecimento parecia estar impresso nas paredes de suas casas, que só depois de 160 anos (com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e o seu tombamento em 1950) se dissipou ao troar dos canhões. Assim, portanto, inicia a partir daqui a segunda temporalidade literária deste trabalho.

3
O DISCURSO FUNDADOR E A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ: UM SONHO NA FLORESTA (1943-1956)

Homens modernos, dispostos a construir em nome de um sonho, em nome de uma ideologia que preconizava a mudança do mundo para melhor como ideário político-ideológico, chegaram ao Amapá oito meses depois da criação dos novos Territórios Federais, pelo Decreto--Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943.

Seriam pioneiros de uma gleba nacional abandonada por quase dois séculos pelo poder central da nação brasileira. Eram homens decididos a tomar a história pelas rédeas e mudar o que fosse preciso dentro de um processo inusitado de conquistar politicamente uma região ainda inóspita, pobre e doentia.

Com o tempo, e pelo trabalho quase tudo se tornou realidade visto o propósito e a dimensão do discurso escrito e falado, tendo por base os valores do passado onde estava sempre presente o exemplo colonial da construção de uma fortificação e seu significado, que apontaria para o futuro um lugar civilizado. Porém tudo ainda estava por fazer e não havia tradição na arte de escrever.

Talvez por esses e outros conceitos e significados é que "sem a tradição não há literatura como fenômeno de civilização" (CÂNDIDO, 2000, Pág. 24). Para Cândido, só com o tempo se pode formar uma tradição, que são as coisas suscetíveis de mudança, que perdem valores e agregam outros no decorrer da vida social e cultural. E assim vivia

Macapá, na primeira fase de sua vida como capital do Território Federal do Amapá.

Ao se reportar sobre a falta de tradição literária Cândido diz que

> Em fases iniciais é frequente não encontrarmos esta organização, dada a imaturidade do meio, que dificulta a formação dos grupos, a elaboração de uma linguagem própria e o interesse pelas obras. Isso não impede que surjam obras de valor, - seja por força da inspiração individual, seja pela influência de outras literaturas. Mas elas não são representativas de um sistema, significando quando muito o seu esboço. São manifestações literárias, como as que encontramos no Brasil, em graus variáveis de isolamento e articulação, no período formativo inicial que vai das origens, no século XVI, com os autos e cantos de Anchieta, às Academias do século XVIII (*Idem*).

O autor reforça inicialmente essa posição quando fala que "cada literatura requer tratamento peculiar em virtude de seus problemas específicos ou da relação que mantém com as outras" (*Idem*. Pág. 9). E falando a respeito de forma mais generalizada do processo formativo da literatura brasileira, diz que para compreender o sentido da palavra formação é

> porque se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar **distinguindo manifestações literárias de literatura propriamente dita** (grifo meu), considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. **Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores formando os di-**

> **ferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns aos outros** (grifo meu). O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico. Por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas de realidade (*Idem*, Pág 23)

Os atores sociais já estabelecidos e organizados no Amapá, no Governo Janary Nunes, mesmo sabendo da incipiente produção literária local fundaram a Academia Amapaense de Letras, em cuja inauguração o Governador foi o principal orador. As palavras do seu discurso publicado no Jornal Amapá, de 06 de julho de 1953 trazem a retórica do discurso fundador.

> Senhor presidente, senhores membros, excelentíssimas senhoras, senhores.
>
> O Amapá é uma ideia em marcha para o porvir, é um sonho que se realiza a cada instante. Debruçado entre o Oiapoque e o Jari, no maciço guiano, cuja idade é a da formação da terra, contempla na direção do nascente a imensidão do oceano e ao sul do gigantesco Amazonas, que liga os Andes ao mar vislumbrando seu destino universal. A história de incorporação de seu solo á Pátria é o mais inteligente e o mais perseverante capítulo do livro de ouro escrito pela diplomacia brasileira na fixação das nossas fronteiras.
>
> O Amapá merece assim uma academia, cujos membros sejam os garimpeiros de suas pedras preciosas ainda por descobrir, nesse cascalho rico que é o seu passado, nossa mina que é sua natureza. Surpreende-nos, entretanto, senhores acadêmicos a honra demasiada que nos concedem, escolhendo-nos membros honorários de vossa sociedade. Não encontra-

mos frases apropriadas para exprimir nossa gratidão a esse gesto que nos cativa eternamente.

Desejamos que a Academia Amapaense de Letras, constituída de homens de cultura, acompanhe, participe e oriente a caminhada que o vosso povo vai trilhar. Os acadêmicos têm sido alvo de críticas nem sempre justas e serenas. Acusam-nos de esterilidade, de limitação à rebeldia criadora, de cenáculo vaidoso onde se esfria a chama sagrada da beleza.

Mas tantas já foram as graças de Deus derramadas sobre esta terra, que as nossas esperanças se animam e dão-nos a certeza de que a Academia Amapaense de Letras formará um ambiente propício aos altos remígios do Espírito. O Amapá é um convite irresistível aos que possuem sensibilidade e aptidão para traduzir em palavras o que sentem.

Antes da criação do Território, Aurélio Buarque escreveu interessante ensaio intitulado: **Amapá.** Elfredo Távora Gonsalves levou-nos ao **Verdadeiro Eldorado,** Mário da Veiga Cabral, nas edições da sua **Corografia Brasileira**, divulgou episódios da formação da fronteira setentrional. Arthur Vianna apresentou a **Histórias das Fortificações Construídas pelos Portugueses**. Palma Muniz, através dos **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**, deu-nos a **História dos Municípios de Macapá, Mazagão e Montenegro**. Jorge Hurley mostrou **A Participação de Macapá e Mazagão na Cabanagem**. Emílio Goeldi situou as **Cerâmicas do Cunani e do Maracá**. O General Rondon imprimiu **Rodovia Macapá/Clevelândia**. Alexandre Vaz Tavares e Acelino de Leão cantaram as belezas de seu torrão natal. Pedro de Moura e Josalfredo Borges divulgaram **Elementos Básicos de Nossa Geologia**. Dois cientistas franceses publicaram volumosos **Ensaios Sobre a Guiana Brasileira**. Henry Coudreau com **La France Equinociale** e Brousseau com **Les Richesses de La Guyane Française.**

Macapá teve um jornal impresso (século XIX): PINSONIA. Eis a obra em resumo de algumas famosas personalidades ou que passaram por aqui deixando sua marca intelectual.

Aguardam divulgação os estudos de Álvaro da Cunha, Alceu Magnani e Lúcio de Castro Soares. Ainda não foram descritas como merecem,

> no seu heroísmo anônimo a existência do balateiro, esses caboclos indômitos que munidos de um pouco de sal, jabá e farinha, embrenham-se na mata, somem e desaparecem na floresta para voltarem meses após, maltrapilhos e doentes. Eis senhores acadêmicos alguns temas que pedem livros e mais livros. A cultura de um povo só se conquista acumulando experiências, somando conhecimentos e multiplicando pesquisas.
>
> Pioneiros da segunda metade do século XX, lutemos para fazer do Amapá, desta terra generosa e deste povo amigo, um conjunto amigo e feliz, onde não falte a crença que constrói nem beleza e nem amor.

As citações aqui transcritas serão de suma importância para a análise final deste trabalho, visto que o teor histórico de uma sociedade em formação, como a do Amapá, justifica o tipo de literatura produzida no período citado.

A literatura voltada para o discurso fundador, o escrito no início do Território Federal do Amapá, no qual a FSJM é, mesmo poucas vezes citada literariamente, é uma referência para o sonho da mudança social que se escreveu e que faz parte de uma literatura emergente, mesmo sendo "manifestações literárias", como disse Antonio Cândido.

Nessa categoria de "manifestações" cito aqui o trecho de um dos primeiros discursos do governador Janary Nunes, escrito em 5 de dezembro de 1944, que creio ser de grande importância para a consolidação dos projetos governamentais que viriam em seguida.[40]

> **A MELHOR FORTUNA TERRITORIAL**
>
> Quando se fala na criação dos novos Territórios o que salta na imaginação do povo é o tamanho da terra. São as extensões virgens e desertas onde se sonham tesouros. Pouco se pensa na gente.

---

40. Apresentação do livro de Marijeso de Alencar Benevides, "Os Novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu) Geografia – História – Legislação. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946, Pág. 31/2

A riqueza impressiona mais do que o homem. O caboclo foi sempre humilde, calado, doente...

Entretanto o amazônida é um verdadeiro gigante. Só quem o vê na rêde tremendo de frio aos dez dias de nascido e o acompanha crescendo com a cultura permanente em seu sangue do *plasmodium vivax* ou do *falsiparum,* devorado pelos vermes, habituado ao trabalho antes de entrever qualquer brinquedo, prematuro no sexo como no sofrimento, pode considerar o vigor desse ser que venceu tremendas batalhas interiores.

Alimentado irracionalmente, analfabeto, verdadeiro pária, amarelo e encolhido no meio das pessoas civilizadas, transforma-se num semideus ao contacto com a natureza, enfrentando impassível as tempestades e a pororoca, lançando-se à água para amparar a canoa do naufrágio e esperando entre as ondas que o tempo amaine, ou embrenhando-se desarmado e tranquilo para ir colher a borracha ou a semente oleaginosa.

A febre, como a morte, não o espanta. Seguem-no como sombras pertinazes desde o colo materno.

Sente-se no caboclo, inteligência, sagacidade e espírito de iniciativa. Formou a sua filosofia. Não há perigo em deixá-lo na companhia do estrangeiro. É inassimilável. Mudará hoje pelo interêsse sem que sua personalidade perca o seu rumo.

Encontro nessa gente as características másculas de uma raça fadada ao triunfo.

Teremos de sacudí-la, irritar os seus nervos adormecidos, absorvê-la pela educação.

Se conseguirmos, porém, conservar as vidas que se perdem em função do abandono e da ignorância, na mortalidade infantil exagerada, estaremos multiplicando o homem indicado para o domínio da terra equatorial.

Êle é, com toda a certeza, a melhor fortuna territorial. Tratá-lo, educá-lo, elevá-lo, enriquecê-lo, deverá ser a diretriz de tôda a atividade do Govêrno. Porque constitui em essência a garantia da penetração e da exploração da gleba e o fator mais precioso da segurança das fronteiras.

> Se nenhuma Manoa fôr descoberta nem o velocino de ouro aparecer, só a recuperação do homem esquecido e abandonado justificaria a criação dos Territórios Federais – "obra prima da política de unidade Nacional do Presidente Getúlio Vargas".
>
> Misturado ao nordestino e ao sulista, - o caboclo, - irmão gêmeo do jangadeiro, do sertanejo, do gaúcho e do vaqueiro, será o cimento que amalgamará outras raças e desbravará o sertão, marchando sob um azimute que só tem um destino – *o Brasil primeira potência do mundo.*

É Eni Orlandi que diz que discutimos identidade brasileira "seja para dizer que não temos uma identidade, seja para afirmar que não somos isso ou aquilo, seja para dizer que temos atributos, na maior parte das vezes, não recomendáveis" (ORLANDI, 1993. Pág. 2)

Parafraseando a autora, diria que mais especificamente em relação à história do Amapá, os discursos fundadores são os que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo do Estado, porque se trata, sobretudo, de uma ideia, e as ideias não têm um lugar, têm muitos, segundo afirma a autora, citando Roberto Schawarz. Nesse contexto precisará a história local de um sentido, para ser considerada em sua essência. E os discursos da formação do Território Federal se estabilizaram como referência na construção da memória coletiva do Amapá. Daí então, podemos, como a autora, pensar o discurso fundador como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido.

O acontecimento da criação do Território Federal do Amapá tinha um sentido para o Brasil, e a FSJM serviu de base para esse discurso fundador não apenas como a construção monumental dos conquistadores lusitanos do século XVIII, mas como símbolo que o Governo de então precisava para dar sentido aos seus discursos. As falas às vezes vinham carregadas de um linguajar poético, que uma vez articuladas e repetidas, comoviam e incitavam ao convencimento e à ideologia janarista. Janary se preocupava tanto com isso que registrava todos os comentários dos políticos e visitantes ilustres que vinham ao Amapá

a seu convite. No livro "O que é o Amapá – De 1944 a 1958"[41] a apresentação é anônima:

> O Amapá tem caminhado bastante, incansàvelmente, durante os seus 14 anos de vida, entrando na fase definitiva de sua evolução, projetando-se no cenário nacional com a determinação das coisas que não perecem.
>
> [...]
>
> Hoje, o Amapá vislumbra-se com uma sensação de absoluta segurança, com a certeza de que vem realmente cumprindo a sua finalidade, exigindo sacrifícios humanos, renúncia ao conforto dos grandes centros, buscando a recuperação econômica, social e humana da terra e de seus habitantes (s. Aut./ s. ed, 1958).
>
> Em verdade, nascemos a 13 de setembro de 1943, data da criação do território pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas. A 25 de janeiro de 1944, instalava-se a administração Janary Nunes com a missão de desbravar e despertar as energias de uma região estacionada. Esses pioneiros vieram imbuídos do ideal de criar aqui uma nova civilização e de arrancar do desconhecido este pedaço do Brasil abandonado no setentrião de nossa Pátria, para mostrá-lo aos nossos irmãos e outras plagas, que o Amapá poderá dentro de pouco tempo conquistar um lugar de relevo no cenário nacional, projetando-se além fronteiras.
>
> E o bandeirantismo moderno, alheio aos pessimistas e descrentes do futuro da terra, marchou durante 14 anos ombro a ombro, dando ao seu povo, saúde, educação, produção, colonização, obras e transportes, energia elétrica, estradas para intercâmbio entre os seus habitantes e escoamento dos seus produtos, e aproveitamento do minério de manganês, sua fonte principal de riqueza.
>
> Essas são as métas primeiramente vencidas e a ânsia de transformação dos pioneiros continua sendo o estímulo para todos que continuam empregando os seus esforços para que o Amapá atinja os seus objetivos,

41. S.Aut. S. Ed., Macapá, 1958

> seguindo uma política administrativa bem orientada e inspirada no desejo de bem servir a coletividade. Marcharemos sempre para novas lutas e novas métas, a fim de seja concretizado o mais justo e belo sonho do Govêrno e o povo amapaense: a CRIAÇÃO DO FUTURO ESTADO DO AMAPÁ.
>
> E hoje, no limiar do 15º aniversário de criação do Território do Amapá, trazemos a público o julgamento de homens de todos os matizes – nesses anos de trabalho árduo e fecundo – sôbre a trajetória de progresso ininterrupto do Território.
>
> Sentimo-nos contente por verificar que tudo mudou, e orgulhosamente, exibimos para todos que pouco ou nada sabem sôbre o Amapá, o testemunho desinteressados os mais proeminentes Estadistas, Políticos, Embaixadores, Cientistas, Técnicos, Jornalistas, etc., que espelham perfeitamente tudo o que foi feito nesta região e que servem de plasma a injetar em nossas veias novas energias e novas esperanças, a fim de que possamos transformar a terra do manganês num grande parque industrial, para a felicidade de seu povo sempre confiante na grandeza do Amapá e na prosperidade cada vez maior do nosso querido Brasil.

Eis alguns desses registros publicados no livro citado. Quase sempre traziam referências à Fortaleza de São José de Macapá, restaurada pelo governo de Janary Nunes:

> Depois de falar um cultor das coisas históricas, **que direi eu sobre esse legítimo monumento do passado que é, em todo o seu esplendor tradicional, a Fortaleza de São José de Macapá**? Curvo-me, em espírito, n'uma sincera reverência à memória dos que a edificaram e deixo consignado nestas linhas o meu exaltado aprêço àqueles que, em tôrno do soberbo forte, estão plasmando uma magnífica obra de brasilidade e de progresso. (Impressões do Dr. PAULO SARAZATE, Deputado Federal pelo Estado do Ceará – 27.07.48)

O que podemos vêr com os próprios olhos, nós da caravana de Deputados federais em visita à Amazônia, **nesta sugestiva e histórica fortificação de Macapá e no seu museu interior**, robusteceu-se-nos a impressão do valor da nossa gente e dos nossos avós lusos, que juntos lutaram e sofreram por nos entregar em definitivo êste vasto território, que poderá tornar-se, dentro de não muito tempo, mais do que uma simples expressão geográfica, assim considerado pelos nossos detratores, mas uma potência digna dos magnos objetivos dos que lhe estão reservados no continente americano.

As nossas cordialíssimas congratulações, pois, com os idealizadores e executores da restauração da Fortaleza de Macapá e do seu museu interior. (Palavras do Deputado Federal AURELIANO LEITE, de São Paulo – 28.6.48).

Ao consignar, aqui, minhas impressões sobre o Território do Amapá, **não posso deixar de fazer ligeira referência aos primitivos desbravadores destas selvas imensas**, como homenagem ao seu valor, à sua constância e à sua previdência.

A espada, nas mãos fortes do governo português; a flexa manejada pelo aborígene e a cruz, trazida pelos missionários, traçaram as linhas setentrionais do Brasil, em trabalho hercúleo que nos edifica e assombra.

A luta luso-brasílica, naqueles recuados tempos, foi realmente áspera, mas magnífica e vitoriosa. O grande Barão do Rio Branco selou-a, em definitivo, com sua capacidade criadora.

Entramos na posse da área imensa e rica.

Faltava-nos, porém, a integração de seu homem e de suas riquezas.

Houve um longo período de incúria e de abandono.

Eis que surgem, a 13 de setembro de 1943, novos desbravadores quando se funda o Território do Amapá!...

[...] (Impressões do Deputado Federal OSÓRIO TUYUTY DE OLIVEIRA FERREIRA – R.G. Sul).

[...]

O que aqui já se acha em realização concreta, constitui uma firme, enérgica e decidida aplicação ao programa de "sanear, educar e povoar", que as extensões desertas das ditas regiões estavam a reclamar. **Proprià-mente nesta capital, a tradicional cidade de Macapá, instalada sob a proteção de sua modelar e histórica Fortaleza colonial,** essa realização se revela a qualquer espírito observador e desprevenido.

[...] (Impressões do dr, JOÃO BATISTA FERREIRA DE SOUZA – em 23;6.1949).

[...]

A obra dos homens que aqui trabalham é uma continuação do esfôrço heróico dos primeiros colonizadores, **homens que eram gigantes e que deixaram à portas do Amazonas, como símbolo de sua bravura, a Fortaleza de Macapá**. [...] (Deputado SÍLVIO MEIRA, Líder da maioria da Assembleia Leg. Do Estado do Pará – 15.9.49).

"... Fiz nesta terra o investimento da minha fé e da minha esperança!". Isso a bordo do "Itaguary", sôbre a água marulhante do Rio Mar, disse o Governador Janary Nunes, referindo-se ao Amapá.

Êsse investimento resultou nisso: num rincão árido, rico, porém, de passado e de história, **que o forte de Macapá recorda solene e eterno na fôrça monumental dos seus bastiões**, surgiu o esquema de uma capital moderna, já riscada na medida da grandeza que a espera de futuro. [...]

Deus, porém, que é brasileiro, coroou por fim a fé bravia de Janary e lhe ofertou como prêmio da sua tenacidade e patriotismo, os dez milhões de toneladas de manganês, base real do progresso da região (Deputado MENOTTI DEL PICCHIA, do P.T.B. do Estado de São Paulo – 25.1.54).

É ainda de Janary Nunes o discurso sobre a "Confiança no Amapá", um novo livro de impressões sobre o Território do Amapá, organizado para servir de propaganda política à Câmara Federal, em 1962.

Nessa obra Janary reafirma seu compromisso iniciado desde que foi nomeado como governador do Território:

> **CONFIANÇA NO AMAPÁ**
>
> Amapaenses!
>
> [...]
>
> O Amapá alimentou, então, sonhos e esperanças de vir a tornar-se um Estado rico, um São Paulo do Setentrião do País. [...]
>
> O Amapá constituiu um exemplo autêntico da possibilidade de se plasmar uma Civilização de alto nível sob a linha do equador.[...] (s. aut./ s.d., 1962)

Os textos acima trazem implicitamente não apenas as pequenas manifestações literárias de um povo em formação, não apenas o discurso fundador em busca de um sentido ideológico, mas um ritual embutido no discurso de uma literatura emergente calcada na FSJM, cuja memória histórica da construção e de seus construtores se constitui uma ruptura com o tempo de marasmo que vai dar lugar ao discurso do desenvolvimento, do progresso, da formação de uma civilização nos trópicos. E uma nova ordem se instaura, mas sempre com a memória como leme, em busca de uma nova tradição vivificada pelo desejo de múltiplas transformações, entre elas a ressignificação do lugar e o vislumbre do "Amapá Estado", uma vontade política que pode significar todo o esforço demandado pelos fundadores.

Orlandi diz que

> Esse processo de instalação do discurso fundador irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significante - apoiando-se de "retalhos" dele para instalar o novo (ORLANDI. Op. Cit. Pág. 13)

O discurso fundador rompe e gera sentidos diferentes. A autora afirma que uma de suas características é a sua relação com a "filiação", pois

> Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga, no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (Idem. Pág. 14).

Desta maneira, os sentidos captam símbolos que vão além da consciência, que provocam o surgimento de epifanias. A FSJM na paisagem tem essa representação para os sentidos dos amapaenses, porque, assim, como outras imagens e mitos, ela responde a uma necessidade das pessoas se identificarem. Para melhor entendimento desse discurso, creio ser necessário recorrer às representações, onde surgem mitos e narrativas que descrevem a dimensão histórica do Amapá dentro do universo amazônico, ilógico, mítico, onde as coisas inanimadas tornam-se anímicas (como a FSJM) e dão significado a tudo o que não tem sentido.

3.1. AMAZÔNIA, TERRA DE MITOS

Na gênese amazônica da conquista, as fortalezas estão imbricadas, parecendo ter o sentido de "escamas", como se sobrepusessem propositalmente em um processo dialético inevitável, em um cenário violento de sobrevivência.

O escritor Paes Loureiro diz que a Amazônia é

> Região de silêncios, recortada pela emaranhada variedade dos rios na paisagem verde da floresta [a Amazônia], torna-se um fertilíssimo campo de germinação para as produções do imaginário do homem, na frui-

> ção, no compartilhamento, na intervenção ou na explicação simbólica de sua realidade.
>
> A consciência imaginante da homem face a essa realidade vive em estado permanentemente operatório. A relação entre o homem e a natureza se faz de modo familiar e, ao mesmo tempo, perpassada de estranhamento (LOUREIRO. 1995. Pág. 91).

Nesse cenário, o homem europeu faz parte de uma paisagem natural desconcertante e efêmera, que se transforma e transborda ao meio de tempestades e vagalhões de ondas, de procelas que não se acabam. Ele está diante dessa natureza inédita (porque exótica), procurando domar as intempéries de um mundo não manipulável; o homem estrangeiro está de frente para um mundo perigoso, de forças desconhecidas, de onde ouve narrativas fantásticas ou experimenta, ele mesmo, essa pujança imaginária ao dar vida aos movimentos naturais que os olhos veem, que a mente imagina ao meio da ganância e da ambição de seus patrões que lhes mandam para o inexplorado em busca de riquezas. Ele (o homem/estrangeiro) é o foco do olhar dos bichos da floresta; está entre o temor que causam os bichos do fundo e o disparar certeiro das flechas indígenas, avoantes ao menor descuido, vindas das margens dos rios e das praias do mar. E sabe que, junto a ele, seus pares guerreiros europeus também ousam os mesmos objetivos e que rondam em silêncio sob o áspero sol do equador e sob a chuva rigorosa e forte. Esse homem precisa, portanto, de proteção e de segurança, necessitando erguer fortificações.

Em sua aventura histórica, o homem europeu constrói um discurso para guiar sua permanência na floresta, estendendo seus domínios sobre o leito dos rios, indo ao encontro do mar, de onde veio. Ele vem montado sobre as asas de um tempo histórico, construindo e destruindo em embate permanente com as forças da natureza, na busca de seu objetivo civilizador, registrando em documentos o que percebe e o que imagina como agente da ideologia da conquista, com seus discursos e ações avassaladores.

A Amazônia é um signo de grandeza, onde o tempo é o próprio espaço, onde o homem sente-se isento como referência de medida, dada a exuberância que nenhum discurso descritivo alcança, a não ser pelas metáforas poetizadas no assombro do cenário constituído por grandes distâncias; por acidentes geográficos onde está presente a vida edênica quase intocada, borbulhando nas águas dos igarapés e nos estirões de tabatinga às margens de caudalosos rios.

Recorro novamente a Loureiro para reacender a ideia de que

> A Amazônia é percebida por quem a contempla, como uma grandeza pura: é grande, é terra do sem-fim. Sua concepção está associada geralmente a outros qualificativos: rica, incomparável, bela, misteriosa, inferno, paraíso. Algo que, embora próximo, está distante, como um outro mundo. Locus do devaneio, cujas medidas físicas desaparecem e cujos contornos se tornam *sfumatos*, graças a um livre pacto entre imaginário e realidade. Assimila-se sensivelmente, mais que numericamente ou cientificamente em meio de uma grandeza sem contornos, cujo valor reside nessa forma imaginal de grandeza. Ideia de grandeza que internaliza uma vaga infinidade de valores contidos nessa realidade que o imaginário transfigura (*Idem*. Pág 95).

Entretanto, às margens da passagem deste homem pelo rio, milhares de olhos estão à espreita, segurando flechas e bordunas, assustados com o vento que tufa as velas dos navios. O autóctone, o nativo, o que resiste em seu *habitat*, inevitavelmente mitificará no incompreensível do que vê para legar por transmissão oral aos que virão o seu drama vivido na experiência do contato, como a impotência diante do inimigo tecnologicamente mais preparado e mais forte. Então surge a livre criação, nasce a lógica extemporânea, eivada de enunciados diferenciados em torno dos eventos da conquista, mas pela imaginação destes que recebem os também estranhos seres, vindos de além-mar, como se sucede nos filmes *Aguirre, a Cólera dos deuses*

e *Fitzcarraldo*, do diretor alemão Herzog, realizado na Amazônia[42]. É inevitável não discorrer nas águas dos rios desse cenário fabuloso que é a Amazônia. Convém, neste caso, transcrever o conceito de pensamento mítico. Para Edgar Morin

> Os mitos são narrativas que descrevem [,,,] a origem do mundo, a origem do homem, o seu estatuto e a sua sorte na natureza, as suas relações com os deuses e os espíritos. Mas os mitos não falam só da cosmogênese, não falam só da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que concerne a identidade, o passado, o futuro, o possível, o impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo, tornam-na lendária, e mais geralmente, tendem a desdobrar tudo que acontece no nosso mundo real e no nosso mundo imaginário para os ligar e os projetar juntos no mundo mitológico (MORIN, 1986. Pág. 150).

Para esse autor, o mito não pode ser interpretado por uma lógica, mas por uma polilógica, que comporta algo de contingente e arbitrário. Seu universo mitológico aparece em um universo em que os seres inanimados têm as características fundamentais dos seres animados. E assim muito se pode ver na literatura sobre a FSJM, na visão de alguns autores locais. No sentido mítico ela é polvilhada de histórias de espíritos e fantasmas que ainda vivem em seus espaços, assombrados, em sofrimento, no dizer da população.

3.2. MAIRI, UM MITO WAIÃPI DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Em seu ensaio sobre a FSJM narrada pelos índios, a antropóloga Dominique Gallois realiza a análise do discurso mítico dos índios waiãpi, do Amapá sobre os relatos apresentados por eles quando conheceram

42. Os filmes *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972) e *Fitzcarraldo* (1982) tiveram a direção de Werner Herzog e foram protagonizados por Klaus Kinski.

de perto a fortificação. Os índios rememoram o mito de que ela é Mairi, e Ianejar é o seu herói.

Sua origem se deu quando Ianejar decidiu queimar a floresta porque havia muita gente na face da terra. Então ele manda construir uma casa de argila (Mairi) para abrigar todos os waiãpi. Eles entram nela e esperam. Suportam um grande cataclismo de fogo. Muitas crianças morrem. Depois ele manda um dilúvio. Crianças morrem de frio, mas Ianejar as faz viver novamente, soprando nelas. O dilúvio cessa e Mairi se encosta na margem do Paraná (ou rio grande) e Ianejar vai embora pelo buraco do final da terra. Em Mairi, os waiãpi recriam a sua humanidade, a verdadeira. Só depois os brancos chegam, de navio, para se apossar da fortaleza (a Mairi dos waiãpi).

Dominique Gallois, ao estabelecer conceitos de temporalidade para explicar os mitos de Mairi e Ianejar dos índios waiãpi, enfoca que nessa narrativa há dois tempos que fornecem argumentos complementares para a interpretação da realidade: o tempo mítico e o tempo histórico. Ela ainda informa que essa distinção configura "argumentos construídos a partir de conceitos de temporalidade próprios a cada um desses modos de estar no tempo" (GALLOIS. 1993, Pág. 24/5). A autora reflete que

> Se essa hipótese for correta, continuaria pertinente contrapor, para fins de análise, argumentos míticos e argumentos históricos, que permitem compreender a manipulação de conceitos distintos de temporalidade embutidos nessas interpretações (*Idem*).

Gallois também explica que

> No argumento mítico, construído a partir de uma lógica classificatória atemporal, prevalece a delimitação e a contraposição de espaços e de categorias genéricas, ao passo que o argumento histórico desenvolve, no

> tempo, uma lógica da continuidade que pode, por sua vez, ser utilizada para preencher os espaços previsto pelo mito (*Idem*. Pág. 25).

Por não ser algo que já se foi, o tempo mítico é um tempo de metamorfoses, é um discurso poético que se perde na memória e depois é reconstruído de forma esfacelada pelos que ouviram os mitos de seus antepassados. Preencher os espaços previstos pelo discurso do mito significa dar a ele uma lógica, que creio, pode ser obtida através da pesquisa histórica.

O mito de Mairi e Ianejar, o herói fundador dos waiãpi, é, na minha opinião, a representação de um tempo poético, de um tempo cósmico, de um tempo de sonho, que ultrapassa a dimensão da realidade e que promove a utopia e tende a consolidá-la em um tempo linear. Para Laymert Garcia dos Santos

> O tempo mítico do xamã e do poeta é um tempo da natureza, mas ao mesmo tempo do sobrenatural. Porque o poeta e o xamã vivem nesse tempo. "A poesia é o misticismo da humanidade", diz Henry David Thoreau, num texto intitulado "a natureza, a poesia e o poeta" – reencontrando assim, Claudel, que considerava Rimbaud "um místico em estado selvagem". [...]
>
> O tempo mítico é o tempo do sobrenatural porque o tempo está eternamente começando, está sempre no início da divina criação.
>
> [...] Os xamãs e os poetas são os guardiões das metamorfoses. Não só porque vivem num tempo mítico, tempo fluido, gerador de mudança, de criação, mas também porque existem como manifestação desse tempo, são a própria expressão do tempo mítico em ação (SANTOS, 1992. Pág. 197/8).

O autor enfoca que eles guardam o eterno, que se aloja e permanece porque é dinâmico e gera a metamorfose. Nesse momento há uma transcendência, algo eterno na temporalidade. Assim o próprio tem-

po linear da história não se contrapõe ao tempo circular do mito. Esse tempo é cíclico porque

> Sempre retorna, sempre se recoloca como tempo que se realiza, e é linear, porque essa realização é uma sucessão de instantes únicos. O que, para dizer no mínimo, confere relatividade absoluta à noção de "progresso" (*Idem*).

Na contraposição do projeto político de Janary, que de certa maneira se rodeou de intelectuais e poetas, o tempo linear estava moldado na ideia desenvolvimentista, na qual o dinamismo das ações desenvolvidas por ele necessitava de uma ideologia para que pudesse domar definitivamente a terra e as pessoas a que foi escolhido para governar. Naquilo que flui dessa metamorfose angustiante há um tempo total que poderia ser modificado com palavras, pois o presente, na época, se revelava como o futuro que sonhava e que caminhava paralelamente ao seu projeto de vir-a-ser. A essa ideia de projeto e a pressa de mudar, de transformar, de metamorfosear a gleba amapaense, visando a implantação de uma civilização nos trópicos, o que fluía não era a poesia, mas o suor e a vontade da transformação, da vinda da modernidade e o progresso reverberado num tempo onde o mito só teria vez se se escrevesse – literariamente, de forma poética e convincente, uma ideologia que embalasse todos em uma viagem no navio da sua utopia.

3.3. O ENCANTAMENTO DO DISCURSO

O chamado centro urbano de Macapá por diversas vezes mudou seu espaço de ocupação. Inicialmente, após sua fundação em 1758, se desenvolveu ao lado da igreja de São José e em seguida deslocou-se para próximo à FSJM no período de sua construção (1764-1782).

Antes do desmembramento do Estado do Pará e da instalação do Território Federal do Amapá, a partir de 1944, Macapá, situada à mar-

gem esquerda do rio Amazonas, era uma cidade de dois mil habitantes vivendo o seu tempo lento, que subitamente seria interrompido por um processo de mudança estrutural que iria influenciar decididamente sua vida citadina.

Da mesma forma como Roberto Cardoso de Oliveira enfoca no seu trabalho que tem como título *Os (des) caminhos da identidade* (CARDOSO, 2000. Pág. 7) questiono aqui sobre como visualizar melhor essa identidade, que parece estar escondida nos escaninhos da memória coletiva e nos escritos bastante esparsos da época da instalação do primeiro governo do então Território Federal (1943-1958). Mas ao falar em identidade, baseado em escritos do passado, não significa que estou dando contornos para materializar teoricamente esse conceito, posto que as pressões das diferenças, as alteridades e as diversidades culturais e ambientais se estabelecem dentro dos textos. Daí enfatizar o conceito de identidade de Hall que as identidades são celebrações móveis.

Ao meio do processo histórico da transformação do Amapá em Território Federal a questão política e social sofre uma coalescência inevitável na cultura, tanto daqueles que chegam como pioneiros da instalação do primeiro governo territorial (colonizadores), movidos pelas injunções políticas do Governo Vargas, como daqueles que recebem e absorvem a ordem política emanada (autóctones) em um cenário social impactante e abrangente, que iria modificar para sempre todo o universo construído pelos seus antepassados. Valho-me, então, da percepção do discurso político para enfatizar essa condição histórica, pois estes são relatos de cunho ideológico que afetam os que o absorvem. E mais: todo discurso possui interferências que estão ligadas no cotidiano de uma sociedade e, consequentemente, na cultura do povo, e nas crenças (MORTARI e PAIM, 2009) políticas dos proponentes das mudanças naquele período da vida amapaense. Nesse caso é indubitável a literariedade do discurso, pois a sua natureza consiste em ser uma narrativa dotada de certo poder de encantamento (SOUZA, 1990).

Além do texto sobre a Mística do Amapá, inclusa no livro de Álvaro da Cunha (1954), não posso deixar de enfocar alguns aspectos relevantes do impacto social causado pela mudança, que a meu ver foi avassaladora, como a visão da população pobre (autóctones) diante das decisões governamentais expressas nos "ladrões" de Marabaixo[43], quando parte da população negra foi removida da frente da cidade para terrenos mais distantes do centro, na primeira reforma urbana da cidade. Embora um conceituado historiador local tenha escrito em um *blog* memorialista do Amapá (*Blog* do João Lázaro) que as famílias dos removidos receberam uma indenização por conta disso, não tivemos acesso a nenhum desses documentos, o que inicialmente nos leva a conjecturar que os terrenos que essas famílias receberam em outros bairros que foram criados para absorvê-las, por serem grandes, eram a própria indenização.[44]

3.4. A MÍSTICA DO AMAPÁ: UM REFORÇO IDEOLÓGICO AO DISCURSO FUNDADOR

Apesar do governo de Janary Nunes ter sido instalado dez anos antes da publicação do livro de Álvaro da Cunha, acima referido, considero que o mesmo traz em si o teor ideológico daquele governo pioneiro, que pretendia "construir uma civilização nos trópicos", influenciado pelo patriotismo de Rondon, e pelo contexto da Segunda Guerra Mundial (No município de Amapá foi construída uma Base Aérea Norte-Americana.

Nesse ensaio Álvaro da Cunha analisa aspectos diversificados do então Território, enfatizando a situação encontrada pelos primeiros governantes: a orientação do governo getulista; os primeiros problemas de relações públicas e administrativas; e a Mística do Amapá, um tipo de louvor à terra, compreendida então como aquilo que poderia

---

43. "Ladrões" são músicas do Marabaixo cujas letras, muitas vezes improvisadas no cantar, expressam alguma história acontecida na comunidade. Ver primeiro capítulo desta tese.

44. Então foi feita uma relação de troca. Ver: LÁZARO, João. Porta-retrato: Macapá de outrora. Disponível em: < http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/ >. Acesso em: 10 Mai 2015.

ser o caminho da redenção e do progresso, se fosse levado em conta o trabalho profícuo e o permanente otimismo oriundo dessa ideologia. Tratava-se de uma ideologia fundada num excessivo clamor ao trabalho, através do amor ao Amapá e da exploração da terra e de seu potencial, com a participação de todos e sob o comando de um grande líder político. Ele explica:

> O que é a Mística do Amapá? A Mística do Amapá talvez não possa ser definida numa frase apenas. Talvez não possa ser compreendida em cidades excessivamente urbanas. A Mística do Amapá é o culto do chão. Para compreendê-la é preciso, sobretudo, sentimento glebário, espírito de grei, de amor pelo meio, tão afastado, infelizmente, da consciência humana nos aglomerados modernos.
>
> A Mística do Amapá é a propagação desse sentimento telúrico e da ideia fixa de que existe, palpitante, e viva, mais duradoura que a existência do homem, uma força una, subjetiva e sagrada, a que chamamos "o espírito territorial".
>
> A Mística do Amapá é também a consciência de que nós, brasileiros, somos um povo de possibilidades incomputáveis, um povo excepcional e jovem, predestinado não apenas a ter prestígio continental, mas a ser, com toda a certeza, e ainda neste século, "a primeira potência do mundo".
>
> Isso é repisado frequentemente pelo jornal, pelo rádio, pelo cinema e, principalmente, nas escolas onde se preparam as novas gerações do Território.
>
> Em nosso meio não se concebe nem mesmo uma oração política, ou de qualquer caráter, que exalte o solo e a família amapaense. O Governo do Território, criador da Mística, tem o maior interesse na sua permanência. Graças a ela a equipe dos servidores pioneiros não trabalha somente com a visão material do salário. Foi persuadida de que vive um sentimento histórico e está lutando para que ele seja o mais glorioso possível.
>
> Dos funcionários novos, os que não acreditam na Mística ou que não lhe dão importância, pelo menos não se atrevem a contrariá-la. Sabem

> que estão diante de um tabu, de uma crença querida e cultuada com muito carinho, especialmente no coração dos velhos moradores. (CUNHA. *Op. Cit.* Pág. 14)

A visão de Cunha não está apenas na técnica e na informação utilizada nos seus escritos de administrador. Ele possuía também a visão crítica da realidade e a veia poética dada a poucos.

Depois de dez anos governando o Território, Janary precisava se manter no poder com um discurso que provocasse no povo a responsabilidade do trabalho "numa região em que tudo estava por fazer" (*Idem*. Pág. 12), num local em que a população aumentara consideravelmente e que precisava ser abastecida em suas necessidades mais imediatas.

> Não havendo produção o Governo plantou para abastecer, fez-se marchante, fazendeiro e distribuidor de carne. O plano de obras era enorme, mas não havia tijolo ou telha, mosaico ou marmorite e outros materiais necessários para construções, e a importação era muito cara. Então o Governo montou uma olaria de grande vulto, depois invadiu outras atividades da área privada porque as que existiam eram frágeis. Construiu hotel, rádio, jornal, transportes fluviais, trabalhos agrícolas, além de empregar-se nas funções administrativas. E permaneceu sob a égide ideológica da Mística do Amapá. (*Idem*.)

No meu ponto de vista ela foi o reforço orgânico necessário para a manutenção do poder num período em que este foi ameaçado por forças políticas contrárias ao seu governo. Depois de dez anos seria natural que a ideologia do governo tivesse se desgastado e, em sua lógica para explicar e justificar a realidade concreta, também tivesse funcionado para dissimular a dominação e esconder conflitos.

O governo estava presente em todas as esferas de realidade, em todos os momentos da vida social. Como detentor dos meios de comu-

nicação, propagava, mantinha e reproduzia sua concepção de mundo, de um grupo hegemônico comprometido com modelos valorativos que àquele instante eram importantes para a sua sobrevivência.

Álvaro da Cunha pensava o Amapá além do aspecto político e manifestava uma energia contagiante que tornava as pessoas mais ativas no seu dia-a-dia. No seu ensaio, falava a respeito das variações da Mística para explicar o "espírito de competição com o Estado do Pará" (*Idem*. Pág. 15), informando que quatro quintos dos funcionários e famílias que vieram para o Amapá na época da Instalação do Governo eram procedentes do Pará. Ele falava que

> os paraenses saíam da capital para o mato. Das avenidas para a beira do rio. Do conforto da metrópole para a pobreza extrema do interior. Trocavam as excelências da iluminação elétrica pelas trevas constantes dos povoados sem luz. Trocavam a possibilidade da educação para os filhos e dos recursos médicos mais fáceis, pelo atraso cultural, pela incerteza dos socorros médicos que tornava quase sinistro o panorama de saúde pública em toda a região. Substituíam os seus bangalôs de alvenaria, os seus lares confortáveis, pelos casebres de madeira, pelos edifícios coloniais em ruínas, então os únicos existentes na própria capital do Território.
>
> Eles eram, portanto, os pioneiros, os fundadores, as cobaias humanas de uma nova experiência política e social. Por que agiam assim, de modo evidentemente insensato, esses bandeirantes quase líricos, numa época que borrou com as tintas do ridículo e sentido glorioso das Bandeiras? Espírito Cívico somente? Anseio itinerante, nômade, cigano, de conhecer novas terras? Não. É evidente que não (*Idem*).

O autor diz que a maior parte deles era pobre e que em Belém viviam em situação marginal, mas todos "Buscavam o novo campo, atendendo os apelos do futuro e fustigados pelo anseio de uma vida melhor" (*Idem*).

Esse paraense, de Belém, foi um escritor culto, que cedo se iniciou nas letras publicando uma produção diversificada de crônicas, poemas e artigos em jornais e revistas de Belém e Macapá. Era um homem que vislumbrava o sonho de todos e que "viveu em Macapá os anos mais férteis e felizes de sua mocidade" [45], como disse Alcy Araújo no prefácio de "Amapacanto". Por ter publicado a Mística do Amapá em seu livro, e mesmo afirmando que ela foi criada pelo governo, é possível que Álvaro da Cunha também tenha sido o mentor intelectual do nascimento dessa ideologia, posta a sua influência no governo e a sua atuação em relevantes cargos públicos, chegando a ser inclusive presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá, segundo seu prefaciador Alcy Araújo. Entretanto, o discurso traz em si a visão positivista do progresso e o determinismo racial tardio que, como Euclides da Cunha em *Os Sertões* e nas suas confabulações sobre a Amazônia em *À Margem da História*, "infunde no seu método de observação geográfica um interesse vivíssimo pelos problemas humanos, sempre em um tom que oscila entre o agônico e o trágico" (BOSI, 1994. Pág.). Humanista e não pessimista, o texto de Cunha também é uma conclamação quase religiosa. Por ser uma mística, logo seria necessária a presença de termos como "culto ao chão", "sentimento glebário", "espírito de grei", "de amor pelo meio", "sentimento telúrico", "força subjetiva e sagrada", "espírito territorial", "povo predestinado", "desprovido da visão material do salário" e

---

45. Os intelectuais tinham um papel importante na burocracia governamental. Vindos de diversos lugares do país, estiveram coesos com a política janarista e minados pelo fascínio de sua realização. Foram os principais divulgadores da "Mística" enquanto intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais no serviço conectivo entre governo e povo. Álvaro da Cunha se encaixa no conceito de Gramsci, onde o intelectual tradicional é "aquele que desenvolve funções culturais de ligação entre as administrações políticas regionais ou nacionais com o conjunto da população ainda não incorporada às relações de produção capitalista". O orgânico é aquele "que age como indivíduo ou atuando no partido político que representa seus interesses sociais, sendo o portador de um projeto de 'hegemonias', baseado em um universo cultural e moral que desagrega valores anteriores e constrói novos". Neste, não levo em conta o significado cabal da teoria gramsciana ("o intelectual orgânico é o máximo grau de consciência sobre sua própria situação na sociedade"), mas como conceito que caracteriza o papel do modificador da situação encontrada. [GONZALES, Horácio. O que São Intelectuais. Brasiliense, São Paulo, 1982].

"é uma crença querida e cultuada com carinho". Nessas expressões está implícita a conjunção de termos apelativos de convencimento onde se unem a subjetividade ideológica que alimentaria o poder e por outro lado o pretenso desinteresse do trabalhador por bens materiais, consciente que estaria do envolvimento geral e popular da responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do Território. Todos teriam esse "espírito de **grei"** que significa congregação, povo, nação, sociedade, partido, mas que também é um **rebanho de gado miúdo** [grifos meus] (FERREIRA,1986). Resta ainda lembrar que os pioneiros, no dizer do autor, eram "cobaias humanas" e ao mesmo tempo "bandeirantes quase líricos", que vinham para o Amapá com o mesmo propósito colaborativo, a bem dizer com espírito altruísta.

Para Orlandi, (*Op. Cit*. Pág. 23) que faz algumas considerações conclusivas sobre o discurso fundador, reconhecendo três aspectos relevantes da historicidade

> o discurso fundador pode ser observado em materiais discursivos de diferentes natureza e dimensão: enunciados, mitos, lendas, ordem de discurso, mecanismos de funcionamento discursivo, etc. O que define o discurso fundador, a nosso ver, não são esses materiais, mas a historicidade tal como a enunciamos anteriormente nos três aspectos da historicidade (ORLANDI. *Op. Cit*. Pág. 24).

É importante dizer que o autor é o que faz a produção do sentido do qual falamos acima, que ele faz a sua tarefa no tempo e no espaço dando sentido e significado e se definindo em relação a uma obra escrita, no caso o discurso fundador reforçado temporalmente.

3.5. O ENCONTRO COM O OUTRO: INJUNÇÃO E PODER

A ordem formal da ocupação da área geográfica que seria o Território Federal do Amapá causou - como falamos antes - um impacto, talvez com um precedente semelhante quando da construção da FSJM, en-

tre os habitantes de Macapá. Esses moradores viviam em um sistema cultural tradicional, um tempo lento, bem característico das cidades ribeirinhas da Amazônia. Os nativos eram, em sua maioria, negros e mulatos pobres, descendentes de escravos que ajudaram a construir a FSJM e que viviam da agricultura nos arredores da cidade. Macapá era sede de um município organizado, mas muito pequeno e com uma população inferior a dois mil habitantes. Segundo o depoimento do Sr. Zacarias Leite, na segunda década do século passado,

> "A cidade de Macapá ia até os fundos da igreja São José, onde se localiza ainda hoje o cemitério. Naqueles tempos antigos havia ali apenas um caminho [...]. Macapá não tinha luz elétrica. Nos postes, só lampiões a querosene. Dentro da igreja, bicos de gás a carbureto (CAVALIERI, 1981. Pág.).

Nada havia de novo na cidade até maio de 1944, exceto um trapiche, mandado construir pelo governo do Pará na administração do prefeito Eliezer Levy. Havia uma fortaleza abandonada, que servia de curral, uma doca por onde chegavam embarcações com víveres para abastecer a cidade e uma vida comercial na qual a maioria dos comerciantes era estrangeira. Pairava entre os habitantes uma grande expectativa no propalado desmembramento do Pará e na instalação do governo amapaense.

Foi então que, imbuído pela orientação do Governo Federal no trinômio "Sanear-Educar-Povoar", o primeiro governador do recém-criado Território Federal do Amapá, desembarcou em Macapá por volta de 12 horas do dia 25 de janeiro de 1944 de um avião do Correio Aéreo Nacional, não sem antes encontrar sua primeira dificuldade: quatro horas antes um forte temporal caía sobre a futura capital, o que obrigou o avião a voltar para Belém e depois retornar, em meio a uma grande recepção.

A expectativa traduzia-se numa remota esperança de desenvolvimento ao lado de uma arraigada desconfiança que aos poucos mais

de mil habitantes devotavam à política a ao serviço público do Estado do Pará, pois o povo da região, isolado geograficamente pelo rio Amazonas, só tomava conhecimento dos poderes públicos sediados em Belém através dos tributos recolhidos, da força policial e dos saques regulares à riqueza nativa, além de sentir a inexistência de interesses que pudessem pelo menos modificar aquele quadro de miséria que por séculos se estampava na face dos autóctones (CUNHA. *Op. Cit.* Pág. 25).

A situação socioeconômica do Território era desoladora e virtualmente caótica. Grande parte da população sofria de endemias tropicais tais como malária e verminose. Dos 25.000 habitantes poucos sabiam ler e escrever, pois existiam apenas sete escolas em péssimas condições de instalação (*Idem*. Pág. 26). Tudo era precário.

Com exceção do prédio da Intendência e de duas casas recuperáveis, Macapá encontrava-se completamente em ruínas (*Idem*. Pág.26) e embora o ímpeto inicial do governador fosse "arregaçar as mangas" para o trabalho, as inúmeras dificuldades encontradas retiveram-lhe as iniciativas propostas nas primeiras diretrizes, pois estas "não poderiam ser as de adaptar a organização ao meio ambiente, mas as de adaptar o meio ambiente à organização" (*Idem*).

3.6. AS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO TERRITORIAL

Não obstante o rol de problemas apresentados, Janary ainda se deparou com outro mais grave, pois se tratava da relação do novo Governo com a população, e era urgente para ele solucioná-lo.

Cético quanto às intenções do governante, o povo ainda se banhava nos resíduos da administração paraense e isso travava as atitudes governamentais. Álvaro da Cunha informa que, quando Janary andava pelas ruas, "era observado com olhares de temor e de suspeita: – O que é que esse capitão vai 'fazê'? Interrogavam os habitantes" (*Idem.* Pág. 26). Segundo o autor, os moradores de Macapá procuravam antecipar qual seria a primeira atitude do Governo contra eles. Mas a ati-

tude foi a convocação para o trabalho que se constituía em algo novo e recompensado por um salário jamais recebido por nenhum operário daquelas paragens. Ainda assim, continua Álvaro da Cunha, "por mais estranho que pareça, os núcleos de reação surgiram e foi preciso extirpá-lo à força de autoridade, quase de coação policial" (*Idem.* Pág. 26).

Para prosseguir no seu intento, o Governo buscou adotar um processo de entendimento e de conciliação**,** oferecendo na burocracia bons empregos aos elementos jovens que detinham maior expressividade na comunidade, "distribuindo parcelas de responsabilidade na administração" (*Idem.* Pág. 27), dando prioridade aos nativos na competição por uma colocação, já que o recrutamento para o trabalho em Macapá havia exercido grande atração para a mão-de-obra dos estados vizinhos, principalmente no Pará. Outro processo foi o de oferecer amizade pessoal aos moradores mais antigos e aos "chefes patriarcais" das famílias mais importantes, aos comerciantes expressivos e aos dirigentes das festas religiosas e populares locais.

A situação acima sugere o enquadramento naquilo que Roberto Da Matta diz sobre o mundo "das relações", que "é um fenômeno das sociedades onde convivem éticas diferenciadas", onde todos estão submetidos na proporção direta em que essas relações promovem recursos sociais, mobilizam e distribuem formas de pressão (DA MATTA, s.d., Pág. 69/70). E essa tentacular rede de relações, concretizada e crescente, inibia sobremaneira os "criadores de caso", os "despeitados", os "invejosos" ou conservadores que não caíram nas graças de Janary. Quem tinha alguma relação de amizade com o governador ou com os membros de seu *staff* considerava-se importante. Via-se, então, o surgimento de algo novo, que modificava não apenas parte da personalidade coletiva dos nativos como também modelava outra estrutura psicológica por meio da ruptura com o passado.

Aliado a esses processos, mais tarde foi estabelecido outro, mais importante e dogmático, que proporcionou o entendimento e a con-

ciliação. Tratava-se da chamada "Mística do Amapá", da qual já falei antes, pois ela viria reforçar cada vez mais as relações de poder entre Governo e povo, entre dominador e dominado. Essa ideologia seria o sustentáculo político de Janary e a hegemonia de seu governo, porque no momento de seu nascimento, para lembrar Da Matta sobre sociedades relacionais, "haveria de se estabelecer códigos de comportamento operando simultaneamente" (*Idem*. Pág 70). Não competitivamente (Estado e Povo), mas complementando-se reciprocamente.

Com a estratégia empregada por Janary Nunes, bons resultados não se fizeram esperar. Líderes locais, entusiasmados com as perspectivas de progresso, alastraram a seus parentes e amigos o ótimo futuro daquela gleba e as relações com a comunidade melhoraram substancialmente, visto dois fatores: o afeto do tratamento dispensado pelas autoridades à população e a proximidade dessas relações, já que estava (o povo) habituado às enganações políticas e ao abandono.

Porém, a cordialidade dessas relações de vez em quando era estremecida por posturas de cunho ideológico dos partidos políticos contrários à política emanada do Governo Federal (pois Janary era um militar em missão determinada por Getúlio Vargas) e pela não aceitação imediata das mudanças propostas pelo Governo local. Nem tudo estava bem. Afinal, o governo que ali chegara para propor uma mudança radical se estabelecera subitamente. E naquele momento fora também considerado uma espécie de intruso, modificador dos hábitos tradicionais e avassalador, no sentido de radicalmente sanear a paisagem, a estrutura urbana da cidade que até então estava em ruínas. Os "núcleos de reação" ao Governo advinham principalmente da resistência dos negros[46] que moravam no centro da cidade, deno-

46. Não há dados quantitativos específicos sobre os negros que habitavam Macapá na época da implantação do 1º Governo.

minado Largo de São José, área que servia para cultivo de mandioca, próximo à igreja de São José e ao longo do rio Amazonas, em frente da cidade, entre a Doca da Fortaleza e a Intendência Municipal, próximo do trapiche, na época o principal porto de Macapá.

3.7. O SANEAMENTO SOCIAL URBANO E A REAÇÃO TÍMIDA: GENTRIFICAÇÃO E PROTESTO

Os negros macapaenses eram remanescentes de escravos que trabalharam na construção da FSJM e dos 103 outros que vieram da Mauritânia com as 163 famílias de agricultores do mesmo país para Mazagão e Macapá, em 1771 (PICANÇO, 1981. Pág.31). Eram também agricultores, além de seringueiros, pescadores e extrativistas de modo geral. Não é de se estranhar, portanto a reação à inovação do Estado, visto que a proposta deste iria modificar profundamente o *modus vivendi* daqueles. E o governador tinha poderes e capital financeiro para provar que não brincava. Além disso, estava respaldado por Decreto-Lei, com uma unidade de tropa do Exército, à sua disposição para auxiliá-lo na manutenção da ordem pública, e possuía pouco tempo para apresentar um plano de organização administrativa e de metas ao Governo Central (artigos 14 e 17 do Decreto-Lei n° 5.839, de 21 de setembro de 1943). Em suma: tinha poder e pressa.

Janary tinha planos mais ambiciosos para Macapá: queria construir "uma civilização nos trópicos" (NUNES. *Op.Cit.* Pág.12) e, para tanto, seu objetivo consistia em planejar, urbanizar e embelezar a nova cidade embora encontrasse ainda o foco de reação dos negros que, atônitos com o movimento, não abriam mão de suas propriedades no centro e na frente da cidade[47].

O governo, então usando a sua influência, convenceu Julião Tomaz Ramos (1876-1958), chamado Mestre Julião, principal festeiro e

47. Apesar de humildes, as casas e as roças das adjacências eram propriedades dos negros, doadas por antigos senhores a seus escravos e herdadas pelos seus descendentes.

tocador de caixa (tambor) de Marabaixo, para que, por sua vez, convencesse também os moradores a se transferirem para outros futuros bairros próximos do centro. Julião concretizou o objetivo do governador que imediatamente favoreceu muitas famílias através da doação de terrenos urbanos que mediam 1.200 m^2 para cada família.

Embora Macapá, na época, não tivesse o que poderíamos categorizar como centro urbano, pois era um lugar com poucos prédios e ruas, e habitada por uma sociedade tradicional sem grandes perspectivas de mudanças, a atitude governamental no início do Território foi um ato de gentrificação, pois afetou o espaço em que os habitantes mais antigos da cidade moravam (Rua da Praia e áreas próximas à FSJM), provocando uma alteração na dinâmica social e formando novos lugares. Todo o capital simbólico tradicional daquela população foi afetado pela perda da identidade com o lugar que habitavam, devido às novas formas de morar e se deslocar (ganharam em troca terrenos de 1200 m^2, e perderam a sua relação diária com o rio e a doca da Fortaleza, um igarapé situado ao lado da FSJM, onde a cidade era abastecida diariamente pelas canoas das ilhas vizinhas).

A prática da gentrificação, promovida quase à força pelo governo territorial separou os habitantes do lugar em que viviam. Há versos do Marabaixo em que os ex-moradores dos lugares próximos à FSJM lamentam a mudança, falando a respeito do que deixariam para trás para recome çarsuas vidas. Entretanto, novamente Leite enfatiza que a questão é saber em que medida uma desapropriação de sujeitos não corresponde a uma reapropriação de outros sujeitos. Apesar da gentrificação, é possível que esses sujeitos estivessem no mesmo processo com possibilidades interativas. Isso ocorreu posteriormente nos bairros de Macapá, escolhidos para abrigar os sujeitos dos remanejamentos (LEITE, 2007. Pág.290), possivelmente por causa das interações culturais.

Esse pode ser considerado o primeiro remanejamento de populações pobres em Macapá. A autoridade caudilhista do governo

transferiu grande parte das famílias dos remanescentes de escravos para os atuais bairros Perpétuo Socorro (antigo Igarapé das Mulheres), Santa Rita (antigo bairro da Favela) e Laguinho. O Laguinho ainda hoje congrega densa população de afrodescendentes, possuindo duas expressivas escolas de samba e várias agremiações carnavalescas e é um dos palcos dos acontecimentos religiosos e profanos do Marabaixo, além de ter um Centro de Cultura Negra onde todos os anos, por ocasião das comemorações do Dia da Consciência Negra (Dia de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro), é realizado um grande evento afrodescendente chamado Encontro dos Tambores e a Missa dos Quilombos.

No local das antigas roças e casas geminadas dos negros do centro e da frente da cidade o governo construiu praças, conjuntos habitacionais para seu *staff* administrativo, uma residência governamental, escolas, estaleiro e um hotel em frente ao trapiche, principal porto marítimo da cidade, à época.

O episódio que teve o mediador Julião Ramos como responsável pela transferência das famílias para o Laguinho foi vital para que o Governo transformasse a estrutura da cidade, ou melhor, modificasse radicalmente a condição rural de Macapá em cidade pré-urbanizada.

A diversificação dos novos papéis sociais não atingiu a todos, mormente a resistência dos mais velhos quanto à permanência de todo um sistema de valores. Sacaca (Raimundo Souza), profundo conhecedor de ervas medicinais e antigo morador da cidade, contou-me que nas festas de Marabaixo um senhor de nome Bruno, que era irmão de Julião Ramos "tirou" (compôs) um "ladrão" com os seguintes versos:

> Vou seguindo nessa estrada
> que de mim ninguém tem dó
> O maldito Janary
> Me jogou lá no Igapó

É de se notar, portanto, que, mesmo consubstanciado uma espécie de pacto o governo e os "Líderes de festas religiosas e populares" e os "chefes patriarcais de famílias tradicionais", ao lado da empolgação dos discursos do dominador (Governo), se manifestava um tímido, porém significante protesto contra aquele mundo novo que deslumbrava a maioria e causava repúdio em alguns.

O desejo do Governo de traçar um plano urbanístico na capital concorria com o medo, debilmente manifestado no cancioneiro do Marabaixo, onde autores como Raimundo Ladislau cantavam com nostalgia

Aonde tu vai rapaz
Por esses caminhos sozinho
Vou fazê minha morada
Lá nos campos do Laguinho

Quando vim da minha casa
Me preguntou como passou
Rapaz eu não tenho casa
Tu me dá um armador

Destelhei a minha casa
Com intenção de retalhar
Mas a (da) Santa Engrácia não fica
Como a minha pode ficá?

Estava na minha casa
Conversando com a companheira
Não tenho pena da terra
Só tenho do meu coqueiro

Creio que o medo não era produto simplesmente do fato de deixar a propriedade anterior com seus quintais frutíferos, ainda que hou-

vesse uma melancolia e um apego telúrico ao já construído. Tudo se direcionava a um "começar de novo", pois não se constitui nenhuma surpresa a verificação da relutância dos negros em aceitar com facilidade a mudança, ou antes, a ânsia de desenvolvimento do governo e suas condições impostas como medidas que geram dependência sobre a população. E esse desenvolvimento inicial era pretendido como concretamente material, enquanto que poderia ser um processo igualmente cultural, social e psicológico (FOSTER, s.d.). Nessas condições é que convém identificar o sentido implícito de valor. Valor estimativo. Não do pedaço de terra que eles deixaram para trás ("Não tenho pena da terra / Só tenho do meu coqueiro"), porém um valor mais perturbador: o do trabalho. O resultado explícito do trabalho de plantar e recolher o fruto, ambíguo, da planta e do trabalho. Infere-se daí o ângulo do valor, que foi ignorado pelo Estado que jogou brutalmente um peso sobre uma cultura tradicional. Por outro lado, reportando-nos ao trabalho desenvolvimentista do Governo, fica clara a existência de duas posições: a de Janary como preposto do capitalismo e da burocracia, e dos macapaenses como valorizadores de trabalho tradicional, que virtualmente iriam sentir a mudança.

Entretanto os versos do Batuque traziam dissimuladamente em seus "ladrões" eivados de valentia uma inequívoca luta, ainda que vã:

> Tenho fama de judeu
> Dei um soco num caboco
> Que até a Fortaleza tremeu[48]

Nesses versos, o autor (desconhecido) se reporta às peculiaridades comerciais dos judeus que migraram para Macapá em 1879 (Família Zagury) que, juntamente com outros estrangeiros (libaneses, turcos, etc.), eram confundidos em suas nacionalidades e generali-

48. Versos da música "Yra Ayê". Pesquisa da Banda Placa, gravada no CD "Avença", 2012.

zados como “judeus”, fortes comerciantes locais. Nos versos, a sólida construção de pedra teria tremido devido à força idealizada pelo compositor.

Perdida a batalha, ou melhor, sanado o impasse criado pelos negros mais velhos e mais resistentes à literal mudança, criaram estes uma nova forma de expressão contra o dominador: a sátira, sempre através das letras dos “ladrões”:

> O largo de São João
> Já não tem nome de santo
> Hoje é reconhecido
> Por Barão do Rio Branco
>
> A Avenida Getúlio Vargas
> Tá ficando que é um primô
> Essas casas foram feitas
> Pra só morar o dotô.

Depois do remanejamento, as antigas roças deram lugar a novos aparatos urbanos como a construção da praça Barão do Rio Branco, onde ficava o Largo de São João, e novas ruas e avenidas onde se construíram conjuntos habitacionais para os altos funcionários do Território.

3.8. O GOVERNO DOMINADOR

Ficam, então, duas situações diferenciadas em cujo cerne está o Governo como depurador social e controlador do processo de mudanças. As situações são: o governo como articulador das relações sociais, objetivando a concretização de suas metas iniciais e o governo como inovador num sistema cultural tradicional. Ora, dado o grau de autonomia que permitiu o primeiro governo amapaense propor e estabelecer condições alheias à vida sociocultural daquele povo e estender

desde o nível pessoal ao conjunto da população, usando a força e um discurso eivado de simbolismos, numa época de guerra, é de se esperar que sua proposta tivesse que ter um nível de aceitabilidade muito maior do que os “focos de reação” surgidos e logo “extirpados”.

Desta maneira o estudo dessas situações enseja que o “progresso” (desenvolvimento) técnico trazido pelo primeiro Governo permitiu a fixação de formas de evolução da urbanização que, relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas (trabalho) incidiu diretamente no sistema de valores (cultura) da comunidade.

O Governo, em síntese, escreveu mais uma história de dominação e de desigualdade numa região da Amazônia que poderíamos considerar capitalista, não obstante ter uma organização burocrática (insuficiente) antes de ser Território Federal. Foi, na realidade a inserção de valores exógenos em uma comunidade culturalmente tradicional, que por si só, com o passar do tempo, teve condições de se reestruturar e de se reorganizar, mesmo com o impacto da instalação do seu primeiro Governo Territorial quando sofreu rupturas indeléveis.

Todas essas colocações históricas, a meu ver, são importantes para a questão identitária. No Amapá, ainda prevalece o sentido de uma identidade tradicional, considerando os símbolos imanentes, veiculados sempre por meio das linguagens midiáticas e institucionais, pelo discurso ideológico e literário que sustentam um processo social em franca mudança. Essas inferências são produtos de observações, percepções e vivências particulares e públicas, de debates acadêmicos e de informações cotidianas em conversas informais e aparentemente triviais. Elas trazem uma espécie de familiaridade que permite observar muitas facetas e pedaços de um grande mosaico para o estudo da identidade local, onde a literatura tem o seu papel, visto a importância do sistema extratextual no contexto social, que vai além da questão do texto e linguagem ficcional e poética e dá importância à funcionalidade social da literatura (SOUZA. *Op. Cit*. Pág.66/7), bem como ao sistema de signo e de interações na cultura.

De acordo com D'Incao, a

> A literatura tem sido, cada vez mais, um meio importante para analisar aspectos do passado que dificilmente poderíamos encontrar em outras fontes. A história, a trama contada na literatura, fornece informações sobre o mundo dos sentimentos, relações, atitudes morais e, claro, também, sobre questões políticas e econômicas (D'INCAO, 1996. Pág. 13).

Para essa autora, tem sido um lugar-comum falar que a literatura retrata a sociedade de uma época. No entanto, é preciso considerar que ela é imaginativa e nem sempre traz evidências suficientes e a possibilidade de generalização de uma determinada sociedade.

O texto de Álvaro da Cunha, colocado no início deste capítulo, é um extratexto literário que enfoca a ideologia de um Governo e de uma sociedade em formação. É o retrato de uma origem onde havia diferenças sociais marcantes, porque, no dizer de Woodward, a identidade é fabricada através da marcação da diferença, que acontece por meio de sistemas simbólicos como também por meio de formas de exclusão social (WOODWARD, 2008. Pág.71/72).

Essa autora diz que "a identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença" (*Idem*). Para ela, é nas formas de diferença simbólica e social que as relações são estabelecidas por meio de um sistema classificatório onde uma população é dividida entre pelo menos dois grupos opostos, quais sejam: nós/eles; eu/outro (*Idem*).

Ao encerrar o exame da situação de fronteira (caso de Andorra) Roberto Cardoso de Oliveira fala também da ambiguidade do processo identitário, e das características bem assinaladas pelos seus colegas catalães D'Argemir e Pujadas, "para os quais os contrastes entre o *nós* e *eles,* marcadores do jogo de exclusão e inclusão, que expressa a natureza da identidade contrastiva, podem ser observados com referência a vários operadores simbólicos" OLIVEIRA, 2000. Pág. 08).

A terra ou território, para Oliveira, ´”é certamente o maior desses operadores, onde o *nós* são os filhos da terra e os *outros* são os recém-chegados” (*Idem*). No caso do Amapá, considerando as injunções da época, as coerções, e o uso de estratégias para que ocorresse a dominação e a acomodação social, deu-se completamente ao contrário: o *“nós”*, no território ocupado eram os *“recém-chegados”* e os *“outros”*, os “*filhos da terra*”.

Mas há outros operadores simbólicos a considerar. Tudo, inclusive a propriedade e o orgulho, foi vencido pelo processo da ocupação historicamente traumático e culturalmente transformador. Essa história, necessita de relevante investigação antropológica, com suas relativizações inerentes no campo metodológico e epistemológico, tendo em vista o caráter do objeto: as identidades do povo amapaense.

Desta forma, o presente capítulo tenta enfatizar a temporalidade do discurso fundador, sem, contudo, descuidar do processo da formação das identidades amapaenses, justaposto à condição expressa no contraponto do mito fundador de Mairi (A FSJM revisitada pelo povo waiãpi). Apesar da primeira temporalidade se fixar até 1956, quando da saída de Janary Nunes do Governo do Território Federal do Amapá, e não até o ano de deflagração da ditadura militar no Brasil (1964), justifico que mesmo com sua saída a influência de Janary permaneceu nesse interregno (1956-1964), principalmente após eleger seu irmão Coaracy Nunes para a Câmara Federal como deputado e o irmão, chamado Pauxy Nunes para governar o Amapá. Após a morte do irmão deputado em um desastre aéreo (1958) que comoveu a população amapaense, Janary se elegeu deputado federal, cargo que exerceu até 1970.

Não há como desconsiderar a importância de Janary Nunes e de Álvaro da Cunha no processo de construção histórica do Território do Amapá, com vistas ao futuro estado da federação. Há uma simbiose de propósitos que se mostram por meio do sonho comum, do desejo de realização plena que foi impulsionado pela vontade propos-

ta na Mística do Amapá, onde a retórica emanada do discurso ganhou adeptos que prontamente se adicionaram à causa.

Por ser o sonho uma experiência individual daquele que sonha e que ele não pode, no momento do sonho, compartilhar com outrem, é de se pensar, todavia, que políticos tentem imaginar um sonho coletivo, onde várias pessoas sonhem o mesmo sonho concomitantemente, pois, como dizia a filósofa Maria Zambrano, a poesia e os mitos da história da humanidade nascem do sonho, das imagens, dos fantasmas do ser do sonho. A isso se pode inferir sobre a importância dos estudos antropológicos, sobre os mitos, os sonhos, a linguagem, os símbolos e a cultura, a partir das fantasias e das imagens. São eles representações que daí nascem como aspectos e perspectivas das coisas reais, que têm alcance social e cultural nas sociedades. Como parte indispensável da existência humana, o sonho está presente nas pesquisas da medicina, da história literária, da neurofisiologia e nas religiões comparadas.

É Roger Caillois que afirma que [os sonhos] "se aproximam da criação literária ainda que esta exija em alto grau as virtudes da vigilância e da atenção, que são diretamente incompatíveis com os abandonos e a passividade do sonho" (CAILLOIS, 1978. Pág. 47)

Nessa afirmação ocorre, então, que o mistério do sonho tem sua origem na imaginação, onde o sonhador, mesmo não dando consentimento ao que vai sonhar, se sente responsável e dá sentido às "mensagens" emanadas pelo sonho, pois o sonho não deixa de ser um terreno comum ao adormecido que o sonhou como ao desperto que dele se lembra (*Idem*).

Para torná-lo possível diante do real, entretanto, o sonhador precisa buscar um mediador, que é o tempo, pois

> Ele é o único caminho que se abre àquilo que é intransponível. Um caminho, porém, não atravessa ou circunda simplesmente um território. O caminho, realidade mediadora entre todas, retém ou evita alguma coisa do

> lugar. Onde ele está sendo aberto. Seu papel é conduzir aquilo que, sem ele, não teria a menor possibilidade de existência: um ser que não se encontra inelutavelmente em um lugar que não pode instalar-se (ZAMBRANO, 1978. Pág. 128).

O caminho encontrado pelos criadores da Mística do Amapá não estava apenas no sonho. Por encontrarem um caminho vazio, sonhado, diante da realidade planejada, tiveram que construir um caminho, ainda que fosse necessário destruir ou de arrancar os obstáculos (como assim o fizeram). E o caminho traçado e construído foi a realidade mediadora adequada para a passagem desse sonho. Assim, a palavra escrita nesse discurso fundador alcançou os autores para o deciframento da odisseia na floresta amapaense.

Longe de buscar, neste trabalho, aquilo que Roger Bastide chama de Sociologia do Sonho, argumentando que "a sociologia se interessa apenas pelo homem desperto, como se o homem adormecido fosse um homem morto" (BASTIDE, 1978. Pág. 137), penso que o sonho não deve ser confundido com o mero desejo de realização ou o objetivo de construí-lo. Acredito que as propostas estabelecidas no plano de governo de Janary Nunes nasceram, sim, da obstinação em realizá-lo, ainda que necessitasse de ideologias embutidas nos escritos dos discursos fundadores e da própria Mística do Amapá.

Álvaro da Cunha, poeta e intelectual orgânico do primeiro governo do Amapá, escreve em "Amapacanto" a sua vida e o seu sonho sobre o então Território, ainda em formação.

> Ao poeta cabia
> A última palavra
> O direito de lavra
> Como se a carga do tear
> Fosse jazida

Tudo que ao poeta se exigia
Era encargo que a carga suscitava
Não trair o universo
Que o atraia (CUNHA. s/d)

Nesses versos, o eu-lírico de Álvaro da Cunha se reporta às altas responsabilidades técnicas para com os destinos do Amapá, principalmente após ter realizado curso de pós-graduação na fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, mesmo sem possuir qualquer curso de graduação. A confiança que Janary lhe depositava era grande e Álvaro cumpria suas obrigações funcionais e burocráticas, escrevendo e publicando trabalhos técnicos e trabalhos poéticos, ainda que lhe exigissem "não trair o universo" em que estava

Tão simples
Que as pessoas suspeitavam
Em mim não o poeta
- um psicógrafo *(idem)*

Tão grande e séria era sua produção que pensavam ser ele um receptor de outra dimensão. Ele acreditava firmemente num futuro que seria o redentor do Amapá em nível econômico e social. Sonhava com hidrelétricas nos rios caudalosos do Território e com empreendimentos industriais, a partir da produção do petróleo, minerais e da agricultura.

Devo ter sido porém
Um dos primeiros
A auscultar as pulsações
Motrizes
O destino industrial de tias águas.
Antes que aflorasse a energia

Das posições e fórmulas hidráulicas
Das soluções eletromecânicas
E das obras civis de engenharia
Eu já estava aqui

Entre rochas porosas e dispersas
Nas dobras anticlimais do subsolo
Tens Arábias Sauditas submersas
Montes Urais e Cáucasos enormes
Dormem à verde penumbra
Dos teus vales (*Idem*)

Álvaro arremata na sua poesia visionária:

Quem viver há de ver
Surgirem um dia
Dessas várzeas humosas e vitais
Califórnias esplêndidas e fartas
Em grãos e cereais (*Idem*).

Tal vidência se realiza hoje na descoberta do petróleo e gás no litoral oceânico do Estado, nas jazidas de diversos minérios como o ferro, o manganês, e minerais atômicos, e nas plantações de eucalipto e soja no cerrado amapaense, bioma antes considerado inapropriado para o plantio de culturas homogêneas e para a agricultura.

A consciência do poeta vaga entre o porvir e o passado decorrido sem trégua quando o eu-lírico se transforma no limiar do tempo, na sua memória.

Ou então voltar ao limiar
Dos anos 50
Quando jovem entre jovens pioneiros

Mister era arvorar-me
Impetuoso
Cruelmente árdego genital e rude

Aquele que amava
Se arriscava (*Idem*)

Os rios amapaenses carregam a metáfora poética onírica e objetiva do poeta, que insiste em tê-los como elementos preparatórios para o desenvolvimento socioeconômico e para a sua saudade.

Certo
Todos os rios de janeiro me pertenciam
Minha é a sua estreita e rasa
Hidrografia urbana
Para os rios volumosos e crespos
Numerosos rios
Que me possuem
E marcam a identidade
Os rios que ilustram
Esta saudade
E geografam o homem (*Idem*)

Os rios de Álvaro são a passagem do tempo, onde o seu prolongamento flui não apenas a voz poética, mas à própria vida almejada nas experiências pelas quais passou visando a execução do planejamento socioeconômico do Amapá do seu tempo.

E ele viveu, ainda que longe, na velhice, a sua memória e a sua insofismável identidade de amapaense pioneiro e construtor de seu próprio sonho em nome de muitos, afirmando que ninguém viveu tão amorosamente quanto ele essa relação que lhe proporcionou entregar-se de corpo e alma por uma causa que acreditou. Assim,

Ninguém
Amapá
Viveu teu sonho ancestral
Integração tão íntima
Legítima
A possessão
Fraterna
Esta volúpia terna
Bruta
Total
Absoluta
Que sempre viveu
Entre nós dois *(Idem)*

Este poema reflete a natureza humana passível de mudança, pois o tempo contemplou o poeta e o poeta contemplou o tempo do porvir, da esperança, da construção de uma nova sociedade, de novas identidades pela transição dos acontecimentos que é o fruto da temporalização do futuro e que está sempre sujeito a mutações.

4

O PERÍODO DITATORIAL E A LITERATURA DAS PEDRAS: O LUGAR DAS DORES E DOS GRITOS NAS MASMORRAS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ (1964-1985)

Este capítulo traz à tona uma temporalidade crucial no processo político do Amapá. Tenta abarcar aqui aspectos inerentes à literatura local na chamada Revolução de 1964, deflagrada pelos militares descontentes com o rumo dos acontecimentos que poderiam, segundo eles, levar o país a um regime totalitário, de acordo com as justificativas dos seus correligionários e simpatizantes.

Tenho por propósito refletir sobre a literatura relacionada aos acontecimentos políticos que fizeram da FSJM o lugar da prisão de pessoas aparentemente contrárias ao regime que se instalou e o desenvolvimento dos fatos narrados pelos escritores e por jornalistas, dada a parca produção da contraordem na época.

Antes, porém, vejo necessidade de narrar um episódio, entre tantos outros que coletei em publicações e em jornais, considerando existir apenas um semanário de oposição ao regime e ao janarismo, que ainda exercia forte influência nos governos territorial e municipal, já que o ex-governador Janary Nunes agora era deputado federal. Vejo que é necessário dizer também que em todo o período territorial (1943-1988) o governador nomeado pelo presidente da República era quem nomeava os prefeitos dos municípios.

4.1. CALABOUÇO DE DOIDOS E BÊBADOS E O ESTABELECIMENTO DO REGIME MILITAR NO AMAPÁ: MURMÚRIOS DE BOTEQUIM

A denúncia de que a "histórica FSJM, que os portugueses erigiram no meio da floresta para deter o estrangeirismo no Brasil, por todo o lençol verde da planície amazônica", feita pelo jornal Folha do Povo, de 28 de maio de 1959[49], traz a ordem de utilização, segundo o repórter, para objetivos criminosos em suas dependências. Ele culpa o "Sr. Chefe de Polícia", que manda prender pessoas por 3, 4 dias "pelo simples fato da embriaguez". A seguir o repórter narra o caso de um preso considerado louco na cidade, que "de andrajos sujos, fica o dia inteiro sentado, espantando o moscaréu do seu corpo nauseante em cima de uma pedra grotesca que o acaso jogou na masmorra odiosa do cume da destruição da liberdade". O jornalista também fala que não pôde fotografar nem conversar porque os responsáveis o ameaçaram de prisão[50] **(*)** "e de outras coisas que doem e magoam os princípios da verdadeira democracia".

O narrador conta ainda que além do "psicopata" estava preso um funcionário da DSG (Divisão de Segurança e Guarda, órgão equivalente hoje à Secretária de Segurança Estadual) por motivos políticos, pois havia se rebelado contra o Chefe da Polícia e fora "trancafiado como criminoso num mundo asqueroso de imundície".

Após pedir severa punição ao gestor, o jornalista anônimo informa que no início do Território, Janary Nunes solicitou ao Instituto Histórico Nacional e Artístico o consentimento para o aquartelamento da Guarda Territorial na FSJM, porém, diz ele, "não é e nunca foi do nosso conhecimento que foi dada a autorização para trancafiarem nos cubículos inabitáveis dessa praça de guerra, doidos, funcionários perseguidos políticos e presos por bebedeiras". Chama a atenção

---

49. Título da matéria. FORTALEZA DE MACAPÁ – Histórico monumento a serviço do crime e destruição da liberdade – Presos comuns trancafiados dentro das paredes seculares da ex-praça de guerra.

50. Nessa época a FSJM era ocupada pelo corpo da Guarda Territorial.

para o Ministério da Justiça e para o Instituto do Patrimônio Nacional para que

> isso seja refreado, pois só tem trazido ao mundo territorial um conceito muito diferente daquele que era defender a Pátria. Hoje a Fortaleza de Macapá só serve para humilhar o povo amapaense e fazê-lo esquecer de que ela foi, em outros tempos, **a sentinela avançada a serviço do povo e do nosso Brasil** [grifo meu].

Na realidade, os calabouços da FSJM sempre foram usados para prender delinquentes e supostos inimigos dos administradores. Mas foi mesmo no governo de Janary Nunes que passou a ter outros usos, desde Imprensa Oficial, com seus maquinários gráficos, à sede da Guarda Territorial, passando por oficinas de diversas atividades laborais, fabriquetas e palco de desfiles patrióticos.

O discurso do repórter ainda hoje se reproduz nas escolas públicas e se reafirma durante as datas e solenidades cívicas, o que dá à fortificação um sentido áurico e solene, como um templo[51].

---

51. **A única voz contrária** que encontrei sobre a localização da FSJM, que é motivo de orgulho na defesa da foz do rio Amazonas contra possível "invasão estrangeira" foi a do cientista paraense Ferreira Penna, viajante e grande conhecedor da Amazônia do século XIX, que esteve em Macapá por volta de 1880. Ele afirmou o seguinte: *"Ao sul da cidade está a Fortaleza de Macapá, construída no século passado com todas as regras da arte militar, segundo o sistema de Vauban, sôbre um terreno alto e pedregoso, que, todavia, tem sido muito escavado pela pancada das ondas do rio que ali vão quebrar-se".*
*"Esta Fortaleza é considerada no Império na mesma ordem da de Santa Cruz**; mas como praça de guerra, sua importância vai além de constituir-se um centro de reunião de forças para distrair, provisoriamente ou por um momento, qualquer agressão estrangeira** [grifo meu]. Entre ela e a cordilheira de ilhas que limitam o ramo norte do Amazonas, separando-o do ramo meridional, há um espaço de cerca de 6 milhas, que tanto é ali a largura do rio. Ao Sul daquelas ilhas e ao NO da ilha Marajó, está o vasto ramo meridional do Amazonas que toma o nome de rio do Vieira, navegável para os maiores vapores do mundo".*
Ferreira Penna acrescenta que "*o porto de Macapá é péssimo e pode-se dizer que não há um porto propriamente dito senão uma costa açoitada, durante o verão, por ventos rijos e uma praia nua em grande extensão, de modo que se não pode desembarcar ou embarcar livremente senão com a maré cheia".*
"O verdadeiro porto, o porto seguro, para Macapá não é junto a esta *cidade, mas no grande canal entre a ilha de Sant'Ana e o continente"*.

Mas nem sempre foi assim. O militarismo pós-64 fez dela um lugar de prisão de suspeitos desde a instauração das comissões militares de investigação contra as pessoas consideradas comunistas ou que se suspeitava que tivessem alguma posição contrária ao regime. O jornalista e poeta Hélio Pennafort informa (Pennafort, 1997. 4ª Pág.) que antes de 1964 o comunismo era levado mais a sério pela Igreja do que pelo Governo, depois da deposição do presidente João Goulart, que mudou completamente o fio da história. A primeira iniciativa do Comando Supremo da Revolução – nome que deram ao triunvirato composto de oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica, que tomou conta do Brasil até a posse do presidente-general Humberto Castello Branco – foi constituir a Comissão Geral de Investigação que espalhou sucursais pelos Estados e Territórios, as Comissões de Investigação Sumária. Esse aparelho tinha por função descobrir e prender comunistas-subversivos e corruptos, onde quer que estivessem.

No então Território Federal do Amapá os mesmos exageros ocorridos nos outros cantos do país foram registrados, pois a Comissão de Investigação Sumária começou prendendo prefeitos e funcionários graduados, impondo-lhes humilhações públicas, pois eram acusados de improbidade administrativa. A dita Comissão começou a perseguir suspeitos de vinculação ao comunismo internacional que nem existiam. E, "na falta de autênticos, qualquer um servia para ser comunista", diz o jornalista.

Para ampliar o leque das preocupações policiais foram criadas as figuras do cripto (secreto, escondido) e o filo-comunista (comunista amigo, agradável). Todos iam presos para averiguações depois de pas-

---

No período seguinte ele traça sua vidência sobre o local, que nos séculos anteriores abrigou outros fortes militares estrangeiros. Santana viria a se tornar a partir da década de 1950 um importante porto de embarque de minério de manganês, ligado às minas de Serra do Navio por uma estrada de ferro. Diz o cientista: *"É ali que para o futuro hão de fundear navios que tiverem de comerciar com Macapá, bem entendido, quando os recursos dos habitantes ou as necessidades do comércio construírem uma via férrea entre a cidade e aquele canal através dos campos completamente planos, que tanta facilidade oferecem para essa obra" (PENNA,1971, Pág. 15.)*

sar alguns dias nos porões da FSJM ou nos xadrezes das delegacias. Depois eram soltos sob o juramento solene de que iriam se comportar daí para a frente. Esse foi o caso do jornaleiro - distribuidor de jornais e revistas – Antonio Melo,

> um dos primeiros presos do Golpe Militar de 64 no Amapá **por razões que nem ele sabia** [grifo meu]; passou uma semana preso na Fortaleza de Macapá; foi socorrido e libertado na época pelo advogado paraense José Carlos Castro, que era cametaense (de Cametá, cidade do interior do Pará) e se sensibilizou com a situação do seu conterrâneo (Disponível no Blog Porta-Retrato-Macapá/Amapá de Outrora <www.porta-retrato-ap.blogspot.com.br> Acesso: 06.10.2016, às 18h17).

Pennafort conta histórias tais como a de que dois conhecidos delegados de Macapá, estimulados que estavam pelo chamado *estado de exceção*, antes de saírem para as rondas noturnas faziam apostas para ver quem trazia mais presos das ruas, enquanto os políticos que faziam oposição ao governo deposto se aproveitavam para se vingar dos seus adversários que antes ocupavam cargos de mando na administração do Amapá. Ele chega a enfatizar que nunca a delação foi tão praticada quanto naquela época.

Em Calçoene (Município ao norte da capital) não faltaram situações crassas: o prefeito mandou prender dez moradores que protestavam contra o aumento do preço da carne. Passou um telegrama para o governador informando que havia detido perigosos comunistas que estavam ameaçando a estabilidade de sua administração, informando ainda que outros estavam soltos. O governador retransmitiu o telegrama ao comando da 8ª Região Militar, que determinou o embarque de soldados de Clevelândia (Município de Oiapoque) para ocupar Calçoene. Segundo Pennafort, “a pantomima só não se concretizou porque o comandante de Clevelândia foi avisado que tudo aquilo não passava de delírios e fantasias”.

A farra revolucionária que se seguiu também serviu para uma espécie de "ajuste de contas" com o janarismo. De tudo fizeram para conseguir a cassação do mandato do deputado federal e coronel Janary Nunes. Mobilizaram várias comissões com o intuito de organizar documentação que o enquadrasse como improbo e subversivo, depoimentos e provas foram anexadas ao dossiê e entregue ao governador por um funcionário do Gabinete do governador à Comissão Geral de Investigação. O documento chegou ás mãos do presidente Castello Branco, mas todos os pedidos de cassação de Janary foram rejeitados, inclusive o do governador general Luiz Mendes da Silva. Castello preferiu acatar o pleito do empresário que explorava o manganês no Amapá, Augusto Trajano de Azevedo. E assim deixaram Janary sossegado.

São muitas as histórias que ocorreram nessa ocasião, inclusive com a mistura de arrogância e hilaridade. No carnaval de 1965 uns foliões resolveram homenagear o compositor Chico Buarque e organizaram uma bandinha de música para tocar ininterruptamente "A Banda". Por onde ia arregimentava mais foliões. Entretanto, quando quiseram passar na frente do palanque oficial (instalado pela primeira vez na avenida FAB, onde as escolas de samba desfilavam), foram intimados a dar meia volta porque Chico Buarque era considerado autor subversivo. Posteriormente foram identificados no bloco alguns cripto-comunistas, sendo seu que seu líder chegou a ser preso nos calabouços da FSJM.

Em 1965 o Amapá possuía três jornais. O "Amapá", órgão oficial do Governo, a "Voz Católica", que pertencia à Prelazia e então aliada ao Governo e a "Folha do Povo", que fora oposição e agora apoiava o golpe, inclusive tendo membros de sua diretoria exercendo relevantes cargos públicos da administração territorial. Segundo Pennafort, agora "a oposição se resumia aos murmúrios dos botequins"

A cultura local, que já era apagada, nada produzia a não ser com o aval da censura e com algum tipo de manifestação consentida pe-

los governantes. Certa vez foi necessário que a imprensa paraense interviesse em questões ligadas ao Território. Foi quando o governador mandou prender todo o Grupo de Teatro do Amazonas que fazia uma turnê pela região com a peça "A Respeitável Prostituta", de Jean Paul Sartre. Os artistas saíram direto do palco do Cine -Teatro Territorial direto para a Fortaleza, onde ficaram dias prestando inúteis depoimentos. Esse acontecimento escandalizou o mundo artístico da Amazônia. E

> a "Província do Pará", tradicional e conceituado jornal de Belém, fez uma longa matéria centrando críticas principalmente ao chefe de polícia Renê Azevedo Limonchi (ex-membro da Escuderia Le Coq da polícia carioca, que muitos dizia ser o esquadrão da morte que aterririzava a Zona Sul do Rio). Com as voltas que o mundo dá, Renê Limonchi foi nomeado prefeito de Macapá, acumulando as funções de caçador de subversivos, até ser preso pelo governador por atos de corrupção na prefeitura. **E foi bater com as costas na mesma cela da Fortaleza para onde já tinha mandado muita gente** [grifo meu].

A partir de 1967, com a onda de inconformismo no país, o governo militar recrudesceu, passando a usar de extrema violência através de tortura, sequestros e mortes, nascendo então o AI-5, em seguida (1968). O presidente era Costa e Silva e no Amapá o governador era outro general, chamado Ivanhoé Gonçalves Martins.

Foi então que a Igreja local, através de um padre que se transformou em líder político-espiritual, começou a influenciar jovens católicos com suas palestras e sermões, a respeito da situação política nacional. Era o padre italiano Caetano Maiello, grande educador e responsável pela comunicação social da Prelazia, que além do jornal "Voz Católica" tinha a Rádio Educadora de Macapá, com grande audiência na capital e no interior, e, claro poder e influência entre o rebanho de fiéis.

Os jovens educados por ele quase todos foram estudar uma faculdade fora do Amapá, pois em Macapá não existia ainda cursos de nível superior. Ele enfrentou oposição de muitos dos seus pares e de católicos tradicionais, mas era muito respeitado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e colaborava com publicações europeias que observavam a América Latina com preocupações constantes.

Esses episódios narrados acima servem, de certo modo, para dar um panorama na situação política amapaense, nessa temporalidade, quando a FSJM era o palco e lugar de uma inesperada, mas preocupante peça encenada pelos atores sociais de então, mormente por ter envolvido pessoas dispostas a violentar vítimas ignorantes de um sistema político avassalador e cruel.

4.2. A OPERAÇÃO "ENGASGA-ENGASGA" E O TERROR IMPLANTADO EM MACAPÁ: A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ COMO DEPÓSITO DE PRESOS POLÍTICOS.

A literatura sobre um dos eventos políticos mais importantes do antigo Território do Amapá, a chamada Operação "Engasga-Engasga", só pode ser lida através do noticiário de alguns poucos jornais que circularam no Amapá e em Belém, em trabalhos acadêmicos, na Comissão da Verdade local ou em alguns capítulos do inédito romance-reportagem escrito pelo jornalista Jorge Hernani[52] sobre o tema, como veremos adiante.

Na época dos acontecimentos da citada operação, o Jornal do governo noticiava o fato na versão da polícia[53]:

---

52. Jorge Hernani dos Santos, jornalista, nascido em Macapá. Foi diretor de jornalismo da TV Amapá e da TV Marco Zero. Trabalhou na Assessoria de Comunicação do Governo do Estado do Amapá e morreu em 1° de fevereiro de 2006. Nessa época estava escrevendo outro livro-reportagem sobre o sequestro de dois vereadores por razões políticas. (Fonte: Portal da Imprensa – Jornalismo e Comunicação na web – 07.02.2006).

53. Preferi transcrever a matéria *in totum* devido os detalhes nela colocados.

CIDADE EM PAZ NOVAMENTE

A Polícia já deitou a mão sobre o grupo que vinha deixando intranquila a população de Macapá, praticando atentado contra diversas senhoras e senhoritas, em uma ação que foi iniciada na tarde do sábado último e concluída na madrugada de quinta-feira desta semana.

Caçada

Tudo começou com um atentado de que foi vítima uma senhorita no sábado à tarde, na Avenida Padre Júlio Maria Lombardi, entre as ruas Odilardo Silva e Eliezer Levy, quando um homem barbudo e cabeludo tentou estrangulá-la utilizando possivelmente uma corda de manilha.

De início a polícia tomou as providências normais para uma tentativa de homicídio. Mais tarde, porém, com o surgimento de novos casos semelhantes, em outros pontos da capital, a população começou a ficar alarmada e a Polícia adotou novas medidas, já com a certeza de não se tratar de apenas um elemento.

O próprio chefe de Polícia, coronel Gentil Campos, passou a dirigir as operações, isto depois de manter contato com uma das vítimas e de verificar que as marcas deixadas no pescoço das mesmas não eram pura e simples de um estrangulamento.

Foi montado o esquema para erradicação, bem como um levantamento de todas as áreas de probabilidades.

Na madrugada de quinta-feira as providências adotadas deram os resultados esperados., sendo presos os elementos implicados que estão em poder das autoridades policiais, para os devidos esclarecimentos.

Perucas e barbas serviam de disfarce

Os perigosos elementos que a polícia prendeu na madrugada de quinta-feira, utilizavam uma série de recursos de despistamento, escapando dos lugares onde atacavam, pelo simples processo de mudança de aspecto.

Perucas, barbas postiças e outros materiais foram apreendidos pelas autoridades policiais. Eles utilizavam perucas e barbas postiças, além de luvas com lixa., para atacar vítimas. Logo depois dos ataques arranca-

vam os disfarces e apareciam como se também estivessem participando das buscas.

Foi o detetive Queiroga que percebeu o truque e prendeu o primeiro dos marginais. Quando este já procurava fugir.

Bairro do Trem teve quatro atentados

Durante as operações efetuadas para a prisão dos marginais que tinham apavorado a população, a Polícia local utilizou, segundo as declarações do coronel Gentil de Almeida Campos, um total de 30 homens, em equipes que se revezavam nos diversos setores suspeitos.

Foram atendidos um total de 33 alarmes falsos, com um total de sete atentados, sendo quatro no bairro do Trem, dois no bairro do Beirol e um na CEA.

Foram determinados 11 locais suspeitos que passaram a ser devidamente vigiados pela polícia, que colheu os resultados, prendendo em um deles, os elementos procurados.

O próprio chefe de Polícia, ao ser indagado sobre a possível presença de um estrangeiro ao meio dos capturados, disse não ser verídica a notícia, como são inverídicas muitas outras que circularam na cidade.

O elemento que foi capturado inicialmente, isto depois de ter trocado tiros com a polícia, acabou sendo atingido por uma bala à altura da perna, o que fez que começassem a surgir resultados relativos à operação.

O Exército entrou em ação no último dia da operação, contribuindo de forma destacada para o êxito da missão policial (Jornal Novo Amapá, oo de maio de 1973).

Então novamente a FSJM foi o lugar da prisão dos suspeitos de participarem da tal operação, mesmo que muitos – talvez todos – nem soubessem o que realmente estava acontecendo. O editor do jornal “Resistência”[54], escreveu:

---

54. A linha editorial do jornal Resistência era de esquerda, e naturalmente se opunha ao regime militar. Era editado em Belém-Pa. A reportagem intitulada “ OPERAÇÃO ‘ENGASGA’ - Tortura em Macapá: uma época de obscurantismo político”, é de março de 1980.

> Macapá, 1973 – O país vivia o terror dos anos Médici. No Amapá, várias mulheres foram agredidas e engasgadas por desconhecidos. Era o que a população amapaense passou a chamar de operação "engasga-engasga" – terrorismo organizado por forças militares, interessadas em pressionar o Governo para a implantação de uma política militar no Amapá. A cidade viveu sob o manto do terror. Dezenas de pessoas tiveram suas casas invadidas, foram presas e torturadas, lá e em Belém. Durante todos esses anos esses fatos ficaram entre o cochicho dos oprimidos e o silêncio dos temerosos. Até que o Repórter Ray Cunha, teve a coragem de levantá-los (Jornal Resistência, Belém, março de 1980).

Entre as informações dos depoimentos colhidos das pessoas que foram envolvidas, coligi algumas delas de forma resumida, por achá-las significativas ao contexto do episódio e com a narração do autor e dos próprios depoentes, pois a reportagem de Ray Cunha é longa.

> "Muitas das personagens que participaram desta história obscurantista, desapareceram do mapa e vivem em outras cidades; algumas se recusaram a falar; **outras ainda revelaram medo por várias razões, entre as quais a de querer esquecer as humilhações pelas quais passaram"** [grifo meu].
>
> "O Governador do Amapá era Lisboa Freire, da Marinha de Guerra e o Secretário de Segurança o sr. Índio Machado (que substituíra o anterior) e contratou oficiais da Polícia Militar do Paraná para dar treinamento em Macapá".
>
> As fichas das mulheres que haviam sido atendidas, vítimas de supostos "terroristas" sumiram do Hospital Geral de Macapá (onde na época se fazia exame de corpo de delito) ".
>
> "José Fernandes Ribeiro, que perdeu a panificadora e teve que suportar a desintegração da família, é uma figura central no caso e, **hoje compõe as peças do que aconteceu e ninguém sabe o que foi..."** [grifo meu]

Prisão de Odilardo Lima

"Mulheres se queixavam na polícia que haviam sido agredidas e engasgadas por elementos desconhecidos"

"As constantes faltas de energia elétrica à noite, gerou um clima de tensão, o que fez os parentes das estudantes irem esperá-las armados de terçados (facões) ".

"O clima de tensão aos poucos foi transformado em clima de terror".

"A polícia deteve os elementos que haviam sido presos em 1964 à revelia e sem comunicar a ninguém".

"Odilardo Lima (líder comunitário da Igreja e redator do Departamento de Jornalismo da Rádio Educadora de Macapá) conta que a operação teve feições cômicas, porque ninguém acreditava na polícia. Mesmo assim ele foi um dos primeiros a ser preso e recolhido à FSJM, pois tinha seu nome na lista negra do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), por já ter pertencido aos quadros do Exército como cabo, de onde teria sido expulso por incompatibilidade ideológica".

"Ele foi abordado por homens do Exército, do DOPS, do SNI (Serviço Nacional de Informações) e membros da Polícia Civil, no seu local de trabalho".

"Na Fortaleza, já preso em um dos porões, viu um delegado selecionar correntes e nesse momento 'não deu um tostão por sua vida', contou".

"Depois chegaram pessoas conhecidas como o João Capiberibe (irmão do futuro Governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, que naquele ano estava exilado politicamente em Moçambique), e Francisco das Chagas Bezerra, o Chaguinha, ex-líder sindical dos Carregadores de Macapá, e um dos presos em 1964".

"Havia 28 presos em dois porões, entre eles um epilético que iria ter ataques muitas vezes, e um velho aleijado".

"Só depois do terceiro dia é que as famílias foram avisadas e começaram a mandar comida".

"Havia uma tropa de soldados da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria e Selva do Exército, entre eles, torturadores".

"Bateram violentamente no Isnard Lima (Poeta) e nos outros munidos de correntes e arames".

"O Paul Lerouge, um professor francês, residente em Macapá, que havia lutado na Resistência Francesa durante a II Guerra Mundial, também apanhou muito, apesar da idade avançada".

"Odilardo foi torturado durante duas horas com correntes e arames".

"Foram levados encapuzados para o aeroporto com destino a Belém".

"Éramos cerca de 30 presos e havia só uma mulher, que era acusada de distribuir bombons envenenados".

"Passamos cerca de um mês presos no quartel do Exército em Belém, até que relaxaram a prisão e poderíamos visitar familiares, mas tínhamos que chegar até às 22h00".

"Entre os presos, além de Odilardo, estavam João Capi, Chaguinha, Paul Lerouge, Alexandre Jorge e Fernando Ribeiro".

"O Alexandre foi baleado na rótula pela polícia dentro da casa dele, e passava mal com o ferimento".

"Fomos submetidos a interrogatórios até sermos liberados, quando viramos 'Hóspedes do Governo', segundo um oficial do Exército".

"Depois pegamos um avião (das Forças Armadas) para Macapá. Voltou todo mundo".

"O objetivo e causa de suas prisões permaneceram como uma incógnita, mas não tão difícil de responder".

Rui Lima (irmão mais novo do Odilardo), em carta ao repórter do dia 15 de dezembro de 1979, direto do Rio de Janeiro, onde estudava, narrou a prisão de seu irmão, entre outros pontos e afirmou sua posição política:

> Nossa posição é combatida como uma política de extermínio, prisões e tortura a todos os seus militantes. Foi nesse período do "Engasga-Engasga" que comecei a ver as coisas mais claras, devido as opressões, as tensões, à constante ronda que era feita perto de casa. Foi quando senti e co-

> mecei a ver tudo bem definido e até a ter ódio. Foi então que não poderia estar afastado dessa vivência política, combativa ao regime [...].

O episódio do "Engasga" seria narrado depois pelo jornalista Jorge Hernani[55] de forma romanceada. São textos que, devido à perda de parte deles, não chegaram às mãos dos leitores interessados no assunto. O autor enfoca de forma dramática quase toda a história, sempre baseado em depoimentos dos envolvidos, tanto os protagonistas presos e torturados como os atores subalternos do regime militar.

A frase marxista popularizada, oriunda do pensamento de Hegel, de que a história só se repete se for como farsa, esteve estampada no episódio criado pelos policiais do DOPS, visando a instalação da Polícia Militar do Amapá. E ela só poderia acontecer caso um fato marcante ocorresse. Então criaram a farsa da operação "Engasga-engasga", quando se espalhou a (falsa) notícia de que terroristas estavam em Macapá promovendo a desordem e estrangulando estudantes que saiam das aulas à noite. Criou-se um clima de paranoia coletiva, quando todos se assustavam ao menor sinal de "ação terrorista", que rendeu, como já o dissemos acima, a prisão de inúmeras pessoas inocentes, das quais muitas foram torturadas nos porões da FSJM.

O referido jornalista, Jorge Hernani, antes de falecer precocemente, deixou comigo alguns textos que havia escrito (Por volta de 2004/2005) no propósito de publicar um romance sobre o referido episódio. Coletou informações, entrevistou personagens de ambos os lados do evento, mas infelizmente, seus textos estavam todos no *notebook* que lhe foi roubado. Salvaram-se apenas alguns capítulos impressos que ele me mandava para fazer a revisão. Entre eles, trans-

55. Jorge Hernani dos Santos, jornalista, nascido em Macapá. Foi diretor de jornalismo da TV Amapá e da TV Marco Zero. Trabalhou na Assessoria de Comunicação do Governo do Estado do Amapá e morreu em 1° de fevereiro de 2006. Nessa época estava escrevendo outro livro-reportagem sobre o sequestro de dois vereadores por razões políticas. (Fonte: Portal da Imprensa – Jornalismo e Comunicação na web – 07.02.2006).

crevo aqui alguns, dos 16 que guardei, após as revisões, e que possuo ainda. Eles me parecem bem significativos para o entendimento maior dessa violenta história ainda pouco esclarecida que ocorreu em Macapá.

O INÍCIO DA FARSA

Final de abril, 1973. Macapá já registrava um ar de intranquilidade, com aquelas nuvens carregadas de chuva, no meio da tarde quando as duas caminhonetes da Polícia Civil entraram velozes na Avenida Pedro Lazarino.

A garotada saiu correndo, afinal não era a primeira vez que a vizinhança reclamava dos palavrões que vinham dos bate-bolas no meio da rua. Mas os carros passaram direto e estacionaram em frente a conhecida padaria, no bairro do Beirol. Os delegados Uchôa, Queiroga e outros agentes, já saíram armados e foram entrando. A meninada foi chegando perto, os vizinhos foram se aglomerando. Momentos de tensão e expectativa. Minutos depois, os policiais tornaram da mesma forma como entraram, somente com armas nas mãos. Não encontraram a pessoa que desejavam prender: um velho de cabelos grisalhos, o dono da padaria conhecido como Jorge Padeiro, considerado comunista perigoso.

Poucos quilômetros dali dezenas de policiais estavam com as pernas atoladas num charco, no bairro do Trem, na descida da Rua General Rondon, onde é a Praça Floriano Peixoto. Estavam armados com revólveres e fuzis vasculhando a área que era um imenso matagal e alagado. Andavam com dificuldade naquele lamaçal. Ninguém sabe quem avisou, como e quando. O certo é que de repente, o aparato policial estava ali, com a justificativa de ter recebido denúncias de que um homem que tinha estuprado uma mulher, estava refugiado no meio do lago protegido pelo matagal. A população se aglomerou em volta do local, e no meio daquele zum-zum-zum, chegou a se comentar que homem caçado era o famoso monstro do Morumbi, bandido procurado pela polícia paulista, que estuprava as mulheres antes de matar.

Ninguém conseguia imaginar como é que ele tinha chegado a Macapá, mas os curiosos acreditavam que o homem estava ali mesmo, acuado pela polícia. A operação que começou no final da tarde, só terminou quando não havia mais claridade para continuar a *busca*. No local não existia iluminação pública. Quando a polícia abandonou a área, a cidade já estava minada de boatos. Agora não era só um engasgador, eram vários, aterrorizando em diversos pontos da cidade. As ruas de Macapá rapidamente foram ocupadas por grupos armados da polícia Civil, Guarda Territorial, e por soldados do Exército. No pânico que se espalhava, formou-se uma histeria coletiva, embora em meio àquele corre-corre, não aparecessem as pessoas estranguladas. Da padaria no Beirol, até o charco da Floriano Peixoto, o teatro maldoso já estava armado.

O Amapá estava mergulhado num dos períodos mais obscuros de sua história, durante os anos de chumbo da ditadura militar. Uma opressão que ninguém ousaria contestar, imposta pela força do poder militar, que se aproveitou de uma população desmobilizada, isolada e ingênua. Estava começando uma farsa que deixaria marcas de sofrimentos, atrocidades, injustiças, traumas e uma cidade inteira apavorada. Os militares não mediram as consequências do que estavam implantando, mas queria a todo custo, levar adiante seus objetivos sórdidos que era criar uma instituição repressiva com mais poder. Estava começando uma mobilização militar em Macapá que ficaria conhecida para a história como "Operação engasga-engasga".

No texto abaixo o jornalista narra como os presos foram tratados na prisão dentro das masmorras da FSJM.

ISOLADOS NAS NEGRAS MURALHAS

Um forte de muralhas negras se destaca em frente a cidade de Macapá num cenário de imponência que se ajusta à imensidão do rio Amazonas. Uma coisa tem a ver com a outra. A Fortaleza de São José de Macapá começou a ser construída em 29 de junho de 1764 e foi inaugurada em 19 de

março de 1782, ainda inacabada. Foi um monumento construído estrategicamente para impedir a entrada de invasores estrangeiros pelo lado esquerdo do rio Amazonas. O núcleo central do forte tem a configuração de um quadrado com quatro baluartes pentagonais nos vértices, o que permitiria o cruzamento de fogo sobre o inimigo. Ainda no centro do monumento, encontra-se uma praça rebaixada com um escoadouro de águas, oito prédios destinados ao aquartelamento, dois conjuntos de casamatas, uma igreja e os compartimentos com celas para os prisioneiros. A fortaleza, que foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e que consumiu a mão-de-obra escrava do negro e do índio, durante dezoito anos de trabalhos, nunca foi usada em combate.

Para essa estrutura rudimentar, mas de grande segurança, foram levados os presos mais "perigosos" do *engasga-engasga*. Havia sempre policiais da Guarda Territorial à esquerda dos detidos no imenso portão de madeira na entrada do forte. Melhor sorte tinham aqueles com algum conhecido para servir de protetor na recepção. Jorge Periquito teve essa sorte. Depois de cair na armadilha no prédio do Fórum, foi recebido pelo inspetor Ítalo, um velho amigo com quem mantinha boa amizade. O inspetor da Guarda Territorial conduziu Periquito pessoalmente até o local onde ele deveria permanecer enquanto estivesse preso no forte. A proteção de Ítalo, no entanto, não seria o suficiente para livrar o velho sindicalista da violência na hora da partida para Belém. Periquito já estava com a camisa cobrindo a visão e as mãos presas com arames quando recebeu um chute por trás que lhe levou ao chão. Mal tinha acabado de levantar, veio um violento murro nas costas. "Revoltado como estava e se eu descobrisse quem era eu matava esse covarde: Quando nós voltamos, tentei descobrir quem foi, mas depois deixei pra lá".

Caça às bruxas

Bastaram poucas horas desde que tudo começou para que a polícia desse início a uma verdadeira "operação caça às bruxas". A repressão do Território já tinha a situação sob controle, ou seja, sabia dos nomes, endere-

ços e locais de trabalhos dos "indivíduos de esquerda" que deveriam ser presos sob a acusação de serem os homens que estavam aterrorizando a cidade. As prisões se sucederam rapidamente mesmo porque, nenhum dos visados pela polícia, tentou se esconder, ou fugir de Macapá, por não que aquela boataria fosse longe demais. Aos poucos eles foram recolhidos e agrupados na fortaleza. A cada passo que davam sobre as pedras centenárias do forte, consumava-se uma sentença sem o direito de defesa. Estavam incomunicáveis, alguém da família que tentasse saber de notícias, corria o risco de também ser preso, de ficar isolado na fortaleza sem nenhuma culpa comprovada.

A fortaleza e os presos confinados em suas celas naquele momento, era o retrato mais perfeito das atrocidades de um regime de exceção que aniquilava, prendia, humilhava e torturava as pessoas inocentes, vítimas da violência e insanidade da ditadura militar no Território do Amapá.

O Drama de Cada um

O francês Paul Lerouge era o mais idoso e debilitado dos acusados, mas nem por isso foi poupado da violência policial. Foi um dos que mais sofreu na fortaleza. Os outros presos não podiam olhar, foram obrigados a ficar encostados na parede, de costas, mas, ouviam os gritos de Lerouge que apanhava de palmatória e levava uma surra de cordas de nylon. Foram minutos de suplício num interrogatório antecipado sem registro formal. Apenas puro sadismo para arrancar daquele velhinho frágil a confissão de que ele tinha as mãos firmes de um engasgador. Paul Lerouge não tinha o que dizer e continuou apanhando acuado por três homens.

A idade pouco importava aos policiais violentos. Chaguinha, depois que teve a casa revirada pela equipe do delegado Uchôa, foi levado direto para a fortaleza. Começou a apanhar na rampa de subida do forte onde já era aguardado por sete militares. Foi reconhecido por Adalberto Couto, um oficial do Exército do Pará, que pediu ao seu superior para que lhe fosse dada a permissão para conduzi-lo ao interior do forte. Foi uma proteção momentânea. Dentro da fortaleza, Chaguinha começou a levar so-

cos e murros. Mesmo indefeso, mostrava todo o seu brio de quem lutava contra a ditadura naquele momento.

"Batam, mas não me batam na cara, porque sou homem e na cara de homem não se bate. Se tiver de me bater no rosto me deem um tiro", gritava para seus algozes enquanto sofria espancamento. Foi levado em seguida para cela onde passou a ouvir o choro desesperado de uma pessoa que implorava para não apanhar porque não era comunista e que estava sendo injustiçado. Reconheceu o grito irado do Isnard Lima, dentro da mesma cela:

- Cala essa boca, filho da puta, Tu não és macho, porra?!

Só em Belém é que Chaguinha conseguiu chegar perto de Isnard para perguntar de quem era aquela voz desesperada na fortaleza. "Era o Gurgel, que só é comunista quando não tem repressão", respondeu.

Um dos casos mais dramáticos era a de um preso eu sofria de epilepsia e mesmo com esse problema de saúde não recebia qualquer tratamento especial. Ele tinha crises frequentes e quando isso ocorria, os soldados reagiam com indiferença deixando-o se debater no chão sem intervir, alguns até ficavam rindo da cena. O ambiente era de total desconforto. O mau cheiro e o mofo impregnado nas paredes das celas eram insuportáveis. Ninguém tomava banho, apesar do intenso calor que fazia durante o dia. De noite a situação mudava e o frio invadia o interior dos fétidos porões do forte. Quem estava com sede era obrigado a beber uma água suja. Os quase trinta presos recolhidos dividiam o mesmo espaço de um compartimento de 5x3 m, onde se revezavam para dormir no cimento frio. Por um gesto de solidariedade, foi dado a Paul Lerouge, que gemia muito de tanta dor devido aos espancamentos, que ganhara o direito de deitar na única fina cama de palha que tinha na cela. Improvisavam sempre um local para fazer necessidades fisiológicas com a situação de total constrangimento diante da falta de privacidade. Recebiam constantemente ameaças dos militares. Não podiam falar, eram constantemente agredidos, insultados e sofriam torturas psicológicas. "Nós vamos dar comida envenenada pra vocês", gritava histérico um oficial. Só depois de três dias efetuadas as prisões é que os presos puderam receber água e alimentação enviada pala família. Em meio ao desconforto havia sempre o clima de tensão e

> medo sobre o destino da cada um. Só com a chegada de um batalhão de militares do Pará é que eles ficaram sabendo que seriam mandados para Belém para serem interrogados sobre o *engasga-engasga* em Macapá.

Outras informações de caráter semelhante foram escritas pelo jornalista, que evidencia com certa profundidade o episódio que traumatizou a cidade, tantas eram as invasões de militares e policiais civis que atravessavam os quintais fosse noite ou fosse dia. As pessoas andavam armadas de cassetetes e armas brancas. As estudantes do turno da noite quando iam à aula só o faziam acompanhadas dos pais e/ou irmãos. A cidade viveu um clima de psicose coletiva durante semanas. Os militares eram os mandatários e chegavam a hostilizar pessoas, fechar bares e dar o toque de recolher.

A FSJM, usada como lugar de tortura em "tempos de paz", fez com que a população da cidade reafirmasse seu olhar para ela como um lugar tétrico, aliado às lendas que por ela circulavam. Não se sabe quantos trabalhadores escravos, índios ou soldados morreram em sua construção, que levou 18 anos oficialmente para ser inaugurada, sabe-se, porém que todos eles foram fundamentais para que ela se tornasse o símbolo que hoje representa para o povo do Amapá.

A um ano desse fatídico acontecimento, com o título de "150 anos depois, Dom Pedro voltou para ver sua obra", a revista Latitude Zero, de setembro de 1972, cobria a reportagem em que os restos mortais de D. Pedro I chegaram à Macapá e foram recebidos por autoridades, estudantes, funcionários púbicos e a população em geral no aeroporto da cidade, que acompanharam o féretro em desfile até à FSJM. Foi um evento dos mais movimentados da época, que fez reacender os sentimentos cívicos da população, ainda imersa no orgulho da conquista da Copa do México, de 1970. A revista diz assim:

> Dom Pedro voltou pra cá e eu estou aqui. Foi um acontecimento de extraordinária significação. Um fato que registramos com emoção e que foi

> vivido com profundo sentimento de amor à Pátria Livre que nos foi legada e que temos o dever de preservar e defender, como sentinelas postadas no extremo setentrional do Brasil.

Mas a mesma revista reafirma o discurso em seu editorial, denominado “Sonho”

> Certa vez, fez-se o sonho. Bento Maciel Parente, sonhou com uma Capitania e escreveu à Coroa: “aqui se puede hacer outra Capitania. Terra de sierras, campos alagadizoz, buena para ganados, dá bien tabaco, y coton, y puedese estender por el rio arriba, hasta la boca del rio das amaçonas, y Província de los Tapajós...”
>
> Assim surgiu a Capitania do Cabo do Norte: 14 de junho de 1637.
>
> Depois, outro sonhador propôs a criação da província de Oiapokia, entre o Amazonas e o Nhamundá, o Atlântico e os limites do Império. Foi Cândido Mendes, 1m 1853. Nada definido. Nada delimitado. Mas as grandezas e vicissitudes do homem, num sentido cósmico, criavam o conjunto político e o espaço econômico para o surgimento do Amapá.
>
> Tanto isso é verdade que Ataíde Teive, dois séculos antes da Revolução de 31 de março, lançava a pedra fundamental da Fortaleza de São José de Macapá, para assegurar a posse da terra.

O texto ufanista do editor da revista traz um sentimento geral de uma população que jamais poderia se manifestar ao contrário, sob pena de retaliação ou mesmo de ligação com grupos politicamente não aceitos pelo Governo, ou mesmo com a prisão.

Araguarino Mont’Alverne[56], delegado de polícia, também escreveu sobre a FSJM desta forma:

---

56. JOSÉ ARAGUARINO DE MONT’ALVERNE (1920-2011) - Pioneiro de Guarda Territorial do Amapá. Nasceu em 2 de novembro de 1920, no rio Araguari, Município de Macapá. Faleceu em Macapá em 23 de janeiro de 2011. Após concluir o curso cientifico (equivalente ao segundo grau), em 1940 serve no Tiro de Guerra, e em 1942 é convocado para o Exército, fazendo cursos de Cabo e Sargento, dando bai-

> O velho e imponente conjunto formado pela Fortaleza e a Igreja matriz, é o que na verdade, resta de um trabalho regado com sangue e suor, sofrimento e amor, daqueles que, com o apostolado de muitos anos, lançaram os fundamentos desta cidade de São José de Macapá [...].
>
> Entre estas duas joias de arquitetura, floresceu a cidade que nasceu nas alvissareiras manhãs equatoriais, sob a refrega rígida do homem contra o agreste verdejante amazônico, **ante a pertinácia do branco, a submissão resignada do negro e a irrequieta participação do gentio** [grifo meu], fundiram-se e ombrearam-se na luta da construção do lugar que já naqueles tempos recuados parecia ao promissor porvir [...].
>
> E desde então, o forte e o templo passaram a se constituir relíquias da cidade. Tiveram suas vicissitudes – é certo – mas registraram suas glórias.
>
> Seus denodados construtores foram vencidos pelas doenças, pelos acidentes ou pela idade, não restando de quase todos nem a lembrança dos seus nomes. Seus feitos, entretanto, voaram por tôda a vida, escrevendo com traços indeléveis a história do heroísmo, da abnegação, da santidade peregrina e consumada de um passado de luta (MONT'ALVERNE, 1968).

Mas eventualmente uma voz de oposição reverberava, mesmo que tímida e latente, entre os velados simpatizantes das liberdades demo-

---

xa em 1949. Retornando no dia 3 de abril desse mesmo ano a Macapá, ingressa no quadro de funcionários do Governo do Amapá no dia 3 de maio, lotando na Divisão de Segurança e Guarda, como delegado de Polícia de Ferreira Gomes. Em 1951 é transferido para Macapá e em 1963 é transferido para o município de Calçoene, assumindo o cargo de delegado de polícia.
Volta para Macapá em 1963, assumindo sempre cargos na esfera policial. Durante o golpe militar de 1964, acusado de "atividades subversivas", é preso e recolhido à Fortaleza de São José de Macapá, por ordem do governador Terêncio Porto. É posto em liberdade pelo próximo governador Luis Mendes da Silva, retornando como delegado de Polícia Civil, e em seguida comandante da Guarda Territorial. Foi ideia de Araguarino Mont'Alverne a colocação de uma estátua de Cabralzinho no município de Amapá, no mesmo local onde aconteceu a invasão dos franceses. Em 1985 aposenta-se. Morre aos 91 anos. Era escritor e membro da Academia Amapaense de Letras e da Academia Amapaense Maçônica de Letras (Dados: Edgar de Paula Rodrigues).

cráticas que agora, no período da anistia política (1979), já ousavam se manifestar. O professor e poeta português, socialista convicto, radicado em Macapá Armindo Oliveira Sousa cantava em seu poema "Fortaleza": SOUSA, 1979. Pág. 8):

> Cintila no azul do farol uma luz que vai
> e volta
> Poderia ser verde, mas não é.
> É vermelha.
> Vermelha cor de sangue
> Fortaleza da Macapá, saltos por sobre
> Pedras
> Pulos quase pelos
> ares
> Um degrau
> dois,
> três...
> Não foram contados.
> [...]
> Seculares corremos entre as muralhas
> Mãos se entenderam, pularam, se uniram
> E saíram
> Tão juntas
> Que só lá podem ser vistas
> Novamente (SOUSA, 1979. Pág. 8).

Entre os numerosos textos contemporâneos publicados em jornais, livros, postais, folders e diversos prospectos turísticos e culturais sobre a FSJM, notadamente quando da comemoração do seu bicentenário (1982), selecionei diversas frases publicadas em jornais locais e prospectos institucionais que trazem pedaços de um discurso amplo. Esses discursos ora se revelam amoroso-poéticos ora nacionalis-

tas-ufanistas e vão se espalhando, repetitiva e imperceptivelmente, no imaginário social e dos indivíduos, por meio de códigos ideológicos neles contidos. Estão sempre presentes nas escolas, que são responsáveis pela disseminação patriótica desde a época da transformação do Amapá em Território Federal, mas com evidência vigorosa durante os anos do governo militar (1964-1985). Exemplos:

> A Fortaleza olhada atentamente das aeronaves, lembra uma estrela de quatro bicos encravada no solo, às proximidades da Foz do Rio Amazonas (Amapá. Fortaleza de São José de Macapá. Governo do Território Federal do Amapá/ SEPLAN/DETUR. Macapá, Imprensa Oficial, 1982).

Percorrer um monumento suntuoso com a Fortaleza de São José de Macapá, é razão para perplexão diante de um grande marco histórico. É motivo de grande emoção e entusiasmo pisar sobre suas pedras existentes há séculos e tocar suas fortes muralhas que afrontam os tempos. Além de imergir num passado remoto de bravura, de que tanto deu provas aquela gente lusitana da qual descendemos (*Idem)*

> A Fortaleza de Macapá é uma relíquia histórica, é uma sombra iluminada do passado que, nos confins do norte pátrio ainda tem grandeza bastante para se projetar sobre a Nação inteira, como exemplo de valor pessoal da dignidade de soldado, do heroísmo da gente do Brasil (*Idem*).

> Orgulho Nacional, a maior, a mais bela, imponente e sólida fortaleza deste país" (Jornal Marco Zero. Caderno 2, especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, de 19 a 26 de março de 1982).

> O Amapá te saúda, fortaleza de São José. [...]. O fogo simbolizará o ardor da gratidão. Tu serás palco da cultura e da arte. Nós, amapaenses, queremos preservar-te. Queremos tua muralha visível e forte, tua história perene e sólida ao sabor do tempo e do vento (*Idem*).

Sentinela da Pátria na foz do Rio Mar (Aloísio Brasil. *Idem*).

Impressionante em tuas linhas de cantaria, na majestade dos teus bastiões e no silêncio dos teus canhões. Tua grandeza recontada na paisagem ancestral da cidade, conta uma história heroica de conquistas, da demarcação da posse desta terra para garantir para o imenso Brasil de hoje a grandeza verde da Amazônia (*Idem*).

Teus negros canhões não entraram em combate. Bastou tua grandeza para que possíveis invasores recuassem *(Idem*).

Guardiã da Amazônia no braço esquerdo do Rio Mar (*Idem*).

Em ti ecoam as vozes dos negros de pele d"África, do lusitano saudoso, do índio libertário, de mistura com as nossas orações (*Idem*).

"Quem visita Macapá aqui encontra o maior monumento, que é a Fortaleza de São José de Macapá onde pode se encher de emoção, se entusiasmar e exaltando-se num grande patriotismo. Pisar suas pedras seculares e analisar suas paredes que desafiam os tempos, é retroceder num passado de heroísmo, heroísmo que de tanto deu provas aquela gente da Mãe Pátria da qual descendemos (*Idem*).

Fortaleza de São José. Considerado o mais belo, o mais imponente e o mais sólido monumento militar do Brasil no período colonial (Amapá. Guia Turístico de Macapá e Santana. Governo do Estado do Amapá/CEICT/Departamento de Turismo. Imprensa Oficial. S. d.).

A importância da Fortaleza de São José de Macapá. No contexto local é visível, pois trata-se do maior monumento do Estado e o processo de restauração por que passa a Fortaleza, vem contribuindo de forma decisiva na mudança de postura da sociedade: do respeito distante à cumplicida-

> de e orgulho pelo monumento (Roseane Costa Norat. Fortaleza de São José de Macapá. Restauração 1977/99. Governo do estado do Amapá. Macapá, 14 de janeiro de 1999.)

> A restauração da Fortaleza de São José de Macapá passa também pelo reconhecimento de um dos maiores monumentos da Arquitetura Militar do país e da América Latina, resgatando sua importância dentro do contexto histórico, geográfico e cultural brasileiro (*Idem*).

Os discursos contidos nestas frases, construídas e repetidas durante anos, fazem parte do imenso arcabouço produzido pela mídia, pelas ideologias políticas, pelas expressões artísticas como a literatura, a música e a pintura e pela mitologia.

Trazem dentro delas o testemunho de quem as cunhou com suas convicções e sentidos de realidade, embora às vezes estejam carregadas de tons metafóricos. As transformações, as permanências e as memórias também perpassam os diversos gêneros discursivos, seja através dos fatos históricos ou das decisões políticas que culminaram em restaurações que sedimentaram o sentido identitário do povo amapaense. Os textos regem, portanto, toda a estrutura constitutiva da FSJM, em vários dos seus aspectos: morfológicos ou artísticos, exteriores ou interiores, econômicos ou sociais, memoriais ou de esquecimento, e ainda de silenciamentos em épocas remotas, quando o monumento parecia adormecer, tomado pelo mato e desprezado pelo poder público.

Desde o início da construção, transita por dentro e fora da fortificação uma correnteza de discursos emitidos pelos mais diversos atores (emissores), pois o discurso é um algo que segue em curso, um processo, uma prática. Prática esta normalmente eivada de ideologia de que se valem os detentores do poder para realizarem seus interesses políticos.

4.3. MEMÓRIA, IDEOLOGIA E LITERATURA

Esses episódios instigam à reflexão sobre a memória. Memória esta que não se prende apenas aos fatos que se sucederam, mas às suas consequências indeléveis para tantos que deles participaram, como aqueles que se recusaram a dar depoimentos ao jornalista Ray Cunha no tempo da Operação "Engasga-Engasga". E se de um lado a literatura escrita pelos "intelectuais" orgânicos do governo militar deixava um grau de satisfação àqueles que os comandavam, o poder passa a ser observado pelo que tem de contraditório, dentro do arcabouço rígido da história oficial da ditadura militar. A violência usada pelo poder, sua virulência e fanatismo também deixaram um certo ar caricatural, pois nem sempre os homens que comandam as engrenagens de um governo que se instaura pela violência são preparados administrativamente. Esse poder normalmente encarna atos de incerteza, corrupção e sequências de desastres administrativos.

Ainda que a literatura da época fosse silenciada pela censura, os poetas como Isnard Lima, Odilardo Lima, Armando Sousa, Fernando Medeiros, Osvaldo Simões, Francisco Souza (Galego), Benedito Monteiro (Binga), e outros, faziam sua "resistência" política nos bares da cidade, recitando seus versos contra a ditadura e imprimindo textos poéticos em mimeógrafos. Era a forma encontrada para não travar embates violentos com a polícia, já que ela os prendia, às vezes por motivos fúteis. E ademais muitos jovens estudantes já vinham entendendo o que se passava no país, com "as visões se clareando", como dizia a música (censurada) do compositor Geraldo Vandré na época.

Para tratar dessa temporalidade, as reflexões têm que passar impreterivelmente pela memória, e não pela história propriamente dita, porque sem a memória não há como sustentar a identidade, não há como entender o sentido da literalidade expressa nos textos dos produtores literários e seus discursos. A essa literalidade implícita significa observar o que ela tem realmente de literário, quando os autores trabalham a linguagem de forma consciente, que venha a resultar

num efeito que tenha sentido para o receptor (leitor) de suas obras. Diria que para sustentar a interpretação, as obras estão ligadas consciente ou inconscientemente às ideologias, pois continuam sendo instrumento veiculador de alguma coisa que nem sempre é de sua própria realidade, mas imanente a ela. É uma atividade da linguagem que tenta construir seu próprio discurso., seja através da metáfora, na poesia, seja através da metonímia, na prosa (CHALHUB, 1986. Pág. 23), pois ambas comunicam, geram e emitem mensagens.

Ainda em relação à recusa de dar informações ao repórter que narrou o episódio do "Engasga-Engasga", convém dizer que a memória e a identidade se concentram em lugares, quase sempre com um nome que são referências perenes, que agem desafiando o tempo, como é o caso da FSJM. Eles têm suas razões de serem lugares de memória, pois segundo Candau (*Op. Cit.* Pág.157), ao mencionar os estudos de Pierre Nora, a função primordial desses lugares é a de deter o tempo e de bloquear o trabalho de esquecimento, de fixar um estado de coisas e de "imortalizar a morte". Para Nora, um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha, como mostrou o sociólogo francês Maurice Halbwachs em relação aos lugares santos, segundo sua afirmação. Para os que se recusaram a informar o jornalista, o que era lugar de memória passou a ser um lugar de amnésia, porque a memória da tragédia é forte. É uma memória do sofrimento, uma baliza que adverte dos perigos ou que indica um sinal de passagem. Porém, os lugares da amnésia são aqueles onde somente o esquecimento trabalhou, dado que a lembrança era muito pesada para ser carregada pelos recusantes.

Para Candau existem regiões-memórias, cidades-memória ou mesmo bairros que se afirmam vigorosamente com a força das identidades locais. E suas paisagens podem contribuir para a afirmação das memórias desses lugares, quando compartilhadas e influenciar o sentimento de identidade nacional. Até o próprio quarto de uma pessoa pode ser um lugar-refúgio privilegiado para a lembrança, pois ele existe na memória como um espaço de isolamento. Candau fala que

> De uma maneira geral, 'a sociedade silenciosa e imóvel dos lugares', a memória das 'pedras da cidade', a permanência das referências espaciais 'nos confere um sentimento de ordem e quietude' e 'a ilusão' de não haver mudado através do tempo, o que é sempre tranquilizador para a identidade pessoal e coletiva. (Idem. Pág. 158).

A memória das pessoas é fonte inesgotável de informações, pois é plena de significados. Ela está sempre povoada de nomes e de significações, porque cada olhar sobre algo sempre revela coisas e remete a contextos diferentes e até emocionais. Da história de um indivíduo pode-se captar um significado social bem abrangente, quando a memória, assim se torna coletiva.

É Nacarato (2008. Pág. 177/178) quem lembra que o verbo "recordar", de origem latina, em sua etimologia, é construído a partir do prefixo "re", o movimento de "fazer novamente" e de "*cordis",* que significa "coração". Todavia, para os antigos romanos, "*cordis*" não era apenas um órgão físico vital; era o centro da alma, e colocar algo de novo no centro da alma é trabalho mais denso e intenso que a repetição ou a reativação, seja porque o "de novo" retoma a experiência passada, seja porque esse retomar é sempre uma novidade.

> Não concebemos a memória como um repositório do passado, um arquivo imóvel, mas, sim, como um trabalho constante do sujeito no tempo presente, flexível diante das vicissitudes e relações que este presente coloca, sujeito a intervenções conjuntas múltiplas, variável nas suas formas de produção, nos contextos em que se lembra, nos motivos pelos quais essas lembranças são reconstruídas (*Idem*. Pág. 178).

Nacarato ensina que o lembrado e o esquecido compõem uma experiência que é ao mesmo tempo individual e coletiva de forma a constituir o sujeito, na medida em que "relembrar é identificar-se consigo e com o outro".

A memória é uma substância da coletividade. Ela mora naquilo que em nós só pode existir pela relação com o outro, com a família, com o mundo do trabalho, com um tempo, com um lugar, com espaços socialmente constituídos dos quais participamos.

Alfredo Bosi comunica que a memória é, na metáfora corpórea de Santo Agostinho, o ventre da alma. Lembrar, para o doutor da Igreja, é saber de cor. "Cor é coração. É o coração que lembra primeiro. Mas cor é também, a raiz da palavra coragem.

Memória, sentimento e coragem são palavras imbricadas" (BOSI, 2013. Pág. 349).

É Bosi, ainda que incentiva a repensar as ideologias e suas relações com a literatura, pois

> no que se pode ainda razoavelmente sustentar é que literatura e ideologia se tangenciam enquanto ambas pressupõem o mesmo vasto campo da experiência intersubjetiva. Mas os seus modos de conceber e de formalizar essa experiência são diversos, quando não opostos (*Idem*. Pág. 248).

Isto posto, o autor afirma que a literatura exprime e re-presenta, que presentifica, singulariza e que olha de jeito novo ou de forma renovada os objetos de sua percepção e chega a iluminar as fantasias do sujeito da escrita. Já a ideologia, pelo seu lado reducionista chega a uniformizar os elementos que reduziu, pois também generaliza e tende a ocultar as diferenças (de identidades) e então preenche as lacunas (para o que eu diria, as passagens e os caminhos) e os momentos descontínuos ou os contraditórios da subjetividade.

Quando compara os dois conceitos, Bosi resume que, enquanto a literatura dissemina (a ficção, a poesia) a ideologia, chega a fixar os signos e as ideias em "seu devido lugar", fechando sempre que pode o universo do sentido, mas de qualquer maneira, ele quer dizer, estão imbricados. Para que se perceba isso basta observar o conjunto de obras de um certo período do mesmo campo literário. Bosi ainda diz

que poesia e ideologia, poesia e doutrina poesia e não-poesia são parentes, talvez rivais, mas parentes.

4.4. INCÊNDIOS, ATERROS, A DOCA E O CÍRCULO MILITAR

A socióloga Irlys Barreira afirma que "os centros urbanos cada vez mais aparecem como expressão de zonas emblemáticas de cidades" e que eles "evocam o passado", quando exerciam o "papel de agregar funções administrativas e comerciais" (BARREIRA, 2010. Pág. 255-266)

No caso do centro urbano de Macapá, situado no entorno da FSJM a função administrativa governamental desapareceu, migrando espacialmente para outro ponto da cidade. Mas o centro comercial permaneceu até hoje, embora tivesse sido destruído pelo fogo, como informa a Revista Latitude Zero.

> Ainda permanece na lembrança do povo desta cidade de Macapá a catástrofe ocorrida no dia 28 de novembro de 1967. Às 20h30 daquele dia a cidade foi surpreendida pelo alarme de um incêndio, que consumiu toda uma quadra do bairro comercial (Revista Latitude Zero, Nº 01, 1969. Pág. 39).

.

A revista informa ainda que o fogo se alastrou porque todas as casas comerciais eram de madeira, mas que dois anos depois a maioria dos comerciantes construiu modernos prédios de alvenaria, modificando a paisagem da cidade (*Idem*). Em julho de 1975, outro incêndio de grandes proporções destruiu outra parte da área comercial de Macapá.

Mais tarde, a partir da década de 1970 até os meados da seguinte, o Governo do Território, então administrado por oficiais da Marinha, mandou aterrar toda a área de praia que ficava em frente da cidade, a partir de recomendações dos planos diretores encomendados por eles, numa tentativa explícita de intervir na paisagem para recuperar as áreas alagadas que sofriam a influência das marés. Com isso desa-

pareceu a Doca da Fortaleza e os seus barcos foram aportar na enseada do Igarapé das Mulheres, situado ao norte da orla macapaense.

Desse lugar emblemático para o povo macapaense restou apenas a lembrança, expressa em versos e prosa e nas telas de pintores que vivenciaram a sua existência.

A Doca da Fortaleza, área que abrigava as embarcações que chegavam do interior para abastecer a cidade com produtos agrícolas e agropecuários, por ser uma área importante para a cidade e amplamente divulgada por meio de imagens pictóricas, também mereceu o registro de um cronista.

DOCA DA FORTALEZA

A Doca da Fortaleza, em Macapá, muito se assemelha à Doca de Belém e a de outros portos aonde chegam e saem os pequenos barcos à vela, em nossa costa marítima.

Há sempre o colorido das velas, a poesia dos barcos partindo e a alegria dos barcos voltando, como na canção popular. A Doca da Fortaleza tem muita coisa para se ver, comprar, admirar. É gente passando, é o grito do homem que vende melado ou anuncia a farinha torrada. É o grito do vento e o cheiro do rio, do grande rio-mar.

Também há o cheiro do peixe e da carne salgada, do assado de braza, do barco parado com a quilha na lama, esperando a maré. E enquanto a maré não vem os barcos, como grandes aves aquáticas, estendem suas velas para o vento secar.

O caboclo uma rêde de pesca e outro passa cheio da mutamba, depois de haver gasto o dinheiro apurado com a venda do açaí. Noutra canoa um casal caboclo, queimado de sol, está ternurando no mormaço.

A Doca da Fortaleza tem muita coisa para ver e amar. Também pra contar e cantar. É só olhar com olhar de poeta, do poeta das docas, do homem-menino que gosta de mar.

E quando a noite chega do outro lado da baía, surge uma lua imensa e ilumina o silêncio da doca adormecida. As águas ficam prateadas e

> a sombra dos barcos desenha figuras impressionistas. Pela manhã, o sol acorda o caboclo estremunhado e a vida recomeça. É vaso de barro, é pote de mel, é peixe salgado, é fruta gostosa, é tanta coisa para ver e amar...

A Doca da Fortaleza na realidade é um posto de abastecimento comum nas cidades ribeirinhas da Amazônia. Antes do seu desaparecimento em função do aterro da frente de Macapá, ocorriam ali as transações comerciais e muitas atividades relacionadas à economia. Por ser um porto, havia prostíbulos e bares, o que levou o cronista a falar sobre a **mutamba** (árvore/ fruta), uma gíria para a cachaça e talvez uma analogia ao óleo dessa fruta, usado para pentear cabelos. Na realidade a Doca era uma espécie de retrato identitário do povo da região que aportava à sombra da FSJM e nela espelhava todos os seus costumes amazônicos interioranos.

Mesmo que os planos urbanísticos dos governos não fossem cumpridos em seu planejamento inicial, a área do entorno da FSJM sofreu sucessivas modificações, principalmente pelos aterros que se prolongaram após a transformação do Território em Estado: o governador Annibal Barcellos, primeiro governador eleito, mas que havia sido governador do Território por seis anos, construiu rampas para atracação de barcos ao sul da FSJM e aterrou toda a extensão do bairro de Santa Inês até o do Araxá que, somado ao aterro do bairro Perpétuo Socorro, espalha-se por 8 km de orla aterrada e urbanizada.

Os incêndios e os aterros da área da Doca da Fortaleza parecem ter exercido um efeito devastador na memória dos habitantes locais. Fora como se um cataclismo tivesse passado pela cidade num tempo real, diferente daquele do mito de Mairi, dos índios waiãpi. Foi como se toda a memória ficasse soterrada após uma avalanche de terra e piçarra que se espalhou pela borda do rio-mar – O Grande Paraná – para conter as pancadas das ondas trazidas pelo vento forte das manhãs equinociais.

O fato de milhares de habitantes da cidade morarem próximo ao rio, em áreas de risco e quase insalubres, levou os sucessivos governos

a melhorar obrigatoriamente as condições de vida dessa população, já que se recusaram sair da área para bairros novos e distantes. Há, ainda hoje, uma hipótese para justificar as constantes invasões que nelas ocorrem, como no bairro Perpétuo Socorro, por exemplo. Dizem que o migrante ribeirinho não quer se separar da beira do rio, o que constitui um modo de afirmar a sua própria identidade amazônica.

Deve ser considerado aqui, também que o poder dos militares foi crucial para que construíssem o Círculo Militar de Macapá, ou melhor que uma invasão consentida da zona oeste da FSJM permitisse a construção de quadras esportivas e a própria sede do Saci Clube antes da fundação do Círculo Militar, em 15 de maio (1969), no mesmo lugar, "com o objetivo de congregar os militares da reserva e da ativa, aqui residentes, bem como civis com participação ativa na sociedade" (Revista Latitude Zero. *Op. Cit.*). A agremiação militar foi demolida na década de 2000, quando o IPHAN retirou todos os prédios da área tombada.

Em março de 1982 o Governo promoveu a festa do bicentenário da fortificação, com pompas e tiros de canhões, depois de mais uma reforma. Os jornais da capital traziam discursos, poemas e expressões de autoridades e intelectuais locais sobre a obra. Esses textos eram carregados de sentimentos laudatórios sobre ela, a maioria pregando o valor e o heroísmo dos engenheiros e escravos negros e índios que a construíram.

Mas no poema memorial de Luiz Jorge Ferreira, a Doca da Fortaleza exerce nele uma reação diferente, pelo que sua biografia[57]**,** sua

---

57. Luiz Jorge Ferreira, nascido em Belém, porém desde muito cedo levado a Macapá, onde chegou aos dois anos. Médico, escritor, e membro fundador da Sobrames (Sociedade Brasileira de Médicos Escritores) Secção São Paulo. Escreveu alguns livros: Berro Verde (Poemas), Tempos do Meu Tempo (Poemas), Beco das Araras (Poemas), Cão Vadio (Poemas), Thybum (Poemas), O Avesso do Espantalho (Contos), Luiz(s.) Signo do Sol - A Cinzenta Tarde Colorida). Letrou música para alguns compositores de MPB e música regional de Raiz. Milton Batista, Edinaldo Lobato, Alfredo Reis, Jose Serra, Fernando Canto, e Grupo Paçoca (Claudinho Reis, Gil, e Jorge Moreira). Participou do Festival da Tupi – 1977 com o frevo Sem Jeito (Luiz Jorge&Assunção (Músico Amapaense da Banda Os Cometas e foi premiado como o Melhor Arranjo - Maestro Nelsinho e intérprete (Trio Nagô). Foi premiado em vários

trajetória de vida lhe inspirou, num misto de ficção, romantismo e realidade.

PECADO VENIAL... PECADO MORTAL...
Perto de mim, o funcionalismo da União
vendia o salário aos comerciantes da Doca da Fortaleza
minha mãe fritava o ovo e punha quente no meu prato
misturava farinha, lágrimas e dor de fome,
assim temperado, eu comia, órfão.
Perto do pote, ela tomava água com água
subia a rua poeirenta e ia ensinar aos homens do futuro
para que eles nunca mais fizessem uma professora brasileira
passar fome.

Muitos dos que se integraram à luta nacional contra a ditadura trazem em seus textos a lembrança do monumento, como esse trecho de uma crônica do ex-exilado, ex-prefeito de Macapá, ex-governador do Amapá e atual senador João Alberto Capiberibe.

Clarões da Alma
A Fortaleza imponente, ao lado, que bela paisagem que a história nos legou e que preencheu meus sonhos por anos e anos...

Cresci íntimo com o rio e suas praias lamacentas. Pescava e perambulava entre a Fortaleza e o Igarapé do Jandiá, território livre da minha segunda infância, que me conservou a cultura ribeirinha do Juruá. Orgulhava-me do trapiche enorme avançando no mar doce, desafiando as marés, apontando, poeticamente, para a lua cheia.

Concursos Literários de Contos e Poesia. Prêmio Canon 2009, Prêmio Bernardo de Oliveira Martins 2002-2003, Prêmio Flerts Nebó 2006-2007, International Poetry – 1983 (University of Colorado, Boulder). Participou da Bienal de 2010 - Convidado pela Scortecci Editora. Publicou Poema sobre o Operário Santo Dias (morto em manifestação de greve no Brasil) no Le Monde (Paris-França).

O texto acima reflete basicamente o despertar da memória ribeirinha de quase todos os habitantes de Macapá. O trecho referido pelo escritor João Alberto Capiberibe se refere à orla principal da cidade, em que havia o trapiche e as embarcações, o hotel do Governo e o estaleiro territorial, entre a Doca da Fortaleza e o igarapé do Jandiá.

4.5. O *LOCUS* DA CRIAÇÃO LITERÁRIA

Os textos apresentados para esta temporalidade mostram o grau da criação literária sobre a FSJM e revelam, mesmo incipientemente, o rumo crítico aos acontecimentos históricos, através da memória dos autores. Em todas as temporalidades nota-se que a criação literária do Amapá sobre a FSJM é um eterno devir, uma busca de identidade perpassando por um processo de construção das identidades locais, cujas raízes agora parecem aflorar desesperadamente para questões que atormentam os sentidos, os significados há tanto tempo velados em uma caixa esculpida na pedra.

Depois do poema "Macapá" (1889), de Alexandre Vaz Tavares, dezenas de escritores produziram textos sobre a FSJM e sua área externa, ora exprimindo a saudade ora expressando sentimento de orgulho e ufanismo, e até de sarcasmo e raiva contra as ações do sistema ditatorial vigente à época de suas criações, como os poemas, que se tornaram muito populares, abaixo, escritos por Jeconias Araújo e por Hodias Araújo, respectivamente[58].

Com uma certa "licença poética" Jeconias Alves de Araújo escreveu um longo poema chamado "Macapá meus passos no teu passado":

> A sordade me machuca
> E me rói cá dentro do peito
> Sentindo que não tem jeito

58. Os dois autores são irmãos e moraram, na infância, nas dependências da FSJM, quando seu pai Zacarias Araújo era funcionário do Governo do Território e atuava na profissão de coureiro e sapateiro da Guarda Territorial, segundo Obdias Araújo, seu filho, também poeta.

Só me resta recordá:
Como era bonita a beleza
Da doca da fortaleza
Apinhada de canoa
Com suas velas colorida
Velas que ganham a vida
Sopradas por vento forte
Vindo lá do rio mar
[...]
Acontece, seu dotô
Que aquela doca bunita
A doca da fortaleza
Perdeu a vida, a beleza
Prá num mais ressucitar
Veio o progresso e aterrou
O bunito igarapé
Que servia de instrada
Pras canoa trafegá
E hoje quem quisé vê
Aquela beleza bela
Tem que vê pintada em tela
No aeroporto locá.
Parece até ironia
Que aquele inorme telão
Teja ali em insposição
Pru pessoá que viaja
Com os carçado no pé
É ironia, seu dotô
Aquele inorme telão
Tá ali em insposição
Pro pessoá que viaja
Mas viaja de avião.

Neste poema, Jeconias Araújo enfoca aspectos históricos da urbanização da cidade, principalmente sobre o aterro da área de entorno da Fortaleza e descreve com ironia a transposição da Doca da Fortaleza para uma tela superdimensionada de autoria do pintor R. Peixe, exposta atualmente no saguão de embarque do Aeroporto Internacional de Macapá. A tela mede 2,10m x 10,22 m. Foi pintada em 1980 e doada à direção da INFRAERO pelo pintor. O poeta declamava, sempre a pedidos, este poema nas rodas boêmias de Macapá e Mazagão Velho, aonde foi morar depois que se aposentou como gráfico da Imprensa Oficial do Governo do Amapá. Era compositor de sambas de enredo da Escola de Samba Piratas da Batucada, do bairro do Trem. Faleceu em 2007.

Hodias Araújo, também poeta memorialista da cidade, e professor do Ensino Médio de Macapá, escreve a sua versão poética sobre a área externa da FSJM desta forma:

> Inda me lembro da doca
> Das canoas que chegavam
> Traziam mercadorias
> Para os que aqui moravam
>
> [...]
>
> Andei muito sobre as pontes
> De 3 ruas da cidade
> São José e Tiradentes
> Isto eu juro que é verdade
> Cândido Mendes tão bela
> E a zona comercial
> Era ponte de madeira
> Sobre extenso pantanal

Do matagal existente
Na frente da fortaleza
Vi surgir como progresso
Nosso mercado central
Que num ato triunfal
Dominou a natureza

O poeta popular se lembra com detalhes de outros aspectos do monumento que até hoje tomam conta do imaginário popular: o paradeiro dos canhões e do mirante, que possuía um farol náutico.

O farol da fortaleza
Guiava o navegador
Para achar o rumo certo
E navegar sem temor
Seu destino é ignorado
Com certeza foi roubado
Por algum governador
[...]
E foi assim que sumiram
Alguns dos nossos canhões
Que hoje moram no sul
E embelezam mansões
Será que eles vão voltar
Tomando o rumo do norte
Pra assumir o seu lugar
Sua missão de enfeitar
O nosso querido forte?

No verso "O farol da Fortaleza", Hodias se refere ao Mirante que existia no baluarte Nossa Senhora da Conceição. Segundo o historiador Edgar Rodrigues (Jornal Marco Zero, 1982) o farol [com mirante]

foi ali colocado em 1900, depois foi retirado e criou-se outro, com o nome Macapá, Classe SG (sem guarnição), sistema automático AGA, de chama nua a gás acetileno. Em 1979 foi retirado e no ano seguinte foi construído outro, de 10 metros de altura, que foi novamente retirado pelo IPHAN na restauração de 1977.

É voz corrente entre o povo de Macapá que os canhões seiscentistas da FSJM foram furtados. E até hoje ninguém dá uma explicação plausível sobre o assunto. A maioria dessas peças de artilharia foi substituída por peças de cimento. Especula-se, no imaginário popular, que eles estejam em mansões de ex-governadores militares (da Marinha) no Rio de Janeiro. Daí o protesto desse poeta popula.r

Os textos poéticos dos irmãos Jeconias e Hodias Araújo trazem um quadro de reconstrução memorial sobre o lugar e os eventos ocorridos em seu entorno no início da instalação do primeiro Governo amapaense, quando a capital começou a mudar sua configuração de lugar abandonado, cuja grande referência era a própria FSJM. A construção foi restaurada, limpa e tombada (1950) tendo servido de abrigo à Guarda Territorial e depois passado por inúmeras funções administrativas.

Creio que esses textos são o resultado da busca de uma dimensão dialógica entre a lembrança e a produção literária sobre o monumento. Destarte, será preciso refletir mais ainda sobre a questão memorial. Afinal, para que serve a memória? Para se posicionar num lugar, numa sociedade? Para reconstruir por descrição literária um ponto de vista em que os autores são testemunhas oculares desses fatos e com isso deixar seus testemunhos para a sociedade local?

Rememorar é, também, produzir elementos de interesses de grupos e das relações que o poeta (o indivíduo) expõe no presente. Assim, o passado que o autor do texto escreve pode não vir à tona intato, pois dificilmente esse passado é conservado de forma total. O ponto de vista individual do poeta é, na realidade, a memória do grupo, e esta a do poeta.

No caso dos dois poetas-irmãos, Jeconias e Hodias, parece ter uma adequação por afinidade devido a semelhança dos temas criados e tipos de versos que utilizam. Os textos são compartilhados com a memória dos leitores (coletivo) e dão a esse grupo social uma identidade.

Cordeiro Gomes, por sua vez, enfoca a FSJM como o lugar das torturas. Em seu poema "Fortaleza de Macapá", ele trata do assunto se referindo aos maus tratos dispensados aos trabalhadores braçais no século XVIII, dando-lhe um ar soturno que as prisões tortuosas ensejam, sendo esse tema uma voz recorrente e plural entre os poetas amapaenses.

> Monumento histórico
> Guardião impassível de uma época
> Granítico símbolo de um povo
> Nas noites
> – longas noites –
> Do gênesis da cidade
>
> O português sonhava
> Com sua amada
> Além mar…
> […]
> Nas prisões subterrâneas
> Nas masmorras gotejantes
> Fantasmas-prisioneiros de 200 anos
> Retornam assombrando trevas
> Nos gritos desencontrados das aves noturnas…

É possível que o autor se refira também aos presos do golpe militar de 1964, que "retornam" com seus gritos nascidos das torturas, já que a fortaleza serviu de prisão para prisioneiros em vários episódios políticos ocorridos em Macapá. Entre eles cito, no início deste capítulo, o que

se chamou de “Operação Engasga-Engasga”, em maio de 1973. O fato se configurou em prisões e perseguições a suspeitos de opositores do regime, dando a eles a visão de seres irreais e fantásticos, pelo que faziam à população da cidade, de acordo com Dorival Santos (SANTOS, 2001). Nesse caso há, também uma forma sub-reptícia de tentar burlar a censura federal, já que os livros e músicas editadas no período passavam pelo crivo dos censores. E havia o agravante de que o poeta era um servidor do Gabinete do governador, que se dividia entre os serviços burocráticos e o jornalismo. Carlos Cordeiro Gomes era jornalista e um poeta muito popular, pois nas rodas boêmias também se destacava por declamar seus poemas. Nasceu e morreu na cidade de Vigia - PA.

Ray Cunha[59] assim inicia o seu romance “A Casa Amarela”

> O trapiche Eliezer Levy, defronte ao Macapá Hotel, avança no rio Amazonas como o calçadão de uma avenida. As embarcações de passageiros ou de carga que atracam e partem, vêm geralmente de Belém, do Marajó e do Baixo Amazonas. Dia e noite passageiros chegam e partem, famílias aguardam entes queridos ou se despedem de parentes, grupinhos passeiam, casais se agarram e pessoas solitárias se sentam ou se encostam no parapeito, e ficam ali, olhando para os outros e perdendo o olhar no rio imenso. Durante o dia o sol queima a pele das pessoas e as cabeças dos moleques fedem a matéria orgânica em combustão. Mas no fim da tarde

---

59. Ray Cunha nasceu em Macapá, em 7 de agosto de 1954. Além de escritor, é jornalista, profissão que exerce desde 1975. Trabalhou em jornais e revistas de Belém, Manaus, Rio Branco e Brasília. Graduou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPa), em 1987, ano em que fixou residência em Brasília. É terapeuta em Medicina Tradicional Chinesa, formado pela Escola Nacional de Acupuntura (ENAc), de Brasília. Seguem, em ordem cronológica inversa, seus livros publicados: *A Confraria Cabanagem, Romance* (Clube de Autores e Amazon.com), *Hiena, Romance* (Clube de Autores e Amazon.com), *A Casa Amarela*, Romance (Editora Cejup, Belém, 2004), *Na Boca do Jacaré-Açu – A Amazônia como ela é,* Contos (Ler Editora, Brasília, 2013), *O Casulo Exposto* (contos, LGE Editora, Brasília, 2008), *Trópico Úmido – Três Contos Amazônicos* (edição do autor, Brasília, 2000), *A Caça* – Conto (Editora Cejup, Belém, 1996), *A Grande Farra* – Contos (edição do autor, Brasília, 1992), *Sob o Céu nas Nuvens* – Poesia (edição da União Brasileira de Escritores, Manaus, 1982) e *Xarda Misturada* – Poesia (edição dos autores – Ray Cunha, José Edson dos Santos e José Montoril –, Macapá, 1971)

> sopra uma brisa que refresca a cidade e no começo da noite o vento verga os caules dos açaizeiros, e agita os galhos das mangueiras, encapelando o estuário do maior rio do mundo. A maré estava subindo e as embarcações dançavam como se fossem soçobrar, mas, bem amarradas ao trapiche, eram mantidas prisioneiras, lembrando cavalos selvagens recém-capturados. A água surrava a muralha da Fortaleza de São José de Macapá, entrava por um canal e ia dar nas masmorras, onde os presos do Golpe de 64 conversavam.

Nas páginas 48 e 49 deste romance o escritor Ray Cunha usa personagens reais, que participaram de episódicas situações dentro da cidade de Macapá. É recorrente, no decorrer do texto, a presença da Fortaleza enquanto ambiente por onde passam as personagens de sua narração ficcional. Exemplos:

> A Fortaleza soltava-se, aos poucos, na escuridão. À mediada que ia clareando, a fortificação mais se parecia a um navio vagando no inferno"; "A Fortaleza São José de Macapá erguia-se, imensa, na margem seca do rio. Sua existência, de pedras e de sombras, em vez de tranquilizadora, pairava como uma ameaça. E quando o rio avançava e havia vento, a maré chicoteava sua muralha de pedras, assentadas pelos negros, que depois foram para o Curiaú, o Laguinho e os Congós"; e "E assim, sitiada pelo rio, a Fortaleza flutuava na água como um navio fantasmagórico. À noite, as luzes da cidade eram testemunhas daquele vagar infernal: uma Fortaleza flutuando no rio Amazonas, ventre inchado, estourando de vermes e berros noturnos. Ali na Fortaleza São José de Macapá nascia uma nova civilização.

O contista Ray Cunha, expressa com mais fidedignidade o discurso da contracultura em relação ao tempo da ditadura militar. Suas obras são baseadas em casos verídicos como as prisões de amigos seus nesse período histórico de repressão no Brasil. Ele transgride o discur-

so oficial e o dissimulado, o texto encomiástico e o aparentemente contrário ao sistema. Dá a eles o trato de reprocessamento da memória coletiva (assim como uma voz de tantos que queriam dizer o que ele diz), quando recupera o passado a partir de uma relação entre o objeto e o leitor, entre o indivíduo e grupo e entre estados temporais que evocam principalmente o passado e o presente de sua construção literária.

Ele narra o fato comum aos olhos comuns do embarque e o desembarque de passageiros da Amazônia, deixando nas entrelinhas aflorar gestos, cheiros e movimentos da paisagem humana do território amazônico, tão comuns que nem sempre se percebe. Trata a FSJM com metáforas regionais, "um navio no inferno", "um navio fantasmagórico", uma fortaleza que flutua com o ventre inchado, como se fosse um monstro, talvez uma esfinge que espera ser decifrada no tempo.

Os autores Herbert Emanuel e Adriana Abreu escreveram para a Editora Cortez um livro ilustrado destinado ao público infanto-juvenil, no qual descrevem a Fortaleza "como uma tartaruga, graças a seus quatro baluartes e ao revelim" (H. EMANUEL, ABREU, Adriana. 2008. Pág. 06), mas, para os índios Waiãpi, ela é Mairi, "uma gigantesca panela de barro, de fundo pontiagudo e com boca virada para baixo, construída pelos humanos para proteger o povo Waiãpi do incêndio e do dilúvio provocado pelo herói Ianejar, divindade recriadora deste mundo. Bonito, não é? " (*Idem*).

Os poetas costumam colocar nas entrelinhas dos seus poemas relacionadas à Fortaleza, a sua memória, os seus encontros/desencontros com o passado e o tempo presente, como neste trabalho poético de Luiz Jorge Ferreira:

> Quem chega d'outras terras
>
> De épocas mais andadas, pode calar um berro.
>
> - Muitos abençoam a vez de vê-la –
>
> Lá está fixa a enseada. Marrom-amarelada!

Senhora destes ventos de soslaio.
Como se fora, fora a forma geométrica.
Um jogo de damas, espraiada na ponta avançada
Cujas primeiras porções quebradas
Dão ideia do **monstro marinho**
Que lhe rói o piso
[...]

Nesta masmorra apodrece um amigo
Um antigo, um preto-velho, um tempo novo!
E muita coisa, que muita gente quis.
As aberturas, as torres,
Abrem bocas de canhões.
– Cansei de acordar, medo do barulho,
Atirando pólvora ao lado do rio –
1958. Um rádio chiando. Gol do Brasil.
No outro lado. Os franceses invadindo a área
Cabralzinho defendendo. Voavam albatrozes e pousavam marrecas
[...]
O Farol há coisa de vinte anos abriu os olhos pra noite
- Pelo menos foi quando lhe soube da vida –
No pátio interno do Edifício Central.
[...]

Aquele bloco abandonado a lustre.
Ele reflete o rosto do feitor, o ruído do chicote
A hemácia espocada de encosto a dor-do-carregar-pedras.
A falta de pedras te deixou inacabada
- Gorjeios de um rouxinol embalsamado
No suor dos pretos que marcaram a tua estrada
Desde o Macacoari, aos teus lados, caía e doía
[...]

Ah! Lhe tornaram o leito uns tubos de concreto?
Então agora estás só?
Mesmo quando eu que nasci te vendo,
Vá morar mais longe que a vida.
Outros quiçá te vejam com orgulho.
Sonhem contigo, **deusa de pedra.**

Mesmo mirando um pobre passarinho
Que não te conhece a glória.
E te coloca na amurada, afoito, um pouco de fezes
Ao término do alado coito! [**Grifos meus].**

A natureza se insere diretamente com o que o homem produz no espaço. Como produto histórico ele testemunha e ajuda a mudar a configuração do que existe nesse espaço, até mesmo com sua memória, na perspectiva de que tudo aquilo que ele cria é parte da reprodução de sua existência. Nesse contexto a poesia de Luiz Jorge Ferreira se coloca não apenas como a descrição memorial do seu tempo de adolescente, mas também como um produto social onde ele, o poeta, é parte da inevitável dinâmica da cidade. Ele solta seus lampejos memoriais, metaforizando o monumento, chamando-o de "monstro marinho", mas suaviza esse termo no final denominando-o "deusa de pedra". Mesmo longe, o poeta recebe a notícia do funcionamento do farol, mas talvez queira dizer que os olhos estejam mais vigilantes contra os que supostamente querem lhe destruir.

Para a escritora Ester Pena[60] (*), uma das poucas mulheres amapaenses que já publicaram algum trabalho literário relacionado à

---

60. Maria Ester Pena Carvalho é de formação em Ciências Sociais. Atualmente é acadêmica do curso de Administração Pública (UNIFAP). Defensora da bandeira contra a corrupção e defesa do patrimônio público, histórico, artístico, cultural material e imaterial do Estado do Amapá. Servidora Pública Estadual; Conselheira Nacional de Políticas Culturais – Arquivos (CNPC 2015-2017; Presidente da AARPAP (Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Amapá), associação que tem por princípio resgatar, contar, mostrar, divulgar, ou seja, tornar conhecida a história, identidade, tradição e

FSJM, o monumento é o *locus* da sua escritura inicial no seu primeiro e premiado romance. O texto de "As Aventuras do Professor Pierre na Terra Tucuju" se constitui, de fato, uma marcante viagem na história do Amapá. Talvez baseado na história do francês Paul Lerouge, professor e preso político que já citei quando me referi à episódica Operação "Engasga-Engasga", o romance o traz como principal personagem (O professor Pierre), que tem o poder de viajar no tempo, como veremos abaixo:

> **AS AVENTURAS DO PROFESSOR PIERRE NA TERRA TUCUJU**
>
> CAPÍTULO I – O professor Pierre e sua Máquina do tempo
>
> A força policial do período, a antiga Guarda Territorial, sediada na histórica Fortaleza de São José de Macapá, parecia impotente para conter o avanço desse estranho movimento, que dava ares de ter como objetivo atemorizar a população e desmoralizar os militares no poder (Pág. 17).
>
> Decidiu subir devagar em uma árvore enorme de muitos galhos e folhas largas, e nem precisou subir muito para conseguir visualizar o rio Amazonas e a Fortaleza de São José de Macapá. Mas com certeza não estava na mesma época. Tudo era diferente. A cidade sequer havia chegado ao local onde Pierre morava (Pág. 20).
>
> Apagou de novo e acordou em casa, rodeado de policiais civis e da Guarda Territorial. Tentou pedir socorro, mas a resposta que recebeu foi ter seu corpo virado de bruços pelos policiais, e ter suas mãos puxadas para

---

memória do Estado do Amapá. Escritora integrante da APES (Associação Amapaense de Escritores) e REBRA (Rede de Escritoras Brasileiras) autora das obras "As aventuras do professor Pierre na terra tucuju". François, o boto. Participa das antologias "Assim escrevem as brasileiras"; "Ainsi écrivent les brèsiliennes" e "Poesia na boca do rio". Participa do espetáculo Liras & Mocambos. Também é militante dos grupos literários e culturais.

trás, com muita brutalidade. E então veio o pior, a dor que sentiu quando suas mãos foram amarradas com arame.

Em seguida foi jogado na traseira de uma caminhonete preta, que parecia estar caindo aos pedaços. Foi levado para dentro da Fortaleza de Macapá, e lá dentro ainda percebeu que havia outros presos. Todos eram tratados com igual crueldade, sendo chamados de porcos subversivos, comunistas malditos, e outros adjetivos piores (Pág. 21).

Jean Pierre olhou em volta e seus olhos se inundaram com aquela paisagem maravilhosa. Tudo era diferente, era mais selvagem. Não se via mais a fileira de canoas encostadas ao longo do canal da Fortaleza, nem o estaleiro e nem o imponente Hotel Macapá, do outro lado do canal (Pág. 22).

Se ainda estavam construindo a Fortaleza em Macapá, então era alguma manhã perdida entre os anos de 1764 e 1782, não tinha como saber. Pierre torcia para que o quilombo do Curiaú já estivesse instalado, e que o negro conseguisse motivar outros companheiros para a fuga, já que começava de novo a sentir seu corpo formigar. Sabia que logo desapareceria dali, deixando os escravos pensando que ele era um espírito que lhes incentivava a fugir.

Sua fantasmagórica aparição renderia frutos meses depois, quando um grupo de negros, liderados pelo negrão, fugiram após um combate, no qual foram trucidados os feitores e os condutores de uma barcaça que trazia pedras pelo rio Pedreira para a construção da Fortaleza de Macapá. (Pág. 24).

Entretanto, Pierre, que havia sumido de repente da construção do piso da Fortaleza, mesmo acordado, surgiu repentinamente no mesmo calabouço em que havia sido jogado, só que de novo em 1973. E dessa vez rodeado de guardas, alguns até velhos conhecidos, mas que faziam questão de demonstrar que sentiam por ele um enorme desprezo e nenhuma piedade:

– Sim? Não disseste que o velho francês tinha sumido? Olha ele ai!

> – Mas ele não estava mesmo! Olha como a mão dele está solta! Não disse? É isso mesmo, eles são muito espertos ou sei lá o quê! Cadê o arame?
>
> Procuraram em vão no calabouço escuro, foram buscar um novo arame e amarraram de novo as mãos do velho professor, e depois saíram ainda discutindo. Um deles afirmava que aqueles comunistas "tinham parte com o diabo", enquanto outro zombava, demonstrando que, no fundo, sabia que tudo aquilo era uma mera encenação. (Pág. 26).
>
> Mesmo assim, permaneceram no avião ainda por horas, e depois foram retirados e levados de volta para suas celas na Fortaleza de Macapá, e desta vez, por iniciativa do inspetor de polícia encarregado da condução do grupo, que resolveu desfilar com os prisioneiros pela cidade, foram então retirados do carro na Avenida Cândido Mendes, de onde seguiram a pé, sob a mira de velhos fuzis e metralhadoras "Ina", na direção da entrada da Fortaleza (Idem).

O livro é uma metafórica viagem que traz como característica o gênero fantástico da literatura. Trata de uma aventura suave e é um convite ao interlocutor para que ele faça parte da história.

Como se fosse um filme, o professor Pierre está sempre viajando na sua máquina do tempo, mas paradoxalmente sente as dores no presente, ao ser torturado nos calabouços da FSJM durante a sua prisão memorial. Mas se liberta das correntes reais para imaginar em diversas passagens que se encontra livre. E assim, revê fatos memoráveis da construção da edificação, desde o seu início.

É a própria autora que explica que "a FSJM representa suas histórias, memórias, tradições e identidade amapaense, pois a partir dela se pode recriar um milhão de interpretações, desenhos ou escritos reais ou ficcionais"[61]. Para ela, o monumento faz mexer com o seu imaginário, pois, "as emoções estão talhadas em cada pedra na

61. Parte de uma pequena entrevista que fiz com autora sobre sua obra.

qual repousa a história do mundo ali alicerçada. E ela é matéria prima: suor, sonho e sangue de escritores, amantes da história e da literatura. É identidade de todo um povo".

Ester informa que

as transformações no mundo criam um forte simbolismos em nossa existência. Maneiras de agir, de pensar e de ser são moldados com isso. O arcabouço cultural deixado é forte, sem dúvida, presente em nossos corações e almas mas precisa ser referendado, lembrado e o tempo todo revisitado. Isto é essencial à interação da dinâmica local, e outra ponta do conhecimento para as gerações do porvir.

Precisamos cuidar bem da nossa memória para manter viva nossa história. Luta diária pela preservação de nossas identidades. Mostrar ao povo o quão importante e representativo a interação entre as pessoas e as transformações na paisagem é um trabalho para toda vida seja na educação, na cultura ou como sopro no turismo local.

História não contada é história morta. A FSJM é um marco no mundo e na alma amapaense.

> As referências literárias expostas no presente capítulo trazem as preocupações sociológicas devido sua correlação entre a literatura e a sociedade, sem buscar condicionamentos estéticos ou outro caminho que não seja essa correlação. No caso da temporalidade do período ditatorial em Macapá, a questão das identidades perpassa pelos textos ancorados na memória dos escritores e deixam a FSJM como o *locus* de diversas manifestações sociais, políticas e culturais ao longo de sua permanência, tão eivadas de significados nos discursos de toda ordem, emanados pelos detentores do poder e por aqueles que só tinham o poder da escrita.

5

A CRIAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ E AS NOVAS IDENTIDADES (1988-2016)

Com o fim da ditadura militar e o reestabelecimento do Estado Democrático no Brasil, em 1985, o Amapá ainda teve três governadores indicados até 1990, ano da primeira eleição para governador, depois de sua transformação em Estado da Federação, ocorrida com a Promulgação da Constituição de 1988.

A descontinuidade do poder de sucessivos governos levou os planejadores a realizar uma série de mudanças físicas na orla da cidade e no entorno da FSJM, sem que a população tivesse o direito de opinar, mesmo através dos seus representantes legítimos. Tratava-se de uma política urbana cartesiana, vinda sempre "de cima para baixo".

De acordo com o professor Alberto Tostes, pesquisador e arquiteto da UNIFAP, em palestra realizada no dia 18 de novembro de 2009, "desde 2000 a FSJM já recebeu mais de 30 projetos de restauração". A mais significativa, no entanto, foi a de 2006, que culminou com a inauguração do Parque do Forte, no lado sul, que após intensa propaganda institucional ficou conhecido por "Lugar Bonito". Ao lado de toda a exuberância que lhe foi dada esteticamente, o que lhe valeu o prêmio da revista "Caras" como uma das Sete Maravilhas do Brasil, o vandalismo e a falta de manutenção pelo poder público começou a incomodar camadas da população mais conservadora e os frequentadores do lugar. Por si a FSJM está presente no dia-a-dia da sociedade

como um símbolo que marca a cidade, embora em seu entorno ocorram situações que em nada combinam com esses valores. A pichação de suas muralhas, a falta de manutenção, a criminalidade e a insegurança promovem o afastamento dos usuários do lugar.

Em 1998, o governo estadual revitalizou o trapiche Eliezer Levy, que anteriormente era de madeira e principal porto de Macapá, diminuindo-lhe o tamanho em cerca de 200 metros, mas com um restaurante no seu final, ligado por um bonde elétrico de passeio para atender à demanda turística. Infelizmente a administração atual do governo estadual (gestão do governador Waldez Góes) não manteve a proposta do governo da época e abandonou suas instalações, deixando-o que pessoas usuárias de drogas o usassem como refúgio.

Ao meio dessas transformações na paisagem, o rio Amazonas e a FJSM são as únicas permanências que restaram de um longo tempo de mudanças e de decisões de intervenção urbana para a área. É aqui, portanto, que trabalhar com a memória exige um grande esforço dos habitantes da cidade que nela já moravam antes do inchaço populacional da década de 1990, com a chamada “Zona Franca” de Macapá, na realidade uma Área de Livre Comércio de Macapá e Santana que não teve longa duração, considerando aspectos políticos e econômicos que interferiram na sua manutenção e continuidade.

Para ser o que é hoje para o povo da cidade de Macapá, a FSJM passou por inúmeras restaurações, mas se estabeleceu na paisagem como um elemento de referência para todos os planos diretores realizados e para os não executados pelos governos municipais e territoriais.

5.1. REFERÊNCIA IMAGÉTICA

A fortificação tornou-se um ícone-referência após as facilidades da mídia ao colocá-la com símbolo indelével da cidade, que está presente em todas as representações institucionais dos governos. Bem antes da transformação em estado (Na administração Annibal Barcel-

los – 1979/1985), já haviam sido realizados concursos para a escolha de bandeira e brasão da nova unidade da federação que não tardaria a vir. Seus símbolos são:

A BANDEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ

Escolhida como símbolo do Estado, através de uma comissão designada pelo governador Annibal Barcellos, e oficializada pelo decreto nº 4, de 30 de janeiro de 1984. O mesmo decreto foi revogado pelo governador que substituiu Barcellos, Nova da Costa, introduzindo outra bandeira (Decreto nº 16, de 16 de junho de 1989), mas ele foi, em 10 de abril de 1991, revogado por Barcellos (decreto nº 0059), quando primeiro governador eleito, fazendo voltar a que constava do decreto 4120/1984.

Sua simbologia busca demonstrar, através da figura geométrica da Fortaleza de São José, o passado da população do Amapá que originou e propiciou a evolução da cidade que hoje é a capital do Estado. Seu formato retangular emoldura a bandeira amapaense baseada nas cores azul, verde, amarelo e branco, seguindo o exemplo da bandeira nacional, acrescido do negro. As cores do pavilhão amapaense são representadas da seguinte maneira:

Azul: Representa o céu e a Justiça. Verde: Perfaz 90% da área do Estado; representa a floresta nativa – ainda preservada – a esperança, o futuro e o amor, além da liberdade e a abundância. Amarelo: representa a União e as riquezas do Subsolo. Branco: Tem a simbologia da pureza, da paz, do desejo de segurança e da união entre seus habitantes, evitando-se a discórdia entre poder público e seus moradores. Negro: representa o respeito aos antepassados que enalteceram a região. Estas interpretações estão contidas no Decreto 4120/1984 (Fonte: Edgar de Paula Rodrigues).

Bandeira do Estado do Amapá.

O BRASÃO DE ARMAS

As Armas Estaduais são compostas por um escudo laureado pelas cores azul e vermelho, que retratam o antigo uniforme da Guarda da Fortaleza. A feitura das Armas Estaduais deve obedecer às seguintes disposições:

Brasão de Armas do Estado do Amapá.

I - Ao topo a estrela branca e as arestas amarelas simbolizando o surgimento de mais um Estado da Nação. A cor branca simboliza a pureza, a serenidade e paz. O amarelo nossas riquezas.

II - Logo abaixo, a faixa com os dizeres "Aqui começa o Brasil".

III - Na parte superior do Brasão, nos lados esquerdo e direito, são apresentadas as formas da Fortaleza de S. José de Macapá.

IV - Seguindo as laterais, verificam-se as formas dos escudos nobres, até juntarem-se os lados, com retas e semicírculos de raios opostos, sendo que um dos raios internos dos que estão situados do lado direito tem como ponto de partida a Capital do Estado.

V - O Brasão é de ordem do corte horizontal, sendo que este representa a linha divisória do hemisfério, ou seja, a linha do Equador, com o seu marco 00 graus, 00 minutos e 00 segundos, localizado em Macapá.

VI - No interior tem-se o mapa geográfico do Estado do Amapá, mostrando a riqueza de solos, dada a sua expansão no espaço que ocupa da Federação. Sua cor amarela representa as riquezas minerais, no solo e no subsolo. Simboliza, ainda, a união, a fé e a constância nos atos.

VII - No centro do mapa tem o **amapazeiro**, árvore que deu origem ao nome Amapá, por ser pomposa no seu porte e rica em madeira de lei; seu leite, folhas e frutos serviam como medicamento e alimento aos primeiros habitantes dessa terra. Sua cor verde-musgo representa a esperança, a fé no futuro, o amor, a liberdade, a amizade, a abundância e a cortesia.

VIII - ao pé do amapazeiro apresenta o mesmo verde simbolizando, ainda, os nossos férteis campos agrícolas.

IX - Abaixo da linha do Equador, ou seja, ao corte nobre horizontal, enraiam-se vinte e cinco (25) arestas negras, fazendo lembrar a convergência para um ponto comum no mapa do Estado, cuja cor simboliza a honestidade vivida e pregada, a obediência à Lei e à autoridade, a desilusão, a tristeza, a aflição e a morte.

X - O Brasão é guardado ainda, pelas palmas protetoras do amapazeiro e seus frutos. Os dois segmentos de palmas são unidos por um laço branco, simbolizando a fita do Divino Espírito Santo (folclore amapaense). [Fonte: Edgar de Paula Rodrigues].

O HINO DO ESTADO

O Hino do Estado do Amapá é composto pelo poema denominado "Canção do Amapá", cuja letra é de autoria o promotor de justiça Joaquim Gomes Diniz e a música e arranjos do maestro Oscar Santos. A adaptação é em Fá Maior, para canto e em Si Bemol para execução, por bandas de música. A Canção do Amapá, considerada, pela Constituição Estadual de 1991, o Hino do Amapá, foi vencedora do concurso sobre o Hino do Amapá em 16 de abril de 1944. Foi efetivado pela primeira vez como hino oficial, pelo decreto nº 008, de 23 de abril de 1984, confirmado em 16 de junho de 1989 (Decreto nº 0018-E) e ratificado em 10 de abril de 1991 (Decreto nº 59). [Fonte: Edgar de Paula Rodrigues].

CANÇÃO DO AMAPÁ
Letra de Joaquim Gomes Diniz
Música de Oscar Santos

Heia povo destemido
Deste rincão brasileiro.
Seja sempre teu grito partido
De leal coração altaneiro
Salve rico o torrão do Amapá
Solo fértil de imensos tesouros
Os teus filhos, alegres, confiam
Num futuro repleto de louros

Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil

Hão de ver deste povo a porfia,
Pelejar nestes céus cor de anil

Heia povo herói, varonil
Descendente da raça guerreira
Ergue forte, leal, sobranceira,
A grandeza de nosso Brasil
Salve rico o torrão do Amapá
Solo fértil de imensos tesouros
Os teus filhos, alegres, confiam
Num futuro repleto de louros

5.2. REFERÊNCIA LITERÁRIA

Deve-se rememorar que o ano de 2008 foi marcado por muitas comemorações pelos 250 anos da fundação da vila de Macapá. Neste ano, Escolas de samba do grupo especial da cidade, como a Associação Universidade de Samba Boêmios do Laguinho e a Associação Recreativa Escola de Samba Piratas da Batucada fizeram seus enredos baseados nesse acontecimento.

A Agremiação Carnavalesca Beija-Flor de Nilópolis apresentou e venceu o carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro com o tema "Macapaba - Equinócio Solar: viagens fantásticas ao meio do mundo", de autoria dos carnavalescos Laíla, Fran-Sérgio, Ubiratan Silva e Alexandre Louzada, cujo samba enredo fala sobre a FSJM:

A mão de Ianejar
Na Fortaleza pela proteção da vida
Em São José de Macapá
Brilha Mairi a minha estrela preferida[62]

---

62. Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/02/369709-beija-flor-ilumina-sapucai-com-sol-de-macapa.shtml > Acesso:05 Mai 2015

Esses versos são uma referência ao mito fundador dos índios Waiãpi, já citado no capítulo I, onde o herói Ianejar conduz seu povo em uma grande casa de barro chamada Mairi, em busca de um lugar para morar e para que se livrem dos estrangeiros brancos que os atormentavam. Até que um dia, após sucessivos cataclismos (um grande incêndio na floresta e um dilúvio), chegam às margens do grande paraná (o rio Amazonas). Como o tempo mítico é circular, certa vez, ao visitarem Macapá, um grupo de índios Waiãpi acreditou que a FSJM era a Mairi (Grande Casa de Barro) do mito.

Nesse ano muitas instituições, civis, militares, religiosas e a sociedade em geral aproveitaram a data para emitir suas expressões amorosas sobre a cidade, ao lado da FSJM e de outras representações que a caracterizam, como o monumento do Marco Zero do Equador, por exemplo.

As instituições locais mandaram imprimir dezenas de peças publicitárias quase sempre com a imagem oficial da foto aérea do chamado "Lugar Bonito", o Parque do Forte, amplamente divulgada pela agência Amazoon Sistema de Comunicação, que fazia serviços exclusivos para o Governo do Estado.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT produziu um selo e um postal com os principais ícones físicos da cidade. Na peça chamava Macapá de "Guardiã da Amazônia" e estampava um logotipo dos 250 anos com uma guarita (da FSJM) escura envolvida em uma bandeira do município e, acima, um guará vermelho estendia suas asas. O verso do postal trazia o seguinte texto:

> 04 de fevereiro de 1758.
>
> Aqui a história se contorceu, houve enfrentamentos e sangue, surgiram heróis e mártires. Foi o início da luta e da determinação de homens e mulheres. Aqui o rio Amazonas, indiferente a tudo, abre sua boca num estuário imenso. Tolda de barro as águas azuis. Serpenteia por igarapés, invade floresta, oscila nas marés e nas estações. Na frente, só o céu e as

> águas. Ao lado, aparece a Cidade de Macapá, densa de história. **Com seu forte de São José, imponente, heroico, sombra da missão que lhe deram de defender este lado** [grifo meu].
>
> [...]

Por conta própria, poetas como Roberto Serra, que também é professor da rede estadual, exprimiram seus sentimentos poéticos de forma explosiva e nativista, e os divulgaram como postais impressos sobre a fotografia da fortaleza. No poema abaixo, Serra afirma (poeticamente) que a nação tucuju (índios que habitavam a região no tempo da construção da FSJM) surgiu da grandeza da fortaleza.

> **SENTINELA DO NORTE (1782)**
> À margem esquerda do rio
> mora a sentinela de pedras, sangue oleiro e cal
> Nasceu das plantas de Gronfels
> Onde canonizaram baluartes santos, na pentagonal
> determinação defensiva e lúcida de Galúcio.
>
> As lágrimas desceram o Rio Pedreira;
> Enquanto invasores rondavam a coroa,
> corpos negreiros e indolentes tapuias
> transportavam pedreiras em jangadas e canoas
> mergulhadas nos suores sedentos das cuias.
> As lágrimas desceram o Rio Pedreira;
>
> Quilombos surgiram nas campinas
> dos rios Uanará-Peru, Flexal e Araguari
> procriando antepassados nas endemias
> formando o povo guerreiro dos nossos dias.

As lágrimas desceram o Rio Pedreira;
A sentinela ouviu a república,
virou curral, quartel de animais
e os espíritos voltaram a chorar nas masmorras
de novo...
Oprimindo um inimigo invisível,
Seu próprio povo.

Hoje, as gerações do rio mar abraçam
a história na verdadeira fé
de uma nação tucuju
que surgiu da grandeza
de uma Fortaleza de São José.

Os escritores Joãozinho Gomes[63] , Luli Rojanski e Almeida Júnior, entre outros, também se expressaram de forma poética e/ou ficcional sobre a FSJM, onde a questão da identidade se ressignifica em seus conceitos.

Necessário se faz, pois, apresentar o poema de Joãozinho Gomes, abaixo. Uma poesia aguerrida, que busca uma identidade local através do tema; que vislumbra um sonho no qual o eu-lírico constrói imagens e mergulha nas raízes da história, com autoconfiança, sentimento de pertencimento e de envolvimento com a sociedade local.

---

63. Joãozinho Gomes. Poeta e compositor paraense - radicado no Amapá - nasceu em 20 de outubro de 1957, na cidade de Belém do Pará. Iniciou suas atividades poética e musical na década de 1970. Em época atual, reconhecidamente como um dos mais férteis poetas-letristas da sua geração, Joãozinho Gomes ostenta uma obra que agrega parceiros – compositores e poetas – de várias regiões do Brasil. A sua produção poética e musical consiste em aproximadamente mil canções e cinco livros, dos quais cerca de duzentas canções foram gravadas por seus respectivos parceiros e, apenas um livro fora editado, “A Flecha Passa e poemas diVersos”; recentemente teve seus poemas editados pela Revista Brasileira 84, da ABL- Academia Brasileira de Letras. Assim sendo, somente vinte por cento de sua extensa obra está publicada.

IV CANTOS DO TEMPO

À Fortaleza de São José de Macapá

I

Âncoras ao rio
gente ao calabouço
grilhões cavando corpos
em busca de ossos
ainda ouço – ouço
o baque seco
do aço ao osso – o eco surdo
o gemido úmido do
índio e do caboco, o grito de
dor em quimbundo, o áfrico
choro aos abortos:
ouço **a corte**
assassinar os nossos
a foice trabalhar o corte
o aço ao osso
ouço a morte
o sangue gotejando
ao calabouço marca o tempo
do remorso – soluço
de um fantasma moço.

II

Aos arcos expõem o teu silêncio
um barulho de passos
ainda range aos ferros do martírio
correntes arrastando
os nossos pelos corredores
(medonho tilintar de tenebrosos guizos)

passo a passo iam nus ao cárcere
– anti-humano o tempo disto! –
descalços sobre o chão de pedra bruta
pés ensanguentados foram ao sacrifício.
Aos arcos, as marcas desse tempo
são povos que passaram aflitos
coaguladamente negros
coaguladamente índios… aos gritos!

III
O povo caminha
sobre as pedras
dentro do Ente triste.
(dentro doente o
povo) Sobre ele
um abismo de flange
aflige o amazonas
carrega em si
um afluente inteiro
para encher o pote.
Na cela; o choro
trêmulo de quem
repele a morte,
é sinal de luta na
rispidez das pedras.
São fantasmas e
crianças conjugando
a mesma "…sorte".

IV
Farrapos após séculos!
Eis aqui a miserável obra

do destino imenso,
não viste ainda
a imperfeição dos traços?
Olha para este quadro,
moldura de mogno magno
e tela de panos parcos.
(obsoletos paletós
ex-postos em corpos soberbos
expostos em mórbido espaço)
Qual ser
de tamanha galhardia fora outrora
dessas vestes usuário?
Quem as doou a este povo
(mísero donatário)
o fez por sabedoria
ou para vangloriar-se
de tão "nobre" ato?
Hoje quem as veste
sabe como cerzir os trapos,
e os enxágua
na água do amazonas,
como se lavasse a própria alma
miseravelmente em farrapos (GOMES, 2013. Pág. 57/60).

O poema fala de prisioneiros e degredados que vão ao sacrifício das tormentas, dos castigos. Descreve a bruta vida diária dos primeiros tempos da construção. Fala de negros, caboclos e índios, que deixaram suas vozes no calabouço da história, com marcas existenciais de sangue coagulado, como se a história passasse e só restassem hoje seus gritos de angústia ecoando pelas paredes. Repete o insofismável quadro do "Ente triste", onde o povo, aquela sociedade do período da ereção, "caminha sobre as pedras" doente,

mas resiste aos males e às ameaças de morte. Fala de farrapos, da “miserável obra do destino imenso”, um destino empobrecido como os andrajos dos soldados que um dia tiveram “tamanha galhardia”; e dos que vestem os “obsoletos paletós” e lavam suas sujeiras na “água do Amazonas”.

Decerto, o poeta evoca o pensamento heraclitiano para sentir as temporalidades contidas no poema, pois para Heráclito ninguém toma banho no mesmo rio duas vezes. E a alma a ser lavada, para o poeta, é doída, sofrida e retrato da condição que as personagens, reais, fictícias e anônimas passaram na história, fazendo com que o leitor compreenda que a FSJM é o lugar da enunciação do discurso das identidades amapaenses.

Joãozinho Gomes costuma usar a FSJM como tema de seus trabalhos poéticos e musicais. Em entrevista a mim, disse que

> a Fortaleza de São José de Macapá é o cenário predileto de minha verve quando penso em retratar, em traduzir o Amapá, seja em textos escritos para serem musicados, ou em textos escritos para versarem músicas, ou em textos escritos para serem editados em livros. **A Fortaleza de São de Macapá paira permanentemente em minha imaginação** me impondo uma espécie de cobrança ancestral a levar-me naturalmente a reverenciar a sua colossal imponência e importância histórica e cultural para os amapaenses, para os amazônidas, e, por que não, para os brasileiros?! **A Fortaleza de São José de Macapá é uma das mais importantes matérias-primas da minha poesia tucuju** [grifos meus].

Uma de suas músicas traz a experiência da substância poética da qual se alimenta. Abaixo a música “Templo de pedra e sangue”, feita em parceria com o compositor amazônida Nilson Chaves:

> Eu vim (pra) fazer a festa
> guerrear contra a tristeza

nesta cidade floresta
dentro dessa Fortaleza. ..

O belicoso templo
de pedra e sangue
fora outro outrora,
ora abriga as artes,
enquanto
a ele o tempo ora.

Há vinte de nós
a decantar a sua história!
A frente de nós
há de cantar a sua história
legião de poetas
que carrego na memória. [grifos meus].

Inserido no processo cultural do Amapá, onde milita há cerca de duas décadas, Joãozinho Gomes se refere ao monumento desta forma:

> Fortaleza de São José de Macapá é a maior documentação da nossa história, aqui edificada, acredito! **Nela está o DNA da nossa origem**. Creio que a partir de pesquisas aprofundadas - e, isso bem que poderia ser providenciado por nossos governos - a respeito de sua nada feliz, mas importantíssima história, poderemos chegar a origem da nossa própria história, da nossa existência enquanto brasileiros, amazônidas, amapaenses que somos, não?
>
> Ela é a identidade do Amapá, é o seu maior símbolo confeccionado pelas mãos do homem, né!? Assim, concorrendo em inferior condição, porém, de maneira amistosa, com outro símbolo, este mais majestoso, confeccionado pelo poder de Deus, refiro-me ao poderoso Rio Amazo-

> nas ("**Este rio é Deus/ Em estado líquido**/ Por isso ser/ Deste tamanho"). Ambos são símbolos que orgulham o povo amapaense, que adora falar e ouvir que a Fortaleza de São José de Macapá é linda, grande, a maior do Brasil etc. **A Fortaleza de São José de Macapá não é só uma edificação colossal ao sentimento do povo amapaense; é, sim, a logomarca da sua existência**, penso eu [grifos meus].

Entre os escritores contemporâneos que escolhi para a realização deste trabalho está Almeida Júnior, autor de "Conversa na Sala", um livro de contos, crônicas e poemas que trazem a projeção história da FSJM como tema basilar. Sua expressão literária sobre o monumento se resume a um passado histórico descritivo, transitando em estilo romântico.

Seu poema "Fortaleza Cristã" enfoca certa estrutura histórica da conquista americana e a fixação do colonizador luso e seus valores religiosos que terá de impor aos índios da floresta e negros do além-mar. Sua viagem literária também traz conceitos que se incompatibilizam nos versos no texto, ainda que neles queira deixar uma relação com os entes da floresta. O texto também traz a voz (e a ideologia) do conquistador, embora narre as condições precárias da construção e os castigos impostos aos trabalhadores compulsórios.

> **AMAZÔNIA**
> O aeroplano ficou guardado sob os olhos dos soldados do Forte. Magnífica obra da engenharia lusitana. Construída pedra sobre pedra, consumiu décadas do tempo e muito sofrimento humano para ser erguida. Ali, homens brancos, negros e índios, mulheres e crianças também, e velhos, alguns muito velhos, suaram seu suor de sangue, viveram sua *via-crucis*, uns com chibata nas mãos outros com arreios nos ombros. Cercados por um dos lados pelo Dulce Mar e pelos outros a implacável muralha verde permeada de frestas e olhos espreitando vigilantes e assombrados, e silvos, muitos silvos, e sendas, poucas sendas, com pegadas e marcas, marcas estranhas deixadas à noite, e silvos, muitos silvos.

Iniciativa com a marca Pombalina, no ano do Senhor de 1764. Um ano dentro da sua década de poder, um poder real de monarca, nas mãos sem cedro. Apenas um mandato com a marca do anel real, na cabeça não se via coroa alguma, apenas planos, muitos planos, planos e estratégias de poder e conquista. Veio sem vir, e fez valer a vontade de Dom José, o Gordo, o Rei, este sim vestindo coroa e dormindo além mar. Garantiu deste lado do Atlântico uma praça de guerra inviolável aos inimigos de qualquer língua, vindos de qualquer lado, montados sobre cavalo ou dragão, ou soprados nas velas, armados com qualquer poderosa arma aniquilante de ferro e fogo. Dali não passariam, seriam detidos e expulsos se vivos ainda estivessem.

Para a construção daquele altar da guerra, abrigo suntuoso da morte, fez vir técnicas e desenhos de Vauban, o Formidável, o Engenheiro, sim, o outro Marquês, admirado em Portugal, o rei que não era rei, mas reinava como um rei dos dois lados do oceano. Uma suntuosa fortaleza ergueu-se ali, garantindo um território verde irreconhecível, intraduzível, indefinível, inviolável, assombroso, misterioso, mágico, paradisíaco e infernal. Quixito resumiria liricamente em prosa aquela empreita do rei que não sabia reinar, mas que mandava no quase rei político e astucioso, visto com os próprios olhos (ALMEIDA JUNIOR, 2014. Pág. 63-6).

FORTALEZA CRISTÃ

El-Rei Dom José Primeiro, sem saber ao certo
O que fazer, em que lugar
Fez vir Galúcio, determinado e hábil, Vauban febril,
"Faz ser nosso sem contestação, o que é nosso é até então"
Uma a uma, pedra por pedra,
Suntuoso e monstro ergueu ali,
À sombra da expedicionária cruz,
O castelo da morte, o altar da guerra e da luz.

Bem ao largo, úmida e hostil,
Espiava tudo a floresta inteira

Riam muito, assustando os negros,
O Saci, o Curupira, e a onça, rainha sorrateira.
O chicote em punho, com suor do povo, umas nas outras,
Fez colar, as cantarias da muralha de Macapá.

Consumada a obra, efetivando o mapa,
Sem conhecer o futuro, e o que ao certo haviam feito,
Sorriu seu sorriso de Rei, El-Rei dom José Primeiro,
"Se o império ibérico arruinasse um dia, seria bem aí que eu moraria"

Oh, naus corsárias de França e Holanda,
Vindas do longínquo hemisfério de lanças em punho,
Com seus caninos a morder o vento,
Encravada à terra, lhes espera agora,
A conquistadora guardiã cristã,
Imponente e brava resguarda a foz de um rio,
Este, amazônico e doce, luso mar.
"Trancada a porta, por onde pretendem passar? " (Idem).

A escritora Luli Rojanski, paranaense, é contista e cronista. Fixou-se em Macapá na década de 1990. É professora estadual e foi diretora da Biblioteca Pública Elcy Lacerda. Publicou em seu livro "O Lugar da Chuva" o texto abaixo, escrito com suavidade e sensibilidade, dando a ele um ar de contemporaneidade. Nele a autora vivifica as cenas movimentadas na praia de sedimentos da frente da cidade, que ocorrem quando a maré baixa. É termino das férias escolares e ali, os meninos nem sequer percebem o que há de tão importante na FSJM. Eles soltam papagaios e correm quando a maré enche até se acenderem as luzes do trapiche, no seu dizer nostálgico. A narração de Luli Rojanski é um retrato da cidade, onde a diversão dos ribeirinhos que moram no entorno da fortificação faz parte de um cenário permanente entre ela o rio.

MENINOS DE JULHO

[...]

Os meninos de julho amanhecem colorindo com pipas o céu às margens do Amazonas dourado, cujas águas ondulam desde o princípio do mundo. Circundam a secular Fortaleza de São José, onde dormem os negros que a construíram, iluminados pelo sol menino que penetra as paredes pétreas. Correm incansáveis e descalços sobre o sedimento da praia, até que se acendem as luzes do trapiche, até que julho termine.

Agora que o menino está sonhando, Macapá sente a falta de pipas cruzando o céu, transportando o sonho de voar do menino (ROJANSKI, 2001. Pág.79).

Tanto quanto nos escritores acima, o exercício da expressão da memória está presente nas obras do ex-governador João Alberto Capiberibe e Obdias Araújo[64].

O primeiro trabalha as suas origens caboclas e o segundo constrói elementos surreais e metafóricos para expressar seus sentimentos identitários em relação à FSJM.

Clarões da Alma

A Fortaleza imponente, ao lado, que bela paisagem que a história nos legou e que preencheu meus sonhos por anos e anos...

Cresci íntimo com o rio e suas praias lamacentas. Pescava e perambulava entre a Fortaleza e o Igarapé do Jandiá, território livre da minha segunda infância, que me conservou a cultura ribeirinha do Juruá. Orgulhava-me do trapiche enorme avançando no mar doce, desafiando as marés, apontando, poeticamente, para a lua cheia (CAPIBERIBE, 1998. Pág. 57).

---

64. O cronista João Alberto Capiberibe, como o dissemos antes, no capítulo anterior, foi prefeito de Macapá, governador do Amapá e agora é senador da República. Tem 71 anos e já publicou livros de interesse político. Obdias Alves de Araújo, 56 anos, publicou três livros de poesia entre eles "Praça, Pinga, Poesia e Mágoa", edição do Autor, Macapá - 1997.

Ressalte-se que o presente texto está em uma coletânea organizada especialmente para a inauguração do novo trapiche Eliezer Levy, que perdeu suas funções de ancoradouro e se tornou lugar de atração turística na frente de Macapá, ao lado da FSJM.

Obdias Araújo também é irmão dos poetas Jeconias e Hodias Araújo, a quem me referi no capítulo anterior. O poema, inédito, foi escrito desta forma:

> Tu sabias
> que a Fortaleza
> foi toda construída
> no Curiaú?
> Diz que o Sacaca
> o Paulino e o Julião Ramos
> vieram em cima da Fortaleza
> varejando até chegar na beira do Igarapé Bacaba
> onde amarraram a bichona na Pedra do Guindaste
> e foram tomar uma lá
> no boteco do sêo Neco.
> Diz que o o Alcy escreveu uma crônica
> E o Pedro Afonso da Silveira Júnior leu
> Oito horas da noite
> no Grande Jornal Falado E-2.
> Diz que, né?
> Diz que o mestre Zacarias
> vinha em cima do farol
> tocando um flautim feito
> com as aparas da porta de ébano...
> E que Dona Odália vinha fazendo
> flores de raiz de Aturiá
> sentada no maior de todos os canhões
> brincando com a Iranilde
> que acabara de nascer.
> Diz que o Amazonas Tapajós vinha

cantando ladrões de Marabaixo
-ele, o Edvar Mota e o Psiu.
E o João Lázaro transmitia tudo para a Difusora.
Diz que até o R. Peixe pintou um mural
-aquele que ficou no pátio da casa do Isnard
lá no Humilde Bairro de Santa Inês
de onde foi roubado pelo Galego e trocado
por duas garrafas de Canta Galo
e uma de Flip Guaraná, lá na Casa Santa Brígida…
Hoje Macapá amanheceu bem
mais triste que de costume.
Roubaram a Fortaleza!
Levaram o velho forte! De madrugada
Dois ou três bêbados remanescentes
viram passar aquela enorme coisa boiando
rumo Norte, parecida uma usina
de pelotização.
Andam comentando lá
pelo Banco da Amizade
que foi o Pitoca
a Souza
o Quipilino
o Pombo
o Zee e o Amaparino…
E que o Olivar
do Criôlo Branco
e o Cirão
estão metidos nessa história.
Eu, hem!

O ROUBO DO FORTE VELHO[65]

65. ARAÚJO, Obdias, O roubo do forte velho. Canto da Amazônia. 2011. Disponível em:< http://fernando-canto.blogspot.com.br/2011/11/obdias-araujo-novo-poema.html. > Acesso em 09 jun.2015.

Todas as pessoas citadas no texto, bem como os lugares, existiram ou existem ainda. **São elas**: Sacaca, conhecedor de ervas, curandeiro; Paulino, organizador de festas de Marabaixo; Julião Ramos, líder negro do Marabaixo do Laguinho e fundamental no processo de gentrificação das famílias de negros que moravam na frente da cidade na época da instalação do Território Federal; Seu Neco, dono de bar; Alcy, poeta e jornalista; Pedro Afonso da Silveira Júnior, locutor de rádio; Mestre Zacarias, flautista, pai do poeta; D. Odália, mãe do poeta; Iranilde, irmã do poeta que nasceu nas dependências da FSJM quando seu pai ali morava; Amazonas Tapajós, locutor de rádio e boêmio; Edvar Mota, locutor e publicitário; Psiu, locutor e marcador de quadrilha junina; João Lázaro, disk jockey da Rádio Difusora de Macapá; R. Peixe, artista plástico e sambista; Isnard, poeta e advogado, que foi preso contumaz do regime militar; Galego, poeta e jornalista; Pitoca e Souza, filhos do Sacaca, Quipilino e Pombo, irmãos boêmios, sendo o primeiro servidor da Prefeitura e o segundo mecânico e sambista; Zee e Amaparino, irmãos, o primeiro funcionário púbico federal no Amapá e o segundo biblioteconomista; Olivar, torneiro mecânico, filho do Criôlo Branco, massagista e benzedor e; Cirão, tratorista da Prefeitura.

Locais: Fortaleza, FSJM; Curiaú, quilombo próximo de Macapá; Igarapé bacaba, local próximo ao Curiaú; Pedra do Guindaste, antiga pedra e agora um pedestal de cimento que sustenta a estátua de São José, padroeiro da cidade e se localiza na praia; Grande Jornal Falado E-2, antigo programa de notícias de grande audiência transmitido pela Rádio Difusora de Macapá; Aturiá, nome de praia e de uma árvore; Marabaixo, manifestação cultural de origem afrodescendente. Bairro de Santa Inês, antiga localidade da Vacaria, ao sul da FSJM; Canta Galo, marca de cachaça; Flip Guaraná, antigo refrigerante local; Casa Santa Brígida, comércio; rumo Norte, direção da praia do Igarapé das Mulheres; usina de pelotização, local de transformação de pedras de manganês em bolinhas para exportação do minério e; Ban-

co da Amizade, tradicional local de encontro de amigos no bairro do Laguinho.

Este poema é interessante porque realiza uma mistura de personagens emblemáticos da cidade que participaram de um roubo fantástico, em que arrastaram a FSJM pelo litoral até o local onde ela teria sido construída: o Curiaú, na imaginação do poeta. Suas referências memoriais apontam para uma realidade impossível, na narrativa de lugares e personagens reais da cidade, principalmente os do bairro do Laguinho. O enredo do poema parece se tratar de um resgate (que envolve vingança) de um objeto que não pertencia à cidade de Macapá, mas sim aos remanescentes dos escravos, cujos ancestrais participaram da construção da fortificação, pois a maioria deles são afrodescendentes e por isso viram-se no direito de arrancar a fortificação e leva-la até onde foi, de pleno direito, construída.

5.3. NOVOS DISCURSOS LITERÁRIOS

Em 2008, a Geração Editorial lançou o romance "O Conceito Zero", de A.J. Barros, uma história de mistério, suspense e ação, que trata de uma intriga internacional para proclamar a independência da Amazônia. Está sintetizada no seguinte: ao comparecer a um encontro com o general chefe da Abin, a Agência Brasileira de Informações, o agente da Receita Federal, dr. Maurício, se vê no meio de uma conspiração, cujo objetivo é tornar a Amazônia um país independente.

Na busca de indícios que o levem aos conspiradores, Maurício descobre um código, que precisa ser decifrado. Começa então uma corrida contra o tempo, numa narrativa onde a realidade e a imaginação se unem numa história inquietante.

O texto é rico em informações históricas e geográficas, muitas das quais do Amapá, em que algumas das personagens visitam a capital, Macapá, e inevitavelmente a FSJM. As informações fazem par-

te do enredo e ajudam a compreender a trama. Quais teriam sido, por exemplo os reais objetivos da viagem do ex-presidente Theodore Roosevelt pela Amazônia, no início do século XX? Teria o governo brasileiro suspeitado das intenções de Roosevelt e indicado o então coronel Rondon para desviá-lo do caminho?

Essas questões são apresentadas no decorrer do romance, do qual reproduzo alguns trechos:

> Entre os anos de 1964 e 1982, foi construído o forte de São José de Macapá, logo após o Tratado do Pardo ter revogado o Tratado de Madri de 1750, reacendendo as guerras territoriais entre Espanha e Portugal.
>
> Rogério interrompeu as meditações de Maurício.
>
> – Aqui nós não temos um marco zero? O marco zero do Equador? Ele não atravessa a cidade?
>
> – Estive pensando nisso também. Mas nosso problema não é "marco zero", mas o "conceito zero". Tenho procurado analisar todos os detalhes, buscando combinações que possam ser úteis para decifrar o verdadeiro código, do qual não temos nenhuma pista ainda. Temos de ver esse forte e tentar sair daqui ainda hoje. Algo me diz que as coisas estão se precipitando.
>
> O piloto disse que até as quatro e meia podiam decolar para Belém. Carlão preferiu ficar no aeroporto com seu colega. Tomaram um táxi e o motorista levou-os ao forte.
>
> Nunca havia estudado tanto a história do brasil como nos últimos meses. Agora estava ali no Amapá e precisava descobrir se o forte São José de Macapá estaria escondendo algum mistério que o general não teve tempo de desvendar.
>
> "O Contestado Franco-Brasileiro teria algo a ver com isso? " BARROS, 2008. Pág.314).

Depois de falarem sobre a República do Cunani, a invasão dos franceses na localidade de Amapá e o episódio de Cabralzinho,

Chegaram ao forte São José de Macapá, outra obra de arte que seguia os mesmos princípios do forte Príncipe da Beira. No entanto as pedras não eram trabalhadas, eram pedras comuns, sem o capricho do Real Forte Príncipe da Beira, construído em homenagem ao herdeiro da Coroa.

Apenas os cantos das muralhas eram de cantaria. As guaritas e os detalhes do portão de entrada, o acabamento e o desenho tinham o mesmo estilo do outro. Mas ali o transporte era mais fácil e havia mais gente.

O tenente comentou:

– O mais provável é que as pedras para a construção do Príncipe da beira tenham vindo de Portugal, e essas pedras de cantaria que colocaram nos cantos dos muros deste forte são apenas sobras daquelas que seriam usadas no Guaporé.

Mas as explicações que buscavam para justificar as diferenças de construção não satisfaziam. Qual o mistério para que dedicassem tanto engenho e arte, como diria Camões, ao real Forte Príncipe da Beira, ainda localizado num dos mais difíceis recônditos do país?

O forte de Macapá estava restaurado e em suas dependências havia um pequeno museu. Tiveram tempo de ouvir as explicações do funcionário e caminhar pelo pátio, onde havia também um buraco no centro, que deveria levar as águas das chuvas. Lembrou-se do seu desconforto da sua entrevista com a Confraria lá no Príncipe da Beira, mas o túnel do forte de Macapá servia apenas para conduzir as águas da chuva para o rio, pois era estreito, não dando passagem para uma pessoa (*Idem*. Pág. 315).

Com um mapa do estado, fizeram algumas observações sobre o Oiapoque. Depois o narrador fala:

A história do Amapá era muito rica e cheia de coisas interessantes, mas nada de especial chamava a atenção e eles tinham de ver o marco zero.

Olhou mais uma vez o atentamente a imensidão das águas barrentas do rio Amazonas e comentou com o tenente:

– Quem dominar esta posição toma conta da Amazônia.

> Quando o tenente Rogério estendeu a vista para a imensidão das águas que se abriam diante deles, Maurício suspirou profundamente e disse com certa tristeza:
>
> – Tenho a estranha sensação de que não se trata apenas de perdermos a Amazônia. Às vezes me dá a impressão de que precisamos reconquistar todo o país. O Brasil sempre respeitou a amizade e a integração entre os povos, mas parece ter-se descuidado da sua identidade (*Idem*. Pág. 316)

O autor narra que o táxi levou as personagens para o Marco Zero do Equador, onde uma guia turística lhes explicou o fenômeno do equinócio e falou de outras curiosidades:

> – Será mesmo verdade que esse *efeito coriolis* faz as águas das pias escoarem em sentido contrário, dos dois lados da linha do Equador? Aquela moça disse que ao lado do Hemisfério Norte, a água escoa no sentido do relógio, e, do lado do Hemisfério Sul, no sentido anti-horário. Penas que não temos tempo para comprovar isso – disse o tenente, pesaroso.
>
> Mas Maurício estava pensando nas hipóteses do novo código.
>
> Nos dias 21 de março e 23 de setembro, o Sol passa sobre a linha do Equador e então os dias e as noites duram exatamente doze horas, em qualquer lugar do globo terrestre. Daí o nome equinócio, que vem do latim *aequinoctium,* que significa noites iguais, e marca o início da primavera, no Sul e o outono, no Norte.
>
> "Será que esse *equinoctium* misturado com o *efeito coriolis* estaria sendo usado? Parece tudo tão ridículo".
>
> Saíram do marco zero e foram direto para o aeroporto. O motorista perguntou:
>
> – Os senhores são da polícia? (*Idem.* Pág. 317).

As personagens ainda confabulam sobre experiências científicas na Amazônia, principalmente aquelas que são usadas em seres humanos como o caso da malária em São Raimundo do Pirativa,

no Amapá, em que uma universidade americana pagava doze reais por dia para que as pessoas ficassem expostas às picadas do mosquito da malária, entre outros assuntos semelhantes. Em seguida, o narrador diz:

> Chegaram ao aeroporto e o avião estava abastecido, já com o plano de voo para Belém. O Sêneca decolou e empinou em direção a Belém, passando sobre o rio Amazonas, que serviu de sepultura a Francisco Orellana.

Ao finalizar o capítulo, o narrador informa ao leitor que os

> amapaenses consideram-se mais brasileiros do que os demais porque, segundo eles, Deus os destinou a pertencer ao Brasil. E dizem isso porque Francisco Orellana retornou à região com uma carta de outorga dada pela Coroa da Espanha, mas morreu quando seu barco naufragou nas águas do rio que descobrira, perto do Amapá[66] (*Idem.* Pág. 318).

O que poderia ser uma ruptura no tempo, a construção da FSJM - que já foi vista pelos escritores locais como algo acabado, tangível na paisagem, uma sombra do passado, e ainda um monstro inócuo e morto à beira do Amazonas, na sua permanente contemplação ao movimento das ondas e à força do vento - é um elo conectivo que une os pretéritos da aventura colonizadora com a hipervalorização da obra no presente (o que traz à tona a grandiosidade da intenção do governo português do século XVIII para garantir a paz e a segurança das populações ribeirinhas, mas que também traz o propósito de enriquecimento da nação portuguesa em função dos altos investimentos militares e econômicos para a região).

---

66. Sobre esse assunto, o ex-presidente da República e ex-senador pelo Amapá, o escritor José Sarney traz à baila de forma intertextual, em seu livro sobre o Amapá, que os amapaenses se consideram mais brasileiros que os outros porque se recusaram a ser franceses no episódio do Contestado (1895), desde o confronto sangrento em que Cabralzinho lutou com os franceses defendendo o Brasil.

Pensar essa obra isoladamente é incorrer no vazio, porque ela tem muitas facetas, e múltiplos olhares se dirigem a ela sob as mais diversas temporalidades e alteridades. E a literatura lhe dá o caráter de uma escritura nascida do dia-a-dia, não algo provisório e tênue na paisagem, todavia um abrigo de emoções nascidas do cotidiano que guarda ainda hoje a recordação e, quem sabe, segredos de cada gesto nos nichos fechados de suas pedras de cantaria.

O que aconteceu durante as obras da fortificação tem causa, objetivo, objeto e um emaranhado de acontecimentos, que fizeram dela a realidade histórica que a imaginação de poetas e escritores se serviram para tê-la como objeto de descrição, como louvação ou mesmo como objeto simbólico, com sua inerência à formação da identidade do povo amapaense.

A FSJM estava sempre lá, no mesmo lugar, como a permanência de um projeto político e militar da conquista lusitana, como uma pedra fixada sendo contemplada como um "ser" na paisagem que tem por fundo o rio Amazonas. E todas as personagens daquele rol de indivíduos isolados, e quase degredados, beberam o fluido e se alimentaram com o peixe do mesmo rio.

Todos os aspectos sociais ligados (ou causados) pela sua construção iluminam virtualmente o significado de sucessivos projetos estaduais de Governo em um processo que ora determina seus discursos ora encaminha a decisão das transformações urbanas no entorno do monumento. Daí então está a sua importância para a cidade de Macapá, pois é nela que se multiplicam e se cristalizam os discursos. Cabe, entretanto, a uns poucos o uso sistemático de seus espaços e de sua forma imagética.

Para mim é importante ressituar sempre o contexto histórico da FSJM, porém, sem perder de vista a sua dimensão literária. O "*topos*" onde ela foi construída é o teatro, o *locus* que se montou, se desmontou e se remontou com a vida dos habitantes de Macapá. Nele, tempo e espaço se integram em uma dimensão. O tempo traz "uma concep-

ção de homem e, assim, a cada nova temporalidade corresponde um novo homem" (AMORIM, 2008. Pág. 105).

Posto isto, o cronotopo atinge a produção da história, designa um lugar de coletividade, "espécie de matriz espaço-temporal onde as várias histórias se contam ou se escrevem [...] ou onde o tempo é compartilhado pela coletividade em esferas comuns de atividades" (*Idem.* Pág. 105).

Esse conceito orienta o sentido de que os discursos estão dentro de uma dimensão espaço-temporal compartilhados pela coletividade. Deste modo, a noção de tempo linear (histórico), onde está a contemporaneidade exposta, até o resultado da produção cultural que se faz, no caso, em função do monumento, se amplia no tempo e no espaço, que toda a sociedade pode partilhar.

O espaço da FSJM é um lugar de turistas, passantes e caminhantes diurnos e noturnos envolvidos em suas liminaridades ritualísticas entre o dia e a noite (LEITE. 2007. *Op. Cit.* Pág. 241). Como qualquer centro urbano remodelado, revitalizado ou restaurado, inicia-se ao cair da tarde o lugar da mobilização, de deslocamento dos que voltam para casa e dos que chegam para trabalhar ou para usar a noite (VASCONCELLOS e MELLO, 2006).

Nesse caso novas formas de ver a sociedade estão em jogo, dada a dinamicidade e a interação social do lugar.

5.4. O AUTOR, A LITERATURA, A FICÇÃO E IMAGINÁRIO

Achei conveniente falar um pouco sobre o autor e seu objeto de trabalho nesta temporalidade, em virtude de novas reflexões a respeito do assunto e mesmo para fazer um apanhado desses períodos em que a própria literatura era sustentada mais por discursos políticos (fundadores) e poéticos, pois num tempo de milhares de analfabetos, Janary lia seus discursos no rádio (Rádio Difusora de Macapá) e os publicava no jornal Amapá, ambos de propriedade do governo do Território.

Creio que o fato de dar ênfase a sua ideologia construtivista, ele e seus seguidores possuíam a cultura de que o que escrevesse ficaria como referência histórica para o órgão da federação nascente e administrado por eles com verbas federais. Suas ideias, como autor nasciam, claro, individuais e depois se tornavam a marca da identidade que pregava, valorizando o caboclo nativo, a FSJM, as riquezas naturais e o poder do trabalho.

Ao autor estava reservada a sua permanência até depois de sua morte. Mas quem lhe conferiria a imortalidade seria o leitor, aquele que comenta, critica e tem a liberdade de interpretar. No caso do discurso em que Janary promove a expressão de sua ideia ou vontade, ele provoca estímulos ao leitor para respostas que podem ser considerados uma espécie de vínculo no momento de receber as ideias do autor. O autor é um indivíduo que criou (ou que cria) uma ideia a ser interpretada, por isso ele não é apenas o que assinou o texto, mas aquele que tem um certo brilho, expondo certa confiabilidade e valor.

Autores são pedreiros que justapõem pedras sobre pedras e constroem edifícios memoráveis, artesãos angustiados e inquietos. Observadores de pedras quebradiças, brutas e polidas, estas que o autor se vale para empreender sua escrita. É ele que dá o sentido a uma memória quando a imaginação arde ou falha. Nesse trabalho de conexão com a realidade que se apresenta, o autor é que dá o sentido à (des) ordem inimputável do tempo, laborando nas palavras o significado daquilo que será usufruído por todos, pois o coletivo que absorve sua obra é a representação que dá continuidade a sua criação literária.

Roger Bastide dizia que a arte não expressa apenas o esforço pessoal do autor, pois para ele toda a produção artística (incluído a literatura) nasce de um processo coletivo onde “não há criação individual sem um prévio preparo social e popular” (BASTIDE, 1971. Pág. 13). Ele diz que a emoção é arrancada de quem observa, de quem lê a arte, aliás é uma característica que envolve o seu sentido criativo. Diz que, diante de uma obra de arte, expressamos nossa emoção e te-

mos necessidade de compartilhá-la, de fazê-la chegar a outras pessoas, de senti-la comum. Por isso é que aquilo que provém da arte e que se torna uma obra de valor, que tenha emoção artística e estética, cria, então, a solidariedade social. É o que a arte provoca. Assim, a arte (e isso é válido para a literatura) "compõe-se de dois elementos da solidariedade: o que nos une ao artista (o produtor cultural) e o que nos une aos seres imaginários inventados por este último" (*Idem*. Pág.31).

É perceptível que as produções artísticas como a literatura, a música, a pintura, a fotografia e o cinema, entre outras, vêm sendo objeto de análise na vida contemporânea de forma multidisciplinar. Como não tenho por escopo interesse no aspecto crítico da literatura, mas sim a sua representação objetiva da realidade exterior a ela, concordo com Canclini, quando afirma que é no processo de circulação social da obra que seus significados se constituem e variam (CANCLINI, 1979), considerando que essa circulação também será importante para o entendimento da identidade social.

Há, então, uma correspondência entre o processo artístico; autor/obra/intermediários/público e a sociedade. Para Canclini, "as chaves sociológicas do objeto [...] e sua significação no conjunto de uma cultura não se encontra na relação isolada da obra (literária) com o contexto social" (*Idem,* Pág. 12). Para ele, cada obra é o resultado do terreno artístico e de pessoas e instituições que condicionam a produção do autor.

Destarte, para compreender o sentido social de uma arte é necessário compreender as relações entre os componentes do terreno artístico e a inserção desse terreno na sociedade total. Pode-se dizer, então, que há uma disposição antropológica na produção da escritura, pois, se o autor cria, ele é uma espécie de catalizador da cultura que envolve a sua sociedade. Ele, com sua criação, lança a luz ao receptor que não encontra impedimento em absorver o conjunto de palavras e de torná-lo significante à sua interpretação. Mesmo injuntiva, eivada de teor ideológico, a produção do autor é livre, pois o ato de inventar é

inerente ao ser humano. Assim, essa disposição antropológica traz na ficção, na criação literária, um movimento que aponta com nitidez a sua importância e a necessidade de narrar, de refletir, em função dessa realização, mesmo transgressora, o que significa também razão de sua existência.

Não há dúvida que, no processo da produção, existe um objetivo que é a circulação da escrita. Ver o compartilhamento de seu trabalho junto ao leitor reforça no escritor o pensamento de que, ao menos potencialmente, o leitor tenha condições de recriar sua ficção, sua criação. E essa socialização resgata e satisfaz o autor e sua biografia, porque assim ele encontra eco (deformado ou não) para o que supostamente iniciou (considerando que o que ele fez foi imbuído de uma força coletiva inconsciente que ocorreu no seu processo criativo).

É Wolfgang Iser que segmenta a construção literária ao dizer que há três atos de "fingir":

> Seleção, combinação e autoindicação. O escritor é um ser humano condicionado pelo espaço e o tempo que, todavia, em algum momento decide se entregar ao labor de escolher entre os elementos que lhe acorrem à mente, aqueles que constituirão uma narrativa, e os articula de maneira que lhe parece conveniente. O empenho em criar não lhe confere consciência plena em suas decisões e medidas, tampouco lhe faculta o controle o controle absoluto sobre o resultado alcançado; no entanto a própria adoção de certas alternativas e não de outras já diz da intencionalidade do texto (ISER, 2013. Pág. 09).

Nessa intencionalidade é que ficam expostas a arte do escritor, o delineamento de suas ideias e, sobretudo, o rompimento intencional da sua própria interpretação da realidade, em desdobramentos que permitam a emoção e o significado de quem lê seus trabalhos.

Muito têm-se dito sobre o escritor e sua criação literária, ficcional ou não. Mas é importante e salutar dizer que antes de ser um autor,

ele leu. Ele foi um receptor, um leitor, que em maior ou menor grau se envolveu com o conhecimento posto a sua frente, que naturalmente lhe deu o estarte para a sua socialização e desenvolvimento intelectual por meio da educação e da cultura.

Porém, independentemente das configurações literárias que venha a assumir na sua vida, a ficcionalidade, o "fingimento" do escritor surge da necessidade de mostrar-se a si mesmo. No momento da criação o escritor é um ser dual, mas consciente de sua encenação e de sua natureza paradoxal que lhe faculta vivenciá-la na sua dualidade. É, então, que ele se distancia de si mesmo para se colocar na perspectiva de criar-se.

Não se trata aqui de se referir a aspectos psicanalíticos – ou de conceitos usados pela psicologia para procurar entender essa afirmação. Trata-se de uma observação que se põe antes da percepção do campo estético e durante o processo de produção que faz do escritor um ser que tramita entre o real e o imaginário, em busca de percepções criativas que enriquecem a humanidade. O escritor, o poeta, que Enzra Pound chamou de "antena da raça", cria simplesmente a sua versão de mundo.

Acrescento que não quero apologizar o escritor, mas relativizar observações de cunho teórico, desde que se sabe (devido ao hiperdivulgado verso de Fernando Pessoa, de que "o poeta é um fingidor") que o significante do escritor é resultado do ato de fingir, pois

> O signo verbal mantém sua costumeira diferença em relação ao significado e, ao mesmo tempo tira partido do fato de se encontrar alforriado dos códigos que regem seu ato corriqueiro (Idem. Pág. 17).

Na realidade o ato de escrever ficção torna-se algo lúdico, para não dizer ato diferenciado e até mesmo romântico quando autor "petrifica" o imaginário momentaneamente e depois o deixa voar com outras cores (e signos), pois a ficção não está comprometida com o mes-

mo pragmatismo de outras literaturas, como a religiosa, a política e outras.

Por ser lúdico faz o jogo da linguagem de onde nasce a ficção, pela sua capacidade humana de simbolizar. E o autor subtrai da realidade e do imaginário esses símbolos como matéria-prima da sua criação literária.

O escritor, diria ainda, é um ser multifacetado e carregado de nuanças personalísticas e tensões que, quando se aparta do seu cotidiano persiste o esquadrinhamento de outras (i)realidades. Ele tem a capacidade de se liberar da própria personalidade para aparentar outra que lhe permita produzir o texto., a partir do ato de "fingir".

Ainda que sejam disseminadas as experiências de escrituras, nas quais poetas, contistas e romancistas se sentem transportados pelo texto no ato de escrever, deve-se pensar que eles são arrebatados pelo jogo, um embate entre o homem e sua criação., onde o imponderável e aleatório se confirmam como requisitos para escrever.

Considerando essas posições, recorro a Iser novamente para enfatizar que "a literatura necessita de interpretação, pois o que verbaliza não existe fora dela e só é acessível por ela" (*Idem.* Pág. 25). E ela cumpre a sua função sociocultural, além da mera pragmática no seu papel de entreter, de informar e documentar, ou de passatempo. Quanto mais cumpre a sua função, mais ela permite hoje captar por trás da força por ela produzida (a construção da realidade) "uma construção antropológica do homem que se alimenta de suas fantasias" *(Idem.* Pág. 26).

Iser dá a conotação antropológica à literatura ao afirmar que a ficção e o imaginário são experiências "por fazer superarmos o que somos através de mentiras e dissimulações, seja porque vivemos nossas fantasias durante os sonhos diurnos, nos sonhos e nas alucinações (*Idem.* Pág. 29). Para esse autor o fictício e o imaginário fazem parte das disposições antropológicas, existem na vida real e não se restringem à literatura.

A literatura atualiza o sentido do que o que a caracteriza é a articulação, organizada por meio do fictício e do imaginário. É daí, então que a literatura surge e pode se diferenciar dos outros meios, posto que nenhum fenômeno da arte existe por si mesmo. Ele diz que "o fictício e o imaginário são por si sós a condição para a literatura resultante de sua interação, porque nem o fictício nem o imaginário podem ser totalmente fundamentados " (*Idem*).

À medida que cada um se torna o contexto do outro, o que vem a regular o jogo da criação é a estrutura que nasce da interrrelação entre o fictício e o imaginário. A literatura atualiza essa interação e o texto literário, como espaço de jogo, abre-se para a história e vem a oferecer respostas do homem de necessitar de ficção.

Antonio Cândido conceitua a Literatura como todas as criações de caráter poético, ficcional e dramático, considerando que cada sociedade a representa de acordo com sua cultura (CÂNDIDO, 2004).

Isto posto, reitero que a ideia de colocar a questão do autor, da literatura e do imaginário neste texto se baseia na experiência do entendimento da verdade, da pesquisa, da imersão aos textos, tão diversificados nas temporalidades. Estas que dão sentido e evocam o sentido de identidade da sociedade amapaense, ao logo do trabalho.

5.5. O AUTOR DENTRO DO SEU OBJETO[67]

Pela sua história, FSJM representa para os poetas e escritores do Amapá uma fecunda fonte de criação literária dos mais variados estilos, o que me permitiu discorrer ecleticamente sobre ela por meio de artigos, poemas e crônicas, durante cerca de trinta anos (Décadas de 1980/1990/2000/2010).

Mas antes de fazer uma reflexão crítica sobre essa produção, devo dizer que este item é uma espécie de duelo travado (diálo-

67. A reflexão produzida neste item foi o resultado da sugestão da professora Alba Carvalho no exame de qualificação, para que eu me colocasse frente ao tema de investigação desta tese, como literato que sou.

go) entre a obra do autor/pesquisador com o seu objeto de estudo e a teoria, considerando o propósito de relacioná-lo às temporalidades dos capítulos. É uma situação que instiga a busca de outras interpretações que não aquelas do tempo em que os textos foram elaborados, e bem antes de pensar em direcionar a escrita sobre o objeto. Nesse caso, eu, enquanto autor, seguramente não pensava que essa produção pudesse ser elemento da construção de uma pesquisa.

Na minha infância, eu via a FSJM como um prédio estranho, encravado na beira-rio do Amazonas e como uma construção inacessível, de onde contavam histórias terríveis de gritos e sofrimentos dos prisioneiros encarcerados em suas masmorras e das assombrações inerentes a esses fatos que então povoavam o imaginário dos macapaenses. Muito tempo depois, eu a observei de outro ponto de vista, não sem me envolver na corrente ufanista de sua importância, a qual era dotada de manifestações laudatórias às ações dos "heróis" que a construíram em um tempo de grandes dificuldades de transporte e comunicação, no século XXVIII. Essas reverências preenchiam muito bem as necessidades de manifestações patrióticas do governo militar, que desde 1964 fazia perpassar sua ideologia nas escolas públicas, onde estudei até 1973, ano do surgimento de um fato que se tornou conhecido como "Engasga-Engasga", já colocado no capítulo IV, no qual a FSJM novamente foi lugar de prisões e torturas de mais de duas dezenas de "subversivos comunistas", bem antes já identificados pelos órgãos de repressão do Governo.

Estes textos, diria sem nenhum receio, são substratos empíricos de base memorialística e artística, pois trazem minha experiência alteritária sobre o objeto em diversos períodos de tempo, o que me condiciona a olhá-los com o olhar de pesquisador, para que eu possa entender as mudanças nele ocorridas. Diria, ainda, que aqui objetivo ampliar a revisão metodológica sobre meus textos para saber se não sofistiquei ou vulgarizei a abordagem.

Por ser a literatura uma área que me dedico há muitos anos, principalmente tendo como tema a Amazônia e, especialmente o Amapá, seja na ficção, na poesia ou na crítica (Onde aspectos sociais, políticos e econômicos são sistematicamente abordados por mim), não poderia deixar de enfatizar nesses escritos a cidade de Macapá e sua vida cotidiana, onde estão presentes as relações sociais e sua estrutura urbana em constante mudança, bem como suas poucas permanências, como a FSJM. Por ocasião das festividades dos 200 anos de sua fundação (1982) fui convidado para escrever um texto poético-comemorativo em um jornal local:

> Dezenove de março: dois séculos rondam a Fortaleza de São José de Macapá.
>
> Durante todo esse tempo ela permanece inexorável às intempéries. O silêncio testemunha a vigilância constante dos seus baluartes. É a maior, a mais bela e sólida fortaleza deste país, entre os dezoito fortes quase eternos do Rio-Mar (CANTO, Jornal Marco Zero, 1982).

O texto, indubitavelmente, carrega um teor ideológico que reproduz, mesmo de forma poética, o discurso heroico e épico sobre o monumento, cujo aniversário de fundação serviu como oportunidade para a disseminação patriótica do Brasil da época. Fui de roldão nessa propositura, pois há menos de um ano havia ingressado no serviço público (setembro de 1981) e exercia minhas funções no então Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo do Território Federal do Amapá, que coordenou o evento.

Creio que, independentemente de certa vigilância ideológica, feita de forma velada pelos chefes do Departamento, não me furtei de abordar as dificuldades que obstaculizaram a construção da obra, e de me valer da interseção da deidade ao me referir em outro trecho falando sobre: "nesta terra durante anos esquecida pelos homens". Deixei presente no texto o sentido da soberania nacional, tão

propugnado nesse período pela ditadura militar. A gratidão aos "heróis" e a preservação da obra foi a preocupação poética por mim idealizada. A muralha do forte para mim simbolizava a solidez da esperança num futuro melhor, quando a história dos homens e mulheres obtivesse novos rumos e pudesse modificar o país, com ampla liberdade de pensamento.

Em 1984 publiquei meu primeiro livro de poesia, "Os Periquitos Comem Mangas na Avenida", onde evoco Pablo Neruda por meio de seu poema "Ainda", cujos versos "Perdão se quando quero/ contar minha vida/ É terra o que conto" traduzem um certo comprometimento entre as suas atividades políticas, poéticas e sua aldeia. Neste texto, homônimo do livro, digo que

> I
> Como diariamente
> As pedras dessa fortaleza silenciosa.
> Bebo o rio afoito
> Num apetite inútil (CANTO, 1984. Pág. 15-16).

No poema "Macapá" também me refiro a FSJM de forma metafórica, pois parece que a esperança se esvanece:

> [...]. Meu olhar não condena o vento
> nem quer fazer falir o fogo da esperança
> mas ardem os pés outrora fortalezas
> e os olhos são docas na extensão das horas (*Idem*).

O contexto dos poemas é a cidade de Macapá, onde o eu-lírico informa que pode engolir o que não se pode comer, considerando o laconismo do objeto e a inutilidade da intenção, a uma decifração memorial da FSJM, esfinge que ele avista no horizonte da cidade. Num outro olhar, o sujeito informa que absorve pela observação particular

os barcos e as pessoas que chegam à cidade, na doca, próxima à fortaleza, expressando certa preocupação com a decadência da vida urbana do lugar, onde o tempo é lento (Entendendo-se sempre como um tempo sem pressa e sem grandes movimentos). A ausência de uma dinâmica social suscita ao eu-lírico uma angústia caracterizada pela ardência dos pés que necessitam de movimento.

Mas é no livro em homenagem à Macapá que falo sobre o surgimento mítico das entidades que habitam o imaginário popular, desde a colonização dos lusitanos na Amazônia.

> **CÂNTICO 16º**
> Esvaem-se sortilégios
> A cada pedra sobre pedra.
> As mesmas mãos que criaram vultos
> Mataram visagens de vidro.
>
> Vão-se assombrações
> Quando argamassa e barro
> Unem-se/ fundem-se
> Na raça que resulta em nós (CANTO, 1985. Pág. 57).

Ao dizer que os amapaenses são o resultado da argamassa e do barro que serviram de matéria-prima para a construção da fortificação, o eu-lírico insinua que ela foi o ponto de partida para a solidificação de um povo no contexto histórico da Amazônia, onde a herança cultural indígena ainda é muito forte.

Digo que sempre me preocupei com a preservação do monumento, pois, por trabalhar no setor de divulgação turística do antigo Território do Amapá, observava de perto a relação do povo com ele. Tal relação essa que se caracterizava pelo respeito e admiração que os moradores mais antigos da cidade a ele tinham, e pelo descaso e irresponsabilidade com que a juventude o tratava.

> Antes de [a Fortaleza de São José] completar 200 anos, foi preparado um programa de comemorações, incluída também uma nova pintura, troca de telhas, capina, etc... Nova pintura pelo fato de, à falta de vigilância suficiente, foi facilitada a entrada de vândalos, que quando não faziam desenhos, pichações e escreviam frases obscenas nas paredes, carregavam o que encontravam desde grades de ferro a balas de canhões (CANTO, 1987. Pág. 136).

Não havia programa integrado dentro da estrutura governamental que pudesse fazer do monumento um lugar de acesso turístico popular com visitações monitoradas e informativas, muito menos de educação sobre a importância dele para o povo local.

A FSJM causou em mim um grande impacto desde que cheguei a Macapá com meus pais e irmãos em uma manhã meio chuvosa do dia 22 de abril de 1962, a bordo de um avião Hércules da Força Aérea Brasileira, um dos poucos transportes aéreos que faziam linha para a capital amapaense. Pela segunda vez meus pais vieram para Macapá, realizando um trajeto de navio entre Óbidos e Belém, e de avião de Belém até Macapá. Observem-se os dois textos:

> III
> O medo era um peixe engolidor
> Que dissipou-se à vista da primeira paisagem
> - **Uma estranha construção de pedra**
> E um longo madeirame sobre as águas
>
> Estava completada a travessia
> (Ávida espera/ânsia desritmada)
> Meus pés então colaram à terra
> Como planta que "pega de galho" em solo fértil
> E nunca mais eu e tu fomos nós dois! (CANTO, 2000. Pág. 10).

SACO DE FRASES

[...] Entre as aulas e as brincadeiras, porém, eu andava pela Doca da Fortaleza, e pelas ruas do comércio, vendendo jornais, escutando histórias e as aspirações das pessoas. A cidade tinha grandes esperanças. Mas de vez em quando eu ouvia vozes reclamantes tirarem seus lençóis sujos e descobrirem seus ranços pelos coaradores dos quintais: 'caboclo preguiçoso', 'velho caduco', 'japonês é traiçoeiro', 'juiz ladrão', 'branco ensebado', 'preto retinto do Laguinho', 'mulher burra', 'arigó assassino', 'prefeito ladrão', 'judeu sovina', 'índio fedorento', 'moleque safado de uma figa', 'todo político é corrupto', 'puta escrota', 'libanês esperto'. Pessoas se xingavam, se machucavam. (CANTO, 2004. Pág. 117).

Evidentemente que ambos os textos retratam alguns aspectos autobiográficos, que procurei dar cunho literário e ficcional. Esses aspectos situam-se atemporais e inevitáveis, pois me parece que a memória não é intangível na criação literária e que o escritor está sempre sujeito a lampejos memoriais que se estabelecem para adicionarem-se à criação artística do texto, sem o seu devido controle.

Em 2008, dois anos após a inauguração da Praça do Forte, o Conselho Estadual de Cultura provocou um assunto polêmico ao sugerir ao Governo que a praça fosse gradeada, devido ao vandalismo e a onda de assaltos no lugar. Publiquei, então, um artigo que teve certa repercussão na imprensa amapaense e que considerei importante para que a decisão do Conselho não fosse levada adiante:

Talvez fosse desnecessário dizer o quanto ideias aparentemente bobas podem se tornar inconsequentes, pois a partir do momento em que o poder público procura dotar a sociedade de espaços populares para o lazer, tem sempre alguém ou coisa tentando arranjar um jeito de deturpá-las, como um síndico infernizando a vida comum dos seus condôminos ou como um caga-regras das antigas caravelas portuguesas impondo códigos sobre tripulantes e passageiros.

> Vi crianças pobres e tristes não poderem apreciar um dos mais belos recantos de sua terra e namorados de mãos entrelaçadas sem poder desfrutar o romantismo que a paisagem sortílega exerce sobre eles, enquanto os autores da ideia sorriam (CANTO, 2008, Jornal do Dia).

A sugestão do Conselho Estadual de Cultura levada a seus superiores trazia o cunho autoritário e conservador de seus pares, que estavam mais preocupados em participar das decisões administrativas do que exercer, dentro do órgão, o seu papel normativo e consultivo, mesmo que as instâncias superiores do Governo não tivessem solicitado tal aconselhamento.

Mas é em torno do aniversário da cidade de Macapá que flui a poesia direcionada para a fortificação em seu *topos*. O texto completo foi usado para o Processo Seletivo de 2011, da UNIFAP:

> **O RIO, O FORTE E A CIDADE**
>
> [...] A cidade em festa se extasia diante da beleza do entorno do forte. É a Mairi dos Waiãpi, revisitada num tempo espiralado, cíclico, aonde Ianejar, o herói mítico, conduziu aquele povo para salvá-lo do infortúnio que o homem branco lhe causava. Mairi, a casa de barro que os livrou dos cataclismos de fogo e do dilúvio primordial, ainda causa espanto, pois ali permanece como uma estrela encravada num céu verde, molhada de mar. Permanece com seus olhos mirando o infinito, caçando corsários inexistentes, mas possíveis. Existe numa terna relação com o Rio dos Rios, sob a energia do equinócio que se alastra e que se acende, mas que não basta em si mesma para gerar mais sonhos.
>
> [...]. Na trilha da história poucos contam dos castigos infindáveis, imputados a muitos. Nem falo do sangue dos revéis ensandecidos, do couro dos boçais encalcetados, da forca promovida pelo banzo, da dor que atravessava um oceano de lonjura até o Oriente - ali onde a amada talvez estivesse livre, amamentando um príncipe sem reino e povo. A história não só conta; a história dói porque observa a obra humana e sua conduta. Em nome de tão poucos homens de honra.

[...]. Ao sol do meio-dia, no entanto, almas nuas ficam sem sombra, e homens assombrados têm medos de seus próprios passos. Ora, mas estamos no equador, que é uma panela escaldante cheia dos temperos mais picantes onde se sabe que não há pecado em pecar demais. Não é castigo ser leão atroz, e devorar o sonho e estilhaçar quebrantos de vidas que miram apenas no vazio do horizonte. Porque não há horizonte, há um grande cemitério de mãos e pés que foram úteis CANTO, 2010. Pág. 81-2).

Aqui eu me detenho na questão do tempo mítico, que está relacionado ao herói Ianejar, dos índios Waiãpi, da região das montanhas do Tumucumaque. Para eles o tempo é espiralado e reflete a volta dos acontecimentos memoriais da tribo. Mas a FSJM, como falamos no capítulo anterior, tornou-se lugar de muitos acontecimentos no período da ditadura militar.

OPERAÇÃO ENGASGA E A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM
A cidade vivia um clima de psicose coletiva em maio de 1973. Todos se transformavam em alcaguetes e aquele que por ventura tivesse falado contra o regime, bêbado em um bar ou sóbrio numa barbearia, fatalmente se tornaria um inimigo em potencial, sujeito a prisão e a interrogatório. Os repressores prendiam quem queriam e levavam "material suspeito" para investigação, como possíveis livros proibidos pela censura federal e textos escritos pelos presos, tipo cartas e até letras de músicas.

As prisões se efetuavam intempestivamente por policiais despreparados e inexperientes. *(Idem*).

Nesse período a FSJM cumpria ainda a sua função militar. Não cheguei a ser preso nela, mas fui detido durante horas no 3º Batalhão de Infantaria e Selva para um interrogatório constrangedor. Relatos posteriores davam conta da tortura física e psicológica que muitos presos tiveram que passar durante dias, antes de serem transferidos

encapuzados para uma unidade do Exército, em Belém, fatos que já citamos com certa amplitude no capítulo anterior a este.

A importância da FSJM para a cidade está voltada para os conceitos de memória e de identidade, posto que dizem respeito às transformações sofridas pela FSJM ao longo de sua trajetória no tempo, e também as mudanças dos seus habitantes, considerando o caminhar da sociedade. Suas funções e modificações urbanas também foram enfocadas por mim na busca de uma explicação sobre a sua situação de ícone e referência histórica da cidade.

É através das cartas dos construtores da FSJM (Expostas nesta tese como parte da primeira temporalidade, no segundo capítulo), que podemos começar a entender como ela foi erguida, além dos problemas e significados, que a levaram a ser tão fortemente o símbolo incontestável da cidade de Macapá.

As cartas escritas pelos engenheiros militares Galúcio, Gronfelts, Wilkens e mesmo pelos comandantes da Praça de Macapá, sem dúvida são documentos importantes para a reconstituição histórica da fortificação. Esses documentos me permitiram corrigir certos equívocos de fatos e datas e adentrar no período histórico e social estudado.

Reitero aqui que a literatura deve ser compreendida como uma construção histórico-social, consolidada enquanto conceito e prática social, podendo proporcionar mudanças no leitor e realizando uma ideologização ao relacionar-se com a realidade objetiva (SILVA, 2008).

Ao assumir esta produção legitimamente como de minha autoria, sou sujeito de um processo que não necessariamente tem que romper com o passado, mas que pode renunciar a um paradigma e construir uma autonomia do presente sobre o tema.

E ao dialogar com meus textos sobre a FSJM, executo um percurso cronológico que tem de ser valorizado pelo eu-lírico, posto que na realidade estou trabalhando uma epistemologia que servirá para pôr

em cena a teoria a respeito do objeto que irei construir. E "o objeto é uma 'criatura' cheia de manhas (informação verbal) "[68].

Por não existir o fato em si, mas sim interpretação (*Idem*), é que o eu-lírico dos textos aqui postos, tenta alicerçar-se teoricamente, fazendo a interlocução entre si e o objeto, buscando estabelecer um diálogo que pode mobilizar a ação de sua escrita em busca de novas perspectivas e outros horizontes e, até mesmo, creio, da construção de novos saberes sobre o seu objeto pesquisado.

Devo esclarecer, para não parecer arrogante ao escrever sobre mim mesmo, que nesse processo da interlocução, do diálogo com o objeto, e seus desdobramentos, há certa necessidade de argumentação com o Outro, aquele que pode ou não validar o que penso ou o que afirmo. Entretanto, nesse caso, pelo fato de o Outro ser eu mesmo, devo raciocinar comigo mesmo, pois em se tratando de raciocínio o que se pensa é interno e particular. Então só posso validar o que penso se apresentar bons argumentos à comunidade científica da qual faço parte. Ao expor-me e mostrar meus textos coletados, estou pesquisando, ou melhor, exercendo a liberdade de pesquisar, de compreender meu objeto e mesmo de entender as razões pelas quais escrevi sobre ele antes mesmo de pensar em pesquisá-lo cientificamente.

Até que ponto eu poderia dizer que estava fazendo uma espécie de exercício de auto etnologia em meus textos, se o meu objeto é a FSJM, um objeto físico, uma obra colonial histórica que tem importância simbólica para o povo amapaense? Seria esse objeto o Outro? Claro que não. "O Outro", para mim, são todos aqueles que existem na FSJM e nas suas relações sociais, inclusive o eu-lírico. São as personagens de um contexto histórico que viveram, que foram desterrados e degredados no mundo desconhecido daquela Amazônia setecentista envolta em mistérios fabulosos, esquecimentos, silenciamentos e mortes, longe dos clarões do iluminismo europeu; são migrantes que

68. Informação verbal fornecida por Alba Carvalho. Apontamentos de sala de aula. Macapá, 2013.

se instalaram na cidade ao redor da fortificação, vindos em busca de um eldorado tosco, quando da promessa política de uma nova zona franca em Macapá; são, enfim autóctones e estrangeiros desvalidos, mas esperançosos. Atento a isso está o eu-lírico desta aventura.

Mas o pesquisador, o eu-lírico que se inscreve na observância do mundo desafiador, também reclama das condições sub-humanas do processo de construção do seu objeto, e com ele expõe seus sentimentos e paixões, que são próprios dos seres humanos. Lembro que ao ler os 374 documentos recolhidos em ordem cronológica por um paleógrafo do Arquivo Histórico do Pará, a meu pedido, nos meados dos anos 90, me sensibilizei ao deparar com descrição da morte do engenheiro e Sargento-Mor Galúcio na carta do comandante da praça de Macapá, Mestre de Campo Marcos José Monteiro de Carvalho, enviada ao Governador da Província do Pará.

Essa carta ainda hoje tem um cunho simbólico muito forte para mim como pesquisador da FSJM. A morte do engenheiro causada pela malária é apenas uma pequena representação do quadro e das condições materiais em que viviam esses homens e mulheres como degredados (in) voluntários, reféns de uma obra que nunca disparou sequer um tiro de canhão contra o inimigo.

Para Geertz, Barthes distingue o "autor" do "escritor" (GEERTZ, 2009. Pág. 32) ao dizer que noutro ponto, "obra" é aquilo que o "autor" produz e, o "texto" é o que produz o "escritor". Ele diz que

> O autor cumpre uma função; o escritor exerce uma atividade. O autor participa do papel do sacerdote, o escritor do papel exercido pelo escriba. Para um autor, "escrever" é um verbo intransitivo. Para o "escritor", escrever é um verbo transitivo – ele esconde algo. Ele estabelece um objetivo (demonstrar, extrair, explicar), do qual a linguagem é meramente um meio; para ele a linguagem sustenta uma *práxis,* mas não se constitui numa *práxis* [...]. É devolvida à natureza de instrumentos de comunicação, veículo do "pensar" (*Idem*).

A meu ver essa diferenciação tem mais amparo no corpo das diferenças dos discursos que na antropologia propriamente dita, pois não tem valor intrínseco (critérios) que distinga o escritor-autor do autor-escritor ou ainda, que cada um seja um indivíduo diferente.

Mas o exercício de escrever se insere num modelo que abrange um conceito mais amplo, aquele em que está implícito o sentido da aprendizagem (NUNES, 2008). Eu posso escrever sobre algo sem me deixar contaminar pelo que já escrevera antes. Minha "verdade" é a minha inserção no tema escolhido, o que me possibilita observar e entender até mesmo minhas próprias angústias e os mecanismos envolvidos no processo da escrita e ainda os obstáculos que podem até impedir que eu realize uma produção mais elaborada.

Poderia dizer que este trabalho está no corpo epistemológico relacionado ao Racionalismo Aberto e Crítico, de Alba Carvalho, que

> é uma configuração epistemológica gestada no diálogo entre distintas vertentes racionalistas que tem em comum o exercício da razão crítica, sempre aberto às interpelações da realidade, na busca incessante de descobertas na produção do conhecimento. A rigor, é uma produção de racionalismos, a mobilizar o entrecruzamento de concepções de ciência/pesquisa que permeiam as minhas reflexões epistemológicas ao longo das três últimas décadas (CARVALHO. S.d/ Ver o Verso Edições [e-book]).

Nesse contexto, Carvalho enfatiza o "fazer científico" como uma tessitura artesanalmente em movimento, em construção, através de uma metáfora muito criativa e bem argumentada, para explicar "a ruptura com os padrões de racionalidade então vigentes" (*Idem*).

A aproximação do conteúdo textual deste artigo ao Racionalismo Aberto e Crítico se prende a uma busca de reflexão essencialmente crítica para entrar no mundo real da pesquisa com um esforço de desvendamento.

Os textos primordiais sobre a FSJM da década de 1980 e os mais recentes entram no tear do Racionalismo Aberto e Crítico como fios que podem ser tecidos no trabalho incessante da pesquisa empírica e da teoria, mas que não visam a sua completude. Aprendo, assim, que o eu-lírico que trabalha o seu olhar de pesquisador no mundo contemporâneo pode desvendar o que está oculto e até mesmo desvendar-se a si – e de si – próprio para obter novas visões sobre o objeto pesquisado.

Carvalho, ao referenciar Boaventura dos Santos Silva, diz que

> a infindável riqueza da experiência social do mundo contemporâneo é um permanente desafio ao diálogo crítico no campo da epistemologia, da metodologia, da teoria, configurando a produção científica como um *'locus'* da criação (*Idem*).

Nesse processo de ampliação do desvendamento por meio da racionalidade crítica, Carvalho evoca Bachelard (1976) no que tange a respeito do trânsito Ciência/Arte, domínios da criação, que são campos de descobertas e de revelações, que têm lógicas diferenciadas de criação, porém trazem entre si uma relação insofismável. Nessa aproximação

> o conhecimento complexo ultrapassa as fronteiras da ciência, estabelecendo interlocução com a literatura, poesia, música, teatro, enfim,, com as artes, resgatando os seus saberes e descobertas. Logo, o exercício da racionalidade ampla e abrangente exige reconhecer e trabalhar o trânsito ciência/arte, alargando horizontes analíticos e vias de acesso à complexidade da vida (*Idem).*

A autora reafirma sua teoria da tessitura crítica da teoria/empiria pelo pleno exercício do racionalismo que deve ser aberto ao real com sua complexidade relacional. No racionalismo é necessário ter o rigor

crítico e vigilância da crítica. E no debate contemporâneo é preciso observar que a ciência não pode deixar de ser uma prática social comprometida com a realidade social, política e cultural.

Ao se valer dos instrumentos que lhe desvendem as provocações do mundo, o pesquisador deve estar atento às questões que a realidade impõe, posto que até a "tensão política é também epistemológica", no dizer de Boaventura dos Santos, de acordo com Carvalho.

Pesquisar, para essa autora é "aventurar-se". Aventurar-se por caminhos inacessíveis porque ali está o rumo do conhecimento que as evidências escondem. Assim, cabe ao pesquisador como um ofício apaixonante e árduo, que ao exercitá-lo, incorpora o *"habitus"* científico, preconizado por Bourdieu (1989), porque a pesquisa é um trabalho racional. E só com essa atividade que se pode lançar-se na aventura de conhecer o objeto real e o objeto científico, sabê-los discernir, problematizá-los, construí-los e trabalhar a teoria/empiria no artesanato intelectual (MILLS:1975) do tear onde se encontram em tessitura os fios da teoria e os fios da realidade. Esse é o trabalho do pesquisador.

Nessa condição, as dificuldades advindas das provocações e das tensões me trazem a ideia de que se pode experimentar diversos modos de entender epistemologicamente o mundo. Por meio da literatura e da própria obra literária do eu-lírico sobre seu objeto, pode-se extrair uma razão metonímica para contrair o futuro (e suas ansiedades psíquicas) e expandir o presente no percurso da ciência e do cientista no ofício de pesquisar e obter "um conhecimento prudente para uma vida decente" (Santos, 2004).

Após a exposição dos textos e o pensar aberto e crítico sobre eles, exponho, então, esta experiência textual que emergiu de estímulos e foi exercido pelo pensar racional proposto por mim sobre o meu objeto de estudo.

Ao falar sobre isso, remeto-me (e me envolvo) a um processo mental dinâmico, onde a questão da criação literária é atirada como um bólido no tempo, trazendo em seu dorso aspectos individuais da ob-

servação do eu-lírico para uma reflexão crítica sobre a vida coletiva do entorno da FSJM (Sim, o meu objeto é um espaço de relações sociais).

Vejo ainda, que minhas narrações, embora sejam discursos poéticos, também são referências cronológicas de conteúdos explícitos sobre o objeto, como é imanente nelas algum estilo pessoal que imprimi aqui, sem com isso querer me expressar com vaidade ou com o narcisismo que às vezes se percebe na escrita acadêmica. Por serem observações que, dependendo de cada olhar, são transparentes e frágeis, elas requerem sempre reparações observacionais e reinterpretações temporâneas. Essa incompletude faz parte do processo de pesquisa no aspecto teórico-observacional. Não é a incompletude da realidade, pois aprendo que "a realidade é uma construção em movimento"(informação verbal)[69], por isso mesmo não existe em fragmentos, clivada no tempo e no espaço.

Por não serem textos meramente autobiográficos (o que poderia denotar uma visão antropocêntrica e estereotipada sobre outras interpretações e outros olhares que não os meus), mas observações memorialísticas e racionais inscritas no granito desgastado do tempo, o conjunto desta escrita são apenas insumos de pesquisa.

Nessas circunstâncias, não tenho dúvida que o autor, no caso o sujeito da pesquisa, ao se deparar com o seu objeto com mais acuidade, sairá transformado dessa relação pela própria experiência que enfrenta. A experiência causa a transformação, pois a relação de alteridade promove um estremecimento nas condições existenciais do sujeito que observa o objeto na pesquisa sociológica (LOPES. S/d.). Esse impacto que faz mudar é, a meu ver, o caráter primordial que move a ciência, que lhe dá aderência e pregnância, e instiga e provoca no pesquisador o desejo de "aventurar-se" em busca de novos teares para tecer novos tecidos sociais (a realidade) de outras formas, de outras cores.

---

69. Informação verbal fornecida por Alba Carvalho. Apontamentos de sala de aula. Dinter, Macapá. 2013

5.6. A AVENTURA DA ESCRITA E AS IDENTIDADES

Todos esses aspectos permitem a criação literária sobre o lugar, considerando que cada frase de um escritor, cada verso de um poeta suscita uma busca identitária que está, de certa forma, escondida. Essa tríade, composta pela FSJM, a literatura e a identidade, permite uma visão maior, não necessariamente sobre os seus diversos usos, mas sobre o que os atores que frequentam o lugar podem fazer para se reconhecerem como cidadãos amapaenses interativos e capazes de reconhecer e valorizar sua cultura, a exemplo mesmo da memória étnica dos índios Waiãpi, que traz o tempo mítico, o tempo do eterno retorno, uma vez que seus relatos significam o retorno aos mitos de origem (FERREIRA, *Op. Cit.* 2009. Pág. 157).

Por estar a memória ligada ao espaço (e ao tempo), as lembranças e a imaginação dos sujeitos os ligam aos lugares oriundos das imagens reais ou a lugares criados, pois cada ser humano possui um sistema de lugares reais e imaginários que pode alterar. E a literatura, amparada pela interdisciplinaridade das ciências sociais, pode cada vez mais refletir sobre esses lugares existentes na memória e no espírito humano.

Considerando todos esses aspectos temporais para mim há uma FSJM de pedra, uma FSJM de imagens e uma fortaleza anímica que estimula a cultura de homens e mulheres que dela fazem um marco indelével da cultura local e, portanto, da identidade com seus significados simbólicos sociais inerentes.

Penso que na sua concretude, na sua permanência e existência ela tem o seu papel histórico e turístico hoje e sua significância como representação simbólica para o povo local. Então, a partir de suas imagens tão disseminadas ela possui uma espécie de "alma", que promove e que instiga a identidade coletiva e faz as pessoas se orgulharem de tê-la ali na paisagem como um símbolo. E não se trata apenas de um orgulho fugaz do conjunto da população local ou nativa, que a encar-

na, que a lê, e que protesta quando ocorrem atribulações fora ou dentro dela, mas também ela exerce um certo fascínio nos visitantes.

Claro que uma reflexão dessa natureza poderia explorar isso mais no sentido literário que sociológico, ainda que pense que simbolicamente ela existe como um ser anímico, que transcende a condição de lugar e de sociedade para ser mesmo um mito dos Waiãpi, que são os guardiães de suas permanências e das criações poéticas e literárias no tempo que a cerca ciclicamente.

Nas temporalidades é inevitável inserir a literatura produzida sobre ela como um sistema de representações que compõem a realidade social, mas também é preciso observá-la além de sua condição de edificação, até como objeto que simboliza a caverna, o refúgio interior dos homens, o coração e imagem que protege e concentra o interior do espírito. Para tanto necessário foi proceder outras análises sobre as criações literárias e sobre o processo literário e criativo dos escritores pesquisados.

Nesse contexto a análise sociológica da literatura (sem que se tome o lugar da crítica literária, pois não é esse o papel da sociologia da literatura) pode trazer à luz o que a sociedade amapaense e suas temporalidades mostram de forma tênue ou o que escondem sob as pedras seculares da fortaleza ali na paisagem.

Antonio Cândido esclarece que "a criação literária corresponde a certas necessidades de representação de mundo, às vezes como preâmbulo a uma *praxis* socialmente condicionada" (CÂNDIDO, 2000. Pág.49).

Assim, creio que, como Cândido, a literatura aparece como algo que a análise sociológica pode interpretar porque é na sociedade, obviamente, que estão presentes e em movimento as identidades.

Os versos dos poetas, os textos dos prosadores, a imaginação dos ficcionistas, as cartas dos construtores, os discursos políticos-fundadores relacionados à FSJM, ilustram, no meu entendimento, algo bastante peculiar: a observação de uma ânsia dos distintos estratos so-

ciais em ter sua identidade própria, ou seja, de tentar capturar algo que se encontra em movimento, ainda que as obras não sejam amplamente divulgadas e só chegam nas mãos de poucos leitores. Por não ter a repercussão necessária para chegar ao leitor, normalmente as obras caem no vazio, no abismo do esquecimento.

Entretanto, se a vida, a leitura, a imaginação, a escrita e os laços políticos se envolverem, o resultado será a força que todos experimentam para enfim se tornarem o que são. A aventura da escrita e o prazer da leitura são condições essenciais e inalienáveis para o entendimento da visão de mundo do escritor. Este, por sua vez, se mostra em códigos semânticos, em expressões e sentimentos advindos do seu potencial criativo, que nada mais é do que um profundo mergulho de sua (in)consciência na experiência adquirida na vida social. O escritor agindo, e repercutindo com sua obra, expressa a identidade ou as identidades sociais de um povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade está em constante movência, sendo construída aos poucos e sujeita a hibridismos e influências multiculturais. Deste modo, ao procurar absorver seletivamente a história da FSJM através das temporalidades apresentadas nos capítulos, também procurei abrir, com isso, algumas janelas para a reflexão sobre o Amapá, principalmente suscitando que é a partir dos conceitos de memória que se chega a um estudo sobre a construção de suas identidades, sendo que não se pode dissociar tais conceitos.

O percurso iniciado atemporalmente com o mito de Mairi, depois passando historicamente pela colonização da Amazônia à construção da FSJM, e chegando ao discurso fundador – poderia até dizer discurso ideológico –redentor, devido a ruptura político-espacial com o Estado do Pará e as injunções impostas pelos governantes do novo Território Federal, consolida-se na temporalidade do governo ditatorial, pelo contexto militar e, mais tarde, na contemporaneidade.

Trata-se, assim, de um percurso identitário, no qual a memória está necessariamente ligada a uma imagem, a um lugar, na perspectiva de que ela, enquanto individual, está ligada à memória coletiva, e que esta dá unidade ao grupo social. Por estar relacionada diretamente ao espaço e ao tempo, toda a memorabilia escrita sobre a FSJM, ficcional ou não, dá a ela esse caráter real, característico de Macapá,

enquanto representação simbólica imanente, que me referi nos capítulos deste trabalho.

Os poemas e os textos em prosa que destaquei nas respectivas temporalidades em virtude do seu labor literário são trabalhos de escritores construtores de uma arte cursiva, em que o retrato e o espelho do sujeito, e o ambiente (o meio ambiente) pode ser tergiversado, contrastado ou identificado como literariedade regional, realizando, assim, uma temática voltada para o objeto (FSJM), para concretizar o seu percurso do "fazer poético" numa língua viva e atual. E se a FSJM é o objeto que origina a pesquisa, os escritores são os sujeitos dessa pesquisa, sendo a voz deles a escrita, que o pesquisador deu o trato analítico, tentando ser imparcial.

É bom relembrar com base nos textos que aprecei nos capítulos, que eles foram elementos usados para instituir discursivamente a topografia de Macapá (e da FSJM), posto que esse *locus* é obra da cultura humana e foi elemento constitutivo da formação da sociedade urbana macapaense. Saliento ainda que a fortificação, em termos das relações sociais, corroborada pela literatura, criou outras relações múltiplas da vida social como as religiosas, jurídicas, econômicas, educacionais, mitológicas e cívicas. Deste modo, o processo dinâmico da vida social registrado pela história nas temporalidades aqui estudadas, atingem todo o processo identitário amapaense. Assim, busquei com esta tese, mostrar que as diversas identidades implícitas nos textos dos autores das diversas temporalidades e na história relacionada ao *topos* de Macapá e a fortificação, são construídas nos posicionamentos dos discursos de todos, da ordem e da contraordem, onde elas existem em franco dinamismo. Com isso, retomei essa literatura na perspectiva de Antônio Cândido no processo linear-histórico, com vistas a ilustrar teoricamente as questões de história e literatura.

A metodologia que usei para o posicionamento analítico foi delineada a partir da produção textual da FSJM, o que me permitiu vislumbrar uma tessitura leve, silenciosa, instigada pela memória dos

autores. Uma memória que tange os outros sentidos e se estabelece nas identidades, e que busca, efervescente, e às vezes líricas em suas diversas facetas individuais sobre um mesmo tema, representações diversas.

O posicionamento dos autores e seus textos, nas suas várias temporalidades, está voltado para um único espaço, que considero o *locus* das identidades – a FSJM, por ser realmente o lugar que abarca e atrai a cultura, exercendo uma espécie de fascínio na sociedade, pela aura emanada de seu corpo pétreo e da sua silhueta na contraluz. Os textos sobre ela têm um caráter plural, e neles há um jogo poético-memorial na interpretação literária. O lugar é banhado pelo rio Amazonas, fonte de misticismo e abundância, mas também é onde a história registra grandes problemas de saúde e falta de saneamento, tomado que foi pelas doenças tropicais e epidemias. O lugar ao derredor é o lugar da água. Um lugar diferenciado, mas comum nessa parte da Amazônia, onde há um grande e não-resolvido problema de saneamento e falta diária de água na cidade.

Deste modo, o lugar topográfico das cartografias dos viajantes, dos exploradores e construtores, visto como o "Éden tropical", já dito pelos navegadores que viam o Brasil edênico no tempo da *Terra Brasilis,* deixou de existir há tempos. Logicamente que esse tema existe cristalizado na memória ancestral do brasileiro e estará sempre ao meio de releituras, ressignificações e deslizamentos de sentido.

O objetivo central destas páginas foi investigar como as identidades amapaenses se ancoram na produção literária sobre a FSJM e o que esse monumento traz de significado para ela, a partir das temporalidades específicas que lidei. As diversas formas escritas de referência ao lugar edificam identidades, desenhadas pela própria escritura sobre a fortificação, com sua elasticidade temporal.

Destarte, acredito que o presente trabalho possa contribuir para reforçar os outros escritos de pesquisadores que lidam com memória e identidade, conceitos que nortearam as análises dos discursos fun-

dadores do Amapá, da mitologia indígena sobre a FSJM e das produções textuais de autores regionais de diferentes temporalidades.

Ao aceitar as sugestões dos professores no período da qualificação, para a inclusão de um capítulo sobre as cartas dos construtores da FSJM, o que me pareceu superimportante, compreendi que ele seria uma temporalidade que iniciaria todas as outras no processo evolutivo da cidade de Macapá – e até mesmo a razão de sua existência no lugar. Também percebi que antes de tudo deveria escrever um capítulo sobre o *zeitgeist* amapaense, como um mosaico representativo de sua realidade identitária.

Certamente as limitações de tempo foram muitas para o encaminhamento geral das análises, como por exemplo imergir na questão da identidade regional com maior profundidade para proporcionar reflexões mais enriquecedoras. Entretanto, acredito que mesmo assim este estudo pode ser valioso na medida que se pode sistematizar melhor as temporalidades, e colher mais material bibliográfico significativo para o assunto aqui pautado.

A literatura produzida no Amapá não é necessariamente embrionária e os textos sobre a FSJM não são raros, mas os que encontramos certamente foram importantes para que se levantasse a questão das identidades locais de forma que mostrassem as “diferenças” imanentes a elas, a partir das temporalidades.

É necessário reiterar o que foi dito no Capítulo V sobre o papel do autor, devido a sua importância, até mesmo quando ele é anônimo, pois ele é quem cria um texto, uma imagem, um discurso. É ele que entrega um elo à corrente de uma construção subjetiva; que realiza a aliança com o outro em uma condição em que o seu produto ficcional, informativo ou poético, traz em seus ombros um arcabouço memorial coletivo, mesmo que seja inconsciente.

Todas as representações simbólicas produzidas pelos escritores e que de alguma forma ganham repercussão coletiva, expressam visões de mundo e de sociedade, diria de identidades e, como tal, são visões

políticas e sociais da realidade, porque as ideologias estão ligadas às percepções da cultura e do contexto no qual ela se insere. De outra feita não se pode desconsiderar a identidade e o engajamento político dos autores. Neste caso a própria identidade do autor desta tese está em jogo, pois a sociologia não está livre de um engajamento, cabendo a escolha do sociólogo, do pesquisador, o lugar que ele pretende tomar nas discussões.

Aqui escrevi sempre identidades no plural. E digo que elas são mutáveis porque à medida em que a população se diversifica os interesses também se pluralizam. Nenhuma sociedade existe totalmente diferenciada nem absolutamente com interesses iguais. Ao se urbanizar, por exemplo, ela congrega uma série de novos valores a partir dos fenômenos que podem referenciar a vida dos indivíduos e com isso ampliar ou diminuir seus interesses. E todos, por uma simples demanda que ultrapassa a questão da personalidade, aderem ou se eximem de participar de algum grupo: grupos sociais que possuem identidades, que lidam com sua própria história e se esteiam em uma memória coletiva construída. E também porque as identidades correm como um rio e se erguem com as pedras da memória. Cada texto sobre a FSJM utilizado nesta tese traz uma identidade viajante em seu dorso nesta bricolagem de representações que é a vida social.

Se tudo o que é importante tem vida, a FSJM ganha a pulsação própria e se torna um ser-símbolo referencial para a identidade coletiva dos habitantes de Macapá.

Diria ainda que no presente estudo a primeira temporalidade é cartográfica porque trata da relação histórica, inicial com os lugares mapeados e que serão inaugurados na geografia local; a segunda é injuntiva porque parte de uma decisão política-administrativa que iria fazer nascer uma sociedade plural, após o impacto do governo Territorial e das transformações urbanas e sociais; a terceira é político-ideológica porque trata da manutenção do poder de uma ditadura militar, e a quarta é a das liberdades democráticas e econômicas, pois a

redemocratização permitiu a transformação do Amapá em Estado, e com isso as eleições diretas, estrutura e autonomia política e jurídica, mas também a formação de oligarquias, e outros males que a política permite quando há concentração de poderes.

Reitero que as leituras que realizei no presente trabalho sobre os textos voltados para a FSJM foi uma constante busca de significados. Foi um esforço interpretativo da produção literária amapaense sobre o monumento, que me instigou a buscar mais elementos significativos para as identidades locais. O trabalho proporcionou, nessa abertura de olhares, o desencadeamento de possibilidades que podem levar em consideração aspectos do poder refletidos no objeto estudado, por meio dos seus quatro eixos temáticos ou temporalidades.

Tento, então, concluir, com a consideração de que as relações entre as temporalidades sejam as do passado, assim como as do presente, vinculam-se a interesses políticos dos períodos em que são constituídas.

Com isso, o interesse é manter sempre os laços deste estudo abertos para o futuro. Em cada pesquisa como esta há necessidade de uma relação de trocas de experiências, com pesquisas em outros contextos, liquidando o movimento unilateral e às vezes isolado das ciências sociais no Estado do Amapá.

A expectativa é que tudo será, certamente "um começar de novo", pois aprendo cotidianamente que o sociólogo deve viver em permanente reflexão sobre os fatos sociais e sobre as tensões causadas por eles. Esta é a sua realidade. Uma mediação real no tempo que, para alguns, almeja abrir caminhos para a solução de conflitos e enseja novos rumos a políticas sociais que venham para beneficiar as aspirações da sociedade.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Planetas sem Boca – Escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura. Editora da UFMG, Belo Horizonte: 2006.

ALCANTARA, Dora Monteiro e Silva. Fortaleza de São José do Macapá, H.J. Cole, Rio: 1979.

ALENCAR, José de. Iracema. Ática, São Paulo: 1991.

______. O Guarani. Ática, São Paulo: 1996.

ALMEIDA JÚNIOR, M. A. Família na Sala. Rosa Negra, Macapá: 2014.

AMAPÁ. Fortaleza de São José de Macapá. Governo do Território Federal do Amapá/ SEPLAN/DETUR. Imprensa Oficial, Macapá: 1982.

______. Guia Turístico de Macapá e Santana. Governo do Estado do Amapá/ CEICT/Departamento de Turismo. Imprensa Oficial. Macapá:S. d.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In BRAIT, Beth (Org.). Baktin outros conceitos-chave. Ed. Contexto, São Paulo: 2008.

ARANHA, Tenreiro. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em:
< http://pt.wikipedia.org/wiki/Tenreiro_Aranha > Acesso: 28 mai. 2015

ARAÚJO, Hodias. 20 centavos de poesias. Tarso, Macapá: 2006.

ARAÚJO, Jeconias. *In* Macapá, recortes poéticos. Confraria Tucuju. Macapá: 2002.

ARAÚJO, Obdias, O roubo do forte velho. Blog Canto da Amazônia. 2011. Disponível em:< http://fernando-canto.blogspot.com.br/2011/11/obdias-araujo-novo-poema.html. > Acesso em 09 jun. 2015.

BAENA, Antonio. Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará. Editora da UFPA, Belém, 1968.

BARBOSA, Coaracy Sobreira. Personagens ilustres do Amapá. Edição do autor. Macapá, 1997.

BARREIRA, Irlys Alencar. Pulsações no Coração da Cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. Caderno CRH, Volume 23, n. 59. Maio/ago. Salvador: 2010.

BASTIDE, Roger. Arte e Sociedade. Companhia Editora Nacional/Edusp. São Paulo: 1971.

______. Sociologia do Sonho. *In* O sonho e as sociedades humanas. Direção de Roger Caillois e G.E. van Grunebaum. Francisco Alves, Rio: 1978.

BENEVIDES, Marijeso de Alencar. "Os Novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu) Geografia – História – Legislação. Imprensa nacional, Rio: 1946.

BENJAMIM, Walter. Magia e técnica – arte e política: ensaios de literatura e história da cultura. Brasiliense, São Paulo: 1996.

BHABHA, Homi K.O local da cultura. UFMG. Belo Horizonte: 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo. *In* Nas terras do Cabo Norte – Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira dos séculos XVIII /XIX. Flávio dos Santos Gomes (Org.). EDUFPA, Belém: 1999.

BORDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa, Difel, Bertrand Russel, Rio:1989.

BOSI, Alfredo. Entre a Literatura e a História. Cultrix, 34 ed. São Paulo: 2013.

______. Dialética da Colonização. Companhia das Letras. São Paulo: 1992.

______. História Concisa da Literatura Brasileira. Cultrix, 33 ed. São Paulo: 1994.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. Companhia das Letras. São Paulo: 1995.

BRASIL. Decreto nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 14481. Rio: 1943.

BRAZ, Isabelle Peixoto da Silva. Índios no Ceará: cultura, política e identidade, *In* CARVALHO, Gilmar de (Org.). Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza: 2003.

BRITO, Thays. Prevenir o suicídio é possível. Jornal O Povo, 19.06.2016, Fortaleza: 2016.

BUBANI, Ângelo. Pistas para a História da Evangelização do Território do Amapá. Ed. Mimeog. S.d.

BUENO, Silveira. Vocabulário Tupi-Guarani Português. 7 ed. Saraiva. São Paulo: 2008

BURGESS, Anthony. O romance. Tesouro da Enciclopédia Britânica. O melhor do pensamento humano desde 1768. Nova Fronteira, Rio: 1994.

BURITY, Joanildo. Identidade e política no campo religioso. IPESPE/Editora Universitária – UFPE, Recife: 1977.

CAILLOIS, Roger. Prestígios e problemas do sonho (a imagem onírica). *In* O sonho e as sociedades humanas. Direção de Roger Caillois e G.E. van Grunebaum. Rio, Francisco Alves: 1978.

CALDAS, Yurgel Pantoja. A construção épica da Amazônia no poema A Muhuraida, de João Wilkens. Doutorado em Literatura – FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2007.

CALDAS, Yurgel. A concepção épica da Amazônia no poema A Muhuraida, de Henrique João Wilkens. FALE/UFMG. Belo Horizonte: 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/145/browse?value=Yurgel+Pantoja+Caldas&type=author> Acesso em: 28 mar.2015.

CAMILO, Janaína. Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782). Senado Federal, Brasília: 2010.

CANCLINI, Néstor García. A produção simbólica. Teoria e metodologia em sociologia da arte. Civilização Brasileira. São Paulo: 1979.

CANDAU, Jöel. Memória e Identidade., Contexto, São Paulo: 2014.

CÂNDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos. 6 Ed. Editora Itatiaia Ltda. Belo Horizonte: 2000.

______. Literatura e Sociedade. 8 Ed., Ouro sobre Azul. São Paulo: 2000.
______. Vários escritos. 3ª ed. Duas Cidades. Ouro sobre Azul. São Paulo: 2004.
CANTO, Fernando. A Água Benta e o Diabo. Fundecap. Macapá: 1998.
______. Adoradores do Sol – Novo Textuário do Meio do Mundo, Scortecci, São Paulo: 2010.
______. Amapátria. Edição do autor, Macapá: 2000.
______. Equinocio – Textuário do Meio do Mundo. Pakatatu, Belém: 2004
______. Os Periquitos Comem Mangas na Avenida. DOI/GTFA, Macapá: 1984.
______. São José de Macapá – Roteiro Poético. IO/ GTFA, Macapá: 1985.
______. "Sempre Forte". Fortaleza de Macapá – 200 Anos. Jornal Marco Zero, Macapá, 19 a 26 de março de 1982, 2º caderno. Macapá: 1982
______. Telas & Quintais. Conselho Territorial de Cultura/GTFA, Macapá: 1987.
______. Vertentes Discursivas da Fortaleza de São José de Macapá: das cartas dos construtores às apropriações e transformações simbólicas contemporâneas. UNIFAP, Macapá: 2014.
CAPIBERIBE, João Alberto. Clarões da alma *in* Trapiche: ancoradouro de sonhos. CORRÊA, Márcia (org.): S.ed, Macapá: 1998.
CARDOSO, Sérgio. O olhar do viajante (do etnólogo). *In* O Olhar. NOVAES, Adauto (Org.). Companhia das Letras, São Paulo: 1989,
CARVALHO, Alba Maria Pinto. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. *In* Cultura: metodologia e investigação. Maria Manuel Baptista (Org.) Grácio. Coimbra: 2012
CARVALHO, Ester Pena. As Aventuras do professor Pierre na Terra Tucuju. Off Flip. Paraty: 2013.
CARVALHO, João Renôr de. Os indígenas da capitania do Piauí na Percepção de João Pereira Caldas, em 1789. Revista Presença, nº 42, Teresina: 2009.
CASTRO, Adler Homero Fonseca. O fecho do Império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. *In* Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX) / Flávio dos Santos Gomes (organizador) Ed. da UFPA. Belém: 1999.

CAVALCANTI, Jarbas A. A Fortaleza de São José de Macapá. S. Ed. Belém: 1973.

______. Fortaleza de São José de Macapá 1997. Belém, S. Ed. 1973.

CAVALIERI, Ivan Fornazier. Padre Júlio Maria Lombaerde na memória do povo de Macapá. Edição do autor. Juiz de Fora: 1981.

IBGE. Censo. 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> Acesso: 24 abr. 2015.

CHALHU, Samira. A Meta-Linguagem. Ática. São Paulo: 1986.

CHELALA, Charles. A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense. Publit, São Paulo: 2008.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANDT, Alain. Dicionário de Símbolos. José Olympio. São Paulo: 1999.

COELHO, Mauro Cezar. Um Diplomata na Colônia: As Formulações de Alexandre Rodrigues Ferreira na Defesa do Cabo Norte. Brasília, 2003.

Confiança no Amapá. S ed., s.a. Macapá: 1962.

CUNHA, Álvaro. Amapacanto. Imprensa Oficial, Macapá: s.d.

______. Relações Públicas Governamentais no Amapá. Imprensa Oficial, TFA, Macapá: 1954.

CUNHA, Manuela Carneiro. Identidade Étnica, In Identidades/ Brasílio Sallum Júnior... (et al.) orgs. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: 2016.

CUNHA, Ray. A Casa Amarela. Cejup, Belém: 2004.

______. Operação “Engasga”. Tortura em Macapá: uma época de obscurantismo. Jornal Resistência. Belém: 1980.

D’INCAO, Maria Angela. Sentimentos Modernos e Família. Brasiliense. São Paulo: 1996.

DA MATTA, Roberto. Cidadania - A questão da cidadania num universo relacional. Texto do CETA. UFPA: S.d.

DARNTON, Robert. O grande massacre dos gatos. Graal. São Paulo: 1988.

DULLES. John W. F. Anarquistas e Comunistas no Brasil. Nova Fronteira. Rio: 1980.

DUVIGNAUD, Jean. Festas e Civilizações. Tempo Brasileiro, Rio: 1983.

EMANUEL, Herbert e ABREU, Adriana. Macapá, a capital do meio do mundo. Ilustrações de Bárbara Damas. Cortez, São Paulo: 2008.

ESTATÍSTICA das mortes violentas de 01.01 a 31.12.2015. Bolero Neto. Macapá. 02 jan. 2016. Disponível em: < http://joaoboleroneto.blogspot.com.br>. Acesso em: 10 out. 2016

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Nova Fronteira. Rio: 1986.

FERREIRA, Luiz Jorge. Tempos do meu tempo. GTFA/DIO, Macapá: 1982.

______. Cão vadio. Imprensa Oficial. Macapá: 1986.

FERREIRA. Yvonélio Nery. Aspectos relevantes sobre memória e identidade no conto "O Buraco", de Luiz Vilela. In Evidência. Olhares e pesquisas em saberes educacionais. Centro Universitário do Planalto de Araxá, Instituto Superior de Educação. Vol. 5, n. 5. Fundação Cultural de Araxá, Araxá: 2009.

FONTANA, Riccardo. As Obras dos Engenheiros Militares Galluzzi e Sambucetti e do Arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII. Senado federal, Volume 46. Brasília:2009.

FOSTER, George.Culturas tradicionais e o impacto da tecnologia., S. ed. S.d.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Amazônia: civilização de palha. S. Ed. S.d.

GALLOIS, Dominique. Expressão Gráfica e Oralidade entre os Wajãpi do Amapá. Sphan, Rio: 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Zahar, Rio:1979.

_______. Vida e obra. O antropólogo como autor. Ed. UFRJ, Rio: 2009.

GIDDENS, Anthony. O futuro da Antropologia *in* Em defesa da sociologia, ensaios, interpretações e tréplicas. UNESP. São Paulo: 1990.

GINZBURG, Carlo. Relações de força, história, retórica, prova. Cia. Das Letras, São Paulo: 2002.

GOMES, Carlos Cordeiro. Poemas de Amar Mar. Imprensa Oficial, Macapá: 1981.

GOMES, Flávio. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. *In* Nas terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVII/XIX. GOMES, Flávio. Edufpa. Belém:1999.

GOMES, Joãozinho. A Flecha Passa: e poemas diversos. 2 Ed. CENTUR. Belém: 2013.

HALL, Stuart. Identidades Culturais na Pós-Modernidade. DP&A. Rio: 1997.

HATOUM, Milton. A natureza como ficção. In O espaço geográfico no romance brasileiro. Fundação casa de Jorge Amado. Salvador: 2009.

HOORNAERT, Eduardo. Descobrir o Ceará com os olhos e o coração de José de Alencar, *In* PINHEIRO, Joceny (Org.) Ceará: Terra da Luz, Terra dos Índios – História, presença, perspectivas –Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revista. FUNAKI; SPHAN/ 4ª Superintendência Regional, Fortaleza: 2002.

INPE/Blog Ray Cunha, postado em 19.05.2015, 09h34 AM

ISER, Wolfgang. O Fictício e o Imaginário: perspectivas de uma antropologia literária. Tradução de Joannes Kretschmer. 2.ed., EDUERJ, Rio: 2003.

JORNAL FOLHA DO POVO, de 28 de maio de 1959

JORNAL MARCO ZERO. Caderno 2, especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, de 19 a 26 de março de 1982.

JORNAL PINSONIA, 25 de junho de 1898.

KUJANSKI, Gilberto. Debates sobre identidade brasileira. Encarte da Revista de Sociologia. Julho/1996.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia da Política. Jorge Zahar, Rio: 2007

LAPA, J.R. Amaral. Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará: 1763 – 1769. Vozes, Petrópolis: 1978.

LAPLANTINE, Michel,. Aprender Antropologia. Brasiliense, São Paulo: 2003.

LÁZARO, João. Blog Porta-retrato: Macapá de outrora. Disponível em: < http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/ >. Acesso em: 10 mai. 2015.

LEITE, Rogério Proença. Contra usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. UNICAMP/UFS. Campinas: 2007.

LICÍNIA, Fernandes dos Santos Maria. *In* Os Madeirenses na Colonização do Brasil. Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Funchal, Madeira: 1999.

LOPES, Antonio Munhoz. Mazagão: dos primórdios aos nossos dias. Mimeo. Macapá,1987.

LOPES, Denilson Dr. Experiência e Escritura. Espaço Michel Foucault. Disponível em: www.filoesco.unb.foucault.br. Acesso em: 13 mar.2015

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica, uma poética do imaginário. Cejup. Belém: 1995.

LUNA, Verônica. Escravos em Macapá: Africanos redesenhando a Vila de Macapá, 1840-1856. Sal da Terra. João Pessoa: 2011.

MADEIRA, Artur Boavida. Açorianos nas Fronteiras do Brasil na Segunda metade do Século XVIII. *In* As Ilhas e o Brasil. CEHA/SRTC. Funchal, Madeira: 2000.

MARQUES, Luiz (Coord.). O Tempo do Renascimento 1. 1260/1400. Roma como ideal. Coleção História Viva. Duetto Editorial. São Paulo: 2009.

MEIRA, Clóvis; CASTRO, Acyr . ILDONE, José. Introdução à Literatura do Pará. 8 Vol. Cejup/APL, Belém: 1997.

MORIN, E. O Método: o conhecimento do conhecimento: Europa/América. Biblioteca Universitária, São Paulo: 1986.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi. NHII/USP – FAPESP. São Paulo: 1993.

MORTARI, Elisangela Carlosso Machado e PAIM, Mariana Borba. *Os discursos midiáticos e os discursos políticos: interfaces teóricas.* Revista Comunicação & Política. Vol. 27, nº 2, maio-agosto 2009. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio: 2009.

MUNIZ, Palma. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, tomo IV, Belém. Apud CAVALCANTI, Jarbas. Fortaleza de São José de Macapá. Traços Históricos. Ed. Do autor, Belém: 1973.

NACARATO, Adair Mendes et al. Pelos fios e tramas da memória: Entretecendo narrativas de si, do outro, de todos nós, in Memórias, histórias de vida e formação de professores. Revista Educação e Contemporaneidade. FAEEBA/UNEB, vol. 17, Salvador:2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. EDUC, São Paulo: 1993.

NUNES, Janary. Jornal Amapá. 1 Ed. Macapá: 1945.

______. Confiança no Amapá. Imprensa oficial. Macapá. 1962.

______. Jornal Amapá. Discurso de Inauguração da Academia de Letras. 06 jul. 1953.

______. O que é o Amapá – De 1944 a 1958. S. Ed., Macapá, 1958.

NUNES, Maria Luiza Tiellet e MEIRA, Ana Cláudia Santos. Tornar-se o autor de si mesmo: a inserção do próprio autor na produção científica. Ver. Educação, nº 1 (98). Jan/abr. Porto Alegre: 2008.

OLIVEIRA, Antonio Leal de. O perdão e a reconciliação com o passado em Hannah Arendt e Jacques Derrida in Revista anistia política e justiça de transição Nº 1, Jan/jun. Ministério da Justiça, Brasília: 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (Des) caminhos da Identidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS, vol. 15, nº 42. São Paulo: 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional. Pontes. Campinas: 1993.

PAZ, Octavio. O Labirinto da Solidão e Post Scriptum. Paz e Terra, São Paulo: 1992.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna. II Volume. Reedição do Conselho Estadual de Cultura. Belém: 1971.

PENNAFORT, Hélio. Micro Reportagem. Imprensa Oficial. Macapá: 1985.

______. Na falta dos autênticos, qualquer um servia pra comunista. Jornal do Dia, 16 de novembro de 1997. Página A4, Macapá: 1997.

PICANÇO. Estácio Vidal. Informações sobre a História do Amapá. Imprensa Oficial. Macapá: 1981.

PORDEUS JR, Ismael de Andrade. Cearensidade. *In* CARVALHO, Gilmar de (Org.). Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza: 2003.

PROGRAMA FANTÁSTICO – TV Globo. 19 de agosto de 2012.

REIS, Glória. Memórias e cidades: espaços de vivências coletivas e temporalidades em movimento. *In* Nação e identidade: ensaios de literatura e crítica social. TOLENTINO, Magda (Org.). São João Del-Rei: 2007.

Revista Latitude Zero. Ano I. Jul/ago. Macapá: 1969.

Revista Latitude Zero. Ano 2. Nº 8. Setembro de 1972. Macapá: 1972.

REVISTA LATITUDE ZERO. Ano I, nº 1. Como a Fênix da lenda ergue-se o bairro comercial. Jul/Ago. Macapá: 1969.

REZENDE, Cláudia Barcellos e COELHO, Maria Cláudia Pereira Coelho. Antropologia das emoções. Physis Revista de Saúde Coletiva.23 [2]: 653-657. Rio: 2013.

ROIZ, Diego da Silva. A construção do discurso histórico: entre a retórica e a prova. Revista Akrópolis. Vol. 16, jul/set. 2008.

ROJANSKI, Luli. Lugar da Chuva: crônicas do Amapá. Escrituras, São Paulo: 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim das descobertas imperiais. Capítulo 5, *In* A Gramática do tempo – para uma nova cultura política. Cortez, 2ª edição. São Paulo: 2009.

SANTOS, Esmeraldina dos. Histórias do meu povo. Confraria Tucuju. Macapá: 2002.

SANTOS, Laymert Garcia dos. O tempo mítico hoje in Tempo e História/ organização Adauto Novaes. Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo: 1992.

SARNEY José. COSTA, Pedro. Amapá: a terra onde o Brasil começa. Coleção Brasil 500 anos. Senado Federal, Brasília, 1999.

SARNEY, José. Macapá: misto de força, ternura e bondade. Jornal do dia. 04.02.2012. Macapá: 2012.

SILVA, Antônio Ozaí. Um olhar sobre a literatura: reflexões acerca de sua contribuição político-pedagógica. Revista Espaço Acadêmico, nº 91. São Paulo: 2008.

SILVA, José Manoel Azevedo. Açorianos e madeirenses no povoamento e colonização da Amazônia no tempo de marquês de Pombal, in As Ilhas e o Brasil. CEHA/SRTC. Funchal, Madeira: 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), Stuart Hall e Kathryn Woodward. Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Vozes, Petrópolis: 2000.

SOUSA, Armindo Oliveira. Retratos, S.ed. Macapá: 1979.

SOUZA, Roberto Acízelo. Teoria da Literatura. Ática. São Paulo: 1990.

TOSTES, Alberto**.** Plano Diretor de Macapá. Jornal A Gazeta. 25.10. 2009. Macapá: 2009.

VASCONCELLOS, L.M. e MELLO, M.C., Re: atrás de, depois de..., In VARGAS

HELIANA C. e CASTILHO, Ana Luiza H. (Org.). Interações em centros urbanos, objetivos, estratégias e resultados, Manole, S. Paulo: 2006.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Alteridade. Portal da Antropologia <htpp://pt.wikipedia.org/wiki/Alteridade>, 2009. Pág.1. Acesso: 22 jun. 2016

WOODWARD. Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In* Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais. SILVA ,Tomaz Tadeu da (org.), 8 Ed. Vozes, Petrópolis: 2008.

CÓDICES DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

Códice 150. Doc. 69 - 14 de abril de 1765

Cód. 132. Doc. 66. 16 de agosto de 1963

Cód. 37. Doc. 69 e77, 28 de abril de 1763

Cód. 130. Doc. 39, 10 de setembro de 1763

Cód. 131. Doc.31

Cód. 132. Doc. 41, de 13 de junho de 1783

Cód. 132. Doc.90, 08 de outubro de 1763.

Cód.148. Doc. 68, de 26 de dezembro de 1765

Cód. 150. Doc. 114, de 24 de junho de 1765.

Cód. 153. Doc. 25, de 12 de agosto de 1765.

Cód. 153. Doc. 47

Cód. 153. Doc. 32, de 23 de agosto de 1765

Cód. 153. Doc. 54, de 19 de setembro de 1765.

Cód. 168. Doc. 54, de 10 de novembro de 1766

Cód. 164. Doc. 11, de 25 de janeiro de 1766

Cód. 153. Doc. 102, de 23 de dezembro de 1965

Cód. 164. Doc. 07, de 23 de janeiro de 1766

Documento anexo ao Cód. 164. Doc. 11, de 23 de janeiro de 1766

Cód. 164. Doc. 11, de 25 de janeiro de 1766

Cód. 164. Doc. 47, de 12 de abril de 1766
Cód. 164. Doc. 66, de 30 de maio de 1766
Cód. 168. Doc. 02, de 09 de junho de 1766).
Cód. 168. Doc. 05 de 1966, de 09 de julho
Cód. 168. Doc. 54, de 10 de novembro de 1766
Cód. 168. Doc. 59, de 18 de novembro de 1766
Cód. 168. Doc. 59, de 18 de novembro de 1766
Cód. 176. Doc. 42, de 24 de setembro de 1766
Cód. 187. Doc. 44, de 06 de junho de 1768
Cód. 188. Doc. 0-3 e 06, de 12 de julho de 1768
Cód. 188. Doc. 52, de 20 de dezembro de 1768
Cód. 194. Doc. 44, de 25 de maio de 1769
Cód. 199. Doc. 54, de 17 de junho de 1969
Cód. 200. Doc. 12, de 11 de julho de 1769.
Cód. 200. Doc. 62, de 27 de outubro de 1769
Cód. 132. Doc. 90, de 08 de outubro de 1763

Coleção Gapuia – Sociologia em Pesquisas & Teses
ISBN: 978-85-62359-77-4

Coordenadores
Prof. Dr. Cristian S. Paiva
Prof.ª Dr.ª Eliane Superti

Títulos da Coleção

Vol. 1: *Participação social no desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amapá: um olhar sobre a elaboração e execução do plano plurianual de Macapá-AP no período de 2013 a 2016* (ISBN: 978-85-62359-79-8)
Alexandre Gomes Galindo

Vol. 2: *Literatura das pedras: a Fortaleza de São José de Macapá como locus das identidades amapaenses* (ISBN: 978-85-62359-80-4)
Fernando Canto

Vol. 3: *Saber de parteira, ciência de médico? Incorporação de saberes médicos e resistência cultural na "capacitação" de parteiras tradicionais do Amapá* (ISBN: 978-85-62359-81-1)
Iraci de Carvalho Barroso

Vol. 4: *Histórias vividas e narradas: as identidades amapaenses no Jornal Amapá (1945-1968)* (ISBN: 978-85-62359-82-8)
Manoel Azevedo de Souza

Vol. 5: *Doença de feitiço: aspecto da cosmologia amazônica* (ISBN: 978-85-62359-78-1)
Maria da Conceição da Silva Cordeiro

Vol. 6: *Tempos de chorar e de sorrir no espaço da morada: um estudo socioantropológico de mulheres resistentes marcadas pela tragédia em Macapá-AP* (ISBN: 978-85-62359-83-5)
Roberta Scheibe

Vol. 7: *Ecos do silêncio: culturas e trajetórias de surdos em Macapá* (ISBN: 978-85-62359-84-2)
Ronaldo Manassés Rodrigues Campos

Vol. 8: *Travessias entre a sala de aula e o consultório: trajetórias docentes, narrativas e histórias de sofrimento e adoecimento psíquico de professores no Amapá* (ISBN: 978-85-62359-85-9)
Selma Gomes da Silva

Vol. 9: *Ações artísticas na cidade de Macapá: conexões de mundos, trajetória e experiência na Amazônia* (ISBN: 978-85-62359-86-6)
Silvia Marques

Vol. 10: *Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970)* (ISBN: 978-85-62359-87-3)
Verônica Xavier Luna

Vol. 11: *A gapuia de significados: modos de vida, espaços de convivência e processos de nomeação entre ribeirinhos da Amazônia amapaense* ((ISBN: 978-85-62359-92-7)
Rosileni Pelaes de Morais

Este livro foi composto em Utopia Std pela
Editora da Universidade Federal do Amapá
e impresso em papel offset 75 g/m².

Neste livro, o sociólogo Fernando Canto enfatiza os diversos papéis da maior fortificação portuguesa construída na Amazônia no século XVIII - a Fortaleza de São José de Macapá - em quatro temporalidades, todas cruciais para o entendimento das identidades e da memória amapaense. Assim, ela é analisada, tendo por base os textos e discursos de escritores e poetas que a descrevem ao longo da História, na ordem e na contraordem política e como o *locus* material e simbólico do Amapá.

FERNANDO CANTO nasceu em Óbidos-PA, em 1954, mas foi em Macapá-AP, que iniciou seus estudos. Bacharelou-se em Ciências Sociais pela UFPA, onde viria a trabalhar mais tarde como técnico e como professor. Em Macapá desenvolveu várias atividades no Governo do antigo Território Federal do Amapá, na Prefeitura Municipal de Macapá e na UNIFAP, onde atualmente exerce suas funções. É especializado em Métodos de Desenvolvimento Urbano e Municipal (IBAM-RJ), em Teoria Antropológica (UFPA) e em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental (NAEA-UFPA). É mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP) e doutor em Sociologia (UFC).